



Universidade de Brasília

Instituto de Psicologia

Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações

"Eu acho que você vai criando uma couraça": abordagem
psicodinâmica do sofrimento no trabalho e das defesas entre policiais
civis de uma unidade da Polícia Civil no Brasil

Vânia Cristine Cavalcante Anchieta

Brasília, DF

2011



Universidade de Brasília

Instituto de Psicologia

Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações

⁴Eu acho que você vai criando uma couraça": abordagem psicodinâmica do sofrimento no trabalho e das defesas entre policiais civis de uma unidade da Polícia Civil no Brasil

Vânia Cristine Cavalcante Anchieta

Brasília, DF

2011

Universidade de Brasília

Instituto de Psicologia

Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações

"Eu acho que você vai criando uma couraça": abordagem psicodinâmica do sofrimento no trabalho e das defesas entre policiais civis de uma unidade da Polícia Civil no Brasil

Vânia Cristine Cavalcante Anchieta

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações, como requisito parcial à obtenção do grau de Doutor em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações

Orientadora: Ana Lúcia Galinkin

Brasília, DF

Setembro de 2011

Que sei eu do que serei,
Eu que nem sei o que sou?
Ser o que penso?
Mas penso ser tanta coisa!
E há tantos que pensam ser a
Mesma coisa que não pode haver
Tantos!
(Álvaro de Campos)

"Eu acho que você vai criando uma couraça": abordagem psicodinâmica do sofrimento no trabalho e das defesas entre policiais civis de uma unidade da Polícia Civil no Brasil

Tese aprovada pela banca examinadora constituída por

Prof^a Dr^a Ana Lúcia Galinkin (Presidente)
Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília
Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações

Prof. Dr. Seiji Uchida (Membro)
Fundação Getúlio Vargas - São Paulo

Prof. Dr. Marcus Vinícius Soares Siqueira (Membro)
Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade de Brasília

Prof Dr^a Ana Magnolia Bezerra Mendes (Membro)
Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília
Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações

Prof^a Dr^a Maria das Graças Torres da Paz (Membro)
Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília
Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações

Prof^a Dr^a Ione Vasques-Menezes (Suplente)
Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília
Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações

Dedico este trabalho ao meu filho Álvaro,
por existir.

AGRADECIMENTOS

Em alguns momentos, durante a dedicação a uma pesquisa acadêmica, a sensação é de estar completamente só. Os únicos e constantes "companheiros" parecem ser nossos textos, reflexões e uma infinidade de inquietações. Felizmente, entre essas companhias, outras nos fazem lembrar de que há vida além da tese, e são a essas pessoas que devo fazer os meus agradecimentos. Para alguns, o afeto profundo me impede de seguir certas formalidades. Aliás, essa não é, e nem deveria ser, uma etapa formal desta tese. É uma etapa, sim, de reconhecimento, na qual sinto imenso prazer em investir. Agradeço, então:

Aos policiais participantes desta pesquisa, pela confiança em mim depositada.

Aos colegas do Laboratório de Diversidade de Cultura nas Organizações da UnB (LADCO).

Aos colegas de doutorado, nas pessoas de Luciana e Angela, pelos papos, trocas e apoio; e à amiga Amanda, que conheci no processo seletivo, por dividir comigo as angústias, as inseguranças e os prazeres que essa caminhada do doutorado tem nos proporcionado.

Aos colegas do Laboratório Unite Transverse de Recherche en Psychogenese et Psychopatologie da Université Paris XIII (UTRPP).

Aos professores do UTRPP, principalmente, Jean-Pierre Pinel e Malika Litim, pelas observações e sugestões.

A professora Dominique Lhuilier, da Université Paris V, pelas indicações de leitura, feitas com presteza e atenção.

À professora e feminista Helena Hirata, da Université Paris VIII, por aquela tarde de orientação, com tanta meiguice, e pelos outros seminários que tive a oportunidade de assistir na França.

Às professoras Anne Flottes e Lise Gainard. Aquele final de semana em Tours, uma imersão no mundo intelectual e na cultura francesa, causou transformações, não só na minha pesquisa, mas também na minha visão como pesquisadora e psicodinamicista.

Às professoras Ana Magnolia Mendes e Maria das Graças Torres da Paz que participaram da banca de qualificação do projeto.

Às colegas psicólogas Cássia e Rosalia, que participaram comigo da intervenção em Psicodinâmica do Trabalho que originou esta tese.

À Dra. Nélia, que permitiu que eu pudesse finalizar minha tese, recebendo-me, como servidora, em um difícil momento de sofrimento no trabalho.

Ao meu pai e à minha mãe, pelo apoio incondicional.

À minha sobrinha Amarílis, que tem o verbo amar em seu nome, por me fazer ver "outras coisas" no presente e esperar, com prazer, o futuro.

À amiga Liliana, pelo apoio e por estar por perto

À amiga Rosana, por me mostrar, a cada dia, o significado da palavra "compartilhar". Sua presença, em vários momentos, foi fundamental para que eu pudesse me dedicar à minha pesquisa.

À minha coorientadora, profa. Pascale Molinier, que me orientou para muito além dos "meus dados". Esse encontro me permitiu ter uma melhor compreensão da Psicodinâmica do Trabalho, não só na minha tese, e me permitiu começar a lançar um novo olhar sobre os estudos de gênero. Autêntica parisiense: culta, prática, sensível... e como foi acolhedora!

Aos professores e professoras que participaram da banca de defesa desta tese, em especial ao professor Seiji Uchida, de São Paulo.

À minha orientadora, profa. Ana Lúcia, com quem tenho caminhado desde o mestrado. Essa caminhada só tem sido possível porque é na sua mão que eu seguro, e com firmeza. Felizmente!

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa do Programa de Doutorado no País com Estágio no Exterior (PDEE).

E, finalmente, ao meu filho, Álvaro, um ser que realiza o maior sonho da minha vida: ser mãe, e que me ensina todos os dias a sê-lo. Motiva-me a ter coragem, a superar obstáculos. Algumas vezes me obrigou a refletir sobre a minha escolha pela pesquisa, com seu insistente questionamento: por que você quer tanto aprender essas coisas?

**"EU ACHO QUE VOCÊ VAI CRIANDO UMA COURAÇA": ABORDAGEM
PSICODINÂMICA DO SOFRIMENTO NO TRABALHO E DAS DEFESAS ENTRE
POLICIAIS CIVIS DE UMA UNIDADE DA POLÍCIA CIVIL NO BRASIL**

RESUMO

A violência, tanto física quanto psicológica, contra crianças e adolescentes é caracterizada pelo poder do mais forte sobre o mais fraco. Na maioria das vezes, é cometida por pessoas muito próximas das vítimas, ou por pessoas da própria família. Por se passar no âmbito familiar, muitas vezes esse tipo de violência pode não ser denunciado. As denúncias desse crime, no Brasil, podem ser feitas por meio de instituições da chamada rede de proteção, dentre elas os Conselhos Tutelares, os hospitais, as escolas, as delegacias de proteção à criança e ao adolescente e as delegacias, de maneira geral. No caso de a denúncia transitar, de alguma forma, pela instituição policial, caberá ao agente policial tomar as providências no que diz respeito à investigação, inclusive o atendimento à vítima. Esse trabalhador e essa trabalhadora são o objeto de estudo desta tese, cujo objetivo geral é verificar se um grupo de policiais da Polícia Civil, que investiga ocorrências nas quais crianças e adolescentes são vítimas de violência, estaria usando estratégias de defesa psíquicas para executar o seu trabalho. Trata-se de um estudo de caso, com abordagem qualitativa, cujo método de pesquisa está apoiado nos princípios da Psicodinâmica do Trabalho que é a análise dos processos psíquicos mobilizados pelo encontro entre o sujeito e as imposições geradas pelos processos de trabalho. Para a construção dos dados, foram constituídos dois grupos de 10 policiais cada, sendo homens e mulheres. Pelas sessões realizadas, e a partir dos movimentos temáticos recorrentes no grupo, delimitaram-se alguns dos fatores implícitos no processo de adoecimento desses e dessas policiais, como falta de reconhecimento, do próprio policial, da importância do seu trabalho; não reconhecimento,

pela chefia, do real do trabalho; sensação de impotência diante da gravidade dos casos investigados e dos casos que não conseguem investigar; dificuldades nos relacionamentos entre os pares, decorrente das pressões no ambiente de trabalho; perseverança do trabalho na vida pessoal; pressões para aceleração no ritmo de trabalho com exigências por número de casos atendidos; feminização do trabalho; cobranças pelo cumprimento de prazos; e ameaças de mudança de seção dentro da unidade, e de transferência para outras unidades. A tese defendida é de que o trabalho desses e dessas policiais é pouco valorizado dentro da própria instituição, por não ser o "verdadeiro trabalho policial", que repousa em um "ethos guerreiro", um ofício viril, mas um trabalho feminizado. A abordagem teórica e metodológica da Psicodinâmica do Trabalho permitiu que se tivesse acesso a algumas estratégias de defesa psíquicas utilizadas por esses e essas policiais para executarem o seu trabalho. Ter acesso a algumas estratégias coletivas, como negação, sublimação e formação reativa (banalização e eufemização) possibilitou a interpretação do sofrimento vivenciado por esses e essas profissionais ao desempenhar uma atividade não valorizada socialmente por ser um trabalho feminizado e pela sensação de impotência, ao sentirem-se incapazes de proteger todas as crianças e adolescentes dos abusadores, já que "eles estão por toda parte". Observou-se que esses trabalhadores e essas trabalhadoras não percebem o sentido do trabalho que executam, e não têm total conhecimento quanto à sua atuação, o que impacta na insatisfação em desempenhá-la. Algumas estratégias de defesa parecem já estar fracassando, gerando um sofrimento patogênico no grupo e desencadeando algumas doenças que poderão, dentro de algum tempo, impossibilitar o desempenho de vários desses policiais no trabalho.

Palavras-chave: Psicodinâmica do Trabalho; policiais civis; crianças e adolescentes

ABSTRACT

The main of this thesis was to verify the psychic defense mechanisms that (civil) policemen and women would be using while working with children and teenagers. Assuming that the access to dynamics of acknowledgment at work can happen in unequal way for men and women, we examined if these policemen/policewomen have developed differentiated strategies to deal with suffering. Policemen/women who investigate occurrences in which children and teenagers are victims of violence are the object of study of this thesis. This research is a case study with a qualitative approach, whose theoretical perspective method of research are supported by the principles of Psychodynamics of Work, especially the analysis of psychic processes mobilized by the encounter of the subject and the impositions generated by the working processes. For collecting data, two groups were formed with ten police officers, either men or women as described in the object. The advocated thesis is that the work of these policemen/policewomen is undervalued inside the institution and even by themselves for it is not "the real work of police officers", which lies on a "warrior ethos," a virile labor, but in a feminized occupation of care and protection in which the abuser can be considered "a sick person". The psychological, physical and sexual violence against children and teenagers is mostly committed by people very close to the victims or even by their own relatives. Because it happens in the family sphere, this type of violence may be not exposed and even hidden. These kinds of indictments in Brazil can be done through some institutions from the called safety net, such as the Child Protection Councils, hospitals, schools, offices for children and teenagers protection, and all police stations in general. If the complaint transits somehow in the police institution, it will be responsibility of the police agent to take the measures concerning the investigation, including the assistance to the victim, acting as a "psychologist" or "social assistant". From the analysis of the groups, it was inferred that

these workers do not realize the meaning of the labor they execute by themselves. Moreover, since they do not have a full knowledge about their activities, they feel unsatisfied to carry it out. The theoretical and methodological approach of the Psychodynamics of Work allows us to access some psychic defense strategies used by these policemen/policewomen when performing their works. It comes to some strategies, for example: denial, sublimation and reactive formation (trivialization and euphemization), which made possible the interpretation of the suffering experienced by these professionals while performing an unvalued social activity, for it was a feminized work and because of the feeling of disability, when they feel inept to protect every child and teenager from their abusers, since "they (the abusers) are everywhere." Men and women seem to use different reaction formations. Since women have a direct contact with the victims, they may have to develop an "artificial femininity," which is, in turn, a defense subordinated to the virility reference, therefore, a male characteristic, which can be harmful to these women. For men, on the other hand, the work at this unit seems to be particularly prejudicial to their manly defenses and more significantly to their positions in society. By the sessions made and by the thematic movements recurrent in the group, some implicit factors of the process of illness of these police officers were bounded. These delimited factors led to the conclusion that some defense strategies used by this group of officers seem to be already failing, promoting a pathogenic suffering in the group and initiates some illness that may at a certain point turn into an unbearable work to be performed by several of these police officers.

Key words: Psychodynamics of Work; Policemen and policewomen; children and teenagers.

RÉSUMÉ

Cette thèse vise à étudier les stratégies de défense psychologiques que les policiers et les policières utiliseraient dans leur travail avec les enfants et les adolescents. En supposant que l'accès à la dynamique de la reconnaissance au travail peut arriver inégalement pour les hommes et pour les femmes, nous avons cherché aussi à vérifier si ces hommes et ces femmes de la police développent des stratégies différentes face à la souffrance. Le policier et la policière que enquêtent sur les cas dans lesquels les enfants et les adolescents sont victimes de la violence sont l'objet de l'étude de cette thèse. Il s'agit d'une étude de cas avec une approche qualitative, dont le point de vue théorique et les méthodes de recherche sont pris en charge sur les principes de la Psychodynamique du Travail, qui est l'analyse des processus psychiques mobilisés par la rencontre entre le sujet et les exigences générées par les processus de travail. Pour la collecte des données, on a créé deux groupes avec dix personnes, hommes et femmes de la police civile, tel que décrit dans l'objet. La thèse soutient que le travail de ces agents ne sont pas valorisés au sein de l'institution, et même pour eux-mêmes, parce que ce n'est pas « vraiment le travail de la police » qui repose sur un « ethos guerrier », un travail viril, mais il s'agit d'un travail féminisé, de soin et de la protection, et les abus sexuels contre les enfants et les adolescents sont le plus souvent commis par des personnes très proches des victimes ou des personnes de sa famille. Parce que elle se passe dans la famille, cette violence ne peut pas être dénoncée et peut être même couverte. Les plaintes de crimes au Brésil peuvent entrer par certaines institutions appelés filet de sécurité, par des Conseils Communautaires, les hôpitaux, les écoles, les postes de police de protection des enfants et des adolescents et tous les postes de police, afin général. Si la plainte passe par la police, le policier et la policière devront faire l'enquête et donner l'assistance à la victime. Sur cette manière de travailler le policier et la policière agissent comme « psychologue » ou « assistante sociale ». Il semble que ces

travailleurs et ces travailleuses ne se rendent pas compte du sens du travail qu'ils et elles effectuent. En outre, si ils et elles n'ont pas connaissance de leurs activités, ils se sentent insatisfaits de l'exécuter. L'approche théorique et méthodologique de la Psychodynamique du Travail a permis connaître certaines stratégies de défense psychique utilisées par ces policiers et ces policières pour réaliser leur travail. On a connu quelques stratégies défensives : le déni, la formation réactionnelle et la sublimation (l'eufémisation et la banalisation), ce qui a permis l'interprétation de la souffrance endurée par ces professionnels de réaliser une activité peu valorisée socialement parce que le travail est féminisé, et le sentiment d'impuissance, de se sentir incapable de protéger tous les enfants et les adolescents contre les agresseurs, car «il (les abuseurs) sont partout». Hommes et femmes semblent utiliser des formations réactionnelles différentes : comme les femmes ont un contact direct avec les victimes, elles doivent développer une « féminité artificielle », qui est soumise à une défense de référence de la virilité, une référence masculine, qui peut être préjudiciable à ces femmes. Autrement, pour les hommes, travailler dans cette unité semble être nocif, notamment pour leur défense virile et plus significative à leurs positions dans la société. Pour les séances et à partir des mouvements récurrents dans le groupe, on peut délimiter certains des facteurs implicites dans le processus de la maladie de ces policiers et ces policières, conduisant à la conclusion que certaines stratégies de défense utilisées par ce groupe de policiers semblent déjà défaillantes, causant des souffrances pathogènes et déclenchant certaines maladies qui peuvent, à un moment donné, empêcher ces travailleuses de faire son travail.

Mots-clé: Psychodynamique du travail, le policier, la policière, les enfants et les adolescents.

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS.....	1
INTRODUÇÃO.....	3
A POLÍCIA.....	12
Origem.....	12
A Polícia no Brasil.....	19
A Polícia em Brasília: A Nova Capital.....	23
A inauguração de Brasília.....	26
A Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF).....	30
Delegacias Especializadas a Especificidade dos Crimes.....	34
Violência contra a Criança e o Adolescente.....	35
O TRABALHO.....	40
REFERENCIAL TEÓRICO.....	51
A Psicopatologia do Trabalho (PDT).....	54
A Psicodinâmica do Trabalho (PDT).....	56
1ª fase: ideologias defensivas/estratégias de defesa.....	56
2ª fase: normalidade/coletivo de trabalho/trabalho prescrito x trabalho real.....	58
3ª fase: o real do trabalho/a subjetividade.....	61
<i>Conceito de Psicodinâmica do Trabalho</i>	64
<i>O trabalho</i>	65
<i>O trabalhar</i>	68
<i>O sofrimento</i>	68
<i>O reconhecimento</i>	69
<i>Identidade</i>	72
TRABALHO E SAÚDE.....	75
OBJETO DE INVESTIGAÇÃO: O (A) TRABALHADOR (A) POLICIAL.....	81
O Movimento Feminista a partir do Século XX.....	87
A Mulher e o Trabalho.....	89
A Mulher na Polícia.....	100
O ingresso da mulher na polícia no Brasil.....	101
METODOLOGIA EM PSICODINÂMICA DO TRABALHO.....	113

Objetivos da pesquisa.....	113
Objetivo geral.....	114
Objetivos específicos.....	114
Metodologia.....	115
Método e Análise dos Dados em Psicodinâmica do Trabalho.....	119
A pré-pesquisa.....	123
A pesquisa.....	124
Análise dos dados em Psicodinâmica do Trabalho.....	128
MÉTODO.....	130
A Pré-pesquisa.....	130
Participantes.....	131
<i>Grupo 1</i>	131
<i>Grupo 2</i>	131
Campo de trabalho.....	131
Instrumento e procedimentos.....	133
ANÁLISE DAS SESSÕES DE CLÍNICA DO TRABALHO.....	137
Grupo 1.....	138
A primeira sessão: "não concordo em dizer que esse trabalho adocece as pessoas".....	138
A segunda sessão: "aqui nós trabalhamos com pessoas extremamente covardes".....	157
<i>Que criminoso é esse?</i>	163
A terceira sessão: "eu me peguei banalizando um passar a mão".....	167
A quarta sessão: "agora que saiu daqui, ela pode pensar em ter filhos".....	175
Grupo 2.....	184
A primeira sessão: "os caras falam que quem tá lotado aqui tá descansando".	184
A segunda sessão: "você passa a enxergar o mundo de outra forma".....	192
A terceira sessão: "eu não me identifico com nenhum autor não".....	201
<i>Que criminoso é esse?</i>	206
A quarta sessão: "se nada for feito, esse pessoal vai adoecer".....	207
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	212
REFERÊNCIAS.....	223

LISTA DE SIGLAS

APC – Academia de Polícia Civil

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CFP – Conselho Federal de Psicologia

CID – Catálogo Internacional de Doenças

DCDP – Delegacia de Costumes e Diversões Públicas

DESP – Departamento Estadual de Segurança Pública

DFSP – Departamento Federal de Segurança Pública

DORT – Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho

DOU – Diário Oficial da União

DPJ – Divisão de Polícia Judiciária

DRPB – Departamento Regional de Polícia de Brasília

DSP – Divisão de Segurança Pública

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

FUNDACENTRO – Fundação Jorge Duprat de Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho

GEB – Guarda Especial de Brasília

GP – Guarda Policial

GRN – Guarda Rural da NOVACAP

IML – Instituto Médico Legal

ITRA – Inventário do Trabalho e Riscos de Adoecimento

LADCO – Laboratório de Diversidade de Cultura nas Organizações da UnB

NEV – Núcleo de Estudos da Violência

NOVACAP – Companhia Urbanizadora da Nova Capital

PCDF – Polícia Civil do Distrito Federal

PDF – Polícia do Distrito Federal

PDEE – Programa de Doutorado no País com Estágio no Exterior

PDT – Psicodinâmica do Trabalho

PIMP – Programa de Inspeção Médico Psicológica

PM – Polícia Militar

PMDF – Polícia Metropolitana do Distrito Federal

PSTO – Departamento de Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações

SAL – Síndrome de Adaptação Local

SCIELO – Scientific Electronic Library On-Line

SEP – Secretaria de Segurança Pública

SP – Superintendência de Policiamento

SPM – Serviço de Polícia Metropolitana

SPM – Superintendência de Polícia Metropolitana

SSP – Secretaria de Segurança Pública

UTRPP – Unité Transverse de Recherche en Psychogenese et Psychopatologie da

Université Paris XIII

INTRODUÇÃO

O trabalho hoje é concebido como uma atividade que envolve homens e mulheres em todas suas dimensões, exercendo importante papel na construção da sua subjetividade, e, como tal, pode ser considerado um elemento constitutivo da sua saúde mental. Na obra *O Mal-Estar na Civilização*, Freud (1987/1930) considera dois caminhos principais para a busca da felicidade: trabalhar e amar. Nesse texto, Freud busca encontrar as origens da sensação de mal-estar que as pessoas têm frente à civilização, por causa de sua incapacidade de se sentirem plenamente felizes, apesar de todos os confortos que a cultura oferece, ou seja, o trabalho é identificado como a ação humana que mais nos vincula com a realidade.

Homens e mulheres, constantemente, buscam a felicidade, definida como a ausência de desprazer ou mesmo como um sentimento de prazer. Decidir pelo propósito da vida é da ordem do princípio do prazer, e a felicidade é uma satisfação repentina das necessidades represadas. A realidade, contudo, impõe a homens e mulheres uma ameaça à felicidade por meio das fragilidades de seus próprios corpos e da imposição de regras, que procuram ajustar os relacionamentos mútuos dos seres humanos. A partir dessa concepção de felicidade, pode-se buscar entender as relações que ocorrem entre o trabalhador e a trabalhadora e suas relações de e no trabalho, além de entender em que medida essas relações podem causar prazer ou sofrimento a essas pessoas na busca pela felicidade.

A relação prazer, sofrimento e trabalho tem sido objeto de estudo de vários autores. Em levantamento bibliográfico feito em outubro de 2009 (Anchieta, Galinkin, Mendes & Neiva, 2011) dos estudos brasileiros publicados entre 1998 e 2009 com o descritor “sofrimento no trabalho”, foram identificados 53 estudos, com textos completos. Com o descritor “prazer no trabalho”, foram identificados 29 estudos, sendo que somente dois não

estavam descritos também como sofrimento no trabalho. As fontes de referências foram os artigos disponíveis no site do *Scientific Electronic Library On-Line* (SCIELO).

Do total desses artigos, 63% foram publicados entre 2005 e 2009, e 37% foram publicados entre 1998 e 2004, revelando predominância maior de estudos em um período mais recente. Do total, 28,3% foram pesquisas a respeito de trabalhadores da saúde (médicos, enfermeiros, agentes de saúde). As demais pesquisas foram feitas com bancários, professores, servidores públicos. Nesse levantamento, foi possível observar que há maior interesse dos pesquisadores por estudos com profissionais da saúde e, entre esses, os que estão no mercado formal de trabalho. Três pesquisas foram feitas com policiais (Spode & Merlo, 2006; Souza, Franco, Meireles, Ferreira, & Santos, 2007; Silva & Vieira, 2008) e é sobre essas que serão feitas algumas observações acerca do método utilizado nas pesquisas e dos resultados encontrados, buscando fazer relações com o presente estudo.

O artigo de Spode e Merlo (2006) traz o relato de uma pesquisa na qual foram abordadas as relações entre o trabalho dos capitães da Polícia Militar e sua saúde mental, a partir dos aspectos desse ofício que geram prazer e sofrimento. Como estratégias metodológicas, foram adotados três procedimentos: pesquisa documental, acompanhamento do cotidiano de trabalho e realização de entrevistas, sendo que as discussões tiveram embasamento nos conceitos da Psicodinâmica do Trabalho.

Os resultados indicaram que, apesar da excessiva carga de trabalho e dos perigos inerentes à profissão, o prazer no trabalho está relacionado ao exercício de atividades de gestão, que proporcionam espaços de criação no trabalho. Porém, as pressões impostas pelos mecanismos disciplinares de vigilância e de controle, característicos da organização do trabalho policial militar, não deixam de se constituir em fonte de sofrimento, pois engendram a divisão dos trabalhadores e colocam barreiras para a criação dos vínculos de

confiança e cooperação, aspectos de suma importância quando se considera a própria natureza do trabalho, permeada por riscos (Spode & Merlo, 2006).

O trabalho de Souza et al. (2007), cujo objetivo foi investigar a existência de sofrimento psíquico entre policiais civis, segundo diferenças de gênero, analisou dados de pesquisa anterior sobre condições de trabalho, saúde e qualidade de vida desses profissionais, por meio de métodos quantitativos e qualitativos. Os autores utilizaram como referencial teórico a Psicodinâmica do Trabalho na perspectiva de Christophe Dejours, que considera ser o sofrimento humano inerente ao processo laboral, devendo-se compreender suas causas para modificá-lo e reorganizar o processo de trabalho. Utilizaram, ainda, a perspectiva teórica dos estudos que privilegiam a relação entre estresse e trabalho, ressaltando a importância e a centralidade deste na vida dos trabalhadores, favorecendo tanto a saúde quanto a doença. Concluíram que as dificuldades enfrentadas pelas mulheres policiais em seu ambiente de trabalho estavam relacionadas com o desgaste psíquico e, sobretudo, com estresse.

Em pesquisa sobre o processo de trabalho do militar estadual e a saúde mental, Silva e Vieira (2008) tiveram como objetivo identificar de que forma a Polícia Militar se estrutura e relacionar o trabalho do policial com a sua saúde mental. Os autores informaram ter utilizado técnicas e conceitos fundamentados na Ergonomia da Atividade e na Psicodinâmica do Trabalho, com base na observação do processo de trabalho em pesquisa documental e em entrevistas individuais e coletivas.

A análise demonstrou que o policial militar está no centro de uma conjugação de forças advindas da organização e da precarização do trabalho, e, por fim, da sociedade contemporânea. As formas como essas relações de forças se conjugam contribuem para implicações danosas à saúde (mental) dos profissionais, cuja configuração favorece o

aumento do sofrimento psíquico, podendo se desdobrar em alcoolismo, depressão e até em suicídio (Silva & Vieira, 2008).

Pela observação dos trabalhos citados, pode-se perceber a Psicodinâmica do Trabalho, referencial que embasou esta pesquisa, influenciando as discussões e os métodos utilizados pelos pesquisadores, uma vez que o sofrimento é um conceito central nessa abordagem. Confirmando a observação de que há um número reduzido de pesquisas sobre o policial, apresenta-se a busca realizada por Renê Mendes (2003). O autor fez um recorte de 1950 até 2002, e foram encontradas 860 dissertações ou teses com os descritores “saúde do trabalhador”, “higiene ocupacional”, “ergonomia”, “toxicologia”, “saúde ocupacional”, entre outros. A busca não teve o propósito de localizar pesquisas, especificamente, sobre o policial. Mesmo assim, chama atenção o fato de que, dos 860 trabalhos, foram encontrados apenas cinco referentes à saúde do policial, de autoria de Godoy, 1991; Kuriyama, 1995; Simões, 1998; Silva, 1998 e Rodrigues, 2000.

Ainda na perspectiva de que o trabalho tem um caráter constitutivo da identidade e da subjetividade do trabalhador, outros autores têm se interessado em entender o policial enquanto um trabalhador (Cruz, 1989; Nascimento, 1999; Tamayo, 2002, Anchieta & Galinkin, 2005). Os autores relatam, em seus estudos, que esses profissionais experimentam vivências de sofrimento no exercício de sua profissão. Outros pesquisadores, cujos trabalhos serão apresentados, também se interessaram em estudar o profissional de polícia como trabalhador. Como conclusão, têm apontado que o adoecimento dos policiais, em função da atividade que exercem, é decorrente tanto de seu contato com a violência quanto das distintas vivências relacionadas ao trabalho.

O artigo de Souza e Minayo, (2005) aborda as mortes e agravos à saúde dos agentes de segurança pública do Rio de Janeiro, ocorridos em sua jornada de trabalho ou fora dela. Efetuaram um levantamento dos estudos existentes no país sobre vitimização de policiais e

realizaram análise de dados primários sobre a morbimortalidade por acidentes e violências que vitimaram as seguintes categorias: guardas municipais, policiais militares e civis do Rio de Janeiro, entre 1994 e 2004, usando-se a categoria causas externas, que inclui acidentes e agressões. A conclusão a que chegaram foi de que as agressões e acidentes de trânsito são as principais causas de morte e de lesões desses profissionais. Elevados riscos de morbimortalidade da Polícia Militar foram comparados com as duas outras corporações e com a população da cidade do Rio de Janeiro e do país. Ao final, as autoras sugerem que o campo de saúde do trabalhador não se omita, hoje, de pensar nas categorias que atuam na segurança pública, um dos segmentos mais vulneráveis no exercício de sua profissão.

Silveira, Vasconcellos, Cruz, Kiles, Silva, Castilhos, & Gauer (2005) realizaram uma pesquisa com o objetivo de comparar os níveis de *burnout*¹ em dois grupos de policiais civis, considerando sua área de atuação (atividade laboral interna ou externa). Os autores concluíram que os sintomas vinculados à síndrome de *burnout* não são determinados pelo tipo de atividade desempenhada. Entretanto, sugeriram que estudos mais amplos poderão melhor investigar essa síndrome e sua relação com o trabalho policial.

Minayo e Souza (2007), em seu artigo, basearam-se em uma pesquisa que investigou características socioeconômicas, qualidade de vida, condições de trabalho e de saúde de policiais militares e civis do estado do Rio de Janeiro. Foram abordadas a vitimização e os riscos percebidos pelos policiais dentro e fora da polícia. Concluíram que os policiais, sobretudo os operacionais civis e militares, vivenciam um conflito entre o enfrentamento desejado pela instituição, que ressalta os atributos e as marcas da masculinidade e os sentimentos de medo da morte justificados pelas situações de risco

¹ A síndrome de *burnout* (distúrbio psíquico de caráter depressivo, precedido de esgotamento físico e mental intenso, também chamada de síndrome do esgotamento profissional) foi assim denominada pelo psicanalista nova-iorquino Freudenberger, após constatá-la em si mesmo, no início dos anos 1970.

reais e imaginários a que estão submetidos. Segundo as autoras, as absurdas taxas de morte dos policiais ressaltam que não existe fatalidade, ou seja, as mortes não acontecem ao acaso. Dessa forma, consideram que, com os devidos cuidados em relação aos riscos observados, várias mortes poderiam ser evitadas.

O estudo de Manuel e Soeiro (2010) teve como objetivo caracterizar os incidentes críticos no contexto de trabalho da investigação criminal na Polícia Judiciária, além dos sintomas vivenciados pelos profissionais, e delinear uma intervenção. Os incidentes descritos como críticos foram: situações que envolvem diligências operacionais, armas de fogo, indivíduos difíceis, situações em que a percepção do sofrimento humano se evidencia e acidentes de aviação. Concluíram os autores que os policiais apresentaram como sugestões para minimizar os efeitos dos incidentes críticos a intervenção da Psicologia e a fomentação do apoio social.

Dentre as pesquisas encontradas, um trabalho foi realizado por Andrade, Sousa e Minayo (2009) com o objetivo de intervenção, denominada “Intervenção visando à autoestima e qualidade de vida dos policiais civis do Rio de Janeiro”. Concluíram que é possível e proveitoso realizar intervenção que ofereça suporte emocional aos policiais, enfocando autoestima e qualidade de vida e, como fator de motivação para a pesquisa, os autores afirmaram ter a convicção de que os policiais podem ser, quando atendidos em suas próprias necessidades, uma das maiores forças de implementação dos direitos humanos no país. Para que isso ocorra, é necessário investimento no processo educacional das polícias, estimulando, incentivando e produzindo conhecimentos que possam ajudá-los a se tornar pessoas melhores no desenvolvimento de sua práxis.

Em pesquisa sobre o trabalho e os riscos de adoecimento, realizada por Anchieta, Galinkin, Mendes e Neiva (2011), foi aplicado o Inventário do Trabalho e Riscos de Adoecimento (ITRA) em 160 policiais civis, homens e mulheres, recém-empossados na

instituição. O objetivo do estudo foi avaliar a percepção que os policiais civis do Distrito Federal têm sobre o seu contexto de trabalho, suas exigências, assim como as vivências e os problemas físicos, psicológicos e sociais causados pelo trabalho. Os resultados indicaram que, apesar de não ficarem evidentes danos graves à saúde do policial novato, há riscos de acontecerem falhas nas estratégias de mediação em relação a fatores que levam ao adoecimento.

O levantamento das pesquisas demonstra uma carência de estudos sobre o policial, que pode ser reflexo de um ressentimento de origem, que acabou por colocar a população e os intelectuais em oposição aos agentes da segurança pública, o que foi potencializado nos períodos de Ditadura Militar no Brasil. Apesar da segurança pública como partícipe da construção democrática e objeto da ciência social vir se consolidando a partir dos anos 1990 (Costa, 2004; Souza & Minayo, 2005), pelas pesquisas citadas percebe-se que estudos que refletem a preocupação com a saúde do policial, além de recentes, são raros e podem ser ampliados.

Nesse mesmo levantamento não foram encontradas pesquisas sobre a saúde de policiais civis que investigam crimes contra crianças e adolescentes, objeto desta tese. Entretanto, foi encontrado um estudo dos pesquisadores Patten e Burke (2001), os quais concluíram que os investigadores de homicídios de crianças experienciam níveis de estresse mais alto do que os adultos em geral.

De acordo com Dejours (2003), o sofrimento é um afeto, e a subjetividade pode ser definida como a experiência originária da própria vida. À luz da Psicodinâmica do Trabalho, o sofrimento pode ser enfrentado por meio de estratégias defensivas, conceitos centrais da teoria, que têm como objetivo evitar a desestruturação e as desordens mentais dos trabalhadores (Molinier, 2004a). Ainda segundo Dejours (1999, 2003), Molinier (2008a) e Hirata e Kergoat (1994), a questão da saúde no trabalho não deve ser explorada

da mesma forma para homens e mulheres, pois diferentes lugares lhes são atribuídos nas organizações do trabalho, ou seja, pela divisão sexual do trabalho. Por causa da desigualdade entre homens e mulheres, construída socialmente, o acesso à dinâmica do reconhecimento no trabalho acontece também de forma desigual para homens e mulheres, questão desafiante para os estudos em Psicodinâmica do Trabalho.

Com base nessas considerações, o objetivo geral deste estudo é verificar se um grupo de policiais da Polícia Civil, que investiga ocorrências nas quais crianças e adolescentes são vítimas de violência, estaria usando estratégias de defesa para executar o seu trabalho. Quanto aos objetivos específicos, estes consistem em compreender o trabalho feito por esses e essas policiais; explorar a forma como se processa a construção do coletivo de trabalho em suas diferentes dimensões: visibilidade, relações de cooperação e espaço público de discussão; compreender como a divisão sexual do trabalho interfere no sofrimento e defesas nesse coletivo de trabalhadores; e proporcionar um espaço para que os policiais e as policiais do grupo em estudo pudessem discutir os seus problemas relacionados ao trabalho e suas consequências.

Parte-se do pressuposto de que o trabalho policial é viril e masculino, ou mesmo do pressuposto do que Zaluar (1999, 2001) denomina de “ethos² guerreiro”, que é uma interpretação da autora acerca do conceito de Norbert Elias (1997). O “ethos guerreiro”, segundo Zaluar, promove o desencadeamento de atitudes violentas motivadas pelo desejo de infligir dor física e moral ao adversário em uma determinada situação de competição. Dessa forma, o trabalho com crianças e adolescentes vítimas de violência, caracterizando-se como um trabalho de cuidado e proteção, portanto, feminino, não é valorizado pelos outros policiais e pelos próprios trabalhadores dessa unidade. Isso porque este, como

² O ethos é a maneira como cada homem e cada cultura vivem o ser (Dussel, S.d).
O ethos está na origem das normas e da própria diversidade das culturas e religiões (Agostini, 1993, p. 21)

qualquer outro trabalho é sexuado, ou seja, a divisão social na sociedade é reproduzida nas relações de trabalho.

A tese defendida é de que o trabalho desses e dessas policiais é pouco valorizado dentro da própria instituição, por não ser o “verdadeiro trabalho policial”, que repousa em um “ethos guerreiro”, um ofício viril, mas um trabalho feminizado. Além disso, esses trabalhadores e essas trabalhadoras não percebem, eles mesmos, o sentido do trabalho que executam, e não têm total conhecimento quanto à sua atuação, o que impacta na insatisfação em desempenhá-la.

O estudo está organizado em três partes. Na primeira, apresentam-se a contextualização do objeto e os fundamentos teóricos; na segunda, o objeto de investigação; e na terceira, os objetivos da pesquisa, o método, os resultados e a discussão desses resultados. Cada parte do estudo está disposta em capítulos: 1. A Polícia; 2. O Trabalho; 3. Referencial Teórico; 4. Trabalho e Saúde; 5. Objeto de Investigação: o(a) Trabalhador(a) Policial; 6. Metodologia em Psicodinâmica do Trabalho; 7. Método; 8. Análise das Sessões de Clínica do Trabalho; e 9. Considerações Finais.

A POLÍCIA

Origem

A polícia é uma instituição cujas atribuições, da forma com que se apresentam atualmente, em um Estado democrático de direito, são relativamente recentes. Por serem recentes, essas atribuições e suas limitações são pouco conhecidas tanto pela sociedade quanto pelos seus agentes. Neste capítulo, será apresentado um esboço dessa instituição em razão de o trabalhador policial ser o objeto de estudo desta pesquisa. Os estudos sobre o policial também são recentes e, normalmente, fazem referência, como serão descritos, à violência praticada pela instituição (Pinheiro, Izumino & Fernandes, 1991; Adorno, 1995; Velho, 1996; Pinheiro, Izumino e Fernandes (1991); Cardia, 1997; Costa, 2004).

Em seu texto *Violência Fatal*, Pinheiro, Izumino e Fernandes (1991, p. 111) investigaram a violência policial no estado de São Paulo. O texto é resultado de uma pesquisa iniciada em 1988 pelo Núcleo de Estudos da Violência (NEV), cujos dados coletados levaram em conta os casos de confronto entre policiais e criminosos ou suspeitos, apurados pela Secretaria de Segurança Pública do Estado. Os pesquisadores concluíram haver uma “ênfase na ação repressiva, em detrimento da prevenção, visando atender a uma demanda real da população por segurança” (p. 44). Ainda explorando a violência policial, Pinheiro, Izumino e Fernandes (1991, p. 44) considera que “os governos civis recém-eleitos não tiveram êxito em proteger os direitos fundamentais de todos os cidadãos”, ao denunciar que a polícia continua atuando de forma violenta contra alguns alvos mais vulneráveis que outros, que seriam o pobre, o trabalhador rural e sindicalistas, os grupos minoritários, as crianças e os adolescentes abandonados.

Nesse mesmo sentido, Adorno (1995) discute a violência policial no estado de São Paulo e comenta: “enquanto a PM paulista matou 1.149 civis, em confrontos, no ano de

1991, a de Nova York – onde as taxas de criminalidade violenta são elevadíssimas – feriu 20 e matou 27” (p. 319).

Cardia (1997) vai ao encontro das ideias dos autores já citados no que diz respeito à imagem negativa que o público tem da polícia. Segundo a autora, essa imagem é fruto de uma herança do Regime Militar, em que a polícia era vista como violenta e arbitrária. Além disso, a falta de controles externos da polícia seria responsável pela descrença ou pelo medo que as pessoas sentem da instituição.

Em seu livro *Entre a lei e a ordem*, Costa (2004) apresenta os resultados de uma pesquisa em que comparou a violência policial das cidades de Nova York e do Rio de Janeiro. Segundo o autor, enquanto os processos de reforma visando conter a violência policial foram iniciados em Nova York, na década de 1970, esse fenômeno só passou a ser analisado, no Rio de Janeiro, em meados dos anos 1980. Para Costa, a persistência de práticas violentas por parte das polícias é resultado da fragilidade dos mecanismos institucionais de controle da atividade policial. As tentativas de aperfeiçoar o controle sobre as atividades das polícias, submetendo-as ao estado de direito, encontram como obstáculo a necessidade da manutenção da ordem, dilema que seria equivocado, já que as polícias têm se mostrado ineficientes em realizar o controle social. Dessa forma, entende o autor que não são os limites democráticos que dificultam a ação da polícia, mas a forma como a questão do controle social é colocada, visto que esse controle não deveria ser realizado unicamente por essa instituição. Conclui que, quanto mais a atividade policial for percebida de forma legítima, mais será aceita e menor será a necessidade de tal recurso contra a violência.

As pesquisas citadas sugerem que, desde a reestruturação da democracia no Brasil, a polícia tem sido uma das instituições mais visadas e criticadas, tanto pela população quanto pelos meios de comunicação, em razão da forma de atuação dos seus agentes. A

atuação do policial voltada para a ideia de que o cidadão deve ser protegido e ter os seus direitos respeitados é recente, e passa por um processo de discussão e construção de novas práticas e de novas representações.

Apesar da recenticidade dessa forma de atuação, há relatos de atividade policial ainda no antigo Egito, 1.000 anos antes de Cristo. O faraó designava alguém para evitar o acontecimento de crimes (Moraes, 2000), e os gregos consideravam “a polícia como verdadeira magistratura” (Azkoul, 1998, p. 8). Entretanto, de acordo com Monet (2002), na Grécia Antiga apareceram, pela primeira vez na Europa, e talvez na história da humanidade, agentes especializados, encarregados de fazer respeitar as leis da cidade, utilizando a coação física e a ameaça de ações penais. A palavra polícia deriva do grego *politeia*, e do termo latino *politia*, que era utilizado para designar todas as atividades da *polis*, ou seja, significava a constituição da cidade, a constituição do Estado.

Já no Velho Testamento, século VII antes de Cristo, em Jeremias capítulo 37, versículos de 13 a 20, há a descrição de uma prisão, seguida da apresentação do prisioneiro ao príncipe e ao rei, conforme cita Moraes, 1986:

quando o profeta Jeremias se manifestava ao falar ao povo, chegou o capitão da guarda e o prendeu, levando-o aos príncipes que o açoitaram e o meteram no cárcere, na casa do escrivão Jônatas. O profeta recorreu ao rei Zedequias, à presença do qual fora levado, o qual mandou que colocassem Jeremias no átrio da guarda e lhe dessem comida, acolhendo suas súplicas de não retornar a casa de Jônatas para que não morresse ali (p.15).

Esse trecho bíblico demonstra uma ação de polícia, prendendo e levando o prisioneiro à presença do rei.

Também na China antiga, as ruas das cidades mais importantes eram vigiadas por policiais, pessoas que cumpriam a função de polícia e eram obrigadas a prestar contas aos chefes de bairros, que, por sua vez, prestavam contas aos magistrados (Moraes, 2000).

Após a queda do Feudalismo e o início da Reforma, na Europa, o exército passou a exercer o controle social que, a princípio, esteve sob o domínio dos senhores feudais e da Igreja e, em um segundo momento, foi orientado pelos monarcas absolutistas. Esse controle social visava à manutenção do poder, à defesa do território e à intimidação do povo para que não se revoltasse contra os monarcas, contra os senhores feudais e contra os dogmas da Igreja (Moraes, 2000).

Na Idade Média, na Europa, durante séculos, desordens nas cidades foram favorecidas pela criminalidade, fome, peste, guerra, motins e conflitos que a Reforma provocou. As pessoas não possuíam liberdade para agir, pois eram sempre vigiadas. Em virtude dessa insegurança, houve diversas tentativas de se fazer impor a paz pública, já que não existia um poder político capaz de cessar a violência. Porém, em todas as tentativas, não surgiram aparelhos de polícia especializados, a segurança e a ordem eram vistas como um negócio próprio, típico das sociedades antigas (Marcineiro & Pacheco, 2005).

Dessa forma, o que prevalecia, nos primórdios da formação da polícia, era a força, e sua aplicação estava relacionada à noção de vingança. Esse período, que perdurou até o século XVII, foi chamado de período da vingança (Amaral, 2003, pp.28-29).

A atual concepção de polícia surgiu a partir da criação do Estado moderno, no momento em que se convencionou chamar de Modernidade, que tem como marcos a Revolução Francesa e a Revolução Industrial. Os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade, alicerces da Revolução Francesa, serviram para o enfraquecimento do poder absolutista, acabando com a ideia de Estado-Polícia, a qual deu lugar à figura do Estado de Direito, defendendo a juridicidade a dignidade da pessoa humana. É nesse contexto, por

volta do século XVIII, que se dá o embrião da polícia atual (Marcineiro & Pacheco, 2005). A partir dessa percepção, passa-se a considerar que os problemas da população podem ser objeto de intervenções do poder do Estado. Essas formas de poder sobre a vida de todas as pessoas se estabeleceram ao longo dos séculos XVII e XVIII.

A forma de governar era regida a partir do processo de construção histórica de dois dispositivos de poder-saber: a Razão de Estado e a Polícia (Foucault, 1989, citado por Santos, 1997), sendo que a doutrina da Razão do Estado estabelecia os seus métodos de governo em relação a outros detentores de poder, como Deus, o pai e a família. Nesse sentido, a força do poder de Estado sempre deve aumentar e se consolidar. Na conclusão de Bourdieu (1994) “o Estado constituiu-se pelo realizar de um processo de concentração de tipos de capitais, até então dispersos: o capital da força física ou dos instrumentos de coerção, o capital econômico, o capital cultural e o capital simbólico” (p. 109).

Daí derivou um saber político, que considerava que o governo só seria possível se a força do Estado fosse reconhecida. Conhecer a arquitetura das cidades, por meio da construção de maquetes, foi a primeira forma de exercer esse poder para facilitar o conhecimento do território e de circulação das pessoas, favorecendo a administração, pelo Estado, de todos os aspectos de suas vidas. Em continuidade a essa lógica, para seguir com a expansão do poder do Estado, passou-se a configurar o segundo dispositivo de poder-saber, já citado, a Polícia, como foi concebida no século XVIII. O domínio da Polícia englobava a justiça, as finanças e o exército (Bourdieu, 1994).

Em uma referência ao fato de que o objeto específico da polícia era a sociedade e os homens enquanto seres sociais, de acordo com Berges (1988) “a polícia consistia em uma técnica de governo que tinha por objeto a felicidade do Homem mas, também, a potência da Cidade” (p. 324). A polícia desenvolveu-se, então, vinculada à expansão do poder do

Estado, desde o século XVIII, em que os principais Estados europeus tinham a marca do Absolutismo (Santos, 1997).

Ainda segundo Santos (1997), por meio de sua leitura de Foucault:

a formação do Estado Moderno realizou-se pela produção de uma forma de poder que combinava tecnologias de poder totalizantes, as quais sujeitavam todas as práticas dos indivíduos e grupos, e tecnologias de poder globalizantes, pois abrangiam práticas gerais de todos e de cada um dos indivíduos do grupo (p. 156).

A polícia, então, derivou de um conjunto de funções necessárias ao funcionamento e à conservação da Cidade-Estado, a *polis* grega, e, por mais perverso que possa parecer, a instituição Polícia é necessária, para o bom ordenamento da sociedade, bem como para a garantia dos direitos fundamentais do cidadão. Observa-se, entretanto, que é uma instituição em permanente transformação, em função das mudanças do próprio Estado.

Para Azkoul (1998), a “polícia é uma instituição estatal permanente, direito e responsabilidade de todos, não só exercida para a preservação da ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio, mas, acima de tudo, para assegurar e promover o respeito à dignidade da pessoa humana” (p. 41). Por essa definição, percebe-se que o trabalho da polícia tem, dentre as suas finalidades, balizar comportamentos e, para que isso se torne possível, além do monopólio da violência, a organização policial deve agir como “agente de produção de consenso” (Santos, 1997, p. 160).

Há distinção entre os conceitos de organização e instituição. Instituição refere-se às práticas sociais, como considera Costa (2004):

Organizações tem por objetivo a realização de determinadas ações de interesse social, político ou econômico por meio da coordenação de determinadas

habilidades e estratégias. Já as instituições são práticas sociais, estabelecidas por normas ou consuetudinariamente, que se perpetuam no tempo em uma determinada sociedade (p. 66).

Assim, Bobbio, Matteucci e Pasquino (1998) definem a polícia:

É uma função do Estado que se concretiza numa instituição de administração positiva e visa a pôr em ação as limitações que a lei impõe a liberdade dos indivíduos e dos grupos para salvaguarda e manutenção da ordem pública, em suas várias manifestações: da segurança das pessoas à segurança da propriedade, da tranquilidade dos agregados humanos à proteção de qualquer outro bem tutelado com disposições penais (p. 944).

Essa definição simboliza que a instituição deve ter o poder de intervir e regular a vida das pessoas e o seu convívio.

Citando Weber, Elias (1990) comenta que cabe ao Estado o uso legítimo da força física como condição de possibilidade para a construção de uma sociedade mais pacificada. Tratam-se, aqui, de procedimentos baseados no direito racional, conduzido por normas.

Nesse sentido, revela-se a ambivalência do trabalho policial, que pode exercer coerção física legítima, mas, além disso, deve desempenhar uma função social marcada pelo consenso, que é a promoção do bem-estar ou relacionamento entre as pessoas. O consenso entre as duas atribuições, no exercício da atividade policial, é que passa a delinear as condições de governabilidade, que possibilitam a construção do poder do Estado sobre os indivíduos e a coletividade, o que legitima, não só a organização policial, mas também a governabilidade de Estado.

Na Europa, desde o medievo, dois modelos de polícia destacaram-se: o modelo francês e o modelo inglês. A polícia francesa foi constituída com a assinatura do ato de

nascimento da polícia, assinado por Luís XIV, mas o modelo francês de polícia foi instituído após a Revolução Francesa, com o Código de Brumário, que estabelecia como função da polícia a manutenção da ordem pública, da liberdade, da propriedade e da segurança individual. A marca desse modelo de polícia, centralizada e estatal, ligada à formação do Estado, passou a ser, então, o poder (Santos, 1997).

Dentre as principais características do modelo inglês de polícia, baseado na relação dos seus membros com a sociedade local, destacam-se a cooperação voluntária da população, o uso mínimo da força física e a prestação adequada de serviços à sociedade, reconhecimento de que o indicador da eficácia da polícia é a ausência do crime e da desordem, e o respeito ao Judiciário. Era a chamada polícia comunitária (Santos, 1997).

A Polícia no Brasil

Desde o descobrimento do Brasil, Portugal demonstrava preocupação com a defesa da nova Colônia. Nessa fase, a necessidade prioritária era a ocupação e preservação das terras ocupadas contra ameaças internas e externas (Fernandes, 1974, p. 32). Documentos dão conta de que a ideia de polícia no Brasil surgiu quando D. João III, em 1530, resolveu adotar o sistema de capitâneas hereditárias e outorgou a Martim Afonso de Souza uma carta régia para estabelecer a administração, promover a Justiça e organizar o serviço de ordem pública, da forma que melhor entendesse, nas terras aqui conquistadas. Os donatários recebiam o título de capitão e governador (Azkoul, 1998).

No Governo-Geral, segundo o regimento de Tomé de Souza, de 1548, as atribuições policiais eram exercidas pelo capitão-mor, que auxiliava o governador-geral na segurança e defesa da Colônia contra as invasões e conflitos indígenas. Nesse momento histórico, segundo Azkoul (1998, p. 23) a força policial era tão importante que muitos a

consideravam verdadeira magistratura. O policiamento era, por excelência, puramente civil.

Ainda segundo Azkoul (1998), com a vinda da família real portuguesa para o Brasil, em 10 de maio de 1808, iniciou-se um aparato institucional de polícia mais organizado, constituindo a matriz da estrutura policial no Brasil, uma vez que D. João VI criou a Intendência Geral da Polícia da Corte e do Estado do Brasil. A essa polícia era incumbido o abastecimento da cidade e a responsabilidade pelas obras de interesse público, devendo também garantir a segurança das pessoas de forma individual e coletiva, incluindo, aí, manter a ordem pública, vigiar a população, investigar os crimes e proceder à captura dos criminosos, tendo uma função judiciária.

Havia nas Províncias um representante com a denominação de delegado da intendência. Essa foi a primeira iniciativa, que se conhece, de estruturar o organismo policial no Brasil. A organização policial, até então, esteve sempre dominada pelo aspecto político-partidário, já que sua função era, basicamente, proteger o colonizador e a nobreza (Donnici, 1990). Segundo o autor, a criação da Intendência Geral, em 10 de maio de 1808, é considerada o marco histórico da origem da Polícia Civil no Brasil. No ano seguinte, 1809, foi criada a Divisão Militar da Guarda Real de Polícia do Rio de Janeiro, dando origem à Polícia Militar.

Após a Independência do Brasil, em 1822, o Código de Processo Penal do Império de 1832 consagrou a instituição do júri como procedimento penal habitual. Os juízes de paz eram figuras importantes na estrutura de dominação política existente. Eles eram eleitos e, portanto, ficavam sob influência das lideranças políticas e não mais do governo central, o que significou o fortalecimento da política local em relação ao poder central. A reforma do Código de Processo Penal de 1841 substituiu os juízes de paz por funcionários de polícia nomeados pelo governo central (Costa, 2004).

O Regulamento nº 120/1842 dividiu a Polícia em administrativa e judiciária, quanto à função e competência, conferindo à Polícia Judiciária atribuições como: expedição de mandados de busca e apreensão, prisões de denunciados e julgamento de crimes. Após 1871, pela Lei nº 2.033 de 20 de setembro de 1871, as funções judiciais (expedir mandados de busca, julgar e proceder à formação de culpa) ficaram estritamente reservadas aos juízes e não mais cabiam ao delegado, ficando-lhes a responsabilidade de apurar os ilícitos penais e levantar autoria, utilizando-se, a partir de então, do inquérito policial para as investigações, que se transformaram no principal mecanismo de ligação entre a polícia e o sistema judicial. Em 1897, a polícia deixou de ser subordinada ao Poder Judiciário e passou a ser órgão do Poder Executivo (Fragoso, citado por Azkoul, 1998 ; Costa, 2004).

Com a Proclamação da República, em 1889, cada estado passou a organizar sua própria polícia, sempre usada como instrumento habitual da ação política. Em 1902, o presidente da República, Rodrigues Alves, reformou o serviço policial, dando-lhe a denominação de Polícia Civil do Distrito Federal e, cinco anos mais tarde, no Governo Afonso Pena, a Polícia Civil do Distrito Federal passou a ser inspecionada diretamente pelo presidente da República, sob a superintendência do ministro da Justiça e Negócios Interiores, por meio do Decreto nº 6.440, de 30 de março de 1907 (Azkoul, 1998).

O período iniciado com o golpe de 1930 passou a ser delineado por práticas totalitárias de comando político e social. Nesse momento, tudo se tornaria uniforme e coletivo, desaparecendo as formas de vida íntimas e pessoais. Dessa forma, o Estado de massa passaria a gerar a mentalidade de massa. A sociedade, então, ficou sob constante vigilância. A polícia passou a responder a um projeto político que aprisionava ou liquidava certas categorias da população. O terror implantado pelo Estado, por intermédio e com a polícia, era uma prova de que aquilo que o Estado determinava tinha que ser verdadeiro: perseguição aos comunistas, aos estrangeiros, à ganância anticristã dos liberais, às crises,

aos maus hábitos ou a tudo o que fosse apontado como causador de algum dano (Cancelli, 1998).

Em 1944, Getúlio Vargas decidiu que a Polícia Civil do Distrito Federal seria transformada em Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP), dirigido por um chefe de polícia, que passou a executar, no Distrito Federal, na época o Rio de Janeiro, os serviços de segurança pública. O DFSP passou a ter capacidade para atuar em todo o território nacional com a aprovação da Lei nº 4.483, de 16 de novembro de 1964. Atualmente, o DFSP possui a denominação de Departamento de Polícia Federal, subordinado ao Ministério da Justiça, com sede em Brasília (Academia de Polícia Civil [APC], 1998).

Até esse momento, segundo Cancelli (1998) a atuação da polícia parecia estar dividida em duas fases. Uma fase basicamente privada, dos clãs, das famílias, dos senhores rurais, mais a serviço do privilégio do que do direito, e outra fase em que o governo passou a ser o Estado e a polícia personificava o braço executivo da pessoa do ditador e de um novo projeto político, sendo o mais importante dos órgãos de poder na sociedade (Cancelli, 1998).

Atualmente, a organização policial brasileira está embasada nos dois modelos: o francês, estatal e centralizado, e o inglês, comunitário. Para exercer a sua função, a polícia se utiliza de um recurso denominado por Weber de uso legítimo da força (Santos, 1997).

Hoje, a Constituição Brasileira de 1988, em seu artigo 144 estabelece que:

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

I – Polícia Federal;

II – Polícia Rodoviária Federal;

III – Polícia Ferroviária Federal;

IV – Polícias Cíveis;

V – Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares.

Dessa forma, de acordo com o §40 do artigo 144 do texto constitucional de 1988, a Polícia Civil, vinculada aos poderes executivos estaduais, sob a coordenação de delegados de carreira e excluída a competência da União, tem a competência de apurar as infrações penais, excetuadas as infrações militares, e as funções de polícia judiciária, ou seja, deve realizar as investigações criminais demandadas pela justiça. À Polícia Militar, também subordinada ao chefe do governo estadual, compete o policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública, conforme o §50, inciso IV do mesmo artigo.

As polícias civil e militar têm funções complementares e atribuições bem delimitadas e, para terem uma atuação eficaz, devem atuar de forma articulada entre elas. O trabalho desenvolvido pela Polícia Militar deve resultar na preservação da ordem pública e na coibição da ocorrência de crimes ou na identificação de delitos previstos no Código Penal. Quando a Polícia Militar constata a ocorrência de algum delito passível de enquadramento penal, ela deve efetuar a detenção dos infratores e encaminhá-los à unidade da Polícia Civil responsável pela área. Para a Polícia Civil, a atuação em conjunto com a Polícia Militar se coloca como uma possibilidade quando são realizadas operações de grande vulto, como é o caso das “batidas policiais” (Rodrigues, 2003, p. 14). De uma maneira geral, a Polícia Militar faz o trabalho ostensivo, por isso seus agentes atuam fardados, e a Polícia Civil faz o trabalho investigativo.

A Polícia em Brasília: a Nova Capital

A Academia de Polícia Civil do Distrito Federal publicou, em 1998, uma pesquisa sobre a história da Polícia Civil de Brasília, desde o momento de sua idealização, passando

por sua criação, até a data da publicação da referida pesquisa. Essa obra foi utilizada como fonte para a elaboração desta apresentação (APC, 1998).

Consta que o presidente da República, Juscelino Kubitschek, que tomou posse em 31 de janeiro de 1956, tinha como meta nº 31 do seu governo a mudança da capital do país para o Planalto Central. Com o objetivo de cumprir a referida meta, em setembro do mesmo ano foi criada a Companhia Urbanizadora da Nova Capital (NOVACAP), a quem caberia “planejar e executar os serviços de localização, urbanização e construção de Brasília”. Durante a construção de Brasília, o DFSP permaneceu no Rio de Janeiro.

A cidade, que era um canteiro de obras, atraía gente de vários lugares do país, o que provocava preocupação em relação a furtos de materiais das obras e edificações. Por essa razão, Israel Pinheiro, presidente de NOVACAP, solicitou ao Governo do Estado de Goiás um destacamento policial, por causa de alguns furtos que já haviam ocorrido. O Governo de Goiás negou a solicitação, alegando não poder interferir em questões da região de Brasília enquanto não fosse oficializada a mudança da nova Capital. Diante disso, Israel Pinheiro propôs ao conselho administrativo da NOVACAP a criação de uma força policial específica para Brasília. Então, em 28 de fevereiro de 1957, foi criada a Divisão de Segurança Pública (DSP), subordinada ao Diretor da NOVACAP, Bernardo Sayão, que encarregou o coronel da Reserva da Polícia Militar do Rio de Janeiro, Antônio Muzzi Alves Pinto, de treinar alguns homens no serviço policial. Foram contratados 20 homens, dentre os próprios vigias da NOVACAP, dando origem à Guarda Policial, a GP.

O processo de incorporação na GP era relativamente simples. Eram admitidos na corporação homens que mostrassem coragem e espírito aventureiro. De preferência, os mais altos, com estatura média de 1,70 m, ou quem já tivesse servido às Forças Armadas. Dava-se preferência aos homens que fossem solteiros ou aqueles que não possuíssem família em Brasília, pois o trabalho exigia dedicação exclusiva. Pelo depoimento de um

escrivão de polícia aposentado, entrevistado pelos autores do livro *História da Polícia Civil de Brasília: aspectos estruturais*, aqueles que sabiam jogar bola levavam vantagem sobre os demais, porque o Coronel Muzzi pretendia formar um time de futebol. A GP não era polícia judiciária, nem órgão processante, executando somente o serviço de polícia ostensiva. Os presos eram encaminhados a uma das delegacias do Estado de Goiás.

Diante da necessidade de policiamento também na zona rural da cidade, em 7 de agosto de 1957 foi nomeado o dentista Joaquim Alves Ferreira Júnior para organizar uma guarda rural, dando surgimento à Guarda Rural da NOVACAP, a GRN. Enquanto a GP fazia o policiamento da área urbana que se formava e a segurança das autoridades que representavam o Governo na direção das obras, a GRN protegia as nascentes; exercia o controle sobre a flora e a fauna, cerâmicas e granjas da NOVACAP, e fazia vigilância sobre os acampamentos das companhias construtoras, além de dar combate ao fogo e controlar a imigração.

Fato marcante ocorreu no mês de abril de 1958 quando os guardas da GP e GRN, que trabalhavam fardados, passaram a portar armas de fogo. Nesse momento, não havia seleção nem treinamento específicos para o ingresso na polícia. Sua constituição foi acontecendo na medida em que a própria sociedade solicitava. Como a área onde se construiu Brasília estava sob a jurisdição do Estado de Goiás e preocupado com a segurança pública, tendo em vista o fato de a GP e GRN não existirem do ponto de vista legal, Israel Pinheiro solicitou providências para que fosse legalizada a polícia de Brasília. José Ludovico de Almeida, então Governador de Goiás, promulgou uma lei, em caráter provisório (Lei nº 2.364, de 9 de dezembro de 1958), criando o Departamento Regional de Polícia de Brasília (DRPB) e a ele subordinou uma guarda denominada Guarda Especial de Brasília (GEB), ambos subordinados à Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás. A GEB, em princípio, foi constituída pelos componentes da GP e GRN. A partir de

então, Brasília passou a ter um organismo policial investigatório e processante, porém ainda não existia, no local, um sistema policial oficial (APC, 1998).

No dia 20 de março de 1959, foram estabelecidas normas com os requisitos para o ingresso na GEB: curso primário completo, altura mínima de 1,70 m e idade de 18 a 28 anos. Os candidatos teriam também que passar por uma inspeção de saúde e serem aprovados em teste intelectual, no qual constava um ditado de 20 linhas e problemas de matemática envolvendo as quatro operações básicas.

Como se pode perceber, a seleção já começa a ser um pouco mais rigorosa, rigor este que pode ser atribuído tanto à proximidade da inauguração da cidade e à consequente necessidade de uma polícia mais bem preparada, quanto ao aumento gradual da população, gerando maior oferta de mão de obra (Anchieta, 2003).

Foram criados, pelo comando do DRPB, na GEB, os cargos de delegado, com atribuições hoje equivalentes às de delegado-chefe, e de comissário e de investigador de polícia. Para prover esses cargos, foram transferidos para Brasília delegados e comissários de polícia do Estado de Goiás. Nos distritos policiais eram lotados um delegado de polícia exercendo a função de chefe; um comissário de polícia e um investigador responsável pelo plantão; um comissário de polícia e investigadores responsáveis pelo expediente; e soldados, comandados por um cabo da GEB, incumbidos do policiamento ostensivo.

A inauguração de Brasília.

Em 11 de maio de 1959, o DRPB e a GEB, que tinham comando único, passaram a ter comandos distintos. Em 21 de abril de 1960, com a mudança da Capital Federal do Rio de Janeiro para Brasília, cessaram os efeitos da Lei nº 2.364, de 9 de dezembro de 1958, dado seu caráter provisório, extinguindo-se a DRPB e a GEB. Esta última, porém, continuou atuando (APC, 1998).

O policiamento da Capital durante a inauguração (dias 21, 22 e 23 de abril) contou com a participação de soldados do Exército de São Paulo, Pernambuco, Rio de Janeiro e de Goiás. Após as cerimônias, tais soldados foram convidados para ingressarem nos quadros da GEB. Os que aceitaram, submeteram-se a testes físicos e intelectuais, constituídos de corrida, salto em altura, subida em corda, um ditado de 20 palavras e problemas de matemática envolvendo as quatro operações. Mais uma vez mudaram os critérios de seleção. Esses candidatos eram oriundos do Exército e submeteram-se a uma seleção mais rigorosa do que aqueles que os antecederam.

Nesse momento, foi criado o Serviço de Polícia Metropolitana (SPM) em 13 de abril de 1960, integrado no DFSP, subordinado ao ministro da Justiça e Negócios Interiores, que tinha o poder de requisitar servidores federais para integrar, provisoriamente, os quadros do SPM. O DFSP e o SPM seriam dirigidos por um chefe de Polícia.

Com a mudança da Capital, a estrutura do DFSP, órgão até então incumbido do policiamento no Rio de Janeiro, foi transferido para Brasília. A maior parte do seu efetivo optou por ficar no antigo Distrito Federal, integrando os quadros do Departamento Estadual de Segurança Pública (DESP), do recém-criado estado da Guanabara. Como o efetivo do DFSP era pequeno para dar conta da segurança pública de Brasília, alguns servidores do extinto DRPB, os mais qualificados, foram absorvidos pelo Serviço de Polícia Metropolitana, nos trabalhos de polícia judiciária, sendo que os demais foram absorvidos pela GEB, no policiamento ostensivo.

No dia 2 de agosto de 1961 foi nomeado um grupo de trabalho incumbido de apresentar um projeto de organização de polícia unificada. No dia 17 do mês seguinte foi criada a Superintendência de Polícia Metropolitana (SPM), que absorveu o Serviço de Polícia Metropolitana. Com a implantação da Polícia Única, a título de experiência, o chefe

de Polícia do DFSP passou a ter a possibilidade de regularizar de vez a situação da GEB, que subsistia em caráter provisório desde 21 de abril de 1960. Assim, acredita-se que as principais transformações estruturais ocorridas com a criação da SPM foram a unificação das polícias e a extinção da GEB, em caráter definitivo.

Pelo projeto, o Serviço de Polícia Metropolitana (SPM) passaria a denominar-se Polícia Metropolitana do Distrito Federal (PMDF), em cuja estrutura não haveria separação das polícias, seria uma organização única. Os integrantes da extinta GEB foram aproveitados nos quadros da recém-criada Superintendência de Policiamento (SP) responsável, a partir de então, pelo policiamento ostensivo, a quem ficaram subordinadas a Divisão de Trânsito, a Divisão de Patrulhamento e a Divisão de Bombeiros.

Para efetivação do reenquadramento nas novas carreiras policiais, era exigida dos candidatos, pelo menos, instrução equivalente ao curso primário completo; submeter-se a teste, que compreendia Português, Aritmética, Geografia, História do Brasil e Conhecimentos Gerais; ter idade mínima de 18 e máxima de 28 anos; ter altura mínima de 1,65 m; boas condições físicas; estar quite com o serviço militar e comprovar boa conduta social. Se aprovado, ficaria sujeito a curso específico na Academia de Polícia. Nesse momento, a seleção para o ingresso na carreira policial passou a ser mais criteriosa do que para o ingresso na GP e na GEB.

Durante o ano de 1962, a SPM continuou aprimorando seus serviços, viabilizando condições para que se consolidasse a Polícia Única em Brasília. Várias mudanças foram efetuadas para dar a agilidade e funcionalidade pretendidas ao sistema de policiamento unificado. No entanto, o DFSP permanecia dividido em várias Superintendências, o que dificultou a coordenação das ações de policiamento e fiscalização.

Esse duplo comando – Superintendência de Policiamento e Superintendência de Polícia Metropolitana – causava transtornos administrativos. Para facilitar as operações e

centralizá-las em um único comando, o Chefe do DFSP extinguiu, em 14 de julho de 1963, a Superintendência de Policiamento e a Corregedoria. O efetivo da SP passou então a integrar a SPM. No lugar da Corregedoria foi criada a Divisão de Polícia Judiciária (DPJ), subordinada à SPM.

Em 19 de junho de 1964, o DFSP foi dividido em vários órgãos e, em setembro do mesmo ano, o chefe de Polícia do DFSP extinguiu a Diretoria de Polícia Civil e a Diretoria-Geral. Deu à Divisão de Polícia Metropolitana a denominação de Polícia Metropolitana de Brasília, e à Divisão de Polícia Federal a denominação de Polícia Federal. Na mesma data, a Divisão de Polícia Judiciária (DPJ), antiga Corregedoria, passou a ser diretamente subordinada ao diretor de Polícia Metropolitana de Brasília.

A estrutura organizacional do DFSP manteve-se sem alterações até novembro de 1964, quando foi editada a Lei nº 4.483/1964, que retornava os moldes tradicionais ao DFSP, criando a Polícia Federal e a Polícia do Distrito Federal com seus órgãos afins, ou seja, a Divisão de Polícia Judiciária, a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros do Distrito Federal. Com a referida lei, extinguiu-se a Polícia Única em Brasília, que funcionava em caráter experimental.

A Polícia do Distrito Federal (PDF), integrada no DFSP, foi criada para cuidar do policiamento e segurança de Brasília e de todo o seu território, em caráter transitório, até que fosse criada, em 31 de janeiro de 1966, a Secretaria de Segurança Pública (SEP) – sigla adotada porque a sigla SSP já pertencia à Secretaria de Serviços Públicos – quando, então, nela seria integrada e definida sua subordinação administrativa.

Nessa data, a PDF foi desvinculada do DFSP, ocasião em que alguns servidores ficaram na PDF, outros na Polícia Federal e outros ingressaram na Polícia Militar. O critério adotado, segundo depoimento feito à pesquisadora por um delegado aposentado da Polícia Federal, era a “bravura”. Os policiais considerados mais “valentes” foram

escolhidos para permanecer na PDF. A Lei que instituiu a estrutura básica da Secretaria de Segurança Pública deu ao então DPJ a nomenclatura de Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF).

A Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF)

A PCDF, órgão do Poder Executivo, é dirigida por delegado(a) de polícia de carreira, sendo diretamente subordinada ao governador do Distrito Federal. Tem como característica peculiar, em relação aos estados da Federação, o fato de ser mantida com recursos da União. Composta de cerca de 5.000 servidores na ativa e 2.000 aposentados, tem vínculo com a Secretaria de Segurança Pública nas ações que exigem integração com outros órgãos da Segurança Pública.

As atribuições da PCDF são: planejar, normatizar, dirigir, supervisionar, fiscalizar, administrar, coordenar, executar, controlar e avaliar as atividades relativas à Polícia Administrativa, Polícia Judiciária e Técnico-Científica; promover o intercâmbio policial com organizações congêneres; prevenir, reprimir e apurar, com exclusividade, os crimes e contravenções, na forma da legislação em vigor; colaborar na execução de serviços policiais relacionados com a prevenção e a repressão da criminalidade interestadual; executar os serviços de perícia e identificação datiloscópica civil e criminal; cooperar com as autoridades administrativas e judiciárias no tocante à aplicação de medidas legais e regulamentares; e elaborar e propor a programação anual de trabalho dos órgãos que lhe são subordinados (www.pcdf.df.gov.br).

Segundo o estatuto do policial, a ocupação das vagas no quadro da PCDF faz-se mediante a aprovação em concurso público. As etapas do concurso, atualmente, englobam prova de conhecimento, exame biométrico e avaliação médica, prova de capacidade física, avaliação psicológica, sindicância de vida pregressa e investigação social. Além disso, o

candidato deve frequentar e ser aprovado no curso de formação na Academia de Polícia Civil do DF, que é específico para cada categoria profissional. Em 7 de fevereiro de 1996, com a sanção da Lei nº 9.264, publicada no Diário Oficial da União (DOU), o ingresso em qualquer cargo da carreira policial do DF passou a exigir o 3º grau de escolaridade.

Depreende-se que o processo seletivo, com exigência de nível superior para seus candidatos a cargos na Polícia Civil do Distrito Federal, é fruto da necessidade, em um Estado democrático de direito, de policiais com maior compreensão da sociedade, de seus atores e de seus problemas. A exigência de policiais com nível de instrução superior implica maior remuneração. Como consideram Bandeira e Costa (2007):

no Distrito Federal, a remuneração daqueles que ingressam nas carreiras profissionais ligadas à segurança pública está entre as mais elevadas do país. Como reflexo disso, verifica-se um aumento substantivo do número de candidatos aos cursos de formação de soldados policiais militares e agentes da Polícia Civil com elevado grau de escolaridade (p. 25).

As atribuições dos ocupantes dos cargos da Polícia Civil: delegado, escrivão e agente de polícia, segundo o sítio da instituição, são descritas a seguir. As atribuições dos demais cargos encontram-se em anexo.

O delegado de polícia dirige a Polícia Civil, preside os inquéritos policiais nas apurações dos delitos, responde pela titularidade das delegacias de polícia, coordena as atividades de polícia judiciária, lavra prisões em flagrante, dentre outras atividades de gestão das unidades policiais. Eminentemente, a função é administrativa, burocrática, ou seja, é interna às unidades policiais, todavia o delegado é responsável por algumas diligências externas e, em algumas situações, os delegados saem às ruas comandando

equipes de agentes de polícia em cumprimento de mandados de prisão e mandados de busca e apreensão.

O escrivão de polícia tem o dever de zelar pelos cartórios das unidades policiais, tendo a responsabilidade pela guarda dos livros de ocorrência e registros de inquéritos policiais. Também tem a função de reduzir a termo as declarações e interrogatórios colhidos nas delegacias. A função predominante também é administrativa e, na maioria das vezes, ocorre dentro das unidades policiais.

O agente de polícia é quem, via de regra, operacionaliza as ações policiais. Cabe ao agente de polícia realizar diligências, atendendo ordens de serviço dos delegados para intimar e conduzir pessoas, levantar dados importantes à investigação e coletar fatos e provas para o inquérito policial.

Para desempenhar as suas funções, a PCDF está dividida em departamentos e coordenações. As delegacias estão divididas em: circunscricionais e especializadas. As delegacias circunscricionais localizam-se nas regiões administrativas do Distrito Federal e investigam todos os tipos de crimes. As delegacias especializadas investigam crimes de acordo com suas especialidades, como crime contra a mulher, crime contra o consumidor, crime contra a criança e o adolescente e outros tipos de crimes.

Como analisa Weber (1966), a polícia é parte integrante da burocracia estatal, organização complexa, responsável por administrar a esfera pública, estruturada na autoridade racional hierarquizada, na formalidade nas relações entre os cargos, em um sistema de obrigações e privilégios definidos por normas. Cada ramo de sua estrutura tem uma área de competência técnica específica, e seus profissionais devem passar por uma rigorosa sistemática de disciplina e controle do seu desempenho, além de terem qualificação e conhecimentos a altura do cargo.

Segundo Pinheiro, Izumino e Fernandes (1991) as mudanças referentes às funções da polícia estão relacionadas com o tipo de governo. Em vários momentos de sua existência, a polícia estava preocupada e era utilizada para proteger o Estado. A ideia de que a polícia deve proteger também o cidadão e respeitar os seus direitos é recente. Para o autor:

o controle da violência do Estado no Brasil é, pelo menos, até 1988, tão ausente que qualquer referência aos instrumentos internacionais assume um tom de inefável surrealismo, dada a distância entre as práticas e as exigências de vários textos. Na realidade, a gramática dos direitos humanos no Brasil somente consegue ser conjugada pelos governos brasileiros depois de 1985, quando vários instrumentos foram subscritos com mais ênfase nos organismos internacionais; depois de 1989, com a intensificação dos processos de ratificação; e com mais iniciativas efetivas na cena nacional, depois de 1991 (p. 213).

Criadas no Brasil entre os séculos XVIII e XIX, as polícias tinham como objetivo preservar a estrutura social no controle dos protestos das classes populares, entendidas estas como classes perigosas, e não somente para combater a criminalidade. Ao transpor-se para aparelho do Estado Nacional, a organização passou a ter a função de controlar o comportamento público e proteger a propriedade.

Durante a ditadura de 1964, por exemplo, algumas práticas e ideias em curso no país foram transformadas. Em relação à segurança pública, segundo Donnici (1990) “nessa época foi aberto um enorme buraco entre as polícias Civil e Militar. O Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, deu ao Exército Nacional o controle e a coordenação das Polícias Militares” (p. 60). Nesse período, a prevenção e a repressão ao crime tradicional, ou seja, a

segurança pública, foram abandonados e, em contrapartida, a preocupação passou a ser a segurança nacional.

Delegacias Especializadas e a Especificidade dos Crimes

Em meados da década de 1980, em contextos de discussões sobre a humanização da polícia, foram criadas as delegacias especializadas, com o intuito de favorecer a legitimação dos direitos de alguns grupos sociais. Por exemplo, as delegacias especializadas em atendimento à mulher foram criadas a partir das reivindicações dos movimentos feministas e outros movimentos envolvidos com a defesa dos direitos da mulher (Calazans, 2004; Nobre & Barreira, 2008). Por outro lado, extinção de delegacias também aconteceu como resultado do processo histórico, como é o caso da Delegacia de Costumes e Diversões Públicas (DCDP) que, em Brasília, foi extinta em 2000 (Rodrigues, 2003).

De acordo com Rodrigues (2003), a DCDP, criada em 1920, foi uma das primeiras delegacias especializadas do Brasil. Com a promulgação do Código Penal Brasileiro em 1940, a atuação dessa Delegacia passou a se pautar nos artigos 213 a 233, que tratam dos “Crimes contra os Costumes”. A DCDP existia no Rio de Janeiro, mas só foi criada em Brasília no ano de 1984, em uma época marcada, segundo a autora, pela flexibilização moral da sociedade brasileira. Obsoletas e ineficazes, essas delegacias começaram a ser desativadas ainda na década de 1980, em grande parte dos estados brasileiros. No caso de Brasília, contrariamente ao verificado em grande parte do país, foi nesse período que ocorreu a criação da DCDP, e sua extinção só ocorreu em março de 2000.

Violência contra a Criança e o Adolescente

Existem diferentes formas de conceituar a violência de acordo com períodos históricos (Wiervioka, 1997). Contudo, isso não significa que essas definições sejam unânimes; conceitos diferentes podem conviver em uma mesma sociedade, e transformarem-se em normas para diferentes grupos sociais, legitimando comportamentos (Anchieta, 2003).

As formas de conceituar um comportamento como criminoso são históricas. Pode-se citar como exemplo o tratamento dado à criança no Brasil. Segundo o Código Penal Brasileiro de 1830, não era crime castigar excessivamente uma criança, e matá-la era um crime menos grave do que matar um adulto. A pena de 12 anos aplicada no assassinato de um adulto era reduzida para, no máximo, três anos quando a vítima era uma criança. O Código de 1890 também não previa como crime a tortura e espancamento de uma criança, a não ser que ela morresse (Lobo, 1990). O Código de Menores de 1927, que sustentava políticas assistencialistas e repressoras de atendimento às crianças e adolescentes, passou a ser revisto a partir de 1979, ano Internacional da Criança. Nos anos 1970, em decorrência de pressões da Igreja Católica e de movimentos sociais, que já começavam a ter força no país, os questionamentos acerca dos direitos das crianças começaram a tomar corpo e mudar algumas práticas.

Com o processo de abertura política no Brasil, na década de 1980, começaram a aparecer discussões sobre as políticas de atendimento às crianças e aos adolescentes, reconhecendo-se a necessidade de orientá-los na perspectiva da construção da cidadania, processo cujo ápice legislativo foi a inserção do artigo 227 na Constituição Brasileira de 1988 (Lamarão & Brito, 1994). Em 1990 foi instituído o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que em seu artigo 5º determina: “Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência,

crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais”.

Entre os conceitos de violência contra crianças e adolescentes³ está o conceito de violência doméstica, que representa todo ato ou omissão, praticado por pais, parentes ou responsáveis, contra crianças e/ou adolescentes que, sendo capaz de causar dano físico, sexual e/ou psicológico à vítima, implica, de um lado, uma transgressão do poder/dever de proteção do adulto e, de outro, uma coisificação da infância, isto é, uma negação do direito que crianças e adolescentes têm de ser tratados como sujeitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento (Guerra, 1998, pp. 32-33).

Atualmente, segundo Ferreira (2002), são descritas as seguintes manifestações de violência doméstica intrafamiliar:

1. Abuso/violência física, que são atos de agressão praticados pelos pais e/ou responsáveis, os quais podem ir de uma palmada até ao espancamento ou outros atos cruéis, que podem ou não deixar marcas físicas evidentes, mas as marcas psíquicas e afetivas existirão. Essas agressões podem provocar fraturas, hematomas, queimaduras, esganaduras, hemorragias internas etc., e causar até a morte.

2. Abuso/violência sexual, geralmente praticada por adultos que gozam da confiança da criança ou do adolescente, tendo também a característica de, em sua maioria, serem incestuosos. Nesse tipo de violência, o abusador pode utilizar-se da sedução ou da ameaça para atingir seus objetivos, não tendo que, necessariamente, praticar uma relação sexual genital para configurar o abuso, apesar de que ela acontece com uma incidência bastante alta. Mas é comum a prática de atos libidinosos diferentes da conjunção carnal, como toques, carícias, exibicionismo etc., que podem não deixar marcas físicas, mas que

³ No Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece a faixa etária dos 12 aos 18 anos para delimitar o período da adolescência.

nem por isso deixam de ser abuso grave devido às consequências emocionais para suas vítimas.

3. Abuso/violência psicológica, que é uma forma de violência doméstica a qual praticamente não aparece nas estatísticas, por sua condição de invisibilidade. Manifesta-se na depreciação da criança ou do adolescente pelo adulto, por humilhações, ameaças, impedimentos, ridicularizações, que minam a sua autoestima, fazendo com que acredite ser inferior aos demais, sem valor, causando-lhe grande sofrimento mental e afetivo, gerando profundos sentimentos de culpa e mágoa, insegurança, além de uma representação negativa de si mesmo, que podem acompanhá-lo por toda a vida. A violência psicológica pode se apresentar ainda como atitude de rejeição ou de abandono afetivo; de uma maneira ou de outra, provoca um grande e profundo sofrimento afetivo às suas vítimas, dominando-as pelo sentimento de menos valia, de não merecimento, dificultando o seu processo de construção de identificação/identidade.

4. Negligência, que é um tipo de violência doméstica a qual pode se manifestar pela ausência dos cuidados físicos, emocionais e sociais, em função da condição de desassistência da qual a família é vítima. Também pode ser expressão de um desleixo propositadamente infligido, em que a criança ou o adolescente são mal cuidados ou mesmo não recebem os cuidados necessários às boas condições de seu desenvolvimento físico, moral, cognitivo, psicológico, afetivo e educacional.

5. Trabalho infantil, que é um tipo de violência contra crianças e adolescentes, o qual tem sido atribuído à condição de pobreza em que vivem suas famílias, que necessitam da participação dos filhos para complementar a renda familiar, resultando no processo de vitimação (Ferreira, 2002).

Azevedo e Guerra (1989) apresentam dois conceitos para violência, que não são excludentes, das quais as crianças e adolescentes são vítimas: a vitimação e a vitimização.

A vitimação é consequência das situações de desigualdades sociais e econômicas, acontece com crianças e adolescentes que vivem mais agudamente os efeitos das desigualdades socioeconômicas. A vitimização, por sua vez, é consequência das relações interpessoais abusivas adulto-crianças, e atinge aquelas vítimas da violência doméstica intrafamiliar, que estão em todas as camadas sociais. Os dois processos não são excludentes, o que significa que crianças e adolescentes vitimados podem estar sendo também vitimizados, e vice-versa.

De forma complementar, Gonçalves (2005) descreve alguns tipos de violência contra crianças e adolescentes:

1. Violência física, que são atos violentos, com o uso da força física, de forma intencional, não acidental, provocada por pais, responsáveis, familiares ou pessoas próximas.

2. Negligência é a omissão dos pais ou responsáveis quando deixam de prover as necessidades básicas para o desenvolvimento físico, emocional e social da criança e do adolescente.

3. Violência psicológica, que se caracteriza pela rejeição, privação, depreciação, discriminação, desrespeito, cobranças exageradas, punições humilhantes, utilização da criança e adolescentes para atender às necessidades dos adultos.

4. Violência sexual, que é toda a ação que envolve ou não o contato físico, não apresentando necessariamente sinal corporal visível. Pode ocorrer a estimulação sexual sob a forma de práticas eróticas e sexuais (violência física, ameaças, indução, voyeurismo, exibicionismo, produção de fotos e exploração sexual).

As denúncias de violência contra crianças e adolescentes, no Brasil, podem ter início por meio de algumas instituições, dentre elas as delegacias, conselhos tutelares e hospitais. Segundo informações de uma servidora da unidade policial estudada, entre os

anos 2000 e 2009, foram registrados diversos crimes contra crianças e adolescentes no Distrito Federal, como ameaça, lesão corporal dolosa e tentativa de homicídio. O crime com maior número de registros na Polícia Civil do Distrito Federal foi o de maus-tratos, tendo a mãe como a maior agressora (em quantidade), sendo a vítima mais atingida do sexo masculino. Quanto aos crimes sexuais, o de maior incidência foi o estupro, cujo agressor era, em grande parte, conhecido da vítima, em sua maioria do sexo feminino. Essa informação é confirmada por pesquisa do Centro de Referência para a Violência Sexual (www.direitoshumanos.etc.br) que revelou que a maior parte da violência contra crianças e adolescentes é intrafamiliar, quando o abusador tem laços familiares com a criança. A mesma pesquisa informou que 39% dos abusos são praticados sem ameaça, sendo que outros 33,1% dos casos ocorreram com intimidações físicas e 23,5%, com ameaças de caráter emocional.

O TRABALHO

Neste capítulo será feita uma apresentação do significado do trabalho em diferentes momentos e contextos históricos. Segundo Cunha (1997), trabalho vem da palavra trabalhar, que é oriunda do latim vulgar *tripāliāre*, que quer dizer “tortura”, derivado de *tripālium* “instrumento de tortura” composto de três paus; “da ideia de sofrer passou-se à ideia de esforçar(-se), lutar e, por fim, trabalhar”. Arendt (1989) observa que as palavras europeias para *labor*, que são o latim e o inglês *labor*, o grego *ponos*, o francês *travail* e o alemão *arbeit*, significam dor e esforço, e são usadas, também, para as dores do parto. Também a palavra francesa *travailler*, que substituiu a palavra *labourer*, vem de *tripalium*, ou seja, “instrumento de tortura com três pontas de ferro” (Albornoz, 1997 p. 9).

Os filósofos Platão e Aristóteles conceitualizavam suas atividades nas categorias incomensuráveis, contemplativas e superiores às demais atividades. Assim, as atividades dos escravos eram tidas como do domínio da natureza, inerentes às condições da vida humana, diferentes das atividades políticas dos cidadãos, chamada de práxis (Arendt, 1989). Para Carmo (1992), compartilhando as ideias de Arendt, a atividade contemplativa era a lógica dominante na Grécia Antiga, há mais de 2.000 anos. O significado de trabalho para os gregos, relacionado ao trabalho manual, estava vinculado à falta de liberdade porque, ao realizar um trabalho manual, o homem não cria. Eram os escravos que possibilitavam a vida contemplativa das elites, ao realizarem as tarefas necessárias à sobrevivência. Como a sociedade estava dividida em homens livres, cidadãos e escravos, os escravos se responsabilizavam pelo trabalho para garantir a existência, e os primeiros se dedicavam à contemplação e aos assuntos da cidade.

O feudalismo, um sistema social que predominou na Europa Ocidental entre os séculos X e XIII, ou seja, na chamada Idade Média, caracterizava-se pela economia rural e de subsistência, relações de servidão entre servos e nobres, relações de suserania e

vassalagem, política descentralizada e intensa religiosidade. Durante a Idade Média, o principal bem que alguém poderia possuir era a terra. A sociedade feudal apresentava três classes: a nobreza feudal, o clero, e os servos. A nobreza feudal (senhores feudais, cavaleiros, condes, duques, viscondes) era detentora de terras e arrecadava impostos dos camponeses (Araribá, 2010).

O clero, composto por membros da Igreja Católica, também tinha um grande poder, pois era responsável pela proteção espiritual da sociedade, sendo isento de impostos, e ainda arrecadava o dízimo. A Igreja influenciava os modos de pensar e as formas de comportamento durante a Idade Média, e tinha grande poder econômico, por possuir terras em grande quantidade, com servos trabalhando (Araribá, 2010).

Nessa época, a Igreja Católica pregava que o trabalho era necessário como uma forma de disciplina, com o objetivo de manter as pessoas ocupadas e sem condições de questionar a estrutura social vigente, por meio das “tentações”. Ainda sob forte influência da Igreja, nobres e religiosos tinham total desprezo pelo trabalho, considerando-o indigno em toda a sua totalidade. As atividades consideradas nobres eram as atividades relacionadas às guerras, à política, ao sacerdócio, à cultura e ao esporte (Araribá, 2010).

A terceira camada da sociedade era formada pelos servos (camponeses) e pequenos artesãos, sendo que os servos deviam pagar várias taxas e tributos aos senhores feudais. Nas relações de vassalagem e suserania, o suserano dava um lote de terra ao vassalo, e este último deveria prestar fidelidade e ajuda ao seu suserano, em troca de proteção e um lugar no sistema de produção. As redes de vassalagem se estendiam por várias regiões, sendo o rei o suserano mais poderoso, acumulando os poderes, jurídico, econômico e político (Araribá, 2010).

A estrutura social praticamente não permitia mobilidade sendo, portanto, que a condição de um indivíduo era determinada pelo nascimento, ou seja, quem nascia servo,

seria sempre servo. O comércio era escasso, mas foi praticado durante toda a Idade Média nas proximidades dos castelos. O uso do dinheiro nessas transações comerciais era reduzido, pois prevalecia a troca direta de produtos, chamada escambo (Araribá, 2010).

Na Idade Antiga e na Idade Média, no que diz respeito ao significado do trabalho, não houve grandes mudanças entre os dois períodos, uma vez que o trabalho continuou percebido como algo indigno, sendo que, na Idade Média, tinha ainda como função a punição para os pecados. A partir do século X, inovações nas técnicas agrícolas e no emprego de energia possibilitaram o aumento da produção de alimentos e o crescimento populacional, transformando o feudalismo europeu, o que acabou por reduzir a necessidade de mão de obra nos campos. Por isso, muitas pessoas se deslocaram para as cidades, em busca de novos meios de sobrevivência. Nos centros urbanos, alguns dos antigos camponeses passaram a se dedicar a outras atividades econômicas (Araribá, 2010).

As guerras, as más colheitas, a peste negra e as revoltas do século XIV desestabilizaram o feudalismo. Muitas famílias nobres perderam suas terras e se deslocaram para as cidades ou para as cortes reais. Outras procuravam casar as mulheres da família com ricos burgueses. Os burgueses eram os habitantes das cidades que se dedicavam à produção de artigos nas oficinas artesanais, à atividade comercial e ao empréstimo de dinheiro a juros. O clero também perdeu parte de seus poderes, pois, aos poucos, deixava de ser constituído apenas por homens da nobreza. Em geral, a burguesia foi o grupo mais favorecido. Apesar das dificuldades, muitos burgueses compraram terras dos nobres e passaram a ocupar cargos administrativos nas cortes (Araribá, 2010).

As mudanças também atingiram os camponeses. Depois da peste, das revoltas e do declínio demográfico, muitos adquiriram terras próprias e se livraram da servidão. Outros migraram para as cidades e se tornaram trabalhadores livres. Com o aumento da população urbana, surgiram novas ocupações profissionais, trabalhadores livres, e uma nova forma de

organização do trabalho e da produção. A criação de pequenas fábricas abriu espaço para o capitalismo. Essas mudanças marcam o início da Era Moderna e de uma nova percepção sobre o sentido do trabalho, pois os trabalhadores de agora eram os burgueses, oriundos dos segmentos dos antigos servos, que se dedicavam ao comércio e que tinham uma concepção diferente acerca do trabalho. Como observa Codo (2006):

no feudalismo havia os que eram possuídos; no capitalismo, os que não possuem. Se no modo de produção feudal os trabalhadores estavam presos à terra e ao domínio dos nobres, no capitalismo é preciso libertar os trabalhadores da terra, ou seja, despojá-los para que se tornem duplamente dependentes do capital: de um lado livres para vender sua força de trabalho; de outro subordinado ao comércio de produtos necessários à sobrevivência, passando ser essencial a liberdade de consumo (p. 28).

Com o capitalismo, muitas pessoas, cujas famílias desenvolviam o trabalho em um ambiente doméstico, tiveram que se adaptar ao novo modo de produção e passaram a vender sua força de trabalho em troca de um salário, pois o capitalismo está relacionado à aquisição de dinheiro. Quanto mais as técnicas se desenvolviam e as fábricas apareciam, mais tomavam o espaço do trabalho artesanal, no decorrer do século XVIII, na Europa Ocidental, início da Revolução Industrial. As pessoas que trabalhavam como artesãos tiveram que se tornar trabalhadores assalariados e, para que a produção alcançasse o esperado, o trabalho passou a ser organizado de maneira científica. Foi o início da divisão do trabalho e a fragmentação ou parcelamento das tarefas que visava, acima de tudo, o aumento da produtividade (Araribá, 2010).

Essa cientificidade apareceu nas ideias de Taylor (1865-1915) e Henry Ford (1863-1947), cujas metodologias visavam à separação programada da concepção e planejamento

das tarefas de execução; à intensificação da divisão do trabalho; e ao controle de tempos e movimentos dos trabalhadores. Essas características nos sistemas de organização do trabalho predominaram na indústria capitalista por todo o século XX. Na segunda metade do século XX, essa forma de organização do trabalho começou a entrar em crise por causa da reestruturação do capital, da flexibilização da mão de obra, da desconcentração do espaço produtivo e pela implementação de máquinas informatizadas (Araribá, 2010).

Nos anos 1970, com as mudanças no mundo do trabalho, advindas do avanço tecnológico, foi apresentado um novo modelo de organização do trabalho, o toyotismo. O objetivo desse modelo continua a se manter e a ampliar a participação no mercado, mas aparece em um discurso sobre melhoria na qualidade dos produtos para a satisfação do cliente (Freitas, 2006).

Segundo Antunes (2003) “o mundo do trabalho atual tem recusado os trabalhadores herdeiros da cultura fordista, fortemente especializados, que são substituídos pelos trabalhadores polivalentes e multifuncionais da era toyotista” (p. 57). Esses modelos de organização, vigentes até os nossos dias, juntos ou separados, são, em suma, instrumentos criados para que o capitalismo se perpetue.

Marx (1995 citado por Méda, 1998) considera que o trabalho é toda atividade humana que permite exprimir a individualidade daquele que a exerce, mas exprimir-se para o outro. Portanto, por meio do trabalho, o homem pode mostrar ao outro, ao mesmo tempo, a singularidade e o pertencimento ao gênero humano. Por meio do trabalho, que pode proporcionar alienação ou emancipação, o homem se diferencia dos outros animais, torna-se bom/moral. Baseado nos conceitos marxistas, Lukács (1978) afirma que o trabalho mostra-se como momento fundante de realização do ser social, condição para sua existência; é o ponto de partida para a humanização do ser social e o motor decisivo do processo de humanização do homem.

Ao comparar os conceitos de Marx e Arendt acerca do trabalho, Wagner (2002) destaca que Arendt fazia distinção entre labor, trabalho e ação, atividades que vão compor seu estudo sobre vida ativa. O termo “vida ativa”, além de não expressar quaisquer relações de superioridade ou de inferioridade frente à vida contemplativa, diferente da superioridade que os filósofos gregos atribuíam à vida contemplativa, faz referência a atividades que se mostram distintas entre si, enquanto manifestações da condição humana.

Wagner (2002) considera, ainda, que o labor é o metabolismo do homem com a natureza, com uma atividade associada ao processo natural da vida, voltada para a manutenção da vida e sobrevivência da espécie, associada ao processo biológico do corpo, pelo movimento que realiza para tirar da natureza os meios de subsistência, pelo consumo desses meios e pela reprodução da espécie. O trabalho está associado às mãos, pela produção de objetos que estão destinados a ocupar um lugar no mundo, emprestando a este permanência e familiaridade. É pertinente dizer, também, que o trabalho não é intrínseco, constitutivo, da espécie humana. Em outras palavras, o trabalho não é a essência do homem, é, sim, uma atividade que o homem impôs à sua própria espécie, ou seja, é o resultado de um processo cultural. Nessa perspectiva, segundo Wagner, o trabalho não é ontológico como imaginado por Marx.

Por outro lado, a ação é uma atividade que se exerce entre os homens, sem a mediação das coisas ou da matéria, diferente da atividade do labor, realizada pelo *animal laborans* como membro da espécie, e diferente do trabalho, que é executado pelo *homo faber* no isolamento, cuja ação está fundada na convivência entre os homens, que vêm ao mundo, cada qual, como um ser único e, dessa forma, desconhecido dos demais, trazendo consigo a marca do imprevisível (Arendt, 1989).

Para explicitar o conceito de ação, Canovan (1992, p. 131, citada por Assis, 2006) oferece o seguinte exemplo: “pular em um rio para resgatar alguém é ação, ir para o

trabalho normalmente não é”. O critério subjacente a essa distinção, explicitado pela autora, é que a ação jamais se confunde com as atividades ou questões relativas à rotina, já que ela é imprevisível e compreende, sempre, a revelação da identidade do agente, daquilo que o distingue dos demais indivíduos. Nesse sentido, a ação é uma atividade humana que não pode ser desenvolvida solitariamente, em isolamento; ao contrário, “estar isolado é estar privado da capacidade de agir” (Arendt, 1989, p. 201).

O que Marx chama de trabalho, Arendt chama de labor. Para ela, a produção, na sociedade moderna, está assentada no trabalho não qualificado, uma característica do labor. Marx não fazia distinção entre trabalho e labor, e considerava que a mais importante forma de ação (fazer) exercida pelo homem era o trabalho. Por isso, Marx acreditava que o trabalho era a atividade mais elevada que o homem podia realizar, além de acreditar na capacidade produtiva como a mais alta aptidão humana. É a partir da Revolução Industrial que o processo produtivo volta-se para a produção de bens de consumo, assim considerados por Arendt pela rápida permanência dos bens no mundo e pela vinculação destes com a recorrência do processo do labor (Wagner, 2002).

Esse momento histórico caracteriza-se por valorizar o homem em função do seu trabalho, distinguindo-se da Antiguidade e Idade Média, que davam algum valor ao homem pela sua capacidade de guerrear. Segundo Albornoz (1997), a partir de então, o trabalho é percebido não como um obstáculo, mas como um estímulo ao desenvolvimento do homem.

Como considera Billiard (1999, citada por Litim, 2006), basta reunir em uma mesa um economista, um sociólogo e um psicólogo para que se convença rapidamente de que aquilo que se entende por trabalho constitui, de fato, um tipo de ponto cego em que se entrecruzam realidades heterogêneas e de definições mais ou menos contraditórias.

Os conceitos de trabalho, em que pesem haver algumas distinções em relação às definições, como observado por Billiard (1999, citada por Litim, 2006), são fundados na relação entre o trabalho e o salário, o que exclui as atividades domésticas, que não são remuneradas, apesar da descrição que Arendt faz em *A Condição Humana* (1989) sobre os espaços público e privado. Tal descrição lhe rendeu uma crítica, como ressalta Anne Phillips (2000, p. 279 citada por Assis, 2006), “Hannah Arendt já teve sua teoria rejeitada pelas feministas, que a consideravam machista por sua descrição do espaço privado como o espaço da futilidade, da estupidez e a glorificação da esfera pública”.

Desde o aparecimento das primeiras pesquisas, o trabalho foi definido tendo por base o trabalho industrial. A partir dos anos 1980, na Europa, houve uma queda na quantidade de trabalho industrial e um aumento no número de trabalho em serviços. O trabalho industrial passou a ser distribuído de maneira diferente, pois as indústrias foram sendo, aos poucos, transferidas dos centros das cidades. Além dessa característica, as pesquisas sobre o trabalho faziam referência ao trabalho dos homens, excluindo o trabalho das mulheres.

Uma das primeiras críticas a essa concepção homogênea do trabalho e do trabalhador (operário qualificado, homem, branco) foi introduzida nos anos 1970 por Christine Delphy, com sua teoria sobre o modo de produção doméstica (Molinier, 2008a). Os sociólogos das relações sociais de sexo demonstraram que havia uma espécie de desinteresse social que tendia a ocultar a divisão do trabalho entre os homens e as mulheres, trabalho assalariado e não assalariado, e trabalho doméstico. A partir de 1970, começaram a aparecer pesquisas com o trabalhador, enquanto sujeito ativo em seu processo de trabalho.

Com base nos conceitos de ato tradicional eficiente, de Marcel Mauss, Molinier (2008a) afirma que uma segunda definição de trabalho tenta quebrar um ciclo que coloca o

conceito de trabalho em uma construção etnoandrocêntrica, para propor um conceito mais abrangente, que inclui as atividades socialmente úteis, como o trabalho doméstico, o trabalho militante, o trabalho sindical e o trabalho artístico. A noção de ato é substituída, então, pela noção de “atividade”, que é o que se faz, e o termo tradicional é substituído pelo termo “coordenado”, fazendo justiça à dimensão coletiva do trabalho. O termo eficácia é substituído por “útil”, o que introduz, na definição de trabalho, a dimensão utilitária, e mesmo utilitarista, sem a qual não se completaria a definição. O trabalho passou a ser definido como uma atividade coordenada útil.

Ampliar o conceito de trabalho significou lhe conferir um valor crítico para questionar as normas e os consensos estabelecidos, e para que a utilidade social fosse definida como uma atividade. Mauss, citado por Molinier (2008a), chamava de técnica a um ato tradicional eficaz. Segundo ele, não haveria técnica e nem transmissão se não houvesse tradição. O homem se distingue dos outros animais, antes de tudo, pela capacidade de transmitir suas técnicas e, provavelmente, por sua tradição oral.

Em suas análises sobre as definições de Mauss, Molinier (2008a) propõe uma definição antropológica da técnica como criação coletiva, da qual o conhecimento partilha o campo das ciências sociais e humanas. Essa definição de técnica se opõe à das ciências da engenharia, segundo as quais a técnica se reduz somente a uma aplicação da ciência. Nas ciências da engenharia, a distinção entre concepção e execução tem a mesma origem (Molinier, 2008a).

As discussões acerca desse tema levam a inferir que a recusa de se aceitar a tecnologia como ciência humana é herdeira da concepção de trabalho na sociedade grega, onde os homens livres se distinguiam dos escravos, dos artesãos e das mulheres. Essa concepção demonstra como, desde a Antiguidade, o trabalho de execução era considerado como algo sem valor, porque “não era necessário para viver”. Por exemplo, o artesão era

considerado uma parte do vaso, não seu autor. O autor era quem concebia, já que conhecia o valor do uso; o artesão era um instrumento da produção (Molinier, 2008a).

Para Arendt (1989), a palavra “obra” deve ser o substantivo capaz de designar o produto do trabalho. Então, a questão é expor o processo de criação da obra na realização do trabalho, além dos obstáculos encontrados pelo processo de criação, quando ele é desconhecido por quem concebe. É essa distinção entre concepção e execução que as ciências críticas do trabalho, entre elas a Psicodinâmica do Trabalho, contribuíram para colocar em discussão, na segunda metade do século XX.

Segundo Marx (1998), o trabalho humano se caracteriza por sua intencionalidade, pois nele, “além do esforço corporal, está também a vontade do trabalhador orientada a um fim” (p. 143). É nessa perspectiva que vai se desenvolver esta tese, buscando entender o que o trabalhador executa realmente, quais são as dificuldades encontradas na execução e qual a percepção que ele tem desse processo, sempre compreendendo o trabalhador como sujeito ativo, capaz de defender-se das pressões advindas da organização do trabalho e suportá-las, e capaz de participar ativamente para as mudanças necessárias ao seu próprio bem-estar.

Essa será a unidade de análise explorada nesta pesquisa, o trabalhador, adotando-se um ponto de vista marxista de que o trabalho “como atividade humana é, por natureza, relação entre sujeito e objeto, cuja consequência não é uma modificação unilateral, mas uma mútua transformação que se torna imediatamente movimento de atividade crescente” (Leopardi, 1999, p. 9). Dessa forma, frente à dinâmica do prazer e do sofrimento, objeto deste estudo, o trabalho, sendo ele denominado trabalho ou labor, jamais será neutro, seja por facilitar a transformação do sofrimento em prazer, seja por lhe fazer obstáculos, pois, além de contribuir fortemente para a sobrevivência material, organiza e estrutura a vida das pessoas, dando-lhes uma identidade, proporcionando uma rede de relações e de contatos,

estruturando seu tempo e construindo espaço na sociedade por meio de direitos e obrigações (Bridges, 1995). Esse é um dos pressupostos do qual parte esta pesquisa: o trabalho é central para a saúde mental, não porque ele seja causa de sofrimento, posto que o sofrimento é anterior ao trabalho na experiência humana (Molinier, 2008a), mas o sofrimento pode se transformar em prazer graças ao trabalho, bem como pode criar obstáculos para sua obtenção.

REFERENCIAL TEÓRICO

A Psicologia do Trabalho tem explorado a questão da saúde mental sob diversas abordagens, a partir de diversas correntes teóricas. Selligmann-Silva (1994), cita três dessas correntes teórico-metodológicas e seus diversos objetos de investigação: uma delas destaca o papel do estresse e é voltada a uma perspectiva psicofisiológica e a estudos epidemiológicos; a segunda está centrada no conceito de desgaste mental; e a terceira corrente refere-se aos estudos de Psicodinâmica do Trabalho.

Em relação à primeira corrente citada, destaca-se que o termo estresse, de origem na Física, foi empregado em 1936 pelo fisiologista canadense Hans Selye para designar uma “síndrome geral de adaptação” que comportava três fases sucessivas: alarme, resistência e exaustão (Camelo & Angerami, 2004). Segundo os autores, na primeira fase (alarme), o organismo tem uma excitação de agressão ou de fuga ao estressor, que pode ser entendida como um comportamento de adaptação. Nos dois casos, reconhece-se uma situação de reação saudável ao estresse, porquanto possibilita o retorno à situação de equilíbrio após a experiência estressante. Essa fase é caracterizada por alguns sintomas: taquicardia, tensão crônica, dor de cabeça, sensação de esgotamento, hipocloremia, pressão no peito, extremidades frias, dentre outros. Na segunda fase (resistência), havendo persistência da fase de alerta, o organismo altera seus parâmetros de normalidade e concentra a reação interna em um determinado órgão-alvo, desencadeando a Síndrome de Adaptação Local (SAL). Nessa fase, ocorre a manifestação de sintomas da esfera psicossocial, como ansiedade, medo, isolamento social, roer unhas, oscilação do apetite, impotência sexual e outros. Na terceira fase (exaustão), o organismo encontra-se extenuado pelo excesso de atividades e pelo alto consumo de energia (Camelo & Angerami). Ocorre, então, o que os autores denominam de falência do órgão mobilizado na SAL, que se manifesta sob a forma de doenças orgânicas.

Após a fase de exaustão, surgiam algumas doenças envolvendo diversos sistemas orgânicos (Murphy, Oliver, Monson, Sobol, Federman, & Leighton, 1991). As primeiras constatações do estresse emocional foram relatadas em 1943, ao se comprovarem alterações hormonais e excretoras em pilotos e instrutores aeronáuticos em voos simulados. Entre 1970 e 1990, foi expressivo o número de experiências que buscavam comprovar a relação entre o sistema nervoso e o sistema imunológico (Khansari, 1990). Para Lazarus e Folkman (1984), o estresse psicológico é uma aplicação do conceito biológico para além da dimensão biológica, e é definido por uma relação entre a pessoa e o ambiente, sendo avaliado como prejudicial ao seu bem-estar. Lipp (1984) define o estresse como “uma reação psicológica com componentes emocionais físicos, mentais e químicos a determinados estímulos que irritam, amedrontam, excitam e/ou confundem a pessoa” (p. 6). Embora Selye tenha identificado três fases do estresse, Lipp, no decorrer de seus estudos, identificou outra fase do processo de estresse, tanto clínica quanto estatisticamente. A essa nova fase foi dado o nome de quase-exaustão, por se encontrar entre a fase de resistência e a de exaustão. Essa fase recém-identificada caracteriza-se por um enfraquecimento da pessoa que não está conseguindo adaptar-se ou resistir ao estressor. As doenças começam a surgir, porém ainda não são tão graves como na fase de exaustão (Camelo & Angeromi, 2004).

Sendo o estresse de natureza física, psicológica ou social, é um termo que compreende um conjunto de reações fisiológicas as quais, quando exageradas em intensidade e duração, causam desequilíbrio no organismo, com efeitos danosos (Balloni, 2002). As pesquisas com a abordagem na teoria do estresse utilizam técnicas quantitativas de avaliação dos fatores estressores e pressupostos teóricos do referencial cognitivo-comportamental (Jacques, 2003). Um exemplo de trabalho empírico foi a tese de doutorado de Alves (2004), em que a autora investigou a ocorrência de estresse no trabalho, da

hipertensão arterial e da associação entre ambos na população feminina do Estudo Pró-Saúde. Foi feito um estudo longitudinal de funcionários técnico-administrativos de uma universidade do Rio de Janeiro. Participaram das duas etapas do estudo 3.252 funcionários, sendo 1.433 homens e 1.819 mulheres. Um dos instrumentos utilizados foi uma escala de medida de estresse no trabalho com 11 questões. A conclusão foi de que a chance de desenvolver hipertensão arterial não esteve associada com menor controle de trabalho ou com trabalho com alta demanda.

Os estudiosos da abordagem centrada no conceito de desgaste mental, segunda corrente citada, destacam que a origem da doença mental seria produto de um conjunto de contribuições biopsicossociais. Selligmann-Silva (1995) refere-se à construção de um paradigma integrador nos estudos de saúde mental e trabalho. Para ela, o modelo centrado no conceito de desgaste mental seria esse novo paradigma. Segundo Fernandes, Melo, Gusmão, Fernandes e Guimarães (2006), dentre os quadros clínicos, ou síndromes neuróticas identificadas por meio da abordagem do desgaste, destacam-se: a síndrome do esgotamento profissional (*burnout*), síndrome da fadiga crônica; síndromes pós-traumáticas, depressivas e paranoides. Laurell e Noriéga (1989) consideram que o desgaste psíquico é associado à imagem de mente consumida, reunindo três abrangências: a primeira, compreendendo quadros clínicos relacionados ao desgaste orgânico da mente (seja em acidentes de trabalho, seja pela ação de produtos tóxicos); a segunda, compreendendo as variações do mal-estar, das quais faz parte a fadiga (mental e física); e a terceira, que indica os desgastes que afetam a identidade do trabalhador, ao atingir valores e crenças que podem ferir a sua dignidade e esperança.

Já os pesquisadores que têm se dedicado ao estudo da subjetividade e da dinâmica intersubjetiva da relação trabalho e trabalhador, terceira corrente a que Selligman-Silva (1995) fez referência, baseiam-se no referencial psicanalítico e nas análises das vivências

humanas no trabalho. Os estudos em Psicodinâmica do Trabalho estão concentrados nessa abordagem. Comparando as teorias do estresse e a Psicodinâmica do Trabalho, Molinier (2010) considera que as primeiras “estabelecem as correlações entre os fatores organizacionais e as variações biológicas ou comportamentais em nível individual. A Psicodinâmica do Trabalho busca compreender o que o sujeito vive em relação ao seu trabalho” (p.101).

Cabe ressaltar que qualquer levantamento de pesquisas desenvolvidas no Brasil, de teses, dissertações e artigos, evidenciará uma multiplicidade de orientações em saúde mental e trabalho, com diferentes abordagens, em grupos de pesquisas de Universidades no Brasil.

A Psicopatologia do Trabalho

A construção teórica da Psicodinâmica do Trabalho foi embasada nos estudos em Psicopatologia do Trabalho. O sofrimento psíquico gerado do conflito entre o sujeito e a organização do trabalho é o tema discutido pela Psicopatologia do Trabalho, disciplina que teve origem na França nos anos 1950 (Billiard, 2001). Os textos considerados de fundação da Psicopatologia do Trabalho na França, datados da década de 1940, são de autoria de Paul Sivadon e de Louis Le Guillant, e advertem sobre a necessidade de se considerar o papel exercido pelo meio ambiente, tanto no surgimento, quanto no desaparecimento de distúrbios mentais (Clot, 1996; Dejours, 1980; Doray, 1987). Segundo Molinier (2008a) o interesse pelos eventos vividos e as situações vitais, marcam um momento em que a psiquiatria se libera das etiologias estritamente orgânicas, o que prefigura a psicopatologia do trabalho.

Após a Segunda Guerra mundial, a questão das causas da loucura e sua relação com o trabalho passou a ser objeto de debate entre os psiquiatras. As causas apresentadas pelos

psiquiatras dividiam-se em três teses: a organogênese, a psicogênese e a sociogênese da doença mental. A Psicopatologia do Trabalho francesa teve sua inspiração na sociogênese das doenças mentais. Com origem em conceitos marxistas, o método desenvolvido por essa vertente teórica propõe colocar em prática uma psiquiatria concreta, ou seja, estudar o homem em situação dentro das condições de vida que são próprias a ele em um dado momento histórico.

A corrente da psiquiatria social dos anos 1950 passou a dar importância aos efeitos terapêuticos do trabalho para os doentes mentais e a estudar os efeitos patogênicos do trabalho, e atribui-se a Paul Sivadon a primeira utilização do termo “psicopatologia do trabalho”. Em seu artigo de *L'Évolution psychiatrique*, publicado em 1952, ele defendia uma concepção unitária da psicopatologia do trabalho associando três domínios: o trabalho como instrumento de readaptação, o trabalho patogênico e o trabalho terapêutico. Sivadon destacava a adaptação progressiva dos doentes ao trabalho nos ateliês dos hospitais pois, para ele, o hospital deveria se aproximar o máximo possível do trabalho assalariado para dar ao paciente oportunidade de vivências sociais (Molinier, 2008a, p. 21).

Le Guillant, médico psiquiatra, é também considerado um dos expoentes do grupo de fundadores da Psicopatologia do Trabalho na França. Em suas pesquisas, Le Guillant constatou haver um elevado número de mulheres que eram empregadas domésticas internadas nos hospícios franceses. Essas observações despertaram o seu interesse sobre o caráter patogênico do trabalho dessa categoria profissional. Ele associou que a condição de empregada doméstica podia causar loucura. Segundo Souza e Athayde (2006), a primeira referência que se teve de Le Guillant se deu na década de 1970, no campo da Psicologia e Psiquiatria Social. A segunda referência marcante veio em 1980, no livro de Dejours, *Travail: usure mental – essai de psychopathologie du travail*.

Em 1956, Le Guillant publicou o artigo “A neurose das telefonistas” em que defende, de um lado o universo subjetivo dos trabalhadores e suas relações e, de outro, a ênfase a fatos concretos e precisos do trabalho. Le Guillant constatou que havia aumento no número de afastamento das telefonistas do trabalho por problemas mentais e com diagnóstico de fadiga nervosa, caracterizada por: problemas do sono e problemas somáticos, do tipo vertigem – angústia, palpitação, problemas de estômago; problemas na esfera cognitiva – na saída do trabalho esqueciam seus objetos no vestiário, pegavam o metrô errado, quando a porta do metrô se abria e tocava uma sirene, algumas falavam “alô, bom dia, eu escuto”; problemas de humor – mostravam-se irritadas com os clientes, com o chefe e com a família (Le Guillant, Roelens, Bégoïn, Béquart, Hamsen & Lebreton, 1984).

Para Le Guillant, as telefonistas não eram mais do que vítimas passivas em uma organização do trabalho desumanizante. O foco da Psicopatologia do Trabalho, até então, era o sofrimento do trabalhador; sofrimento que acontecia em função de uma relação causal entre a organização do trabalho e o adoecimento do trabalhador. Para que as síndromes e doenças acontecessem, a organização do trabalho era considerada rígida e imutável, daí a relação causal entre organização do trabalho e adoecimento.

A Psicodinâmica do Trabalho (PDT)

O processo de construção da Psicodinâmica do Trabalho, marco teórico desta tese, teve início nos anos 1970, na França, com os estudos do médico do trabalho, psiquiatra e psicanalista Christophe Dejours sobre a saúde do trabalhador.

1ª fase: ideologias defensivas/estratégias de defesa.

Considerada a primeira fase desses estudos, segundo Mendes (2007), em 1980, foi publicada a obra de Dejours *Travail, usure mental – essai de psychologie du travail*. No Brasil a obra foi traduzida como *A loucura do trabalho: estudos de psicopatologia do*

trabalho. Nesse momento, Dejours, sob influência da Psicopatologia do Trabalho, estava interessado em entender a origem do sofrimento no confronto do trabalhador com a organização do trabalho, e orientou suas investigações por meio das estratégias que os trabalhadores utilizavam para enfrentar as situações de trabalho.

Contudo, em vez de considerar o trabalho como fator enlouquecedor e o trabalhador como um personagem ou inerte no cenário laboral, Dejours (1992, 1994) constatou, em suas pesquisas, que os trabalhadores não se mostravam passivos em face das exigências e pressões organizacionais, mas eram capazes de se proteger dos efeitos deletérios à saúde mental. Eles sofriam, mas exerciam sua liberdade, ainda que de forma limitada e inconsciente, na construção de sistemas defensivos. Dejours (1992) analisou ideologias defensivas de coletivos de trabalhadores de diversas áreas, como da indústria petroquímica, da construção civil e de pilotos de avião de caça. Segundo o autor, essas ideologias que se estruturam como formas de evitar o sofrimento psíquico ou adoecimento e a negação do medo foram encontradas nos casos estudados.

Na indústria petroquímica, brincadeiras de criar situações de perigo, jogando óleo no chão para o colega escorregar, funcionavam como uma tentativa simbólica de enfrentar os riscos que não são controláveis pelo conhecimento técnico dos engenheiros. Essa defesa evita, por vezes e por algum tempo, o adoecimento. Não evita, contudo, o sofrimento psíquico, que permanece latente ou oculto em relação ao agir manifesto e que, insidioso e crônico, associa-se à exploração da gestão e organização do trabalho. A organização se utiliza, por sua vez, das estratégias defensivas de negação do medo dos trabalhadores e da necessidade autoafirmativa da “virilidade”, força e coragem, como instrumento para incutir a busca “espontânea” ao trabalho árduo, intenso, maximizando a produtividade por meio da exploração do sofrimento, gerando adoecimento ou desequilíbrio psicossomático (Dejours, 1992). No caso da construção civil, a negação implica recusa de uso de

equipamentos de segurança, visto como símbolo de fragilidade. Muitos trabalhadores que não aderem à ideologia defensiva desistem do trabalho, quando não são dele praticamente expulsos pela pressão do coletivo (Dejours, 1992).

Já o caso do trabalho do piloto de avião de caça, caracterizado como sublimatório, envolve um alto grau de conhecimento técnico do trabalhador e níveis elevados de exigência e avaliação, sendo a negação do medo uma atitude psicológica fundamental para o enfrentamento da tarefa de alto risco, para a qual já está tecnicamente preparado por longo processo de desenvolvimento profissional. Nesse caso, a defesa explorada pela organização do trabalho é caracterizada pela adaptação, que passa a ser necessária e útil à tarefa, e é mantenedora do equilíbrio psíquico e da autoimagem positiva desses trabalhadores (Dejours, 1992).

Foi a partir dessas observações que Dejours (1992) deslocou seu foco investigativo das doenças mentais geradas pelo trabalho para o sofrimento e as defesas contra esse sofrimento, ou seja, seus interesses estavam para além do modelo causalista. De forma mais radical, a introdução das discussões sobre o sofrimento e o prazer no trabalho, e as discussões sobre a subjetividade, a partir de um referencial psicanalítico, afastaram mais ainda os pressupostos daqueles defendidos por Le Guillant, que era profundamente hostil à psicanálise (Molinier, 2008a).

2ª fase: normalidade/coletivo de trabalho/trabalho prescrito x trabalho real.

A partir dessas novas percepções foi, ainda segundo Mendes (2007), em meados de 1990, que teve início a segunda fase da Psicodinâmica do Trabalho, quando foram publicadas duas obras de Dejours: *Travail: usure mentale – essai de psychologie du travail*, que é um addendum à 12ª edição da obra de mesmo nome, mas que foi publicada com o título *De la psychopathologie à la psychodynamique du travail*, em 1993. No Brasil, foi publicada em 2004 e traduzida como *Christophe Dejours: da psicopatologia à*

psicodinâmica do trabalho. Por meio de estudos de situações concretas de trabalho, Dejours observava que, apesar das condições ambientais e das dificuldades do trabalho, algumas pessoas não apresentavam descompensação psíquica.

O pesquisador, a partir de então, passou a se interessar também pela normalidade que se observava em alguns trabalhadores. A normalidade é entendida como o “produto de uma dinâmica humana em que as relações intersubjetivas na construção de estratégias defensivas, ou mesmo ofensivas, contra o sofrimento, ocupam o lugar central” (Dejours, 2004b, p. 52). Essa mudança de objeto, ou a ampliação do objeto de pesquisa, foi responsável pela renomeação da teoria, que passou a se chamar *Psicodinâmica do Trabalho*.

As pesquisas nessa fase desvelavam que, à medida que a maioria dos trabalhadores não enlouquecia, apesar da violência da organização do trabalho, a normalidade é que se configurava como enigma. Dessa forma, pressupõe-se que os trabalhadores devem enfrentar as adversidades para conquistar a normalidade, já que essas adversidades podem levar à doença. Contudo, se a normalidade pode não refletir somente um equilíbrio saudável das pessoas, pode ser, também, o resultado de um estado patológico, ou seja, pode ser consequência do equilíbrio entre algumas forças que desestabilizam o indivíduo e o grande esforço que ele investe para se manter produtivo. Esse esforço pode gerar sofrimento que, inclusive, pode ter reflexos em outras instâncias, além do trabalho (Dejours, 2004b). Por entender que a normalidade não implica, de fato, ausência de sofrimento, Dejours (2003, p. 36) propõe o conceito de “normalidade sofrente”. A *Psicodinâmica do Trabalho*, segundo Clot (1999), contrasta com a *Psicopatologia do Trabalho* quanto à abrangência, pois seu campo de investigações expandiu-se, de modo a incluir noções de normalidade e prazer no trabalho e, também, pelas tentativas de compreender as interpretações que o trabalhador elabora para sua própria atividade.

Essas mudanças epistemológicas, como ressalta Molinier (2008a), traduziram-se em uma mudança de disciplina. A Psicopatologia do Trabalho de Louis Le Guillant partilhava o campo médico, da Psiquiatria, porém, ao tomar como objeto a normalidade, a Psicodinâmica do Trabalho passou a se juntar às Ciências Sociais, mas sem a Psiquiatria. Como considera Clot (1999), mais que uma redefinição para o nome da disciplina, trata-se de uma evolução epistemológica no sentido de conhecer as relações entre sofrimento e prazer na atividade, ou seja, uma verdadeira renovação no conhecimento da psicologia do trabalho.

Na segunda obra dessa segunda fase, *Le facteur humain*, de 1995, que no Brasil foi publicada em 1999, traduzida como *O fator humano*, Christophe Dejours afirma que profissionais de diferentes disciplinas, como administração, medicina, engenharia e outras, ao encontrarem-se no papel de gestores de organizações diversas, sentem-se obrigados a lançar mão de alguma noção sobre o que é o "fator humano" para conseguirem lidar com as pessoas. Efetivamente, o humano não é um "fator" que possa ser tratado a partir de controle de variáveis (Mendes, 2007). Para essa discussão, Dejours inspirou-se no conceito de "condição humana" de Hannah Arendt. Na obra *A condição humana*, Arendt (1989) considera que essa condição não é a mesma coisa que natureza humana. A condição humana diz respeito às formas de vida que o homem impõe a si mesmo para sobreviver. São condições que tendem a suprir a existência do homem. As condições variam de acordo com o lugar e o momento histórico do qual o homem é parte. Nesse sentido, todos os homens são condicionados, até mesmo aqueles que condicionam o comportamento de outros tornam-se condicionados pelo próprio movimento de condicionar.

Dessa forma, visando oferecer elementos para que os gestores conheçam a complexidade do fenômeno humano, Dejours (2005) explicita a complexa dinâmica processada no dia a dia de trabalho, tomando como ponto de partida as noções de "trabalho

prescrito" e de "trabalho real" formuladas pela ergonomia de linha francesa, como em Daniellou, Laville e Teiger (1989). Os autores definem trabalho prescrito da seguinte forma: "maneira como o trabalho deve ser executado: o modo de utilizar as ferramentas e as máquinas, o tempo concedido para cada operação, os modos operatórios e as regras a respeitar" (p. 48).

Segundo Dejours (2003), existe significativa defasagem entre a organização prescrita e a organização real do trabalho. Não é possível, nas situações comuns do trabalho, cumprir rigidamente as prescrições, as instruções e os procedimentos. Para que o trabalho seja executado, é necessário "infringir" (Dejours, 2008, p. 40), e a gestão concreta da defasagem entre o prescrito e o real depende da "mobilização dos impulsos afetivos e cognitivos da inteligência". As discussões, nesse momento, recaem sobre o sofrimento, não no sentido de que ele deve ser eliminado do trabalho, mas no sentido de que ele pode ser transformado em vivências de prazer pelo uso da inteligência prática, do engajamento do trabalhador no coletivo. Um coletivo de trabalho, segundo o autor, é um grupo ou uma equipe, que é constituído em uma comunidade estruturada pelas regras de trabalho, não é somente um grupo ou uma equipe. As regras de trabalho não são prescritas, elas são elaboradas e colocadas em prática, diariamente, pelo coletivo de trabalho. As relações interpessoais e as regras de trabalho compõem, também, o complexo quadro da organização do trabalho.

3ª fase: o real do trabalho/a subjetividade.

A terceira fase dos estudos de Dejours é marcada pela publicação de três livros, no Brasil, traduzidos como: *A banalização da injustiça social*, em 1999; a 13ª edição de *A loucura do trabalho*, em 2003; e em 2008, no Brasil, *A Avaliação submetida à prova do real*. As obras enfatizam como os trabalhadores subjetivam as vivências de prazer e de

sofrimento, ou as formas como os trabalhadores dão sentido ao seu trabalho. A partir desse momento, o olhar de Dejours voltou-se para a forma como os trabalhadores subjetivam as vivências de prazer e de sofrimento no trabalho, o sentido que elas assumem e a utilização de estratégias para lidar com os novos modos de organização do trabalho, e não somente para as vivências de forma isoladas (Mendes, 2007).

A questão central analisada por Dejours (1999) na obra *A banalização da injustiça social* é o fato de alguns trabalhadores consentirem em padecer em sofrimento, enquanto outros impõem tal sofrimento aos primeiros. As discussões do livro estão voltadas, de forma significativa, para as questões da ética no trabalho, de como o trabalhador pode se submeter às regras impostas como forma de se manter na organização, mesmo que essa submissão, nem sempre, seja consciente.

Dejours (1999) utilizou-se do termo empregado por Hannah Arendt (2009), “banalidade do mal” quando ela estudou o comportamento de Adolf Eichmman, um dos responsáveis pelo processo de execução de milhares de judeus nos campos de concentração do regime Nazista, na primeira metade do século XX, pois era o responsável pela logística das execuções. Capturado e preso no fim de 1960 no subúrbio de Buenos Aires, foi julgado em 1961, em Israel, estando a filósofa Hannah Arendt presente no julgamento. Em cobertura do julgamento pela revista *The New Yorker*, Arendt relatou vários fatores que levaram a questionamentos acerca da idoneidade do genocida. Eichmann teria sido um criminoso convicto ou um simples homem de massa, impulsionado pela “onda” totalitarista? Em suas declarações no tribunal, Eichmann falava como se estivesse certo de que agiu para cumprir o que lhe determinava a lei vigente naqueles tempos. Durante o processo, em vez de uma pessoa monstruosa que se esperava ver, revelou-se um funcionário incapaz de refletir sobre seus atos ou de fugir das exigências burocráticas. A partir da escuta de Eichmann, Arendt passou a investigar a capacidade do Estado de

transformar o exercício da violência homicida em mero cumprimento de metas. Arendt (2009) desvelou, então, por meio de suas percepções, o conceito de "banalidade do mal", e o denomina como a maior ameaça às sociedades democráticas.

Nessa perspectiva, o mal a que Dejours (2005) se refere é a tolerância do trabalhador à mentira, à não denúncia, à difusão da mentira com o fim de causar sofrimento a outro trabalhador. Um dos avanços que os estudos dessa fase proporcionaram, ou têm proporcionado, por meio de suas publicações, têm sido as consequências sociais que os conflitos entre a organização do trabalho, o sofrimento dos trabalhadores e sua ação podem desencadear.

Ao escrever a *Avaliação do trabalho submetida à prova do real* (Dejours, 2008), obra da terceira fase, o autor faz uma imersão sobre alguns dos principais conceitos utilizados em Psicodinâmica do Trabalho, sem desviar-se do objetivo principal: questionar as formas como são feitas as avaliações do trabalho. Dejours (2008) discute a impossibilidade de se fazer uma avaliação sobre o trabalho, posto que ele é "invisível". O real do trabalho não é visto. O que se pode ver é o resultado do trabalho, não o trabalho propriamente dito, portanto, só quem pode falar sobre ele é aquele que o executa, o conhecedor. Por não estar acessível à observação direta, o trabalho está, fundamentalmente, preso à subjetividade.

O objetivo da descrição dos estudos em Psicodinâmica do Trabalho em fases foi uma ideia de como questões relacionadas ao trabalho e à saúde do trabalhador foram se desenvolvendo no decorrer dos estudos de Psicopatologia do Trabalho, sob a ótica do criador da Psicodinâmica do Trabalho. As referidas fases são, antes de tudo, complementares, e não somente sucessivas (Mendes, 2007). À medida que as pesquisas em PDT foram se desenvolvendo, novos questionamentos e novas percepções em relação ao mundo do trabalho foram se revelando, o que significa o aparecimento de

problematizações de diversas ordens para categorias de trabalhadores, estratégias e enfrentamentos das adversidades.

Essa descrição cronológica não tem a pretensão de esgotar as discussões acerca dos conceitos utilizados em Psicodinâmica do Trabalho, que foi estruturada a partir do diálogo entre algumas áreas como a Psicanálise, a Sociologia da Ética, a Fenomenologia, a Antropologia e a Ergonomia da Atividade. Nessa breve exposição do desenvolvimento histórico da Psicodinâmica do Trabalho, foram apresentados alguns conceitos da teoria, de forma a serem articulados com os objetivos da pesquisa. Os conceitos estão interligados, alguns já foram tratados neste tópico e outros seguirão a mesma forma.

Conceito de Psicodinâmica do Trabalho.

A Psicodinâmica do Trabalho pode ser definida, segundo Molinier (2008a), como a análise psicodinâmica dos processos intersubjetivos mobilizados pelas situações de trabalho. Falar em dinâmica significa que a investigação toma por centro de interesse os conflitos que surgem do encontro do sujeito portador de uma história singular, preexistente a esse encontro, com uma situação de trabalho cujas características são, em grande parte, fixadas independentemente da vontade do sujeito (Molinier, 2008a).

O modelo de homem, segundo Molinier (2004a), provém da antropologia freudiana; a partir desse modelo, considera-se que o sujeito aborda o mundo do trabalho com o conjunto daquilo que ele é e daquilo que busca alcançar. A consciência que ele tem desses fatos é confusa e parcial e, quando essa busca pessoal pode ser atingida em situação de trabalho, significa que o trabalho tem um papel importante na realização de si. Quando a organização do trabalho faz obstáculo à elaboração do sofrimento e à sua transformação em prazer, então o trabalho pode ser prejudicial à saúde mental. Essa discussão implica um

dos pressupostos desta pesquisa: não há neutralidade no trabalho defronte à saúde mental (Molinier, 2004a).

Esse modelo completa-se com o modelo de pessoa, da Antropologia Social, em que a noção de pessoa, assim como tudo o que se refere à realidade social de um determinado grupo humano, é constituída nas relações sociais. É uma construção simbólica por meio da qual os homens atribuem sentido a si mesmos (Galinkin, 2006).

O trabalho.

O trabalho é o lugar em que se desenrolam simultânea e dialeticamente a relação do trabalhador com ele mesmo, com o outro e com o real. Dessa forma, não pode ser confundido com a prescrição da tarefa. A tarefa, tal como prescrita, jamais poderá chegar a prever a variabilidade de situações com as quais os trabalhadores terão de lidar (Lhuilier, 2006). Para a autora (2005), após pesquisa desenvolvida em um serviço de grandes queimados, a tarefa é dolorosa tanto para quem recebe os cuidados quanto para quem cuida, portanto, os cuidadores entram em contato com um mundo real e precisam desenvolver estratégias, defesas coletivas para poder fazer o seu trabalho, sem as quais ele não seria possível.

Lhuilier (2005) discute essas estratégias, considerando que existe o sofrimento individual dos cuidadores, mas, devido às necessidades de execução das tarefas, as defesas são elaboradas, em função do próprio trabalho, no coletivo. Dessa forma, demarca-se a psicologia clínica do trabalho da psicologia clínica do indivíduo. Como destaca Molinier (2008a), essa demarcação implica a adoção de um nível de análise, que é a organização do trabalho. Dejours (2004b) afirma que, na medida em que as pesquisas em psicopatologia do trabalho consideravam a organização do trabalho como um “bloco irreduzível” (p. 53), não se podia aprofundar as análises. A passagem da psicopatologia para a psicodinâmica

do trabalho deve-se, também, ao reconhecimento de que a relação entre a organização do trabalho e o homem não é um bloco rígido, mas está em contínuo movimento.

Ao discutir uma enquete em Psicodinâmica do Trabalho em um meio de pesquisa industrial, Molinier (2010) afirma que organização do trabalho não é considerada uma estrutura dominante ou malévola, que seria a fonte de todos os males do trabalho, mas é um processo dinâmico no qual cada um interfere à sua maneira. Para essa autora, a organização do trabalho é o produto vivo de interações complexas vetorizadas por diferentes racionalidades tanto instrumentais quanto estratégicas e morais, ou seja, não é uma entidade toda poderosa e as pessoas não são simplesmente assujeitadas às suas exigências.

Nos anos 1970, a ergonomia de origem francesa, sob a direção de Alain Wisner e participação ativa de Dominique Dessours, inverteu o esquema da psicologia científica do trabalho. O que estava em foco não era mais adaptar o homem ao trabalho, mas o trabalho ao homem. A ergonomia de origem francesa revelou a existência de uma distância entre o trabalho prescrito, tal como era concebido, e a atividade real (Cru; Guicho-Bailly & Molinier, 2009). Segundo Teiger (1993), os ergonomistas mostraram que, mesmo as atividades aparentemente mais simples e automatizadas exigiam a participação mental constante dos trabalhadores, sem a qual o sistema de produção não poderia funcionar.

Por meio da organização prescrita do trabalho, podem-se identificar quem decide, quais são os protocolos, a velocidade de execução das tarefas, o número de pessoas para realizar as tarefas etc., ou seja, o trabalho prescrito é um conjunto de regras em que a organização do trabalho define como o trabalhador deve operar, contudo essas regras não identificam como, de fato, o trabalho foi e é realizado, o trabalho real. E foi com base nas discussões da Ergonomia francesa que Dejourn (2004a) passou a levantar questões sobre trabalho prescrito e trabalho real. Em sua concepção, trabalho só pode ser entendido como

a “lacuna” (2004b, p. 61) entre o prescrito e o real. É o que ele considera como a interpretação da atividade; sem essa possibilidade de interpretação do que está prescrito não existe o trabalho real. Essa interpretação, efetivamente, deve aparecer no plural, interpretações, uma vez que os atores envolvidos nas atividades também são diversos. Segundo Daniellou, Laville e Teiger (1989) essa decalagem entre o prescrito e o real se encontra em todos os níveis de análise entre tarefa, o que se deve fazer, e atividade, o que se faz, é o real do trabalho.

A partir dessa compreensão, o trabalho é definido, segundo Davezies (1993) como “as atividades desenvolvidas por homens e mulheres para fazer face ao que ainda não está dado pela organização prescrita do trabalho”. A organização real do trabalho, nessa perspectiva, passa a ser considerada como o produto das relações sociais e não somente divisão do trabalho, o conteúdo da tarefa, o sistema hierárquico, as modalidades de comando, as relações de poder, as questões de responsabilidade.

Segundo Dejours (2004a), o trabalho é o que implica, do ponto de vista humano, o fato de trabalhar: os gestos, o *savoir-faire*, o engajamento do corpo, a mobilização da inteligência, a capacidade de refletir, de interpretar e de reagir às situações; é o poder de sentir, de pensar, de inventar etc. Em outros termos, para o clínico, o trabalho não é, em primeira instância, a relação salarial ou de emprego; é o “trabalhar”, quer dizer, um certo modo de engajamento da personalidade para fazer face a uma tarefa emoldurada por pressões (materiais e sociais). Na confrontação com o mundo real, o sujeito é confrontado com o fracasso e, desse confronto, podem surgir sentimentos de impotência, irritação ou mesmo de decepção e desencorajamento, o que implica um modo afetivo de ter contato com o mundo real (Dejours, 2004a). É sempre afetivamente que o mundo real se manifesta para o trabalhador, então, ao mesmo tempo em que o sujeito sente, afetivamente, a resistência do mundo, é a afetividade que se manifesta. Dessa forma, é na relação de

sofrimento no trabalho que o corpo faz, simultaneamente, a experiência de si mesmo e o do mundo.

O trabalhar.

O ato de trabalhar equivale a ocupar o espaço do real do trabalho que se encontra entre o prescrito e o real, é viver junto. Dejours (2008) considera que não tem como se vivenciar esse ato a não ser pela experiência do fracasso. A ação no real exige que o trabalhador entre em contato com os procedimentos exigidos, protocolares e que, de fato, questione as prescrições. Esse enfrentamento pode gerar insatisfações e proporcionar que o trabalhador lance mão de seu potencial criativo. Esse “lançar mão” pode ser um dos recursos para evitar ou reduzir a carga de sofrimento. O mesmo autor (1998) propõe, então, uma nova definição de trabalho. Para ele, deve-se dizer “trabalhar” como se diz viver ou comer, na intenção de dar um valor antropológico à definição: “trabalhar, quer se trate de uma atividade assalariada ou benévola, doméstica ou profissional, de mão de obra ou empresarial, do público ou privado, industrial ou de serviço, de agricultura ou de comércio, é mobilizar seu corpo, sua própria inteligência, sua pessoa, para uma produção com valor de uso” (p. 6).

O que Dejours (1998) sugere com essa definição é que, nas análises sobre a dinâmica do prazer e o sofrimento no trabalho, seja dada menos importância à produção e mais importância ao processo individual e psicológico do trabalho, ou seja, ao trabalhar, pois essa é a parte invisível do trabalho, o seu real. E é no encontro com o real que o sujeito se sente vivo.

O sofrimento.

O sofrimento é um afeto, e a subjetividade pode ser definida como a experiência originária da própria vida. Assim, o sofrimento é, ao mesmo tempo, impressão subjetiva do

mundo e origem do movimento de conquista do mundo. De acordo com Dejours (2001), nós temos dois corpos: o primeiro é o corpo biológico e o segundo é o corpo psíquico, corpo vivido, que é indissociável da subjetividade, é o lugar mesmo da subjetividade. À luz da Psicodinâmica do Trabalho, o sofrimento pode ser enfrentado por meio de estratégias defensivas, conceitos centrais da teoria, que têm como objetivo evitar a desestruturação e as desordens mentais dos trabalhadores. Como conceitua Molinier (2004a):

As estratégias coletivas de defesa são centradas em um universo simbólico partilhado que tira sua consistência do fato de ser organizado por crenças ou atitudes que reduzem a percepção das realidades suscetíveis de gerar um estado de sofrimento. As defesas sempre têm efeitos cognitivos. Elas orientam o desenvolvimento da capacidade de pensar, ocultando uma parte substancial da experiência que já não faz mais parte do debate (p. 235).

Nessa perspectiva, as estratégias coletivas de defesa tem por objetivo ocultar uma dimensão do trabalho para que se possa continuar a efetuá-lo. Segundo Gainard (2009), o sofrimento é sempre individual, mas os modos de defesa podem ser elaborados coletivamente; o sofrimento só pode ser apreendido por meio das defesas.

O reconhecimento.

Ao contribuir para o desenvolvimento de um trabalho, cada sujeito espera uma retribuição, pois para cada ação existe uma reação. Esse reconhecimento passa pelo julgamento dos superiores hierárquicos ou subordinados e, às vezes, pelos clientes; passa também pelos pares, colegas ou membros da equipe. No primeiro caso, ele é chamado de julgamento de utilidade e, no segundo caso, julgamento de estética ou de beleza. Para Dejours (2005), “o reconhecimento é uma forma específica da retribuição moral-simbólica

dada ao ego, como compensação por sua contribuição à eficácia da organização do trabalho, isto é, pelo engajamento de sua subjetividade e inteligência” (pp. 55-56).

Segundo Dejours (2005), o que leva o sujeito a não ser igual ao outro par, a ser único, singular é a originalidade no desempenho da ação. O julgamento é feito sobre o “fazer” do sujeito e não sobre o “ser”. O reconhecimento, então, ganha dimensões pessoais porque responde às expectativas subjetivas de “realização de si”. Esse processo leva ao fortalecimento da identidade, que é uma das condições para o desenvolvimento da saúde mental. A retribuição simbólica proveniente do reconhecimento é decorrente da produção de sentido que ela confere à vivência no trabalho, podendo, então, transformar o sofrimento em prazer. Quando a qualidade de um trabalho é reconhecida pelos outros, é possível destinar-se o reconhecimento do registro do fazer para o registro do ser. O reconhecimento, então, confere àquele que trabalha um pertencimento a um grupo, a uma profissão, ou seja, o reconhecimento permite transformar o sofrimento em desenvolvimento da identidade (Dejours, 2004a).

A ideia não é de se simplificar o processo de reconhecimento, atribuindo-lhe a responsabilidade pela saúde de quem trabalha. Essa constatação adveio de pesquisas realizadas por Molinier (2010), com trabalhadoras em serviços de cuidados, que mostravam que elas investiam e dedicavam-se às suas atividades, a despeito da falta de reconhecimento social de seu trabalho e mesmo por parte daqueles a quem elas se dedicavam. Elas continuavam o seu trabalho por acharem-no indispensável, por encontrarem sentido no que faziam.

Sob esse ponto de vista, o reconhecimento do trabalho se inscreve na organização, materialmente, sob a forma de meios que são acordados. Esses meios não são somente econômicos, salariais; o que está em jogo é, também, a consideração, do ponto de vista do trabalhador, sobre o que ele faz, como faz e pensa que deve fazer. Dito de outra forma, é

falso pensar que se trabalha para ser reconhecido: o que se busca é ser reconhecido por trabalhar, segundo os próprios critérios e valores. O valor do trabalho, no sentido ético do termo, não é conferido do exterior, pelos outros; ele depende daquilo que importa para o sujeito, em função das experiências que não se reduzem às experiências do trabalho assalariado (Molinier, 2010).

O desejo do sujeito em cooperar e engajar-se é fundamental na dinâmica das relações na organização de trabalho, e é o que se denomina de mobilização subjetiva. A mobilização subjetiva pressupõe o uso da inteligência prática, e não pode ser imposta ao indivíduo. Ela é espontânea e depende do reconhecimento e retribuição concedidos pela organização do trabalho ao trabalhador e, como visto, do valor dado ao seu trabalho pelo próprio trabalhador. Dessa forma, não é possível a prescrição da mobilização subjetiva e o papel da organização do trabalho passa a ser não barrar ou impedir que essa mobilização aconteça (Molinier, 2008a).

A articulação entre os conceitos permite concluir que a identidade do indivíduo ficará abalada caso a dinâmica do reconhecimento não ocorra e caso não aconteça a significação do trabalho para o próprio trabalhador. Com o fracasso dessa dinâmica, não haverá a sublimação do sofrimento e a transformação deste em prazer. Isso ocasionará acúmulo do sofrimento, culminando em uma descompensação psicossomática. Assim, o indivíduo desenvolverá estratégias de defesa coletivas para permitir que a saúde seja preservada. Essas estratégias são centradas na construção de um universo simbólico comum, que tem sua consistência do fato de estar organizado por crenças, atitudes e condutas que visam reduzir a percepção das realidades suscetíveis de gerar sofrimento (Molinier, 2004a). As defesas contra o sofrimento têm efeitos cognitivos; orientam o pensamento e ocultam uma parte substancial da realidade, que não será mais discutida. As defesas são necessárias para a saúde mental, mas apresentam o inconveniente de gerar

distorções na comunicação, impedindo de entrar em contato com aquilo que faz sofrer, portanto, impedindo de transformar o sofrimento (Molinier, 2008a).

Na perspectiva de explorar a questão da saúde do policial, o presente estudo tem como referencial teórico a Psicodinâmica do Trabalho (PDT), que está inserida no campo da Psicologia do Trabalho, compondo as Ciências Críticas do Trabalho (Molinier, 2008a).

De acordo com a explicação de Mendes, Ferreira e Cruz (2007) a Psicodinâmica pode ser definida como uma Teoria Crítica do Trabalho, porque articula a emancipação dos sujeitos no espaço da produção a partir da crítica à rígida prescrição de tarefas. Ela traduz o trabalho a partir de processos de subjetivação e parte de uma concepção de homem marcada pelo poder de resistência, de engajamento e de transformação da realidade de dominação simbólica, política e econômica.

Identidade.

O conceito de identidade em Psicodinâmica do Trabalho tem permitido problematizar o poder mutativo do trabalho sobre o sujeito. É um conceito que, diferentemente do conceito de personalidade, é destinado a pensar sobre as possibilidades imprevisíveis do tornar a ser do sujeito. Por ser uma parte do sujeito que não é definitivamente estabilizada, necessita de uma confirmação, necessita ser reiterada todos os dias (Molinier, 2008a).

Segundo Dejours (2005):

O trabalho é um meio de reconquistar relações verdadeiras com os outros. Não são relações de amor; são relações de pertencimento, de coletivo, de cooperação, mas que contribuem para manter a identidade e, portanto, para não deixar que muita gente fique louca. No final das contas, a identidade é o arcabouço da saúde mental (p. 98).

A teoria da identidade em Psicodinâmica do Trabalho leva em consideração mais as questões da intersubjetividade e dos outros externos do que o registro intrapsíquico das identificações dos outros externos. Nesse sentido, sendo a identidade pessoal relacional, passa pela confirmação dos outros externos. É uma identidade que se confirma e se reafirma a partir das relações e, nessas relações consideram-se aquelas que estão presentes no âmbito do trabalho e em função dele (Molinier, 2008a).

Quando executa as suas tarefas, o sujeito age também de acordo com suas interpretações subjetivas sobre o trabalho, e é a partir dessas interpretações que ajusta o trabalho prescrito ao real. Para que isso aconteça, deve utilizar sua criatividade e inventividade. Nesse processo, o sujeito não se percebe como criativo e inventivo; para tomar conhecimento ou para se perceber como tal, ele precisa passar pelo olhar e crítica do outro, que irá julgá-lo e, assim, reconhecer suas ações. Essas ações equivalem ao real do trabalho, ao que foi necessário executar, à atividade que foi desempenhada para que os resultados aparecessem. Para executar o trabalho, ou seja, para descobrir o que, de fato, deve ser feito, o sujeito deve entrar em contato com suas regras. Segundo Molinier (2008a), o coletivo de regras e as regras de trabalho são dois conceitos indissociáveis, pois dizer que existem regras de trabalho significa dizer que um coletivo de regras a construiu.

Todo trabalho pressupõe uma carga de sofrimento, tal como acontece na vida social, familiar etc. (Dejours, 2005). Para o autor, a dinâmica prazer e sofrimento no trabalho envolve as relações entre colegas, chefias ou subordinados e, para que as regras de trabalho sejam estabelecidas, é necessário que haja cooperação entre eles. Sendo, portanto, produto dessas relações, pressupõe-se a necessidade de haver cooperação entre eles, ou seja, entre os trabalhadores. No entanto, para que exista cooperação, é necessário que exista confiança entre aqueles que compõem a organização do trabalho. A confiança, por sua vez, está diretamente relacionada às normas, às regras de trabalho, ou seja, a

organização do trabalho passa pelo cumprimento das dimensões éticas de cada atividade (Dejours, 2005). O que se pode apreender à partir dessa discussão é que a compreensão das relações de trabalho passa pela compreensão das relações de cooperação, de confiança e, ainda, das regras que são estabelecidas para a realização das tarefas.

TRABALHO E SAÚDE

Nas diversas áreas do conhecimento, como a saúde, a educação e a política, tanto na prática quanto no saber acadêmico articulam-se transformações históricas, daí a importância de se buscar a inserção histórica das preocupações com a relação existente entre a saúde e o trabalho.

Renê Mendes (1995), em sua obra *Patologia do Trabalho*, informa que os historiadores da Medicina mostram que, desde os papiros egípcios e, mais tarde, no mundo greco-romano, é possível observar referências sobre a associação entre trabalho e saúde-doença, ainda que de forma discreta. Apesar dessas referências, a descrição pode ser compreendida como de pouco interesse dos estudiosos, uma vez que os trabalhos mais pesados ou de mais elevado risco eram destinados a escravos oriundos de nações dominadas. Ainda segundo o mesmo autor, Hipócrates (460-375 a.C.) descreveu em *Ares, Água e Lugares* o quadro clínico da intoxicação saturnina encontrado em um trabalhador mineiro, porém não levou em consideração o ambiente de trabalho e a sua ocupação.

Na Idade Média, poucas são as informações sobre as relações entre trabalho e saúde. Mais adiante no tempo, as observações sobre essas relações dão destaque aos problemas de saúde provocados pela atividade extrativa mineral. Talvez o interesse sobre esses problemas estivesse relacionado à importância dos metais preciosos para a economia, pois o poder das nações do século XVI e, em parte, dos seguintes, seria proporcional à quantidade de metais preciosos extraídos. Nos estudos (Mendes, 1995) sobre saúde e trabalho, no Brasil, podem ser percebidos alguns marcos, alguns momentos importantes nas discussões e nos avanços das conquistas dos trabalhadores, que serão descritos: o período anterior à Revolução Industrial, em 1700, é considerado o primeiro marco, com a publicação do livro do médico Bernardino Ramazzini – *As doenças dos trabalhadores*,

publicado no Brasil em 1971.⁴ A Revolução Industrial (de 1760 a 1850) pode ser considerada o segundo marco nos estudos sobre saúde e trabalho.

Segundo Heloani (2008), Ramazzini é considerado o pai da Medicina do Trabalho, e foi esse médico que introduziu, em suas anamneses, a pergunta: “qual a sua ocupação?” dirigindo-se ao cliente, pois já se começava a fazer uma associação entre as condições de trabalho e o adoecimento de alguns pacientes.

Em sua obra, Ramazzini (1971/1999) descreve as doenças que ocorriam em trabalhadores em mais de 50 ocupações, e demonstrou suas preocupações quando levantou alguns pontos para as discussões como: a importância do ambiente, o trabalho em equipe e a utilização dos atestados de óbitos como fontes de informação para estudos epidemiológicos. Com essas questões, Ramazzini introduziu alguns dos elementos básicos do conceito de Medicina Social.

Graça (1996) não concorda com a denominação de Ramazzini como pai da Medicina do Trabalho, pois, em sua opinião, a Medicina do Trabalho é um fenômeno emergente do capitalismo industrial, sobretudo da segunda revolução industrial, no final do século XIX, com o taylorismo-fordismo. A autora, contudo, não deixa de reconhecer o papel pioneiro da obra de Ramazzini para o desenvolvimento das disciplinas que tratam da problemática da saúde e segurança do trabalho.

A Revolução Industrial (1760-1850) foi segundo marco nos estudos sobre saúde e trabalho. No processo dos impactos sociais ocorridos nesse período, destacam-se aqueles sobre a saúde dos trabalhadores. Muitos trabalhadores morriam devido à falta de higiene predominante nos ambientes das fábricas ou sofriam problemas de amputações em decorrência da falta de segurança e condições de trabalho adequadas, além das

⁴ Há uma moderna tradução: Ramazzini, B. (1999). *As doenças dos trabalhadores* (2a ed.). São Paulo: Fundacentro.

intoxicações agudas (Mendes, 1995). Ressalte-se que, até esse momento, o que estava em pauta nas discussões era a doença dos trabalhadores.

Graça (1999) relata que, em 1802, os movimentos sociais levaram políticos e legisladores a introduzirem medidas legais de controle das condições e ambientes de trabalho tais como: regulamentação de idade mínima para o trabalho, redução da jornada e ventilação nos locais de trabalho. Para a autora, o que se considera como movimentos sociais não é o que hoje se denomina de luta organizada do movimento operário, que ainda não existia. A influência sobre esses movimentos era de médicos humanistas, escritores e reformadores sociais.

Com essas medidas, surgiu a figura do inspetor do trabalho, atividade que deveria ser realizada por clérigos e magistrados (Graça, 1999). Apesar dessas exigências não serem cumpridas, na prática, pode ser considerada a primeira tentativa de intervenção do Estado para proteger os trabalhadores. Além da intervenção do Estado, a maior força para que se fizesse algo contra o tratamento dado à classe de operários, o proletariado, vinha, realmente, de alguns segmentos da opinião pública que ficavam indignados com as condições de trabalho nas indústrias, sobretudo das mulheres e das crianças. À indignação somava-se a preocupação com os riscos de epidemia e de propagação de doenças que a vizinhança das fábricas podia trazer às comunidades locais.

Como as condições de trabalho continuavam péssimas, no ano de 1831, o parlamento britânico estabeleceu uma comissão parlamentar de inquérito e, a partir de então, o parlamento baixou nova legislação de “proteção” aos trabalhadores, o *Factory Act* (1833), ou Lei da Fábrica, que estabeleceu a idade mínima de nove anos para o início do trabalho; a proibição do trabalho noturno para menores de 18 anos; a delimitação do tempo para o trabalho infantil de no máximo 12 horas por dia; e a obrigatoriedade dos

empregadores em manter escolas que deveriam ser frequentadas por menores de 13 anos, durante duas horas por dia (Graça, 1999).

Com a expansão da indústria no restante da Europa e com a experiência da Inglaterra, os demais países foram estabelecendo e aprimorando legislações próprias de proteção ao trabalhador (Graça, 1996). Segundo o autor, na França, por exemplo, em 1841, foi proibido o trabalho de menores de 8 anos e fixada a jornada diária de 8 horas por dia para menores de 12 anos, e de 12 horas para menores com idade entre 12 e 16 anos. Em consequência ao *Factory act*, surgiu o serviço médico de empresa que, no Brasil, só viria a aparecer em 1920.

O Brasil foi país-colônia por mais de três séculos, manteve sua estrutura de colônia agrária e escravocrata até o século XVIII, explorando inicialmente a mão de obra indígena local e, posteriormente, a africana. Os trabalhadores, então considerados “raças inferiores”, eram subjugados pelos colonos brancos. As atividades restringiam-se, praticamente, à fabricação do açúcar nos engenhos e à mineração, utilizando-se técnicas bastante rudimentares. A preocupação com a saúde do trabalhador só ocorreu a partir das epidemias como a febre amarela, a cólera e a peste, que matou dezenas de trabalhadores, ocasionando, assim, prejuízo para a economia da época (Graça, 1996).

A industrialização no Brasil aconteceu em período tardio, e associada à subordinação econômica e política aos países mais desenvolvidos, favorecendo as práticas orientadas pelo capital estrangeiro. A partir de 1840 foram instalados os primeiros estabelecimentos fabris e a primeira máquina a vapor só foi instalada em 1869 (Graça, 1996).

Apesar de em 1890 ter sido criado, no Brasil, o Conselho de Saúde Pública, e ter surgido a primeira legislação sobre condições de trabalho industrial, o interesse pela saúde do trabalhador só teve início em 1972, quando o governo editou a Portaria nº 3.237,

criando o “Programa de Valorização do Trabalhador” e obrigando algumas poucas empresas a criar serviços médicos conforme o grau de risco e o número de empregados. Iniciou-se, assim, um programa de formação de médicos do trabalho, por meio de cursos ministrados pela Fundação Jorge Duprat de Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho (FUNDACENTRO) (Moreira, 2003).

Em 1988, as atividades voltadas para a saúde do trabalhador foram transferidas do âmbito do Ministério do Trabalho para o Ministério da Saúde, mostrando que a saúde do trabalhador passou a ser uma preocupação de saúde e controle das doenças, e não só um problema trabalhista. Ampliava-se, com essa nova definição política e jurídica, a necessidade que já era sentida de desenvolver metodologias para a abordagem clínica do trabalho (Graça, 1996). Dos primeiros questionamentos sobre a “ocupação” do paciente até os dias atuais, alguns pesquisadores têm se interessado em desvendar as causas de adoecimento dos trabalhadores.

Um exemplo desse interesse foi a busca feita por Santana (2006) por dissertações e teses compiladas na base LILACS e no portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), no período entre 2000 e 2004, com os descritores saúde do trabalhador, ergonomia, higiene ocupacional, toxologia e saúde ocupacional. Segundo o levantamento, a maioria dos estudos está relacionada às doenças osteomusculares, saúde mental e trabalhadores da área de saúde, especialmente no trabalho em enfermagem, focalizando, principalmente, a saúde mental, sintomas e doenças osteomusculares, ergonomia, riscos químicos e biológicos e acidentes perfurocortantes. Mencionou, ainda, uma queda significativa no número de teses e dissertações sobre acidentes e silicoses. Uma das conclusões mais importantes do levantamento, segundo a autora, foi a constatação de que o aumento da produção de estudos na área de saúde do

trabalhador aconteceu em função do crescimento do número de programas de pós-graduação em saúde pública e saúde coletiva no país nos últimos anos.

As patologias relacionadas ao trabalho costumam ser definidas por meio de estudo epidemiológico. Segundo Martins (2009), entre as patologias mais registradas na Previdência Social no Brasil estão os distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho, (DORTs), a depressão, o estresse, a ansiedade e afecções do trato intestinal. Em 2010, foi apresentado, por esta doutoranda e sua equipe, um relatório com os dados do Programa de Inspeção Médico Psicológica (PIMP/PCDF), realizado nos anos de 2008 e 2009. Foram avaliados, aproximadamente 4.000 policiais, sendo que a porcentagem de abstenção foi de 12,1%.

Os servidores foram submetidos à inspeção médica, com avaliação antropométrica, exames de sangue (hemograma completo), exames radiológicos e avaliação clínica. Na avaliação psicológica foram feitas entrevistas por psicólogos e, quando necessário, foram feitas avaliações psicométricas na própria unidade de saúde, além de avaliações psiquiátricas.

Os dados demonstraram que os policiais apresentaram, com mais frequência, problemas como depressão, estresse, ansiedade e irritabilidade, quadro semelhante ao da população, em geral. Em relação à avaliação médica observou-se que a categoria de servidores com mais de 21 anos foi a que mais apresentou acometimento de diabetes, pressão arterial elevada, alterações de colesterol e triglicérides, índice de sobrepeso e obesidade, e onde a incidência de fumantes prevaleceu, o que não difere muito dos dados da população, de uma forma geral. Houve um número elevado de encaminhamentos para a nutrição, cardiologia e endocrinologia, compatíveis com os achados de sobrepeso, obesidade e síndrome metabólica.

OBJETO DE INVESTIGAÇÃO: O(A) TRABALHADOR(A) POLICIAL

Em função das opções metodológicas da Psicodinâmica do Trabalho, o eixo de análise desta pesquisa são as relações entre o sujeito e as pressões decorrentes da organização do trabalho. Assume-se, também, o pressuposto de que “o mundo das mulheres faz parte do mundo dos homens, não são esferas separadas. Tomá-los como esferas separadas reforça o mito de que a experiência de um sexo tem muito pouco ou nada tem a ver com o outro sexo” (Scott, 1995, p. 75).

Justifica-se, assim, que esta é uma pesquisa sobre homens e mulheres que trabalham, e a forma como esses atores significam o trabalho. Nessa perspectiva, tem como um dos seus objetivos entender como se apresentam as atividades de homens e mulheres em seu ambiente de trabalho e suas inter-relações.

A participação da mulher nas relações de trabalho, ou seja, relações que estiveram por muito tempo reservadas ao homem, tem percorrido um árduo caminho, caracterizado por significativas conquistas para que venha a ter alguma visibilidade. Essas conquistas, por exemplo, maior inserção da mulher no mercado de trabalho, equiparação salarial no serviço público, foram sendo percebidas quando grupos se organizaram em movimentos para reivindicar um lugar justo para as mulheres na sociedade, que ficaram conhecidos como movimentos feministas, assim, no plural por terem correntes e teorias diversas e em constante diálogo.

Uma das pioneiras nos estudos sobre a construção cultural da divisão sexual de papéis e lugares sociais, ocupados por homens e mulheres em suas culturas, foi a antropóloga americana Margaret Mead, na década de 1930. Por meio de seus estudos, Mead critica o conceito de que a submissão feminina é algo natural. Para ela, os papéis sexuais são estabelecidos pela cultura, pelos costumes, pelas práticas cotidianas dos povos e, sobretudo, pelas necessidades econômicas e de sobrevivência (Segato, 1997). Segundo Segato, para

Simone de Beauvoir, algumas pesquisadoras pretendiam confirmar que havia uma relação universal de subordinação da mulher em relação ao homem como se a mulher fosse construída ideologicamente como o “outro” nas relações sociais e políticas, e transformada no segundo sexo.

Ao escrever a frase que se tornou célebre “não se nasce mulher, torna-se mulher”, em *O Segundo Sexo* (1949/1990), Beauvoir explica a subordinação da mulher como um fenômeno universal, vista a partir de uma oposição binária entre os sexos (Galinkin & Ismael, 2011). Com essa postulação, a obra de Beauvoir (1949/1990) deu origem a estudos subsequentes, pois a autora pretendia desmistificar as crenças que predominaram durante anos, de que a mulher era incapaz para diversas atividades da vida em razão de uma suposta inferioridade biológica em relação ao homem, e que a construção dos papéis femininos é socialmente estabelecida, e não uma característica inata ou natural.

Scott (2005) critica os estudos que apontam para a universalidade da hierarquia entre o masculino e o feminino e para a dominação das mulheres, e define gênero como uma categoria analítica e relacional. Para Galinkin e Ismael (2011), o termo gênero tem sido usado para explicar as relações sociais entre pessoas de diferentes sexos e orientações sexuais, assim como a variedade de sentidos atribuídos a essas diferenças, que ocorrem nas várias culturas e diversas sociedades. Ainda segundo as autoras:

os significados socialmente conferidos aos sexos e ao gênero podem mudar no decorrer da história de cada sociedade, o que dissocia as distinções e desigualdades sociais entre homens e mulheres da biologia, assim como as várias orientações afetivo-sexuais e características psicológicas tidas como inerentes ao sexo masculino e ao feminino. Essas diferenciações são atribuídas a construções histórico-culturais. Dessa forma, opera no sentido de desnaturalizar tanto a sexualidade quanto as desigualdades sociais entre os sexos, opondo-se ao determinismo biológico (p. 503).

O termo gênero, ainda segundo Galinkin e Ismael (2011), não tem um único significado e relaciona-se a diferentes abordagens teóricas e políticas daqueles que o utilizam, porém, “a noção de gênero para se referir às relações sociais entre homens e mulheres começa a ser utilizada na segunda metade do século XX, no contexto das discussões e construções teóricas feministas sobre desigualdades nas relações sociais entre os sexos” (p. 504), sendo que gênero substitui o termo sexo social para explicar as desigualdades socialmente construídas entre homens e mulheres (Galinkin & Ismael, 2011).

Ao discutir a origem do conceito de gênero, Scavone (2008, p. 175) afirma que a consolidação do campo de estudos “sobre mulheres”, como eram denominados os estudos de gênero, emerge paralelamente à eclosão da fase contemporânea do feminismo, especialmente na Europa pós-1968 e nos Estados Unidos. Para a autora, foi a partir daí que o campo de investigação científico sobre as mulheres se ampliou, evidenciando a forte relação do movimento social com os estudos feministas.

Segundo Badinter (1993, citada por Araújo, 2005) as “preciosas francesas”, cujo apogeu se deu por volta de 1650 e 1660, devem ser consideradas como as primeiras feministas a se destacar no mundo ocidental, porque foram pioneiras em questionar o papel dos homens na sociedade. É o que Araújo (2005) identifica como crise da masculinidade, quando nos séculos XVII e XVIII, na Inglaterra e na França, as mulheres gozavam de liberdade e questionavam o papel dos homens na sociedade, questionamentos que tiveram como consequências a tentativa de negociação dos papéis do homem e da mulher no casamento, na família e na sexualidade. As mudanças provocadas pelo feminismo desestabilizaram o modelo masculino tradicional e expuseram a necessidade de discussões a respeito do que era naturalmente aceito.

Segundo Gosdal (2007), as conquistas alcançadas pelas mulheres, até então, em vez de encontrarem espaço fértil para o seu desenvolvimento, com os ideais da Revolução

Francesa (Igualdade, Liberdade e Fraternidade) foram se desarticulando, talvez porque “o sujeito, como ficção abstrata, tomou como parâmetro o homem branco e proprietário. Ou seja, o sujeito se universalizou com padrões masculinos” (p. 75) e dessa concepção de sujeito surgiram leis que reproduziam a situação de inferioridade e um tratamento desigual da mulher.

A Revolução Francesa foi um conjunto de acontecimentos entre 1789 e 1799 que alterou o quadro político e social da França. Foi influenciada pelos ideais do Iluminismo e, em causa, estavam o Antigo Regime e os privilégios do clero e da nobreza. Além de ser considerada uma grande revolução para a humanidade, a Revolução Francesa determinou a primeira grande participação das mulheres em um amplo movimento de massas. As mulheres combateram ao lado dos homens, não só pegando em armas, mas “agrupando-se em clubes e sociedades próprias, dando um grande salto em sua organização, já que naquela época a mulher era proibida de se filiar a qualquer entidade sindical ou política” (Toledo, 2003, p. 89). Contudo, ainda que essa significativa revolução pareça ter negado às mulheres os direitos de cidadãs, que já haviam sido conquistados, e as relações tenham retomado a tradicional separação entre os sexos, esse movimento não passou despercebido no que diz respeito às reivindicações femininas.

O feminismo pode ser considerado como uma forma de protesto contra a exclusão das mulheres dos direitos sociais (trabalho, educação etc.) e da política. No seu início, tinha como objetivo eliminar a diferença sexual na política, mas a sua campanha foi voltada às mulheres. Segundo Scott (2005), pelo fato de agir em favor das mulheres, o feminismo, inicialmente, ao chamar atenção exatamente para a questão que pretendia eliminar realçou ainda mais a desigualdade marcada pela diferença sexual, como o que fez Olympe de Gouges, por exemplo, designando-se a si mesma como um homem de Estado, uma imitadora de Rousseau e até melhor do que ele. Scott critica esse posicionamento de

Gouges e de outras feministas, argumentando que as demandas por igualdade davam destaque às diferenças, e o fato de repudiarem essas mesmas diferenças, que, em primeiro momento, não permitiam a igualdade, acabava por reforçar o preconceito em relação às diferenças.

Olympe de Gouges foi uma das primeiras feministas, ativista durante a Revolução Francesa. Ficou conhecida pela sua *Déclaration des droits de la femme et de la citoyenne* (Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã), de 1791, na qual argumentava que todos os direitos dos homens, enumerados pelos revolucionários em 1789, também eram direitos das mulheres. Em sua versão do *Contrato Social* de 1788, que ela considerava igual ou até superior ao de Rousseau, Olympe de Gouges oferecia uma dezena de propostas de reformas políticas e sociais e fazia longas críticas às atitudes e práticas de seus contemporâneos (Scott, 2005).

Por buscar esse tipo de igualdade, propagando sua Declaração e recusando-se a silenciar sobre os direitos da mulher, Olympe de Gouges foi presa em 1793 e levada à guilhotina em novembro do mesmo ano. Gouges reivindicava direito ao livre discurso, o direito de revelar a identidade dos pais e o reconhecimento da legitimidade das crianças (Galinkin e Ismael, 2011). Essa última reivindicação afetava diretamente os parâmetros de liberdade masculina, ao colocar o homem como parte da reprodução da sociedade, e não apenas como cidadão racional e político (Galinkin e Ismael, 2011).

Se a Revolução Francesa, apesar de colocar em xeque o sistema político e social vigente na França e no resto do Ocidente e encorajar as mulheres a denunciarem a sujeição em que eram mantidas, não foi capaz de trazer a igualdade reivindicada pelas mulheres, ainda na Europa, no final de século XVIII, teve início a Revolução Industrial, que veio a alterar o seu papel na sociedade (Galinkin e Ismael, 2011).

A partir de 1760, a introdução das máquinas no processo de produção de mercadorias favoreceu o ingresso da mulher no trabalho fabril, levando muitas mulheres a deixar o trabalho dedicado exclusivamente ao lar. O desenvolvimento da indústria exigiu maior quantidade de mão de obra, que não podia ser suprida unicamente pelo contingente masculino, o que fez com que as mulheres assumissem o trabalho nas fábricas, porém, em condições mais insalubres do que os homens (Delgado, 2004). Sobre essa questão, Toledo (2003) descreve:

Nas indústrias têxteis trabalhavam de 10 a 12 horas por dia com água até os joelhos, porque as máquinas eram movidas a vapor. Apesar de continuarem a ouvir a fábula de que nasceram para ser mães, eram obrigadas a abandonar os filhos à sua própria sorte para passar o dia inteiro nas fábricas (p.24).

Dessa forma, segundo Perrot (2001), com a Revolução Industrial, mulheres foram incorporadas à classe operária como trabalhadoras assalariadas. Essas mudanças não representaram, contudo, uma abertura para o processo de independência feminina, pois, apesar do impacto da economia na esfera familiar, o poder sobre a família e sobre as decisões a serem tomadas, tanto na esfera privada quanto na pública, continuava a ser exercido pelo homem, o pai ou o marido. Apesar de a mulher exercer atividades nas indústrias, cada sexo continuava a ter suas funções, seus papéis, suas tarefas, espaços específicos, lugares quase predeterminados: “ao homem, a madeira e os metais. À mulher, a família e os tecidos” (Perrot, 2001, p. 178).

A despeito das dificuldades e obstáculos encontrados, as mulheres continuaram sua luta por conquistas pessoais e sociais. Em 1848, na França, fundaram clubes e jornais e, em 1897, foi aprovada a lei que permitiu às mulheres serem testemunhas em processos judiciais. Na Inglaterra, em 1867, Stuart Mill fez o primeiro pronunciamento a favor do

voto feminino, porém, o movimento sufragista, considerado por Toledo (2003) como a primeira luta feminista, só foi retomado nos primeiros anos do século seguinte (Delgado, 2004).

O Movimento Feminista a partir do Século XX

Só no século XX o movimento de mulheres voltou ao cenário, e elas passaram a lutar pelo direito ao voto, à cultura e à educação, à igualdade nas condições de trabalho, enfim, passaram a lutar pela igualdade em todas as instâncias antes dominadas pelos homens. Mas foi na década de 1960, com o movimento feminista, que a luta das mulheres ganhou visibilidade e se fortaleceu como um movimento social responsável por mudanças radicais nos valores, nos costumes, nas relações de trabalho e na família (Araújo, 2005). Essa luta foi permeada por discussões acerca do papel da mulher na sociedade, o que incluiu, conseqüentemente, o papel do homem. Foram discussões sobre diferenças e igualdades entre homens e mulheres.

No debate da diferença entre os sexos, nesse período, duas perspectivas orientaram as discussões: a essencialista, que predominou até metade do século XX, e a culturalista, corrente predominante nos anos 1960 e 1970. A perspectiva essencialista destaca a diferença sexual, afirmando existir uma essência feminina, um feminismo universal, o que acaba justificando a discriminação das mulheres em função dessa essência, de modelos estruturados, da ideologia da mulher mãe e esposa. Essa perspectiva, que naturaliza os papéis femininos, vistos sob a ótica da maternidade, da docilidade, naturaliza, também, os papéis masculinos, em uma associação entre masculinidade e prestígio social (Segato, 1997).

Análises mostram que a esfera pública moderna não somente se constitui como um território exclusivamente masculino e não neutro, mas também como um domínio do

homem branco, com posses e moral. Na perspectiva culturalista, as diferenças sexuais provêm da socialização e da cultura. Sob essa visão, a superação da ordem e das leis patriarcais eliminaria as diferenças sexuais, já que essas provêm da socialização e da cultura (Segato, 1997; Prehn & Hüning, 2005).

Ainda sob esse olhar, Collin (1992, citado por Araújo, 2005) refere-se a uma terceira perspectiva, que reúne os conceitos antagônicos de igualdade e diferença na constituição de uma categoria que não só respeita as diferenças como necessita delas. Por essa perspectiva, pode-se pensar a diferença em três níveis: entre o sujeito-mulher e a sua condição de mulher; entre as mulheres; e entre as mulheres e o mundo dos homens.

Com relação à diferença entre o sujeito mulher e a sua condição de mulher, constata-se que uma mulher não é só uma mulher. Um sujeito mulher não se reduz à sua feminilidade; ao contrário, é um sujeito heterogêneo. Sobre a diferença entre as mulheres, deve-se construir um novo tipo de sociabilidade entre elas, que incorpore e articule as diferenças. Com relação às diferenças entre as mulheres e o mundo dos homens, considera-se a necessidade de uma nova forma de compreensão dessa relação. Dessa forma, o que Collin propõe é a existência da igualdade e das diferenças nas relações, em um constante jogo dialético em que a pluralidade e o diálogo são os princípios fundamentais (Araújo, 2005).

Na mesma direção, Rago (1998) afirma que:

a pluralização possibilitada pela negociação entre os gêneros é fundamental não só para a construção de um ser humano menos fragmentado entre um lado supostamente masculino, ativo e racional, e outro feminino, passivo e emocional. A superação da lógica binária contida na proposta de análise relacional de gênero, nessa direção, é fundamento para que se construa um novo olhar aberto às diferenças (p. 93).

Gênero passa, então, a ser entendido como um conceito que foi construído histórica e socialmente para se compreender as relações entre os homens e as mulheres e os seus papéis na sociedade e nas relações de poder (Scott, 1995).

A Mulher e o Trabalho

Segundo Hirata e Kergoat (2007), sob a influência dos estudos de gênero e dos movimentos feministas, pesquisadoras e pesquisadores passaram a se interessar pela repercussão da presença da mulher nos locais de trabalho. Ainda segundo as autoras, pesquisas sobre a divisão sexual do trabalho foram impulsionadas, na França, no início dos anos 1970. Esse movimento foi motivado pela tomada de consciência de uma opressão específica, sentida pelas mulheres, em relação ao seu próprio trabalho, e não sobre a defesa pela liberação do aborto, como consideravam alguns. Foi a tomada de consciência de que havia um trabalho feito gratuitamente pelas mulheres que, além de ser invisível, era realizado para outros, não para elas, em nome do amor, do espírito maternal. Essas pesquisas começaram a aparecer no campo das ciências sociais, com trabalhos sobre o modo de produção doméstica e o trabalho doméstico (Hirata & Kergoat).

A exemplo das análises publicadas sobre o trabalho, os estudos em Psicopatologia e Psicodinâmica do Trabalho publicados até os anos 1980 estavam centrados em trabalhadores, sem distinção entre trabalhos de homens e mulheres. No final dos anos 1980 começaram a surgir pesquisas que visavam investigar a situação das mulheres no mundo do trabalho. A relação trabalho-saúde mental, por meio das primeiras pesquisas de Christophe Dejours (1980), foi conceitualizada a partir das investigações clínicas cujos sujeitos eram homens que exerciam atividades perigosas, como pilotos de caça, engenheiros e operários da construção civil.

A teoria em Psicodinâmica do Trabalho foi elaborada, também, a partir da descoberta de que esses trabalhadores utilizavam estratégias coletivas de defesa, ou seja, utilizavam formas de cooperação que lhes permitiam lutar contra o sofrimento no trabalho. Quando da apresentação das primeiras pesquisas de Dejours, era como se houvesse um trabalhador masculino-neutro, pois não havia referência ao trabalho da mulher.

Anteriormente a essas problematizações e conclusões de Dejours, mas na área da Sociologia, Danièle Kergoat (1978) afirmava, já nos anos 1970, que a centralidade do trabalho não era a mesma para homens e mulheres e que, portanto, suas reivindicações não poderiam ser as mesmas.

No livro publicado em 1982, sobre o trabalho de operários e de operárias, a autora destaca as dificuldades do grupo de operárias em se engajar em uma ação coletiva. Kergoat (1988) refere-se a um silogismo no discurso das operárias, que lhes conduz a negar seu pertencimento ao sexo feminino, na intenção de ter a sua atuação percebida de forma tão importante como a dos homens. O silogismo mencionado é: “toda mulher é invejosa, fofoqueira e medrosa. Eu não sou”. Trata-se da recusa das trabalhadoras de fazer parte de um grupo que é julgado, pejorativamente, por critérios sexistas da ideologia dominante. A conclusão para a negação das mulheres deveria ser: “então eu não sou mulher”, porém, na medida em que essa negação não é passível de ser dita nem pensada, sua constituição sexual, enquanto sujeito, encontra-se bloqueada ao nível de suas representações. As operárias ficam impedidas, então, de se constituírem como sujeitos sociais, o que faz com que a autora questione as consequências da falta de identidade social sobre a identidade individual (Kergoat, 1988).

Essas reflexões acerca da divisão sexual do trabalho constituem parte importante da teorização de Danièle Kergoat. Com a publicação do artigo *Plaidoyer pour une sociologie de rapports sociaux* (1984), a autora funda uma nova subdisciplina: a sociologia das

relações sociais de sexo. Kergoat adere à crítica ao conceito clássico do trabalho, de Marx, feito por Christine Delphy (Hirata & Kergoat, 1994), que mostrou “como o pertencimento de classe para a mulher é construído a partir de um referencial exclusivo, o homem (marido, pai), sem que sejam levadas em consideração as atividades próprias da mulher” (p. 94). Para as autoras, as mulheres, em *O Capital*, de Karl Marx, não têm existência como sexo social, mas fazem parte, com outras categorias sociais, do exército da reserva industrial.

Continuando suas críticas ao conceito de Marx, Hirata e Kergoat (1994) afirmam acreditar não apenas na existência das classes sociais, mas acreditam que as duas relações de classe e de sexo se superpõem. Dessa forma concluem, ao dizer que a classe operária tem dois sexos, o que significa, em suma, que as relações de classe são sexuadas. Esse posicionamento em relação ao conceito de trabalho levou Danièle Kergoat a elaborar um novo paradigma, a teoria da divisão sexual do trabalho (profissional e doméstico), como questões das relações sociais de sexo, enquanto alternativa aos paradigmas clássicos existentes, alheios ao gênero.

Pode-se considerar que o diálogo entre a sociologia do trabalho sobre as relações sociais de sexo e a Psicodinâmica do Trabalho estabeleceu-se desde 1988, durante o seminário interdisciplinar *Plaisir et souffrance dans le travail*, em Paris. Durante o seminário, Danièle Kergoat e Helena Hirata introduziram uma discussão ao questionar se a Psicodinâmica do Trabalho poderia “tratar das relações sociais de sexo” (Hirata & Kergoat, 1988). As sociólogas demonstraram que a problemática das relações sociais de sexo era transversal tanto ao conjunto do campo social quanto ao conjunto dos campos disciplinares, relativos aos homens e às mulheres, e tanto ao trabalho assalariado quanto ao trabalho doméstico. Essa interdição de Hirata e Kergoat provocou alguns remanejamentos teóricos e, conseqüentemente metodológicos, que tinham e continuam a ter um impacto

decisivo sobre o conjunto do programa científico, em Psicodinâmica do Trabalho. Para dar um exemplo desses remanejamentos, Christophe Dejours (1988) escreveu, após as discussões que permearam o seminário, que todo sofrimento é sexuado, sendo alguns masculinos e outros femininos. Os sofrimentos não são similares, porque as situações de trabalho que lhes geram não são as mesmas.

Kergoat (2001), a partir das premissas teóricas sobre essa abordagem sociológica, considera que a relação social de sexo é uma tensão que estrutura e atravessa o campo social e desafia alguns fenômenos sociais em torno dos quais se constituem grupos com interesses antagonistas. A relação social de sexo se constitui, antes de tudo, sobre uma relação hierárquica entre o grupo social de homens e o grupo social de mulheres. Esses grupos estão em tensão permanente em torno de uma questão central, o trabalho e suas divisões. A divisão sexual do trabalho é, portanto, uma forma de divisão do trabalho social decorrente das relações entre os sexos. Segundo Kergoat, a designação prioritária dos homens tem por característica a esfera produtiva e das mulheres, a esfera reprodutiva. Essa forma de divisão social tem dois princípios organizadores: “o princípio da separação, quer dizer, existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres; e o princípio da hierarquia, ou seja, um trabalho de homem tem mais valor do que um trabalho de mulher” (p. 89).

Esses princípios são válidos para as sociedades que foram estudadas, e podem ser aplicados mediante um processo específico de legitimação, a ideologia naturalista. Essa ideologia rebaixa o gênero ao sexo biológico, reduz as práticas sociais a “papéis sociais” sexuais que remetem ao destino natural da espécie. Contudo, mesmo que os dois princípios (de separação e hierárquico) encontrem-se em todas as sociedades conhecidas e sejam legitimados pela ideologia naturalista, isso não significa, no entanto, que a divisão sexual do trabalho seja um dado imutável. Ao contrário, ela tem, inclusive, uma incrível plasticidade, pois suas modalidades concretas variam no tempo e no espaço. O que

significa que o estável não são as situações, que evoluem sempre, mas a distância entre os grupos de sexo. Além disso, inferiu-se que as diferenças constatadas entre as práticas dos homens e das mulheres são devidas a construções sociais e não relevam uma casualidade biológica (Kergoat, 2001). As relações sociais entre os sexos são o princípio organizador da sociedade.

Toda relação social é uma relação sexuada e de poder. Assim, toda força de trabalho é sexuada, sendo que o próprio trabalho possui gênero (Kergoat, 1996). A estrutura da sociedade aloca indivíduos a campos ocupacionais mais ou menos valorizados socialmente, de acordo com o sexo que os constituem enquanto sujeitos dotados de gênero (Hirata & Kergoat, 1994). Esses são alguns fundamentos epistemológicos que sustentam os estudos sobre as relações sociais de sexo e a divisão sexual do trabalho.

Hirata e Kergoat (2007) ao fazerem uma análise da distância entre os grupos de sexo no que diz respeito às condições de trabalho, concluem que, se é inegável que a condição feminina melhorou, pelo menos na sociedade francesa, a distância entre homens e mulheres continua insuperável. A partir dos fundamentos epistemológicos aparentemente distantes, como explicar que o encontro entre a Psicodinâmica do Trabalho e os sociólogos do trabalho poderia acontecer? questiona Molinier (2004a). As relações sociais de sexo representavam um ponto obscuro para a Psicodinâmica do Trabalho. É sabido, contudo, que a Psicodinâmica do Trabalho foi sendo construída a partir de uma concepção dinâmica das relações entre o sujeito e a sociedade. Essa articulação opõe-se à tese da articulação entre o indivíduo e o social, que seria um princípio psicossociologizante. A Psicodinâmica do Trabalho distanciou-se do peso dos determinismos sociais, por um lado e, por outro lado, aproximou-se do conceito de homem com subjetividade, que não é reduzido a um simples reflexo social, sem liberdade.

Considerando-se que a sociologia das relações sociais de sexo dá um lugar de destaque ao antagonismo e ao conflito relacionado à ideia de movimento social sexuado, o trabalho representa um desafio central nas duas disciplinas. Como afirma Kergoat (Hirata & Kergoat, 1988) “as relações sociais não são o determinismo, mas ao contrário, são uma maneira de pensar e de trabalhar a liberdade” (p. 140). Nesse sentido, Molinier (2004a) interpreta que foi a doutrina comum das relações entre determinismo e liberdade que tornou possível um trabalho interdisciplinar, fecundo para as duas partes, pois, para Kergoat (2001), não se pode pensar o trabalho, inclusive do ponto de vista da sociologia, sem considerar a subjetividade, o que deve ter contribuído para responder ao questionamento de Molinier.

Segundo Dejours (2008), a Psicodinâmica do Trabalho deve a Kergoat e Hirata o despertar teórico das dimensões das estratégias coletivas de defesa referentes às mulheres e o trabalho, mas foi Pascale Molinier, pesquisadora francesa, que começou a desvelar, pela clínica, a existência de estratégias coletivas de defesa, construídas pelas mulheres, que não se reproduziam pela virilidade defensiva, como mostravam as primeiras pesquisas feitas por Dejours.

Com fundamento na Psicopatologia do Trabalho e Psicodinâmica do Trabalho, Molinier tem trazido contribuições para esse campo de investigação, em suas pesquisas. A pesquisadora analisa, particularmente, a incidência da divisão sexual do trabalho sobre a subjetividade, fazendo distinção entre identidades sexuada e sexual (Uchida, 2007). O termo identidade sexuada designa o pertencimento a um grupo definido por seu gênero (masculinidade e feminilidade), enquanto que identidade sexual designa o pertencimento a um grupo definido por sua orientação sexual (hétero, gay, transgênero etc.). Para a Psicodinâmica do Trabalho, a identidade e os sentimentos de pertença são alicerces da saúde mental, e é o resultado do trabalho de unificação psíquica que mantém o sentimento

de estabilidade e coerência de si através do tempo e as vicissitudes da história singular. Dessa forma, a identidade sexuada designa o trabalho psíquico de diferenciação que começa no nascimento. É fundada sobre uma crença transmitida pelos adultos a partir da descoberta da diferença anatômica entre os sexos (Molinier, 2002, p. 566).

De acordo com Molinier (1995) a diferenciação social do sexo é percebida antes mesmo de homens e mulheres entrarem no mundo do trabalho: há uma concepção social de que as mulheres têm função reprodutiva e os homens, produtiva. Do ponto de vista da psicanálise, as diferenças psíquicas entre homens e mulheres iniciam em idade precoce. A ideia de sensibilidade feminina e a de virilidade masculina são exemplos da diferença sociocultural entre os sexos. Em sua tese de doutorado, com auxiliares de enfermagem, Molinier demonstrou a existência de estratégias coletivas de defesas construídas pelas mulheres que não se reproduzem pela virilidade defensiva.

Por meio da pesquisa da antropóloga Joan Cassell, publicada em 2000, Molinier (2002) discute as diferenças entre as estratégias defensivas de cirurgiões homens e mulheres. Conclui que, de maneira geral, os cirurgiões lidam com o medo e os riscos intrínsecos a uma cirurgia. No caso dos homens, constrói-se uma estratégia coletiva de defesa na qual a virilidade tem destaque, inclusive nas relações com as enfermeiras que participam do processo cirúrgico. Os homens transformam a pulsão de morte e agressividade destrutivas em algo socialmente útil e aceito ao salvarem seus pacientes por meio da cirurgia. As enfermeiras, por sua vez, comportam-se de maneira dócil e submissa, amparando o cirurgião, dando-lhe os instrumentos necessários a cada procedimento e enxugando-lhe o suor do rosto. Percebe-se, com essa troca, que as enfermeiras utilizam a feminilidade para antecipar as necessidades dos cirurgiões homens, complementando a virilidade masculina (Molinier, 2002).

Quando as cirurgiãs são mulheres, dá-se um processo diferente. As enfermeiras com quem trabalham não aceitam que as cirurgiãs se beneficiem da mesma proteção dos homens, da estratégia coletiva de defesa da virilidade. Como resultado, as médicas utilizam formações reativas para serem aceitas pelas enfermeiras, ou seja, elas se comportam de maneira oposta ao real desejo, que seria ser viril, como o fazem os cirurgiões homens, apresentando-se de forma “doce”, como as enfermeiras. É a construção de uma feminilidade artificial, que é utilizada como uma exigência para fazerem parte do grupo das enfermeiras e, ao mesmo tempo, serem aceitas pelos médicos, dada a sublimação das pulsões agressivas para a prática cirúrgica (Molinier, 2002).

A tese defendida pela autora é de que o trabalho é uma mediação capital na construção da feminilidade e, também, da masculinidade. Na medida em que o trabalho solicita criatividade, engenhosidade, é suscetível contribuir para a construção da identidade. O termo empregado para a ideologia defensiva de sexo, do lado das mulheres, é “mulheridade” (Dejours, 1988), que designa as condutas pelas quais uma mulher se esforça para evitar as represálias das quais ela tem medo de ser vítima caso ela não se conforme com o estatuto de submissão das mulheres. Como a virilidade, a mulheridade pode se considerada uma ideologia defensiva de sexo. Ela é conservadora do gênero, mas subordinada aos interesses defensivos da virilidade. Dessa forma, trata-se de uma defesa mais deletéria do que a virilidade masculina, pois as mulheres só dispõem do modelo viril para exprimir as potencialidades humanas (Dejours, 1998).

Molinier (2004a) discute a ética do *care* em pesquisas realizadas com alunas de enfermagem e enfermeiras, publicadas em no ano de 2000. Segundo a autora, o conceito de *care* “engloba uma constelação de estados físicos ou mentais e de atividades trabalhosas ligadas à gravidez, criação e educação das crianças, aos cuidados com as pessoas, ao trabalho doméstico e, de forma mais abrangente, qualquer trabalho realizado a serviço das

necessidades dos outros” (p. 229). A autora conclui, com suas pesquisas, que é a experiência do trabalho que constrói, aperfeiçoa e estabiliza o sentido da solicitude ou da sensibilidade ao desamparo do outro, o que se aproxima do conceito de compaixão, atribuído a algumas atividades.

Citando duas outras pesquisas, uma com enfermeiras trabalhadoras em centros cirúrgicos, e outra com as chefias dos serviços de cuidados e dos serviços técnicos em um centro hospitalar universitário, Molinier (2008b) relata que a compaixão, que não deve ser vista como algo natural, como uma característica feminina, é definida como “*sofrer-com*” (p. 9), é poder sentir o sofrimento do outro para enfrentar a si mesmo e sentir o seu próprio sofrimento. Corresponde a um remanejamento secundário, uma modificação da subjetividade pelo trabalho, contudo, uma vez estabilizada pela experiência, a compaixão torna-se autêntica. Um exemplo dessa modificação é quando as enfermeiras se antecipam às necessidades do paciente e são elogiadas por serem “prestativas”, “atenciosas”. Essa é uma forma de gratificação narcísica endereçada pelos pacientes que atesta e confirma o sentido do trabalho das enfermeiras, bem como sua feminilidade (Molinier).

Esse “sentimento” se perpetua no trabalho de enfermagem como sendo da ordem do feminino, por meio do relato de sucessivas histórias, por intermédio das quais se amplia a densidade do drama humano, que elas têm por missão suportar. Essas histórias são contadas pelas enfermeiras mais experientes às novas enfermeiras e é graças a essas histórias que a experiência do trabalho com compaixão se transmite e se sedimenta. A compaixão não é vista como trabalho, ela é naturalizada, percebida como parte da essência feminina, portanto, não valorizada (Molinier, 2008b).

Ainda sobre suas pesquisas com enfermeiras, Molinier (2004a) conclui que as estratégias coletivas de defesa utilizadas são opostas às estratégias viris e não podem ser

entendidas em um modelo teórico androcentrado.⁵ As trabalhadoras, em uma tentativa de negar sua vulnerabilidade, inventam um conjunto de recursos simbólicos para deixar o mundo suportável, zombando dos doentes e dos médicos, mas, sobretudo, zombando de si mesmas. Essa autoironia diante da própria vulnerabilidade é um componente essencial das defesas femininas, sentimento congruente com a feminilidade.

Segundo Molinier (2004b), isso não acontece porque as mulheres são dotadas da capacidade de reconhecer em si suas próprias fraquezas e de tolerá-las nos outros, e sim, porque são elaboradas pelo coletivo de regras da enfermagem, como forma de se manterem com condições de exercer o seu trabalho. Pela análise das situações do trabalho do pessoal de enfermagem, a pesquisadora conclui, ainda, que as modalidades da subjetividade, como a paciência, a receptividade, a sensibilidade à vulnerabilidade do outro, consideradas pela psicologia clínica como pertencentes ao psiquismo feminino são, em sua maioria, diferenciações contingentes e secundárias à experiência do trabalho. (Molinier, 2004b).

Dessa forma, constata-se que existe sexuação das defesas, pois os homens utilizam uma lógica viril, da força, um “ethos guerreiro”, para lutar contra o medo gerado pelo trabalho (Molinier, 2004a, Zaluar & Leal, 2001). Molinier (2004a) confirma essa sexuação ao citar uma pesquisa realizada por Hirata e Kergoat com caminhoneiros: “um homem, um verdadeiro, deve multiplicar as demonstrações de coragem para conseguir convencer seus companheiros e compartilhar os mesmos riscos, que ele domina e despreza o medo” (p.17).

A partir de uma pesquisa realizada com técnicos qualificados da hierarquia imediata dos serviços de alimentação coletiva, de hotelaria, de manutenção, de logística e de segurança contra incêndio em um centro hospitalar, Molinier (2008b), baseando-se em Dejours (2004b), afirma que

⁵ O androcentrismo é um viés metodológico e teórico que consiste em estudar somente os homens entre eles, ou a observar as mulheres do ponto de vista masculino, fazendo economia da palavra das mulheres e do acesso à sua experiência (Mathieu, 1991 citado por Molinier, 2002).

os homens lutam contra o sofrimento no trabalho, colocando em prática estratégias coletivas de defesas que constituem um sistema de condutas e de representações sociais centradas sobre valores vinculados à virilidade (força, coragem, desprezo pelo perigo). Essas estratégias coletivas de defesa visam modificar, transformar e eufemizar, para não dizer anestésicar, a percepção que os homens têm da realidade e os faz sofrer (p. 14).

Molinier (2004b) supervisionou um estudo com auxiliares de puericultura da creche de um hospital. As análises mostraram que o hospital considerava que as funções desempenhadas pelas auxiliares eram amenas, que o trabalho era fácil e não exigia competências particulares para ser executado, como se o aspecto penoso do trabalho fosse eufemizado. É um trabalho com fama de ser fácil, fama essa que pode ser contestada pelos médicos do trabalho, que descrevem elevadas taxas de morbidade entre os funcionários da creche. O trabalho das auxiliares consiste, além das tarefas próprias aos cuidados com as crianças, em tranquilizar os pais com relação ao bem-estar dos seus filhos, não podendo preocupá-los nem tirar deles a sensação de não participarem dos progressos da criança.

As auxiliares, que devem aparecer sempre sorridentes e parecendo acolhedoras, descrevem seu trabalho como um “trabalho em série” (Molinier, 2004b, p. 235). Para essas auxiliares se manterem em atividade, a autora identifica uma forma de defesa coletiva que denomina de embelezamento da realidade, em função da impossibilidade que as cuidadoras revelaram de expressar sentimentos agressivos em relação às crianças, uma necessidade de eufemizar o aspecto penoso do trabalho, já que devem sempre demonstrar ternura pelas crianças.

Nessa perspectiva, segundo Molinier (2004b), já que existe sofrimento de homem e de mulher, pode-se falar em defesas sexuadas, e essas defesas só poderão ser reveladas sob

a condição de que se abra mão de “embelezar a realidade”, quando se poderá entrar em contato com a subjetividade e com a intersubjetividade presente nas relações de trabalho, que não se distanciam das relações sociais de sexo.

A Mulher na Polícia

As transformações ocorridas nas últimas décadas em relação aos papéis e às funções atribuídas à mulher na sociedade são visíveis, principalmente com relação a sua inserção no mercado de trabalho (Gosdal, 2007).

É o caso da instituição policial, com contingente unicamente masculino em sua origem, e marcada, ainda, pelo predomínio de homens. As informações sobre a origem da instituição polícia, nos textos, deixam implícito que esse lugar, o de policial, sempre foi reservado aos homens. Enfim, a instituição polícia ilustra, de forma hiperbólica, o princípio antropológico da divisão sexual do trabalho. Um exemplo é a citação da pesquisadora francesa Geneviève Pruvost, em seu artigo sobre o interesse da mídia acerca da presença das mulheres na polícia: as mulheres, de 1935 até 1968, “não podiam ser policiais por serem mulheres, e o ingresso da mulher na instituição constituía uma transgressão” (Pruvost, 2007, p. 44).

Segundo Pruvost (2007), o processo de inserção da mulher na polícia e a modernização das organizações policiais são fenômenos recentes e que aparecem juntos. Na Europa, esse processo está relacionado não só ao deslocamento do efetivo masculino em momentos de guerra e conseqüente necessidade de aproveitamento da força feminina, mas também a momentos de crise das forças policiais, quando a imagem pública da polícia tornava-se questionável (Pruvost). O entendimento dos gestores da polícia era de que a figura feminina, identificada por atuações menos truculentas do que os homens, poderia

favorecer a aproximação da polícia com a comunidade, que é uma das exigências da sociedade moderna.

Há quem considere ainda que a entrada das mulheres na polícia aconteceu para que os policiais homens pudessem se desligar das tarefas pouco valorizadas para esses trabalhadores, como o atendimento às mulheres, crianças e idosos (Soares & Musumeci, 2005; Zamakona, 1999; Brow, 1997). A essas demandas associa-se a necessidade de equiparação de oportunidades de emprego para homens e mulheres (Brow, 1997; Zamakona, 1999). Essa última justificativa para o ingresso da mulher na polícia está associada às reivindicações das próprias mulheres, relacionadas à sua inserção no mercado de trabalho formal.

No Brasil, São Paulo foi o primeiro estado a permitir o ingresso da mulher em seus quadros, em 1955, seguido do Paraná, em 1977, e do Amazonas, em 1980. Talvez essa recenticidade explique o número reduzido de trabalhos disponíveis sobre a atuação da mulher na polícia (Lessa, 2011).

O ingresso da mulher na polícia no Brasil.

O processo de criação da Polícia Feminina no Brasil teve início com as sugestões apresentadas pelas sufragistas na década de 1930. Nos anos 1940, houve um momento de acirramento do debate referente à presença das mulheres na polícia, por mulheres paulistas e cariocas; e, na década de 1950, as discussões levadas a cabo por mulheres intelectuais paulistas culminaram na criação desse tipo de policiamento (Lessa, 2011).

Na década de 1940, mulheres participantes do Movimento Político Feminino (MPF), existente em São Paulo desde a década de 1930, discutiram a ideia de criação de uma polícia cujo trabalho deveria ser feito por mulheres e que não se pautasse pela força física quando em contato com a população (Moreira, 2010). Dessa forma, apoiaram

fortemente a Campanha “Polícia Amigos da cidade” lançada em 1947, pelo secretário da segurança Flodoaldo Maia, após o episódio conhecido como Quebra-bondes. Em busca de apoio político, o MPF sugeriu ao vereador André Nunes, autor do projeto de lei de criação de uma polícia municipal, a inclusão de um setor de polícia feminina (Moreira).

Ainda em 1948, o diretor de Serviço de Trânsito da cidade de São Paulo e o MPF produziram um memorial com a proposta de criação de uma Divisão Feminina, focada principalmente na problemática do trânsito com as funções de: proteção aos escolares, com policiamento de trânsito em frente às escolas e grupos escolares; ensinamentos sobre trânsito, em aulas especiais, nos próprios grupos escolares, destinadas à preparação da criança para enfrentar a via pública; policiamento de parques públicos e jardins públicos frequentados por crianças; guardas das prisões femininas, do gabinete de investigação e casa de detenção; e policiamento de festas infantis e ambientes femininos desse caráter (Pedroso, 1995 citada por Moreira, 2010).

Em 1951, Maria de Andrade foi nomeada para a função de inspetora de quartirão, atividade até então realizada somente por homens. As funções de inspetor de quartirão se resumiam a serviços de vigilância, informações e cadastramento. A Portaria que oficializou a referida atividade considerava que não se podia mais deixar de contar com o auxílio feminino, levando-se em conta que, muitas vezes, é a mulher a mais indicada para o desempenho de determinadas funções em que ela própria é interessada, por exemplo, no caso das autoras de infrações penais, de vítimas do sexo feminino que necessitam de proteção da polícia, de menores transviados ou abandonados (Moreira, 2010).

Em 1953, durante o 1º Congresso Brasileiro de Medicina Legal e Criminologia na cidade de São Paulo, a assistente da cátedra de Introdução à Criminologia do Instituto de Ensino Técnico Policial, Dra. Hilda Macedo, defendeu a criação de uma seção feminina na polícia do estado. A reivindicação ganhou força no decorrer de uma das Semanas Paulistas

de Estudos Policiais, ocorridas na mesma época, em que a professora de Direito Penal, Dra. Esther de Figueiredo Ferraz, também defendia a criação de uma polícia feminina. Cerca de dois anos mais tarde, com a aprovação da tese da advogada Hilda Macedo, o então governador do estado encarregou o diretor da Escola de Polícia (atual Academia de Polícia) de apresentar-lhe um anteprojeto de lei para a criação de um corpo policial feminino em São Paulo. Assim, em 12 de maio de 1955, foi criado o Decreto Estadual nº 24.548, o qual, em caráter experimental, constituiu o Corpo de Policiamento Especial Feminino, organismo uniformizado, anexo à antiga Guarda Civil do estado de São Paulo (Soares & Musumeci, 2005; Lessa, 2011).

Dentre os encargos sociais inicialmente atribuídos à Polícia Feminina, estavam o da investigação e da prevenção da criminalidade e a proteção dos menores e das mulheres (tarefas assistenciais): “às mulheres policiais caberiam tarefas de policiamento, com a proteção de menores e mulheres devido à formação psicológica peculiar delas” (Decreto nº 24.548, de maio de 1955).

A critério da comandante, as policiais femininas poderiam usar trajes civis, quando as condições do trabalho assim o exigissem (Lei nº 5.235, de 15 de janeiro de 1959, art. 14, parágrafo único). O comando da instituição coube a Dra. Hilda Macedo, hoje tenente coronel feminina reformada da Polícia Militar de São Paulo. Em 15 de janeiro de 1959, por força da Lei nº 5.235, a Polícia Feminina desligou-se da Guarda Civil, passando a subordinar-se, diretamente, ao Gabinete do Secretário de Estado dos Negócios da Segurança. Em 1968, em virtude das reformas impostas pela Lei nº 10.123, a Polícia Feminina foi reintegrada à Guarda Civil de São Paulo (Soares & Musumeci, 2005; Lessa, 2011).

Inicialmente, a Polícia Feminina foi composta por 50 jovens. Cerca de sete meses depois, o Decreto nº 25.283, de 27 de dezembro de 1955, aumentou-lhe o efetivo para 100

jovens. Em 1959, com a edição da Lei nº 5.235, de 15 de janeiro, o Corpo de Policiamento Feminino foi estruturado em carreiras. Passou a contar com os seguintes cargos, a exemplo da carreira militar: uma comandante; uma subcomandante; três assistentes; cinco chefes de grupo; trinta policiais femininas de primeira classe; quarenta policiais femininas de segunda classe; e oitenta policiais femininas de terceira classe, além das aspirantes. Para os cargos de comando, seriam selecionadas pessoas que possuíssem conhecimentos especializados na matéria e ilibada idoneidade moral. Já os demais cargos, seriam providos pelas próprias integrantes da carreira policial feminina (Lessa, 2011).

A Lei nº 10.123, de 27 de maio de 1968 (Lei Orgânica da Polícia) reorganizou as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, Territórios e do Distrito Federal. Esse decreto foi o precursor da extinção das Guardas Civis nos estados brasileiros. Em São Paulo, foi criado um Decreto-lei Estadual que extinguiu a Guarda Civil e a Força Pública paulista, instituindo, a partir delas, a Polícia Militar do Estado de São Paulo. Tendo em vista que a graduação mais baixa das policiais femininas de então era a de Classe Distinta da Guarda Civil, as ocupantes de tal posição foram alçadas à condição de sargentos femininos, no recém-criado Quadro Especial de Policiamento Feminino. A recém-criada, e já extinta, Superintendência de Polícia Feminina passou a denominar-se 33º Batalhão Policial. Em 1972, foi acrescentado o vocábulo “militar” a esse organismo. Em 1975, o 33º Batalhão deu lugar ao 1º Batalhão de Policiamento Feminino (1º BPFem) (Lessa, 2011).

Campinas, no estado de São Paulo, foi a primeira cidade interiorana a contar com um Destacamento Militar de policiais femininas, em 1977, e, em 1984, passou a admitir o ingresso de mulheres nos efetivos de oficiais e praças das Polícias Militares dos Estados, para atender as necessidades das respectivas corporações em atividades específicas, mediante prévia autorização do Ministério do Exército. Em 1986, as policiais femininas

passaram a atuar no trânsito da capital paulista e, em 1989, passaram a ser admitidas alunas-oficiais na Academia do Barro Branco, uma academia da Polícia Militar do Estado de São Paulo, localizada na capital do estado. A partir da década de 1990, as policiais femininas passaram a integrar o Corpo de Bombeiros, o policiamento com motos e algumas unidades táticas especializadas, como o Batalhão de Polícia de Choque e as guarnições de Força Tática, principalmente após o fim do Comando de Policiamento Feminino, que resultou na distribuição das respectivas policiais femininas nos demais órgãos da Polícia Militar (Lessa, 2011).

Em relação à Polícia Civil, estudos apontam que a instituição recebeu as primeiras mulheres em sua corporação na década de 1970 (Sacramento, 2007; Lopes & Brasil, 2010). A concentração de entrada das mulheres, tanto na Polícia Civil quanto na Polícia Militar deu-se na década de 1980 e, atualmente, existe participação das mulheres em atividades policiais nos 26 estados da Federação brasileira e no Distrito Federal (Calazans, 2004). Em todo o Brasil, cerca de 10% do contingente de policiais militares são mulheres, e a primeira vez que uma mulher comandou uma tropa masculina foi no ano de 1992, em Minas Gerais (Souza, 2008). Na Polícia Civil, o contingente de mulheres é de 30% em relação ao contingente masculino. A participação da mulher é significativa não só nas atividades investigativas, mas também, nas atividades de comando.

Segundo Soares e Musumeci (2005), em seu estudo sobre a presença feminina na Polícia Militar do Rio de Janeiro, a decisão de incluir as mulheres na corporação não seguiu um planejamento ou decisão predefinidos. Para as autoras, a presença de mulheres na instituição, em atividades de rua, como no controle de trânsito da cidade, que era percebido como espaço por excelência da corrupção policial, causou efeitos na imagem da polícia, e a população começou a ter a ideia de uma polícia menos truculenta e cumpridora da lei. Porém, diante da ausência de mudanças e condições reais para a inserção das

mulheres policiais em atividades que tivessem visibilidade pública e impacto, a maior parte das policiais militares no estado do Rio de Janeiro passou a desempenhar serviços internos e burocráticos.

O modo pelo qual a institucionalidade cultural da Polícia Militar constitui mulheres em policiais foi objeto do estudo de Calazans (2003). A autora desenvolveu uma pesquisa com dez mulheres da Brigada Militar do Rio Grande do Sul, tratando da relação entre gênero, trabalho e subjetividade. Pela análise sobre as práticas cotidianas do ofício de policiais, a autora observou que a organização prescrita, o sistema disciplinar, o trabalho burocrático, a existência de um espaço de dominação masculina e de determinação militar são responsáveis por essa constituição. As concepções de segurança pública sugerem que as mulheres têm ingressado na organização policial por meio de habilidades construídas no processo de socialização, na família, na escola e em outros grupos, o que vem a atender às novas exigências da atividade policial, orientada para os cuidados e prevenções, mais burocratizadas. Essas habilidades, porém, são identificadas, no meio policial, como sendo “naturais” (Calazans, p. 110) nas mulheres, visão que tem determinado o espaço reconhecido que as mulheres têm na Polícia Militar.

De acordo com Calazans (2003), por ser uma instituição masculina, o homem é o paradigma de desempenho profissional e, nesse espaço de trabalho não há uma relação de criação e de um processo de singularização, o que faz com que, no constituir-se em policiais, as mulheres se apropriem dos componentes de subjetivação da própria instituição para conseguirem ser integradas, apesar de identificadas com um novo modelo de polícia. Calazans (2003) conclui que a instituição entrou no processo de feminização sem promover um processo de construção ou discussão sobre as prováveis mudanças, apenas aderindo à tendência no mundo do trabalho, deixando a entender que a instituição não

estava preparada para receber as mulheres, ou mesmo que houvesse estratégias para as mudanças.

Em seu estudo empírico sobre o estresse na polícia francesa, Caroly, Loriol e Boussard (2006) concluíram que os policiais consideram que o “verdadeiro trabalho de polícia” repousa em um ofício viril e constitui-se em um ofício nobre baseado na honra profissional. A diferença entre homens e mulheres está baseada principalmente na percepção de defeitos das mulheres em relação a essa definição original sobre o ofício. As mulheres são excluídas das “intervenções musculosas” (p. 11), pois elas são consideradas como tendo força física inferior à dos homens. As mulheres são famosas por perderem o controle frente a emoções fortes.

Para Caroly, Loriol e Boussard (2006), fazer a aprendizagem da virilidade é um modo de encontrar um lugar para as mulheres: ter aparência física de um homem, fazer atividades desportivas de musculação, participação em rituais de consumo de álcool etc. Outras, ao contrário, permanecem como “verdadeiras mulheres”, comportam-se como “senhoras” em sua relação com os homens, e ocupam um papel feminino nas intervenções (papel materno).

Ainda segundo Caroly, Loriol e Boussard (2006), a integração das mulheres está baseada, então, na divisão sexual do trabalho. O problema dessa diferenciação das tarefas é que elas ficam estacionadas nas atividades administrativas sem ter a possibilidade de realizar um trabalho de prevenção nas ruas, no qual elas gostariam de trabalhar. Podem ser bloqueadas em seu progresso na carreira por falta de resultados, já que a avaliação dos resultados é baseada no número de intervenções. Entre a “verdadeira mulher” e a “machona”, existe uma terceira categoria, mas instável: as mulheres do meio. Elas negam as atividades de conotação feminina (papel social ou de escuta de mulheres e crianças) e nem ocupam a posição de machona (relações viris, piadas de caráter sexual, exibição de

força). Entre os requisitos para se tornar uma “verdadeira mulher”, dando prioridade às atividades de conotação feminina e às dificuldades da situação de “machona”, algumas mulheres tentam manter um equilíbrio entre o seu status de mulher e o seu status de policial. Contudo, tais estratégias são difíceis de ser avaliadas pelos colegas e hierarquia, e pressupõem certa discrição (Caroly, Lorient e Boussard, 2006).

Em seu trabalho sobre as percepções de delegados e delegadas da Polícia Civil do Rio Grande do Sul acerca da mulher policial, Sacramento (2007) analisou os fatores que permeiam as relações de gênero na Polícia Civil, uma instituição considerada como masculina. Para a autora, muitos conflitos de gênero existem na instituição policial. As mulheres têm mais dificuldades do que os homens para ascender na carreira porque está mais direcionada para tarefas administrativas, de secretaria e cartorária, como as delegacias do idoso e da mulher, e, para os delegados, as promoções são destinadas aos que correm mais riscos, trabalhando na rua, na atividade-fim. Os delegados de polícia veem a posição da mulher nesse ambiente com restrições, sustentadas na crença de que as mulheres não são capazes de assumir todas as formas de ação policial.

Sacramento (2007) refere-se a uma discriminação. A divisão dos sexos parece estar presente e é vista como natural. Associada à fragilidade da vida privada, a policial mulher é caricaturada por esse estigma. Dessa forma, as percepções a respeito de características aliadas aos estereótipos femininos são: capacidade física inferior à dos homens, falta de familiaridade com a arma e rejeição natural à violência. Essas percepções vão ao encontro dos papéis socialmente construídos para e pelas mulheres e que acabam por restringir a percepção acerca das potencialidades de uma policial feminina. Para as policiais estudadas, existe cobrança a fim de que ela se comporte como um homem, já que o mundo da polícia é um mundo dos homens. Então, assumir características masculinas torna-se uma forma de manter-se nesse espaço.

Nessa mesma direção, Pinto e Silva, Fabbro e Heloani (2009) analisaram aspectos comuns do trabalho da mulher em duas categorias profissionais: enfermeiras e guardas municipais. A análise realizou-se a partir de uma releitura de pesquisas anteriores, dos próprios autores. A metodologia baseou-se na comparação de aspectos do cotidiano de trabalho, tais como: ansiedade, tensão, risco de vida e medo. Foram abordados os conceitos de identidade, poder, gênero e ideologia defensiva. Encontraram que o trabalho configura-se como elemento constitutivo da identidade, sendo perpassado pelas relações de gênero e de poder, historicamente constituídas e de caráter relacional.

Argumentaram os autores que atividades profissionais envolvendo as situações de ansiedade, tensão e risco favorecem a constituição de ideologias defensivas (de negação e medo) e mobilizam o ideal de salvar vidas, atitudes heroicas e sentimentos ambivalentes. Concluíram que as situações de trabalho em ambas as profissões e as características da gestão e organização do trabalho propiciam sofrimento psíquico, estresse e conflitos identitários, afirmando que as questões de poder e de gênero na instituição policial acarretam uma divisão sexual do trabalho, uma vez que as trabalhadoras, que tendem a não aderir à ideologia defensiva (negação e medo), são conduzidas ao trabalho assistencial, mais próximo à condição estereotipada de trabalho feminino e, portanto, desvalorizado social e institucionalmente (Pinto e Silva, Fabbro & Heloani, 2009).

O trabalho de Lopes e Brasil (2010) faz uma reflexão considerando o contexto da instituição policial, de modo mais específico, sobre a demarcação dos postos de comando e funções ocupadas pelas mulheres policiais na rede hierárquica e de poder da Polícia Civil no Ceará. Segundo os autores, a cultura tradicional do policiamento é movida pela masculinidade. Assim, o tratamento para a inserção de mulheres nos quadros das polícias tem seus avanços, mas ainda ocorre de uma forma muito limitada. As análises foram fundamentadas nos conceitos de gênero e poder. Gênero foi analisado a partir de

construções sócio-históricas instáveis e transformadoras, em vez de naturalizadas, e o poder é analisado pela vertente foucaultiana, em que se nega a via única para o exercício do poder e se apresentam complexas redes de poder tecidas no convívio social, a partir das relações que constituem as hierarquias entre gêneros. Desse modo, ainda segundo Lopes e Brasil (2010), se gênero diz respeito às relações sociais entre homens e mulheres, diz respeito às relações de poder estabelecidas no cotidiano das práticas sociais. No caso das relações no cotidiano da polícia, essas relações de poder perpassam e se constituem na demarcação e ocupação dos espaços na rede hierárquica da Polícia Civil.

Lopes e Brasil (2010) perceberam que há cargos na Polícia Civil tidos como “cadeiras cativas” das delegadas, dada a sua identificação quase “natural” com o feminino, como é o caso dos cargos de titulares das Delegacias de Defesa da Mulher, da Criança e do Adolescente, de Combate à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, e a Divisão de Proteção ao Estudante. Por outro lado, existem postos de comando denominados núcleos “duros” na Polícia Civil, também reconhecidos como “searas masculinas”, quais sejam: Delegacias de Defraudações e Falsificações, de Narcóticos, de Roubos e Furtos, de Roubos e Furtos de Veículos e Cargas, e a criação mais recente, a Divisão Antissequestro. Os autores concluíram que, apesar de muitas mulheres terem conquistado significativas inserções e deslocamentos para atuações profissionais em espaços públicos reservados quase que exclusivamente ao masculino, ainda se verificam as demarcações e desigualdades de atividades e profissões entre homens e mulheres.

Cappelle e Melo (2010) realizaram uma pesquisa sobre mulheres policiais, relações de gênero e poder, na Polícia Militar. Partiram do pressuposto de que, apesar de a presença de mulheres na polícia, muitas vezes, ainda reproduzir os padrões de gênero vigentes na sociedade, sua inclusão deve ser compreendida de maneira mais dinâmica, com base nas estratégias adotadas por homens e mulheres para conviverem e se posicionarem na

organização, o que pode se concretizar dependendo das relações de poder estabelecidas pelos policiais e pelas policiais em seu cotidiano de trabalho.

Semelhante à conclusão do estudo de Soares e Musumeci (2005), os dados da pesquisa de Cappelle e Melo (2010) evidenciaram que ainda não se verificaram mudanças na organização após o ingresso das mulheres em seus quadros. O trabalho operacional das policiais na instituição está marcado pelas relações de poder e gênero, tanto em seu cotidiano quanto nos relacionamentos que estabelecem, na relação entre o seu trabalho e a sua vida pessoal, seja nas dificuldades que enfrentam no exercício de sua função. Para serem avaliadas como boas profissionais operacionais, as policiais precisam contradizer as expectativas acerca de adotar um comportamento considerado feminino. Assim, devem se portar como heroínas, no sentido viril do termo, e enfrentar bandidos e ocorrências da mesma forma que os homens. Caso contrário, algumas são acusadas de receber tratamento especial por parte de seus superiores, o que pode não se configurar em desvantagem, mas sim em possibilidade de exercício de poder.

Segundo Cappelle e Melo (2010), muitas policiais são conscientes de que, à medida que sobem na hierarquia organizacional, têm de conhecer melhor as regras para serem bem-sucedidas nos jogos de poder existentes. É o que acontece, por exemplo, quando praças galgam posições no oficialato ou quando oficiais inferiores chegam a postos de capitão, major, tenente-coronel e, quem sabe, a coronel. Nas disputas no campo de poder da Polícia Militar, a habilidade de relacionamento e política é essencial para as policiais. Também é fundamental nas negociações em âmbito familiar, com seus maridos e filhos, para possibilitar a conciliação entre trabalho e vida pessoal, já que elas não se dispõem a abrir mão da profissão (Cappelle & Melo, 2010).

Os trabalhos citados destacam, de maneira geral, uma tendência à divisão sexual do trabalho policial, perpetuando a invisibilidade do trabalho desenvolvido pelas mulheres

policiais, apontadas como frágeis e delicadas. O que se observa de comum, desde o ingresso da mulher na polícia, é o pressuposto de que o seu trabalho seria de auxílio e sua imagem estaria ligada às atividades tidas como femininas, ou seja, houve uma espécie de maternalização do papel da mulher na instituição.

Por essa razão, as policiais são colocadas, em sua maioria, para exercer trabalhos administrativos ou, até mesmo, para apresentarem uma imagem menos truculenta da instituição à sociedade, fator que impede sua inserção plena na corporação, para além dos espaços tipicamente femininos. De certa forma, como considera Souza (2009), as mulheres continuam a ocupar um lugar marginal na polícia, já que o confronto com as situações de risco permanecem como critérios balizadores da função policial, que ainda é um espaço reservado aos homens. As mulheres policiais estariam, então, introduzindo novos tipos de conflitos em um campo socialmente legitimado pela dominação masculina.

Como demonstra o estudo dos pesquisadores franceses Caroly, Lorient e Boussard (2006) várias policiais, durante a carreira, acabaram por ser lotadas em funções administrativas. A conclusão do estudo do sociólogo vem ao encontro da percepção de Bourdieu (1989) de que os que adentram em um espaço socialmente demarcado podem se sentir deslocados e, para que isso não ocorra, devem cumprir as condições que lhe são exigidas.

Objetivos

Como foi mencionado no capítulo anterior, existem poucos estudos publicados sobre o trabalhador policial. Além dessa carência, não foram encontrados registros de pesquisa com policiais que trabalham com crianças e adolescentes vítimas de violência, com o referencial teórico da Psicodinâmica do Trabalho, no Brasil, o que justifica o presente estudo, que teve início a partir da demanda da chefia de um grupo de policiais do

Distrito Federal, que investiga crimes nos quais a criança e o adolescente são vítimas de violência. A chefia queixava-se de ter constatado haver um elevado número de profissionais afastados do trabalho para tratamento de saúde. Além disso, alguns policiais solicitavam, com muita frequência, serem afastados do trabalho com esse tipo de crime, e outros sequer queriam conhecer esse tipo de trabalho. A partir dessa demanda, algumas perguntas de pesquisa foram sendo elaboradas, tendo como base o referencial teórico da Psicodinâmica do Trabalho:

1. Os policiais desse grupo se afastavam em maior número do que o restante da instituição?

2. Qual era o tipo de trabalho que eles deveriam fazer e que, de fato, faziam?

3. Os policiais tinham a percepção do sentido do seu trabalho?

4. Que estratégias estavam sendo elaboradas pelos policiais, individual e coletivamente, para a realização do trabalho?

A pesquisa, então, articulou-se em torno dos seguintes objetivos:

Objetivo Geral:

Verificar que estratégias de defesa psíquica estariam sendo usadas pelo grupo de policiais que trabalha, na Polícia Civil, com crianças e adolescentes vítimas de violência, para evitar o adoecimento e continuar a executar o seu trabalho.

Objetivos Específicos:

- compreender o trabalho feito por policiais que trabalham com crianças e adolescentes vítimas de violência;

- explorar a forma como se processa a construção do coletivo de trabalho em suas diferentes dimensões: visibilidade, relações de cooperação e espaço público de discussão;
- compreender como a divisão sexual do trabalho interfere no sofrimento e defesas de homens e mulheres, nesse coletivo de trabalhadores;
- proporcionar um espaço para que os policiais e as policiais do grupo em estudo pudessem discutir os seus problemas relacionados ao trabalho e suas consequências.

Essa pesquisa discute o entendimento de que os policiais que trabalham no atendimento de ocorrências nas quais crianças e adolescentes são vítimas de violência tendem a perceber o seu trabalho como pouco reconhecido dentro da própria instituição por não ser o “verdadeiro trabalho policial”, que repousa em um “ethos guerreiro”, um ofício viril, mas um trabalho feminizado. Porém, o que mais impacta na insatisfação em desempenhar as atividades é o fato de os próprios trabalhadores não terem a compreensão de como executar e do sentido do trabalho que executam.

METODOLOGIA EM PSICODINÂMICA DO TRABALHO

Metodologia

A metodologia em Psicodinâmica do Trabalho (PDT) foi apresentada a partir da publicação do livro de Christophe Dejours, *Travail: usure mental*, publicado em 1980, e foi reapresentada no *Addendum*, publicado em 1993. Em português, foi publicado em 2004, com o título *Da Psicopatologia à Psicodinâmica do Trabalho*.

Segundo Karam (2003), o quadro de referência da metodologia em Psicodinâmica do Trabalho toma como base epistemológica a hermenêutica, definida como a arte da interpretação, do entendimento entre pessoas, até a elaboração de um consenso e a decisão de um acordo entre elas como fruto deste processo, que é a essência do método em Psicodinâmica do Trabalho.

Para a distinção entre metodologia e método, partiu-se da definição proposta por Vygotski (1999). Segundo o autor, “método significa „via , sendo concebido como um meio de conhecimento, mas a via é qualquer ponto determinado pelo objetivo ao qual ela conduz” (p. 236). Método é o processo. Já metodologia, segundo Minayo (1994), “é o caminho do pensamento e prática exercidos na abordagem da realidade. Inclui as concepções teóricas da abordagem, o conjunto de técnicas que possibilitam a construção da realidade e o sopro divino do potencial criativo do investigador” (p. 16). Nesse sentido, a metodologia abrange a definição do espaço de pesquisa, a escolha do grupo de pesquisa, além da definição de instrumentos e procedimentos para a análise dos dados.

Para esta pesquisa, o método utilizado teve como embasamento as publicações de Dejours (2008), de Molinier (2008a) e de Dessours (2009). Apoiando-se nesses autores, partiu-se do princípio de que a pesquisa em Psicodinâmica do Trabalho deve avaliar as mediações e ações dos trabalhadores em situação de trabalho, que, do ponto de vista da

psicologia clínica, é instável e é, por definição, evolutiva, passível de transformação. Além disso, os pesquisadores que intervêm em uma situação de trabalho devem ser considerados como estando igualmente situados, o que significa, como considera Lhuilier (2010), que:

não existe trabalho científico, particularmente nas ciências humanas, sem opções de valor nem sem dimensão política. Toda atividade de pesquisa é uma prática social. As normas da ciência tradicional impõem o princípio da distância entre pesquisador e “objeto”, entre a ciência e a política. No entanto, deve-se reconhecer que o saber é indissociável de suas condições de produção (p. 221).

Na perspectiva da psicologia social clínica, adotada pela Psicodinâmica do Trabalho, o pesquisador rompe com a proposição do conhecedor, do *expertise*, aquele que aconselha, dá sugestões a partir de seu conhecimento. Ao contrário, ele se engaja em uma relação de cooperação com os sujeitos, em torno de um projeto comum, é o paradigma da pesquisa-ação, adotado em Psicodinâmica do Trabalho (Lhuilier, 2006).

Com base no paradigma de que “na pesquisa-ação os atores deixam de ser simplesmente objeto de observação, de explicação ou de interpretação; eles tornam-se sujeitos e parte integrante da pesquisa, de sua concepção, de seu desenrolar, de sua redação e de seu acompanhamento” (Thiollent, 1997 p. 36). A pesquisa, ainda segundo o autor, é orientada em função da composição de alguns objetivos de descrição e intervenção, por exemplo: as situações sociais são descritas não de um único ponto de observação, mas com base em verbalizações dos diferentes atores em suas linguagens próprias; nas discussões de trabalho entre pesquisadores e participantes são geradas diversas tentativas de interpretação, com características de inferência generalizante ou particularizante, com base nas interações entre descrições e conceitos; sessões coletivas, os conhecimentos derivados das inferências são inseridos na elaboração de estratégias ou ações.

Partindo-se dessa afirmação, assume-se o pressuposto de que os pesquisadores também fazem parte da situação estudada, pois todo conhecimento é uma perspectiva sobre o correspondente objeto, de tal modo que aspirar a um conhecimento objetivo implicaria a impossível pretensão de querer conhecer desde lugar nenhum (Harding, 1991). Com essa visão, a Psicodinâmica do Trabalho, adota uma postura epistemológica e metodológica na qual se leva em conta a subjetividade dos pesquisadores, a angústia e as defesas mobilizadas pela confrontação com a matéria.

O pesquisador deve ficar atento às transformações do seu próprio corpo quando busca compreender o sofrimento do outro. Quer dizer, quando busca apreender o dizer (e não somente o dito) que não é redutível aos sons que formam as palavras, depois as frases, mas se exprime nas entonações, nas modulações, nos impulsos ou recuos, nos olhares e nos silêncios. Esses movimentos da subjetividade, que formam a essência da pesquisa, não são somente a interrupção da palavra, mas fazem parte do que deve ser compreendido: nem tudo é dito, nem tudo pode ser dito. Compreender significa se deixar afetar pela presença do outro, sentir o que o outro produz, como afeto, no pesquisador (Molinier, 2011).

O pesquisador é parte de sua pesquisa, e não uma “variável” dela. É o paradigma, também, adotado por Kindermann e Valsiner (1989) ao afirmar que os dados não são somente coletados, mas são construídos pelo pesquisador. Segundo eles, “a construção dos dados é um processo interativo, determinado tanto pelo agente (o cientista), quanto pelo objeto (realidade), e depende dos meios que o agente utiliza para interagir com o objeto (ou seja, os métodos)” (p. 14).

Se os dados são construídos, existe relação entre eles e quem os constrói, nesse caso o pesquisador, a pesquisadora, e essa relação não pode deixar de considerar a “subjetividade” deste ou desta. A mesma visão é partilhada por Codo (2006) quando afirma que:

a atividade do psicólogo não pode restringir-se a uma dimensão técnica, no sentido de mera aplicação de técnicas já provadas em outras estruturas sociais, ainda que o problema representado por determinada categoria esteja presente em caráter eminentemente corrente, porque há mais mistérios entre o homem e o trabalho do que possa supor a nossa vã filosofia (p. 30).

Nesse sentido, a teoria da psicodinâmica está embasada em uma metodologia que privilegia a intersubjetividade, o que implica mobilizar a própria subjetividade como acesso à subjetividade do outro. O meio que dá acesso à subjetividade é o corpo do interventor (pesquisador). O sofrimento do outro não se vê, experimenta-se, ou seja, o que se experimenta na intersubjetividade não é o que o outro experimenta, mas o que ele faz experimentar (Molinier, 2003). Como considera Molinier (2011) “a subjetividade dos pesquisadores, em Psicodinâmica do Trabalho não é comparável a um resíduo de seu trabalho, ela é uma agulhada nesse trabalho”. É nessa perspectiva que se embasa a metodologia em Psicodinâmica do Trabalho.

A Psicodinâmica do Trabalho é a análise dos processos psíquicos mobilizados pelo encontro entre o sujeito e as imposições geradas pelos processos de trabalho; e a subjetividade é seu objeto. À luz da Psicodinâmica do Trabalho, um sujeito é uma pessoa definida não só por condições e por um contexto externo (o trabalho, o social), mas é definida, também, em relação às suas características internas, independentemente do contexto, ou seja, o ser humano, que tem dois corpos, é dotado de subjetividade. O primeiro corpo é biológico e o segundo é psíquico, o corpo vivido, aquele que habitamos, por meio do qual experimentamos a vida, o sofrimento, o prazer, a excitação sexual, o desejo. O segundo corpo é indissociável da subjetividade, ele é lugar da subjetividade (Dejours, 2004b).

Método e Análise dos Dados em Psicodinâmica do Trabalho

O método em Psicodinâmica do Trabalho expõe as causas psicológicas que permitem não somente suportar as pressões do trabalho, que se julgaria como sendo exteriores ao sujeito, mas também o que o faz participar ativamente para a manutenção dessa situação (Molinier, 2008a). Porque, segundo a autora, o sujeito, longe de sofrer passivamente, defende-se, protege-se, proteção essa que pode ter efeitos positivos ou não para sua própria saúde.

Considera-se que uma pesquisa em Psicodinâmica do Trabalho deve passar pela constituição de pequenos grupos, em geral homogêneos do ponto de vista da hierarquia, em que só devem participar pessoas voluntárias; o voluntariado pressupõe que as pessoas acreditam que poder falar servirá para refletir junto sobre o sofrimento no trabalho (Molinier, 2011). Dejours (2004b) parte da seguinte hipótese relativa ao voluntariado:

quando os agentes se engajam em uma discussão sobre a organização do trabalho, não é somente para defender os seus interesses, mas, também, para construir o sentido do seu sofrimento no trabalho e para poder arriscar a questão de sua identidade no campo social da empresa (p. 20).

Para Molinier (2011), os encontros devem ser feitos em grupo, por duas razões. A primeira razão está ligada às condições necessárias para a análise das defesas coletivas. Os pesquisadores não podem se propor a fazer descobertas que não sejam por meio da escuta do que é dito e, sobretudo, do que não se diz, coletivamente (Molinier, 2011). Para a autora, o encontro coletivo permite fazer distinção entre o que pode ser um problema pessoal, exclusivamente, e o que faz sentido para todos. A segunda razão diz respeito à modalidade da ação de transformação das situações de trabalho. Trata-se de recompor as

condições intersubjetivas de uma discussão sobre o trabalho, a partir da qual as pessoas envolvidas terão a possibilidade de transformar, entre elas, as pressões que geram o sofrimento (Molinier, 2011).

Desde 1993, Dejours mudou o seu objeto de análise, das descompensações que fazem adoecer, para o estudo da normalidade, definida como um equilíbrio estável entre o sofrimento e as defesas contra o sofrimento. A mudança epistemológica foi a seguinte: “o sofrimento é primeiro, não é o trabalho que causa o sofrimento, ele é antecedente ao trabalho, na experiência humana” (Molinier, 2008a, p. 64). O sofrimento é a experiência originária, por meio da qual o ser humano sente a vida em si. Nessa perspectiva, as noções de sofrimento criador e sofrimento patogênico designam os destinos diferenciados do sofrimento. No campo do trabalho, é o real do trabalho, o que resiste, que gera o sofrimento, não deixa o sujeito ileso. Talvez seja a razão de Molinier poder afirmar que a Psicodinâmica do Trabalho repousa sobre o postulado da centralidade do trabalho, entendido como “o processo que sustenta os três poderes do trabalhar: transformar o mundo, objetivar a inteligência, transformar o sujeito” (Molinier, 2008a, p. 88).

Dejours denomina o método utilizado em Psicodinâmica do Trabalho de Clínica do Trabalho, que “não é uma escola, uma teoria, nem um programa, mas é ação de transformação e produção de conhecimento” (Clot & Lhuilier, 2010, p. 7). É definida como um modo de acessar a relação entre o sujeito e o real do trabalho e de dar visibilidade às situações de trabalho e às vivências produzidas neste contexto, a partir do espaço para a palavra, pois não há como apreender e compreender as relações de trabalho e todas as suas implicações que não seja pela escuta daquele que, realmente, executa. Essa escuta é desenvolvida a partir de um processo de reflexão com o coletivo de trabalhadores, entendido como uma ampliação do espaço público de discussão, no sentido que Habermas

dava ao termo, o que possibilita a transformação de compreensões individuais em reflexões coletivas (Dejours, 2004b).

Na Teoria da Ação Comunicativa, Habermas (citado por Iarozinski, 2000) parte do princípio de que os homens são capazes de ação, e, para isso, utilizam-se da linguagem a fim de se comunicar com os seus pares em busca de algum entendimento. O autor discute a ideia de razão comunicacional, que se dá por meio de ações intersubjetivas nas quais dois ou mais sujeitos, pela interação, buscam entender-se sobre determinado assunto ou objeto, a fim de compreendê-lo. Das relações intersubjetivas, é que se permite discernir a universalização dos interesses em uma discussão. É nesse ponto que o fundamento de uma ética de discussão exige a reconstrução de um espaço crítico, aberto e pluralista. Nesse contexto, a linguagem passa a ser um ponto de destaque em sua teoria. Para Habermas (1997), o trabalho não responde pelo processo de interação entre os homens e não ocupa a centralidade formativa da subjetividade sem a linguagem.

Integrado à Psicodinâmica do Trabalho por Dejours (2005), o conceito de espaço de discussão torna-se um

espaço onde podem ser formuladas livremente e, sobretudo publicamente, as opiniões eventualmente contraditórias, em vista de proceder a arbitragens e de tomar decisões sobre as questões que interessam ao futuro do serviço, do departamento, da empresa ou da instituição e que, portanto, também dizem respeito ao futuro concreto de todos os membros que os constituem. É um espaço voltado à deliberação coletiva (p. 57).

A Psicodinâmica do Trabalho diferencia-se da ergonomia, pois não busca formular recomendações e modificações a serem implantadas nos postos de trabalho estudados. Sua busca é no sentido de favorecer processos de reflexão e de elaboração, que criem uma

mobilização entre os trabalhadores, de forma que estes possam alavancar mudanças no trabalho ou em suas relações laborais. É somente a partir desse processo reflexivo sobre o próprio trabalho que o indivíduo se torna capaz de se reapropriar da realidade de seu trabalho, e é essa reapropriação que pode permitir aos trabalhadores a mobilização que vai impulsionar as mudanças necessárias para tornar seu trabalho mais saudável, daí a importância do espaço coletivo de discussão (Dejours, 1995).

No espaço coletivo de discussão, o trabalhador poderá “descobrir o sofrimento dos outros no trabalho, identificar as fontes desse sofrimento nas incoerências e nas deficiências da organização do trabalho prescrito, o que significa o inevitável percurso que tem origem na identificação e no reconhecimento” (Dejours, 2004b, p. 224).

Ressalte-se que o grupo de palavra ou espaço de discussão como denominado por Minary e Perrin (2004, citados por Litim, 2006) não é um grupo terapêutico, nem um grupo de formação, nem de análise e de regulação institucional, nem um grupo de análise das práticas, mas mesmo assim produz efeito nesses quatro campos. Apoiando-se em uma intervenção feita com pessoas em situação de reinserção profissional, os autores da pesquisa se interrogaram sobre o trabalho como um meio de discutir atos até então impensáveis, inexplorados ou não reconhecidos.

Em relação aos procedimentos da pesquisa, mesmo se considerando que cada pesquisa em Psicodinâmica do Trabalho é única, portanto, não replicável, algumas etapas do método são descritas por Dejours (2004a) e reproduzidas por Heloani e Lancman (2003) para serem utilizadas no trabalho de campo, com as adaptações que se fizerem necessárias, de acordo com as características do estudo. São elas: pré-pesquisa (análise da demanda, definição dos pesquisadores e trabalhadores, visita ao local do trabalho); pesquisa (análise da demanda, análise do material da pesquisa, observação clínica, interpretação); e validação e refutação.

A pré-pesquisa.

São pré-requisitos para que uma pesquisa em Psicodinâmica do Trabalho se inicie:

1. Que ela parta de uma demanda, que pode vir de um grupo de trabalhadores, do sindicato, de um comitê de segurança das condições de trabalho. Se a demanda não for formulada pelos interessados, não poderá ser atendida, além do que “só se deve aceitar uma demanda se ela for formulada, explicitamente, em termos de demanda de compreensão e de análise da situação de trabalho, e não como demanda terapêutica.” (Dejours, 2004a, p. 88).

2. Que os pesquisadores tenham acesso à instituição.

3. Que se saiba quem vai participar da pesquisa, tanto do lado dos pesquisadores quanto do lado da instituição. Sugere-se que sejam dois ou três psicólogos participantes e, ainda, que os trabalhadores participantes sejam voluntários.

Constitui-se, também, um comitê de pilotagem, ainda com o critério do voluntariado, entre os trabalhadores participantes da pesquisa. Esse comitê será responsável pela divulgação da intervenção entre os colegas, no sentido de informar sobre quem vai participar. Será responsável por providenciar o local para o grupo encontrar-se e, também, fará contato com as psicólogas responsáveis no caso de cancelamento ou mudança de horários dos grupos.

Após, os pesquisadores devem proceder a uma visita à instituição, para ter acesso à dimensão dinâmica entre os trabalhadores, ou seja, para conhecer as cadências, os ritmos de trabalho, o comando, a vigilância, a administração, a solidariedades explícitas entre os trabalhadores etc.

A pesquisa.

Os pesquisadores devem se apresentar com suas formações, por exemplo, psicólogo, psiquiatra, mas, sobretudo, como um pesquisador à procura de um elo entre o trabalho e o sofrimento. A técnica consiste em ficar atento não só ao conteúdo das falas, ao que é objeto de consenso, às discussões contraditórias, mas, e principalmente, àquilo que emerge espontaneamente ou não, ao que é dito ou omitido em relação a certos temas e às características da organização do trabalho. Essa fase é subdividida em quatro etapas: análise da demanda, observação clínica, interpretação e análise do material da pesquisa.

1. Análise da demanda: é necessário saber quem demanda, pois a demanda só é aceitável se a pesquisa for direcionada a quem solicitou; o que se demanda, porque deve ficar claro que o trabalho em Psicodinâmica do Trabalho limita-se à análise das situações, enquanto suas soluções concretas são de responsabilidade de seus atores; e a quem a demanda é dirigida, os demandantes devem saber, de imediato, que o rigor do trabalho científico pode conduzir a resultados que podem fazer surgir contradições com as posições sindicais oficiais, por exemplo.

2. Observação clínica: é um material fundamental para a elaboração e a discussão em Psicodinâmica do Trabalho. É uma etapa não só de restituir os comentários dos trabalhadores sobre o sofrimento, mas de articulá-los à medida que o pesquisador faz algum comentário interpretativo, dando início à dinâmica própria da pesquisa. Nesse momento, podem aparecer ideias, comentários, interpretações, dos participantes, mesmo que sejam provisoriamente formuladas. É um trabalho, então, que consiste em colocar em evidência, de expor a trajetória do pensamento dos pesquisadores que conduzem os grupos. Segundo Dejours (2004b, p.212), esse tipo de observação pode ser submetido à discussão entre pesquisadores que não participaram diretamente da pesquisa, por isso o material da interpretação é uma “observação comentada”.

3. Interpretação: o sofrimento e o prazer são dados essencialmente subjetivos, portanto, não se deve ter a pretensão de objetivá-los. Esses dados passam, tanto em suas descrições quanto na percepção, na detecção e na formulação, pela subjetividade do pesquisador, que deve ficar atento à distância que existe entre o discurso dos trabalhadores e a experiência do trabalhador. Dessa forma, o pesquisador deve se situar como interlocutor e não como especialista, pois nessa posição torna-se possível a abertura do discurso sobre o sofrimento e o prazer, discurso passível de escuta e de interpretação. Esse movimento deve possibilitar aos participantes que passem a formular para o pesquisador coisas que nem eles próprios tinham claro antes de manifestarem de forma discursiva para uma pessoa de fora. Nas palavras de Martins (2009), o método de interpretação “procura a articulação dos fragmentos de um discurso em cadeias livres associativas, cujo sentido é conquistado a posteriori, retornando ao discurso na forma de pontuações e interpretações” (p. 33).

Pelo método em Psicodinâmica do Trabalho, dos comentários dos sujeitos podem emergir categorias relacionadas ao prazer-sofrimento no trabalho, e cabe ao pesquisador conduzir a discussão no sentido não só de alcançar consensos parciais, mas de manter um clima de respeito e acolhimento pelas opiniões que possam ser divergentes. Ao buscar a identificação das estratégias coletivas, o grupo de pesquisadores pode formular algumas hipóteses e, em seguida, submetê-las à apreciação do grupo que, por meio de sua própria análise, confirmará ou não a percepção dos pesquisadores. Nesse processo, a equipe de pesquisa deve sempre ter os cuidados éticos de conduzir a interpretação das defesas sem cometer violência, ou seja, as interpretações devem ser mantidas dentro do limite em que os sujeitos possam suportar, sem o risco de que venham a sofrer desestruturação e entrar em descompensação (psíquica/somática) (Dejours, 1992; 2004a).

Análise do material da pesquisa: é uma parte difícil de ser formulada, pois uma pesquisa em Psicodinâmica do Trabalho está centrada, essencialmente, na vivência subjetiva dos trabalhadores, material que é apreendido a partir da formulação que os trabalhadores fazem de sua própria situação de trabalho, ou seja, a análise do material vai ocorrendo do decorrer de todo o processo de intervenção.

Como já mencionado, o método compreende, ainda, as etapas de validação e refutação, que serão descritas. A validação, normalmente, acontece em duas etapas: uma etapa durante a pesquisa e outra etapa quando os trabalhadores que não participaram da pesquisa se juntam ao grupo.

A avaliação já acontece durante as sessões, pois o grupo de pesquisadores deve buscar formar um relatório, que será discutido com os trabalhadores a partir das elaborações, interpretações, hipóteses, temas e comentários que serão registrados durante cada encontro e, nesse processo, o conteúdo do relatório será validado, refutado ou retomado a critério dos participantes, em um processo dinâmico.

A fase seguinte será a elaboração do relatório final, que será apresentado à instituição e aos demais trabalhadores. Assim, aqueles trabalhadores que não participaram do grupo só terão conhecimento do conteúdo desse material no final do grupo de discussão, quando será fornecido o relatório definitivo, que tem com objetivo favorecer a reapropriação do material da pesquisa que foi produzido em conjunto a partir da reflexão dos participantes não pesquisadores, e promover uma reelaboração do saber frente às situações de trabalho e sua modificação. Nesse sentido, trata-se de um processo interativo de apresentação das interpretações dos pesquisadores, validação da análise, dos resultados e das conclusões da intervenção entre pesquisadores e participantes da pesquisa. Com esse procedimento, tem-se acesso a uma validação ou invalidações geradas no coletivo de trabalhadores.

Quanto às sessões:

1. Gravar ou não gravar as sessões? Esse tema foi apresentado por Dominique Dessours (Molinier, 2011), no laboratório de Psicologia do Trabalho e da Ação (Paris/França). Para Dessours, o gravador registra tudo, menos o que interessa, ou seja, em que a palavra afeta o pesquisador quando ele escuta o sofrimento do outro. A explicação para essa “transgressão das regras da ciência” é que, segundo Dessours, uma pesquisa em Psicodinâmica do Trabalho é um “acontecimento”, o produto de um encontro, por definição, único, contingente, portanto, o material produzido por uma transcrição não poderia ser reutilizado posteriormente.

2. Quantas sessões? Para Molinier (2011), os encontros devem ser breves, três ou quatro sessões, com duração de duas a três horas, cada. No entendimento da autora, essa brevidade justifica-se pelo fato de que as pessoas devem ficar atentas de que o tempo é curto, portanto, é uma maneira de “forçar” as pessoas a dizerem o que deve ser dito, por meio do contato com suas próprias defesas. A restituição deve ser a mais longa das sessões, pode durar um expediente inteiro, com pequenos intervalos para “descanso”.

3. Onde? Em um local identificado com o trabalho. Pode ser uma sala de reuniões, o sindicato, o restaurante ou a cantina da empresa, um espaço da associação cultural que acolhe reuniões dos trabalhadores etc. (Dejours 2004a, p 107).

Retoma-se, aqui, a ideia de que não é possível ter acesso ao sofrimento ou prazer objetivos, com uma citação de Dejours (2005): “Como vivência subjetiva, ninguém ignora o que seja sofrimento e prazer e todos sabem que isso só se vivencia na intimidade da experiência interior. O sofrimento não pode ser visto. Tampouco a dor” (p. 21).

O que se pode conhecer são os processos defensivos elaborados pelos trabalhadores para lidar com esse sofrimento. A vivência de sofrimento pode ser da ordem do individual, mas os modos de defesa podem ser partilhados pelo grupo, elaborados coletivamente

(Dejours, 2004; Gainard, 2009) e se transformarem em estratégias coletivas de defesa ou em ideologias defensivas, ou seja, as vivências dos trabalhadores serão captadas nas relações intersubjetivas. Por meio da palavra, então, os atores terão a possibilidade de pensarem em sua situação, em sua relação com o trabalho, e as consequências dessa relação em sua vida fora do trabalho.

É o que destaca Flottes (2004) em pesquisa sobre as relações de trabalho no contexto de uma empresa de serviços burocráticos:

Para a maioria das pessoas, compreender provoca um alívio visível: compreender que a situação atual não é efeito da perversidade de algumas pessoas, e que existe então uma esperança para transformar as coisas, compreender como cada um, em níveis diferentes, construiu estratégias para enfrentar as dificuldades do trabalho, compreender como a impossibilidade de falar das defesas, em que cada um se sente mais ou menos parte e culpado, sugou-os numa espiral de silêncio e medo (p. 166).

Nesse sentido, a palavra tem a característica de promover alívio e reorganizar a mobilização para o trabalho, como um processo de organização cognitiva e afetiva do sofrimento.

Análise dos dados em Psicodinâmica do Trabalho.

A análise da psicodinâmica das situações de trabalho, segundo Dejours (2004, p. 236): passa pela linguagem da atividade; tem origem a partir do levantamento de alguns enunciados que surgem no decorrer das sessões, relacionados ao contexto intersubjetivo, com referência ao mundo do trabalho; e vigora como elaboração coletiva, produzindo conhecimento.

Esses pressupostos orientaram a pesquisa que deram origem a esta tese.

MÉTODO

A Pré-pesquisa

A pesquisa apresentada teve como suporte teórico-metodológico a Psicodinâmica do Trabalho (PDT). No início no ano de 2010, a equipe de Psicologia de uma unidade de saúde da PCDF, da qual fazia parte esta pesquisadora, recebeu a solicitação da delegada-chefe de uma unidade da Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF) cujos policiais trabalham com a investigação de crimes cometidos contra crianças e adolescentes no sentido de fazer um estudo naquela unidade. A queixa era de que havia um alto índice de servidores, ali lotados, que estava afastado de suas funções por adoecimento.

Após a solicitação, a equipe de Psicologia, composta de três pesquisadoras, decidiu fazer a intervenção utilizando os princípios teóricos e metodológicos da PDT. A pesquisadora mediadora, psicóloga clínica, estava estudando a PDT. A segunda tinha formação em terapia junguiana, e a terceira tinha formação em Psicodrama. As três pesquisadoras tinham experiência em terapia de grupo e, sob supervisão da pesquisadora mediadora, a equipe passou a dedicar-se ao estudo do método de intervenção em PDT.

A partir da autorização formal da direção da instituição, a equipe de Psicologia reuniu-se com a delegada para conhecer a estrutura da unidade em que os policiais estavam lotados e a dinâmica do trabalho. Posteriormente, a equipe foi até a unidade para ter uma visão do trabalho antes de conversar com o grupo. A delegada informou que estava tentando, em sua administração, iniciada há dois anos, motivar os servidores para que eles pudessem entender a importância social do seu trabalho, mas, principalmente, para que eles pudessem perceber o seu trabalho como “policial”, cujo objetivo principal seria o de “prender os culpados por crimes. Dessa forma, não se sentiriam desrespeitados pelos

outros colegas policiais, que acham que ali se faz um trabalho somente social”, segundo a delegada.

Após esses primeiros contatos, a equipe de Psicologia apresentou um projeto para a composição dos grupos de discussão, tendo por base o referencial teórico e metodológico da PDT, para todos os servidores da unidade, no auditório de um dos departamentos da PCDF. Durante a apresentação, alguns servidores fizeram perguntas sobre a finalidade da intervenção e demonstraram interesse em participar do projeto. Foi informado a todos que as inscrições deveriam ser feitas posteriormente e por telefone, para preservar a privacidade de quem participaria do grupo.

Dado o caráter do voluntariado, esclareceu-se que a participação deveria ser espontânea e que o grupo seria do “tipo aberto”, pois os participantes poderiam entrar ou sair a qualquer tempo, deixando claro que o grupo deveria ter, no máximo, 10 participantes. Ficou decidido, ainda, pela maioria dos servidores, que os chefes não participariam do grupo e que, se eles tivessem interesse, poderiam fazer a solicitação e que, então, outro grupo poderia ser formado. A apresentação foi encerrada com esclarecimentos sobre a necessidade do sigilo por todos aqueles que participassem do grupo e também por aqueles que estavam presentes no auditório. Um comitê de pilotagem, composto por servidores da própria unidade, foi criado voluntariamente para dar início à organização dos grupos.

Participantes.

Grupo 1.

O grupo foi composto por 10 policiais, sendo nove policiais mulheres e um policial homem, com idades variando de 32 a 58 anos. Devido às exigências para ingresso na instituição, todos os participantes tinham nível superior de formação acadêmica, com os

cursos de Direito, Pedagogia, Engenharia, Psicologia e Letras. O tempo de serviço variava entre quatro e 20 anos. O estado civil era quatro policiais casadas, duas divorciadas, um divorciado e três solteiras.

Ao final do trabalho com o grupo 1, a equipe de Psicologia foi procurada por um dos chefes de seção da delegacia, que solicitou a formação de outro grupo, pois eles também gostariam de ter um “espaço para falar”. Os próprios chefes compuseram um grupo de pilotagem e se mobilizaram para a organização dos interessados em participar dos encontros. Esse grupo será chamado de grupo 2.

Grupo 2.

O segundo grupo foi composto de oito participantes, sendo seis policiais homens e duas policiais mulheres, com idades variando de 36 a 48 anos, todos chefes de seções. Devido às exigências para ingresso na instituição, todos os participantes tinham nível superior de formação acadêmica, com predominância do curso de Direito, além de Letras e História. Com tempo de serviço variando entre 10 e 20 anos, todos os participantes se declararam casados ou com união estável.

Campo de trabalho.

A unidade estudada localiza-se em um prédio onde ficam várias outras unidades policiais da PCDF. Na primeira sala, ficam os agentes de polícia que fazem os registros das ocorrências e os(as) denunciante, vítimas e testemunhas que aguardam para serem atendidos. As outras salas não diferem de uma delegacia de polícia convencional: são salas onde os agentes de polícia podem fazer a oitiva de testemunhas, suspeitos e vítimas; salas para os escrivães, delegados e uma sala para a administração do local. Existe, além das

salas convencionais, uma sala com alguns brinquedos e pinturas com motivos infantis nas paredes, onde são ouvidas as crianças com menos de 12 anos de idade.

Na ocasião da pesquisa, havia 27 mulheres policiais e 25 policiais homens lotados na unidade, o que dá uma proporção superior à diferença entre o número de homens e mulheres na Polícia Civil como um todo, que é de 30% de mulheres. A chefe da unidade e sua substituta são policiais mulheres e, das nove seções da unidade, seis são chefiadas por policiais homens. As seções chefiadas por mulheres são a administrativa, o cartório (onde trabalham escrivães de polícia) e a que atende crianças menores de 12 anos. Escrivães e chefes de seções administrativas realizam tarefas do tipo burocrático. As demais seções são relacionadas com a atividade-fim da Polícia Civil, a investigação.

O horário de trabalho dos policiais, na unidade, é de 12h as 19h, mas alguns trabalham no turno da manhã. Entretanto, durante uma investigação, os horários são adaptados, pelos próprios policiais, aos objetivos do trabalho.

Instrumento e procedimentos.

Previamente à “constituição dos grupos”, em conformidade com as normas de ética da Resolução nº 196/1996, do CNS, um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido foi utilizado para registro da anuência dos envolvidos no estudo (em anexo).

A coleta e construção de informações sobre o coletivo de policiais foi realizada tendo como base a Clínica do Trabalho, com o objetivo fazer com que os participantes pudessem, a partir da própria fala e da escuta do outro, ter acesso ao sofrimento e ao saber contido nas falas compartilhadas e reelaborar suas vivências relacionadas ao trabalho e ao “fora dele”.

Com base na teoria da PDT, observa-se que, apesar do sofrimento e por causa dele, o trabalhador lança mão de estratégias defensivas para suportar o que parece insuportável.

Esses recursos psíquicos são “invisíveis”, desconhecidos dos próprios trabalhadores. Para ter acesso a esses recursos, a intervenção em PDT sugere que sejam trabalhadas, coletivamente, algumas questões as quais foram utilizadas nesta pesquisa: o que cada um faz, realmente, em seu trabalho e o que lhes causa ver os outros fazerem o que eles fazem (Molinier, 2010), com o objetivo de desvendar o enigma das defesas mobilizadas para se manterem no trabalho.

No grupo 1 foram realizadas quatro sessões, sendo a última de devolução, com duração de aproximadamente 3 h, em uma sala da própria unidade, no horário de trabalho dos policiais. O grupo teve poucas modificações durante sua execução, sendo que algumas ausências, que aconteceram em função do período de férias, licença ou de atestado médico dos servidores, foram informadas pelos participantes presentes.

Antes das sessões, mediadas por três psicólogas, sendo uma esta pesquisadora e outras duas psicólogas, que foram colaboradoras, os participantes assinaram um “termo de consentimento livre e esclarecido” e as sessões, gravadas com a autorização prévia dos participantes, foram transcritas na íntegra.

Uma das colaboradoras teve como funções anotar os nomes dos participantes, a sequência das falas e a posição que eles ocupavam na sala para facilitar o reconhecimento das vozes durante a gravação. A terceira pesquisadora fez os registros das falas que considerou mais importantes, além de anotar suas impressões sobre as entonações, os silêncios e os afetos, de uma forma geral. Ambas ficaram responsáveis por controlar o tempo das sessões. Esse grupo de pesquisadoras já havia trabalhado junto em outras intervenções e já havia uma sintonia estabelecida entre elas, possibilitando que a comunicação, algumas vezes, acontecesse até por meio de um simples olhar. Apesar de uma ocupar o lugar de mediação, as outras duas puderam interferir sempre que entenderam ser necessário. Esse procedimento foi seguido em todas as sessões subsequentes.

No grupo 2 foram realizadas, também, quatro sessões, em sala diferente do primeiro grupo, com os mesmos procedimentos do grupo 1. Os encontros aconteceram uma semana após a conclusão do grupo 1, durante o horário de expediente, uma vez por semana e com duração de, aproximadamente, 3 h cada. Houve somente duas ausências de participantes, em duas sessões, justificadas por férias e licença médica.

Depois de cada sessão, o grupo de pesquisadoras se reunia para relatar as suas impressões, sentimentos e sensações acerca do trabalho com o grupo. Esse relatório era apresentado ao grupo no início seção seguinte, quando cada participante podia interferir, no sentido de modificá-lo e apresentar outras percepções.

As sessões foram analisadas como preconiza a Clínica do Trabalho, um recurso intrinsecamente relacionado à PDT, o que, para Dejours (1993, 1995, 2004a) possibilita revelar as mediações das relações intersubjetivas existentes no encontro do trabalhador com a organização do trabalho e as consequências dele decorrentes. Optou-se por fazer a análise de sessão a sessão para que fosse possível apreender as mudanças no discurso do coletivo de trabalhadores, que viessem a ocorrer durante os encontros. As falas dos participantes foram utilizadas como títulos das sessões.

A partir da fala compartilhada nos encontros, foram surgindo movimentos temáticos recorrentes, que foram agrupados e discutidos, ao final, no coletivo de trabalhadores, em forma de relatório de devolução. Após a “coleta dos dados” e devolutiva prévia para os grupos, esta doutoranda viajou para a França para a realização do doutorado sanduíche, onde pôde apresentar e discutir os seus dados com a coorientadora, a professora Pascale Molinier, etapa que pode ser considerada como a supervisão dos grupos. A partir das discussões e orientações para entender e caracterizar a dinâmica das relações que estavam causando adoecimento naquele grupo de policiais, foram adotados alguns questionamentos para a análise:

1. O que se pode apreender a partir da descrição do sofrimento?

Essa apreensão é feita do começo ao fim da sessão, porque é um processo. O que nos interessa, enquanto pesquisadores, é o processo, é o que as pessoas vão dizer no começo e o que vão dizer no decorrer das sessões.

2. Qual é o trabalho dessas pessoas? Como se apresentam os(as) participantes do ponto de vista dos afetos, da expressão das emoções?

Para compreender o que se passa com eles(as) no nível da subjetividade.

3. O que é importante para esses e essas trabalhadores(as) em seu trabalho? Para quem e para que serve o seu trabalho?

4. Existe relação entre o reconhecimento e o sentido que os policiais atribuem ao seu trabalho?

Questionamentos importantes para se entender como ocorre a dinâmica do reconhecimento nesse grupo de trabalhadores.

5. O que muda na vida privada desses e dessas policiais, a partir do seu trabalho?

6. Existe a percepção do adoecimento? Se há um sintoma e o policial continua trabalhando, por quê?

ANÁLISE DAS SESSÕES DE CLÍNICA DO TRABALHO

Pelas sessões realizadas foram identificados os seguintes movimentos temáticos recorrentes:

1. Trabalho prescrito e trabalho real
2. Coletivo de trabalho
3. Prazer e sofrimento
4. Estratégias de defesa

A partir dos movimentos temáticos recorrentes no grupo, delimitaram-se alguns dos fatores implícitos no processo de adoecimento:

- falta de reconhecimento, do próprio policial, da importância do seu trabalho;
- não reconhecimento, pela chefia, do real do trabalho;
- sensação de impotência diante da gravidade dos casos investigados e dos casos que não conseguem investigar;
- dificuldades nos relacionamentos entre os pares decorrentes das pressões no ambiente de trabalho;
- perseveração do trabalho na vida pessoal;
- pressões para aceleração no ritmo de trabalho com exigências por número de casos atendidos;
- feminização do trabalho;
- cobranças pelo cumprimento de prazos; e
- ameaças de mudança de seção dentro da unidade e de transferência para outras unidades.

Grupo 1⁶

A primeira sessão: “não concordo em dizer que esse trabalho adocece as pessoas”.

As participantes entraram sala e organizaram as cadeiras em círculo, como havia sido proposto, sendo que as pesquisadoras ficaram dispostas de forma a terem contato visual umas com as outras. Antes da entrada das participantes, parecia que estávamos todas tranquilas, porém, essa tranquilidade inicial foi se transformando em surpresa quando algumas das participantes entravam na sala conversando entre elas, falando em voz alta e dando gargalhadas. As conversas e as risadas prosseguiram até o momento em que todas estavam sentadas nos lugares escolhidos.

A pesquisadora mediadora apresentou-se, reforçando a importância do sigilo em relação ao que se passasse nas sessões. A segunda pesquisadora procedeu a sua apresentação e depois as participantes fizeram suas apresentações; a terceira pesquisadora apresentou-se após as participantes. Nessa apresentação foi dito que o objetivo daquela intervenção era entender as razões pelas quais tantos policiais dentre aquele grupo estavam adoecidos.

A primeira policial a se apresentar disse estar na unidade há oito anos. Começou a falar em voz alta, chegou a sentar-se na ponta da cadeira, como para se impor, dizendo discordar de que aquele trabalho que elas faziam fosse responsável pelo adoecimento de alguém.

Eu, assim, não concordo em dizer que esse trabalho adocece as pessoas. Eu acho que a polícia em si adocece... Eu nunca fiquei doente. É claro que as pessoas são diferentes, é claro que, assim, tem uma estrutura familiar, uma orientação espiritual

⁶ Os participantes deste grupo serão identificados com a letra P, seguida de um número ordinal, para evitar sua identificação.

e tudo isso conta, mas eu acho que a polícia em si não adoce não, acho que as pessoas ficam meio que frustradas, porque trabalhar na polícia é pauleira né? Porque você só pega coisa ruim, né? Roubo, furto, tráfico, prostituição, promiscuidade, tudo de ruim, aqui, assim, é meio duro, porque, poxa, você ver uma criança, igual ele vai falando aí, uma criança de um ano e oito meses que foi molestada, deve ser meio dolorido, mas eu não acho que a polícia adoce não (P2).

Ela apressou-se em negar qualquer possibilidade de que aquele trabalho pudesse, especificamente, favorecer o adoecimento dos policiais, e acrescentou que não é o tipo de trabalho que poderia causar adoecimento, mesmo considerando que é uma atividade árdua. A participante insistiu na tese de que o tipo de trabalho realizado – investigar crimes praticados contra crianças e adolescentes – não favorece o adoecimento. Para ela, o trabalho policial, de uma maneira geral, é causador de adoecimento. Após sua observação, outra participante perguntou-lhe: “quantos anos você tem? (P1). Ao ouvir a resposta quanto à idade, talvez por considerá-la jovem ainda, ela comenta: “ainda vai ficar muito doente!” (P1). E todas deram muitas gargalhadas, o que nos leva a entender que, de fato, o adoecimento já é esperado por elas.

Em seguida uma tensão tomou conta do grupo com a interpelação de uma das participantes:

Eu, sinceramente, discordo muito das pessoas que têm a mesma opinião da P2, porque, pessoalmente, aqui, neste setor, pra mim é o pior tipo de crime. A equipe, acho que não existe igual, se sair por aí, nunca vai, pelo que eu já vi, eu nunca vou encontrar uma equipe tão coesa, tão gostosa de se trabalhar, mas o crime, realmente, me choca muito... Quando eu ouvia, aquilo me chocava demais, eu levava muito para minha vida pessoal, achei ótimo até quando me deram uma folga

disso, me tiraram para poder fazer “trabalho burocrático”. Tava chegando no limite mesmo. Acho aqui, eu seria propensa a adoecer, mas por causa do fator emocional. Até sempre tive muita vontade de ter filho, até isso diminuiu muito... (P3).

Observa-se nessa fala tanto a expressão de sofrimento (ficar chocado com os crimes, não querer ter filhos, levar os problemas para a vida pessoal) quanto de prazer (a união entre os colegas de trabalho). Contudo, a percepção do adoecimento não está relacionada com o sofrimento. Após ouvir P3, o grupo de participantes, inclusive ela, deu muitas gargalhadas. E ela concluiu:

Então eu levo pro lado muito pessoal, eu não acho é qualquer crime não. Eu acho que é só isso que pega mesmo (P3).

Em seguida, P2 contradisse sua fala inicial, que parecia já estar pronta, elaborada, quando se referiu à utilização de uma “válvula de escape” para não sofrer com a criança (vítima).

Você sofre com a criança, sofre com a mãe... Mas, às vezes, você acaba rindo muito. Eu mesma rio muito quando eu saio na rua com os meus colegas, eu acho que isso até libera um pouco... Eu acho até que as pessoas acham que a gente é meio sádico, não é sádico, é uma válvula de escape que a gente tem (P2).

Essa participante não sustentou o seu discurso inicial de que o trabalho na unidade não adocece. Além de começar a admitir o sofrimento por causa do trabalho, falou sobre uma das defesas utilizadas: o riso. As defesas contra o sofrimento no trabalho têm efeitos cognitivos, elas orientam o desenvolvimento da capacidade de pensar e mesmo de lhe fazer obstáculo, ocultando uma parte substancial da percepção da realidade. Do ponto de vista da

saúde mental, compartilhar uma mesma visão de mundo, mesmo se ela não “é errônea”, é fundamental para manter os laços com o outro (Molinier & Flottes, 1999, p. 113). Além disso, as defesas têm por objeto a construção de um consenso que deve ser sustentado por todos e tem por meta evitar pensar sobre o que faz sofrer. Aprende-se rápido, quando se integra um coletivo, que há coisas que não precisam ser faladas, há condutas que devem ser evitadas e outras que são recomendadas (Molinier, 2002). Ao dizer “eu seria propensa a adoecer, por causa do fator emocional” (P3), nota-se que houve um paradoxo entre os dois discursos, demonstrando a fragilidade da primeira afirmação de que a “esse não é um trabalho que adoce as pessoas” (P2).

Outra participante começou a falar sobre o seu trabalho, após se apresentar. O grupo, então, parou de sorrir e ouviu, atentamente:

Sabe, eu já peguei dois casos, assim, muito fortes neste sentido, que mexeram muito comigo, de eu chegar em casa, ficar comentando com minha mãe, ficar falando até ela pedir: chega, você já falou demais! Aí eu falei: é mesmo, tenho que tirar, que eu tô vendo que eu já tô com isso, assim, dentro de mim (P4).

Observou-se também, a perseverança do trabalho na vida privada (Dejours, 1992, 2004a), quando falaram de casos que “mexem”, que ficam “comentando” os casos em casa, a ponto de serem advertidas pelos familiares.

As falas subsequentes giraram em torno do excesso de trabalho, da falta de material e do descaso da administração com o trabalho dos policiais lotados naquela unidade, o que acarreta em mais dificuldade para a execução das atividades. O excesso, tão comentado, começa a aparecer em forma de “casos graves”, dando-nos algumas pistas sobre o que as participantes estavam querendo revelar.

As pessoas falam muito sobre crime contra a criança e tal, mas você vê na polícia, que importância se dá aqui? (P4).

O foco do que pode dar descontentamento às pessoas daqui é exatamente isso, você tem uma gaveta lotada de casos horrorosos, gravíssimos e que você fica incomodada. Esse incômodo causa descontentamento, desânimo, mal-estar... (P5).

Em seguida, apareceram muitas queixas sobre o pouco valor que outros policiais dão ao trabalho que é feito por esse grupo de policiais:

Pro pessoal lá (outra delegacia), veio pra cá, é como se fosse assim: nossa, tá indo trabalhar com isso? É como se tivesse indo pro castigo, porque vai ouvir as crianças lá, e todo mundo fala: eu não tenho perfil pra isso, eu não consigo ouvir uma criança falar que foi abusada, então é o pior lugar. E, também, se chamar alguém pra vir pra cá, ninguém quer vir, há sempre uma rejeição... Eles dizem: eu não vou trabalhar se não for de polícia (P5).

Pra mim, pra não ficar na neura de que ninguém tá nem aí (com o crime contra a criança), aí penso assim: primeiro, eu recebo pra isso, né? E eu não recebo pouco. Segundo, eu acho muito legal ajudar as crianças, acho bacana, e eu sei que meu chefe imediato sabe que eu trabalho, então pra mim tá bom. Agora mesmo eu li um caso de uma menina que o vizinho ligou, que ela tá sendo estuprada. Ele disse que tem certeza que é toda noite, e toda vez eu tento ir e não consigo, tem sempre outra coisa mais grave, e isso já tem 15 dias (P2).

Referiram-se a um tipo de trabalho, para elas, não reconhecido, pois os outros policiais consideram que aquela função, naquela unidade, não tem a importância de um trabalho policial. Ter que desempenhar essa função é como “ir para o castigo” (P5), como

ser punida. É uma função menos nobre, pelos comentários dos policiais de outros setores, do que a própria atividade policial que não é, ela mesma, percebida de forma positiva pela sociedade (Anchieta & Galinkin, 2005; Brito & Souza, 2004).

Uma maneira de se proteger do não reconhecimento do trabalho por parte dos outros policiais é expressando a importância que atribuem à própria atividade ao dizer “eu acho muito legal ajudar as crianças” (P2). Contudo, ainda não dá para afirmar se essa sensação de ajudar seria suficiente para evitar ou compensar o sofrimento causado pelo não reconhecimento.

A afirmação de uma das participantes deixou margem para o seguinte questionamento: o que mantém essas pessoas nesse trabalho, a despeito de tantas adversidades? O comentário mobilizou-nos a nós, pesquisadoras, em nossas subjetividades, no sentido de nos perguntarmos: o que poderia ser mais grave do que tomar conhecimento da existência de uma criança sendo estuprada por 15 dias? Como o não atendimento dessa denúncia pode ser justificado com o excesso de trabalho?

Quando a participante falou: “eu não consigo ir” (P2), algumas pistas sobre o que estavam querendo revelar ao falar do excesso de trabalho foram dadas, pois falar da sobrecarga de trabalho pode ser uma forma indireta de dizer que o trabalho em si é muito “pesado”, no sentido de ser um trabalho árduo, não pela quantidade, mas pela qualidade do que se faz. É um trabalho tão envolvente que não dá para deixá-lo no vestiário, no final do expediente, como afirma Dejours (1994). Essa foi uma defesa que apareceu de forma recorrente nessa sessão. Uma das participantes comentou:

O tipo de crime é horrível, mas eu não me sinto como se eu estivesse aqui castigada. Pra mim tá sendo bom, eu tô crescendo. Mas aconteceu um dia do meu marido estar lá e ele fez um negócio e eu pensei: nossa, ele fez isso na menina, será que ele é abusador? Aí um dia meu filho falou: mãe, meu bumbum tá doendo, e eu

comecei a achar que ele tava sendo abusado na escola. Depois ele falou que o cara do refrigerador foi lá em casa, então eu falei: nessa hora ele abusou do menino (P6).

Esse comentário provocou risadas em todo o grupo, menos no grupo de pesquisadoras, pois, ao ter como base o paradigma adotado em PDT partiu-se do princípio de que:

Pensar o trabalho sob a ótica de quem trabalha é procurar apreendê-lo no *interior* [grifo do autor] mesmo da vivência e do *significado* [grifo do autor] desta vivência para o trabalhador. Sendo assim, é necessário despir-se de preconceitos para uma escuta atenta e respeitosa da fala deste outro que agora aparece em sua estranheza e em sua opacidade. Implica também recusar o lugar de quem sabe e que somente vai confirmar hipóteses já pré-estabelecidas. Significa finalmente ocupar este lugar de observador e ouvinte que quer mais aprender do que ensinar, mais ouvir do que falar, mais sentir do que expressar. E, a partir da análise do que se passa em seu próprio espírito no momento da observação do real, ou seja, ao buscar estabelecer as relações internas entre a objetividade do mundo e a sua própria subjetividade, tentar compreender a objetividade da subjetividade deste outro (Uchida, 1998, p. 180).

A decalagem entre a reação do grupo de policiais e o grupo de pesquisadoras levou-nos a interpretar o riso como uma estratégia de defesa do grupo. Mas defender-se de quê? É uma questão que será explorada.

A mesma policial comentou sobre o trabalho do participante homem que, até então, não havia participado das discussões, dizendo que o admirava por ser “tão tranquilo, sem problemas” (P6). O participante posicionou-se contrariamente ao “elogio” feito pela colega, dizendo que também modificou alguns comportamentos por causa do trabalho. As

mudanças a que o participante se referiu estão relacionadas também com a sua vida privada, ao seu contato com a filha e outras crianças:

Eu agradeço o comentário, mas em relação a minha filha, eu tenho certos comportamentos que são reflexo do trabalho. Eu não deixo ela sentar no meu colo, eu não a beijo como deveria beijar, isso é reflexo. Certos comportamentos que a gente vê que poderia dar uma interpretação dúbia, eu não faço. Então gera pra mim, homem, um desconforto. Reflete, sim. Se você tem sua filha, seus parentes, reflete sim, você tá sempre com esse pensamento. Então, em relação a qualquer outra criança, não tem esse negócio de beija, beija, abraça, abraça. Tem, sim, aquela distância e, em relação a minha filha, tem isso (P7).

A partir desse comentário observa-se que o policial homem precisa também proteger-se das suspeitas que pairam sobre os homens que se aproximam de crianças, de que podem ser abusadores.

Nesse momento, uma das participantes voltou a se queixar da sobrecarga de trabalho.

Voltando a falar em material, teve uma época que eu trabalhava aqui numa seção com só cinco colegas e duas viaturas (P8).

Só que teve uma época que eu estava com 350 denúncias de abuso sexual. Contando ninguém acredita, vocês têm ideia do que é uma pessoa estar com 350 denúncias de abuso? (P2).

Essa observação deu início a uma discussão, na forma de apresentação, sobre o trabalho prescrito, sobre a divisão de tarefas, em que cada uma das participantes queria

falar sobre o que estava determinado para ser feito, sobre a distribuição das tarefas antes e durante a nova administração:

A parte de investigação é dividida em quatro seções: X, Y, Z, W... Hoje a gente apura tudo (P1).

Antes eu trabalhava na seção X, que trabalhava só com crimes sexuais, a seção Y trabalhava só com agressões físicas, maus-tratos, abandono, essas coisas. A gente ralava muito, na seção X ralava... Aí o que acontecia? A seção X pegava os mais graves, todos, e conseguia investigar 50%, sendo bem otimista. Então os outros 50% graves ficavam. Aí a seção Y pegava só as coisas mais... também é tudo grave aqui, né? Mas pegava as coisas mais tranquilas e investigava 50%. Só que aqueles casos da seção Y, mais graves, ficavam lá, arquivados, porque ninguém dá conta. E os relatórios de lá eram bem mais trabalhosos, porque eram crimes mais difíceis de se investigar (P8).

Atualmente, nesta unidade, as seções estão divididas, não mais pelo tipo de crime, como era anteriormente, em que cada seção era destinada a investigar determinado tipo de crime como abuso sexual, lesão corporal etc. O trabalho das seções, nesse momento, está distribuído por regiões administrativas do Distrito Federal; cada grupo de policiais passou a ser responsável por um “bloco” de regiões administrativas, divididas por critério de proximidade entre elas. Essas mudanças, segundo as participantes, favoreceram que os policiais lotados na unidade passassem a investigar todos os tipos de crimes. Anteriormente, como cada seção apurava um tipo de crime, os crimes de maior gravidade sempre eram investigados pela mesma seção, cujos policiais eram mais valorizados na unidade.

O grupo insistiu nas queixas sobre o excesso de trabalho e sobre o descaso com o tipo de trabalho feito pelo grupo, sempre com o cuidado de valorizar o tipo de crime que se investiga na unidade. O tema prescrição das tarefas foi tratado, até então, de forma superficial, sem a preocupação de entrar em detalhes, mas com a intenção de continuarem com as queixas acerca da sobrecarga.

Concomitantemente às queixas sobre o excesso de trabalho, apareceram reclamações a respeito do mau uso do trabalho do grupo, pois as policiais consideram-se desrespeitadas por algumas pessoas da sociedade que utilizam o trabalho da unidade para resolver “pendências domésticas”. Segundo as policiais, uma atribuição atrelada a um trabalho social, que não deveria ser delas (das policiais).

Eu tenho que investigar chacota de pai e mãe que se separaram e não aceitam chifre um do outro? Não tenho. A gente pega ocorrências de outras delegacias, bobas, que vêm pra cá. Certas coisas não têm que vir pra cá, mas acaba sendo chutado pra cá. Todo mundo nessa polícia quer chutar e acaba caindo aqui. Aí acaba caindo na situação que a gente tá vivendo hoje (P9).

Algumas participantes afirmaram que as ocorrências consideradas “bobas” por outras unidades são encaminhadas para ser apuradas por essa unidade, o que ocasiona excesso de expedientes, mas o que causa indignação nessas policiais é se sentirem consideradas como responsáveis por investigar casos sem gravidade, do seu ponto de vista.

Uma seção, que será chamada de Seção S, foi bastante comentada. Essa é a seção em que os policiais ouvem crianças que têm menos de 12 anos. Por determinação da nova chefia, já que não havia “interessados” em fazer o trabalho de escuta dessas crianças, todos os policiais daquele grupo deveriam passar por essa seção por, pelo menos, quatro meses, em uma espécie de rodízio, que eles chamam de estágio.

E a gente só valoriza a Seção S depois que passa pela Seção S (P6).

Eu não passei pela Seção S e eu valorizo muito (P3).

Só que existe uma resistência, ninguém quer ir. Eu queria entender, mesmo com essas cobranças, os colegas que são competentes, que investigam bem, ninguém quer ir, ninguém vai, porque não quer ir, porque não tem perfil. Me digam qual o motivo de ninguém querer trabalhar na Seção S? (P6).

Diante das afirmações, perguntou-se às participantes: “ninguém quer passar (trabalhar) na Seção S por quê?”. Esse questionamento foi motivado pela importância de se tentar identificar algum evento, alguma mudança no trabalho que pudesse ter colaborado para que as defesas utilizadas pelos trabalhadores começassem a fracassar e não estivesse mais sendo possível preservar a saúde, pois, segundo Flottes (2011),⁷ os sistemas defensivos existem para que os trabalhadores consigam preservar sua saúde. No caso desse grupo de trabalhadores, de acordo com a queixa da chefia, a saúde estava comprometida. Um dos objetivos era identificar se essa queixa de adoecimento era atual, ou seja, se houve algum período em que as pessoas conseguiam trabalhar sem ficar doentes.

Porque é a seção que ouve as crianças, tem contato direto com as vítimas... Porque é o pior lugar do setor (P6).

Porque você tá ali ouvindo a criança, mas você não é um psicólogo ali, você é um policial, e a gente tá investigando um crime. Quem dera que a criança não precisasse vir aqui pra falar dessas merdas que ela sofreu, mas infelizmente a gente precisa demais do relato da criança pra poder investigar (P2).

⁷ Seminário na cidade de Tours/França em janeiro/2011, durante o estágio de doutorado.

O relatório da Seção S tanto tem um peso tão importante na área judicial, que o inquérito chega lá com uma investigação, com um termo de declaração da criança das outras delegacias e o juiz manda retornar, para cá (P8).

O Conselho Federal de Psicologia (CFP), em sua Resolução nº 010/2010, institui a regulamentação da Escuta Psicológica de Crianças e Adolescentes envolvidos em situação de violência, na Rede de Proteção. De acordo com as considerações iniciais dessa resolução “a escuta de crianças e de adolescentes deve ser – em qualquer contexto – fundamentada no princípio da proteção integral, na legislação específica da profissão e nos marcos teóricos, técnicos e metodológicos da Psicologia como ciência e profissão”. A escuta deve ter como princípio a intersetorialidade e a interdisciplinaridade, respeitando a autonomia da atuação do psicólogo, sem confundir o diálogo entre as disciplinas com a submissão de demandas produzidas nos diferentes campos de trabalho e do conhecimento. Diferencia-se, portanto, da inquirição judicial, do diálogo informal, da investigação policial, entre outros.

Pelos referenciais técnicos para o exercício profissional da Escuta Psicológica de Crianças e Adolescentes envolvidos em situação de violência, na Rede de Proteção, “é vedado ao psicólogo o papel de inquiridor no atendimento de Crianças e Adolescentes em situação de violência”. Dessa forma, se fosse seguida a regulamentação do CFP, ainda que tivesse formação em Psicologia, nenhum policial poderia atuar como tal. A forma de atuar na escuta de crianças parece seguir um método elaborado na instituição policial, sem que se sigam procedimentos técnicos indicados para evitar que a criança seja revitimizada ao ter que entrar em contato com possíveis vivências de sofrimento. Como considera Butler, (1979):

o que prejudica a vítima é a necessidade que tem nossa sociedade de fazer com que as crianças repitam os detalhes do atentado várias vezes, à polícia, aos promotores, e ao júri, por vezes na presença do atacante. Aquilo que talvez seja, na mente infantil, um acontecimento traumático de breve duração, sem consequências permanentes, adquire uma projeção totalmente desproporcional à sua importância, e força a criança a reorientar suas ideias, enquadrando-os na interpretação adulta do crime, e do papel que tem a criança na punição do ofensor (p.134).

Essa é uma questão séria, que se refere à atuação profissional do policial, que se confunde com a atuação do psicólogo: a não divisão clara dos papéis. Cada profissional tem o seu trabalho prescrito mais ou menos definido. Pelo menos o do psicólogo tem a regulamentação do CFP, mas o policial dessa unidade não dispõe da mesma prescrição. O policial deve, então, atuar sobre uma prescrição não definida, portanto, desconhecida.

Um dos depoimentos seguintes veio carregado de emoção, e foi ouvido atentamente pelas demais, que se mostravam surpresas com as revelações.

Mas a Seção S é diferente, é diferente de você chegar numa seção de investigação e ouvir um cara, uma pessoa, um adolescente. Então você tem que deixar o pai ciente de que ele tá ali, mas ele não pode interferir no que você vai fazer. Você tem que acolher aquela criança pra ela não ficar com medo, pra ela não ter medo de entrar na sala com você. Conseguir estabelecer um *rapport* com você, uma relação afetiva, porque senão ela não vai abrir, não vai falar, e isso em tempo muito curto. Então você tem um desgaste emocional muito grande. Aí você tem que sentar e fazer o relatório, porque o relatório é pra ser feito de imediato. Só que você acabou de ouvir e você tá, assim, carregada de tudo. Você precisa tomar uma água, você precisa ir ao banheiro, você precisa brincar... Aí você pensa, esvaziei, agora eu

posso sentar, aí eu tenho que organizar tudo que foi dito, porque não foi numa ordem cronológica, foi sem sentido, tenho que colocar aquilo no papel, numa ordem que tenha sentido pra quem vai ler. Aí quando você termina de fazer o relatório tem a parte administrativa, que é responder o memorando, entrar no protocolo, toda a parte burocrática (P4).

A participante, que é formada em Psicologia, falou de um sofrimento e de um desgaste emocional sentidos por ela, decorrentes do contato com a criança vítima de violência, além dos recursos dos quais faz uso para continuar com o trabalho, como “brincar” com os colegas, por exemplo. Ao final, a participante referiu-se, em tom de queixa, à forma burocrática com que o trabalho da seção é tratado no âmbito da unidade estudada, o que influenciará na forma de avaliação do seu trabalho: “é preciso colocar no papel” algo que é da ordem do emocional, como se fosse possível fazer uma ruptura entre o trabalho prescrito e o real.

Após a longa fala, um silêncio se fez na sala, parecendo que não havia muito o que ser discutido. O silêncio foi quebrado pela fala de um participante, em tom de brincadeira, acompanhada de um riso, seguido por gargalhadas de todo o grupo:

E muitas vezes a colega nem acabou isso tudo e eu já tô lá com outro caso: ô colega, tem um menino esperando lá fora, tá dando trabalho lá fora... (P7).

Os comentários a seguir foram, ainda, em relação à Seção S:

E o Conselho Tutelar agora cobra da gente também (P1).

Pra mim é unicamente emocional (P3).

Porque lá, a gente vai ter contato direto com a criança e a criança, é como a colega falou, ela fala o rasgado, direto. Ah, porque colocou, enfiou o dedo (P6).

Aí chega e fala assim: ah, mas você só ouviu duas crianças hoje à tarde, não dá pra ouvir mais? Mas, poxa, são duas crianças e, às vezes, leva uma hora pra você ouvir uma e depois você ainda tem que fazer o relatório. Não é tão simples assim... Então não é por quantidade. Eles ficam querendo avaliar por quantidade. Ah, porque cada um tem que ouvir pelo menos quatro ou cinco crianças numa tarde. É impossível! (P4).

As policiais que trabalham na Seção S, ou seja, que têm contato direto com crianças vítimas, queixaram-se das exigências por quantidade de produtividade feitas a elas, em detrimento da “qualidade”, já que o desempenho tem sido avaliado pelo número de crianças que são ouvidas pelas policiais. Nesse momento, uma das policiais falou da probabilidade de quem trabalha na referida seção vir a ficar doente por causa da “carga emocional” (P3) e da incompreensão dos colegas no que se refere à especificidade da atividade. O julgamento dos pares, em relação ao que se faz nessa seção fica evidente nessa observação; não há conhecimento do funcionamento real da Seção S, aos procedimentos adotados no contato com as crianças; falta clareza quanto ao trabalho prescrito e mesmo quanto ao trabalho real.

Segundo Dejours (2008) um dos pressupostos da avaliação do trabalho é a mensuração. Entretanto é impossível medir o trabalho do ponto de vista do investimento subjetivo, porque trabalhar é primeiramente fracassar, no confronto com o real. O que é mensurável, quantitativamente, são os resultados do trabalho. Dessa forma, as avaliações quantitativas tendem a gerar, naqueles que são avaliados, a percepção de injustiça porque não é possível avaliar a preocupação, a insônia, os sonhos, a irritabilidade; e todos esses

elementos integram o trabalho, em sua dimensão subjetiva, contudo, não podem ser mensurados. É o que pode ser percebido no relato de P4: um sentimento de estar sendo injustiçada por fazer o seu trabalho que, comparado aos demais, é numericamente inferior, pois a avaliação quantitativa, voltada para os resultados, penaliza os trabalhadores que se engajam na busca de solução para os problemas mais complexos, que são os mais difíceis e exigem mais tempo e energia.

E a probabilidade de um “cana” (policial) ficar doente é maior, a gente fica mais emotiva quando está na Seção S, porque a carga emocional é maior e os colegas mesmo não entendem. Aí um fala: “é porque a pessoa já tem problema”, mas lá a sobrecarga é maior, você vai ouvindo... Eu ouvi duas ou três crianças e já comecei a misturar os negócios, porque eu não tenho rapidez, aí acaba que confunde. Eu acho que a Seção S é o coração dessa unidade (P6).

Até então a conversa estava sendo mantida com seriedade, observação feita devida ao fato de todas estarem concentradas no assunto, sem os risos do início, porém os risos reapareceram a partir do seguinte comentário:

Quando eu trabalhei lá (na Seção S) eu quis adotar duas crianças (P8).

Algumas participantes falaram sobre a resistência que os policiais demonstram em trabalhar nessa seção. Essa resistência parece revelar percepção, por parte desse grupo, de que o trabalho que deve ser feito relaciona-se com uma atividade considerada feminina (Molinier, 2002, 2004, 2008b).

Tem policial que lida muito melhor com arma do que com esse emocional desse abuso. Porque eu acho que a resistência em trabalhar na Seção S existe aqui dentro mesmo. Pergunta aos colegas que estão aqui presentes quem quer trabalhar na

Seção S. Ninguém. Sabe por quê? Porque lá, a gente vai ter contato direto com a criança (P5).

Eu tenho uma resistência, não quero ir, mas eu sei da importância da Seção S porque, dependendo da pessoa que ouve, dependendo da forma como ela ouve a criança, ela que vai dar suporte pra investigação (P2).

Só que existe uma resistência, ninguém quer ir. Eu queria entender, mesmo com essas cobranças, os colegas que são competentes, que investigam bem, ninguém quer ir, porque não quer ir, porque não tem perfil (P5).

Apesar de o discurso ser em torno da importância, as participantes demonstraram total desinteresse em permanecer fazendo o trabalho na Seção S. O que se comentou a seguir, mais uma vez, foi a respeito do excesso de trabalho e das dificuldades materiais:

A nossa área é grande, às vezes, extrapola os limites aqui do DF, é longe é, no mínimo, cento e poucos quilômetros por dia. Você imagina esses três policiais, como estão cansados? (P1).

A pesquisadora questionou: “como se dá a investigação quando você está com um expediente?” Ao que uma participante respondeu:

Se eu tenho 100 expedientes, eu tenho que fazer completo, intimar, ouvir testemunha, levar no IML (Instituto Médico Legal), ir no local... (P8).

Mesmo com as queixas sobre o excesso de trabalho e multiplicidade de papéis na Seção S, o grupo defendeu a manutenção da seção, talvez como forma de dar uma característica ao grupo que trabalha com esse tipo de investigação: “a Seção S é o coração desse setor”. O seguinte questionamento, feito pelo participante homem, sugere que

começou a haver o reconhecimento de que os policiais não estão qualificados profissionalmente para o desempenho desta função:

Não há possibilidade de alguém fazer esse serviço da Seção S, por exemplo, alguém de alguma faculdade, universidade? (P7).

E logo vieram as respostas, em tom agressivo:

Não, porque isso é um serviço de polícia, não um serviço de Psicologia (P9).

Eu acho que na Seção S não tem que ter só psicólogo, tem que ter um “cana” que sabe investigar também (P6).

Para as participantes, o trabalho de escuta de crianças deve ser realizado, de fato, pela polícia, o que demonstra desconhecimento da capacitação necessária para o atendimento às crianças. O que importa para as policiais é a “investigação”, que legitima a função policial. Contudo, os policiais exercem o papel de psicólogos ou assistentes sociais na escuta das vítimas, função que exige habilidades específicas e perfil profissional específico. Na Psicologia, chega a ser, inclusive, uma especialidade.

Novamente, uma das participantes, direcionou a discussão para o excesso de trabalho:

Gente, resumindo, sabe qual é o problema? É excesso de trabalho, pra todo mundo. Se você está na Seção S, excesso de trabalho, se tá na investigação, excesso de trabalho (P8).

Ao ouvir o comentário, outra participante o contestou, para deixar claro que a reclamação sobre o excesso de trabalho não é só naquela unidade, mas toda a polícia tem a mesma reclamação.

Mas isso aí é uma constante reclamação da polícia, porque lá em Px (delegacia circunscricional) eu ouvia isso o tempo todo, também, o plantão precisava de sete (policiais) e tava com três.

Todas riram e foi encerrada a sessão.

Os mecanismos psicológicos mais frequentes nas estratégias defensivas são a negação e a racionalização. A negação consiste em considerar o sofrimento (seu e do outro) como natural, evitando a percepção do sofrimento, como um recurso para se manter no contexto de produção. Já a racionalização é um mecanismo que consiste em dar explicações racionais e valiosas para o próprio comportamento, com o intuito de esconder de si mesmo e dos outros a causa desse comportamento (Laplanche & Pontalis, 1977 p. 193). A banalização das dificuldades com o tipo de trabalho, nesse grupo de policiais, é um dos sinais de que a racionalização é um mecanismo que está sendo utilizado por eles. Além disso, eles negam que o tipo de trabalho que fazem possa gerar sofrimento. Dessa forma, em vez de questionarem a estrutura do trabalho e as situações que causam desgaste, a responsabilidade pelos problemas é atribuída ao indivíduo, fazendo com que as falhas sejam consideradas como decorrentes da incompetência, despreparo ou falta de compromisso das pessoas (Dejours 2004a; Castro-Silva, 2006).

Pela forma emocionada com que algumas participantes se expressaram, com choro, inclusive, é possível perceber que essas pessoas parecem desenvolver tais defesas para se manterem no trabalho e, sobretudo, parece que essas defesas não estão funcionando bem, porque elas têm ficado doentes, como se queixou a chefe da unidade.

Ter conhecimento do crime, do criminoso e da vulnerabilidade das vítimas leva as policiais a verem abusadores em todos os lugares, a adquirirem uma nova visão de mundo, inclusive com mais preocupação com a sexualidade dos filhos e com os “riscos que eles

correm”. O fato de temas importantes como a suspeita de o próprio marido ser um abusador, a desconfiança constante de abuso sexual contra o filho, ou o distanciamento da filha (no caso do policial homem) terem se “fundido” com as queixas em relação ao excesso de trabalho levou à interpretação de que a sobrecarga diz respeito, de fato, à qualidade, ao tipo de crime, e não à quantidade de trabalho. Portanto, outra vez é utilizada a racionalização, com a alegação de excesso de trabalho, como justificativa para não entrar em contato com todos os casos a serem investigados.

Uma das frequentes reações das participantes durante as discussões no grupo foram os risos, mesmo diante do que não parecia a nós, pesquisadoras, engraçado. Molinier e Flottes, em pesquisa com trabalhadores de uma indústria farmacêutica, publicada por Molinier (2007), consideram que “a capacidade coletiva de brincar, de encontrar motivo para rir de tudo e de brincar com os contratempos tem um papel importante nas defesas para que o trabalhador possa se manter em situação de trabalho” (p. 44).

Ao finalizar a sessão, foi ficando evidente que a sobrecarga de trabalho para esse grupo, especificamente, não é, de forma isolada, explicação para um número elevado de pessoas em licença para tratamento de saúde, tendo em vista uma das participantes afirmar que o excesso de trabalho é uma reclamação de todos os policiais, independentemente da lotação de cada um.

Parece, ainda, que, em que pesem elogios à nova administração, a “ameaça” que sentem de ter que ir trabalhar na Seção S, em contato direto com a vítima, pode estar contribuindo para potencializar as pressões sofridas no trabalho.

A segunda sessão: “aqui nós trabalhamos com pessoas extremamente covardes”.

A logística dessa sessão se manteve como na primeira. Discutiu-se, no início, sobre as observações feitas na primeira sessão em relação às queixas de excesso de trabalho se

sobrepondo ao tipo de crime investigado pela unidade. As participantes não se opuseram às interpretações e foi sugerido, pela pesquisadora, que elas falassem um pouco mais sobre seu trabalho e sua escolha por essa profissão.

À medida que falavam sobre suas escolhas, as participantes iam se surpreendendo com a formação acadêmica de cada uma das colegas e com suas histórias de vida, como se estivessem tendo os primeiros contatos, conhecendo-se. Essa apresentação foi mais rica em detalhes do que a feita na primeira sessão. As surpresas se manifestavam, quando alguém falava de sua formação acadêmica, em expressões do tipo:

Eu não sabia que você tinha essa qualificação, não (P10).

Olha, é estranho. Se você não fala isso aqui, a gente nunca ia descobrir isso (P7).

Você vê menina, que coisa, né? Dois anos e pouco, quase três anos que a gente tá junto, não é, e eu não sabia disso (P1).

Então tá, já que vocês estão abrindo seus corações, eu vou abrir o meu também. Eu sempre pensei ou mexer com diplomacia ou com turismo. Talvez quando eu me aposente eu vá mexer com turismo, mas eu sempre pensei em ser diplomata, não vou negar. Eu acho que nunca falei isso pra ninguém, assim, tão claramente como eu tô dizendo aqui, agora (P7).

Essa última revelação, feita pelo participante homem, demonstrou que os participantes, aos poucos, foram adquirindo confiança uns nos outros e no grupo de pesquisadoras, cujas consequências puderam ser percebidas durante a sessão. As razões das escolhas pela carreira policial não diferiram muito de pesquisas já realizadas sobre a identidade do policial, cujos autores (Cavassani, 1998; Anchieta, 2003; Brito & Souza, 2004) concluíram que essas escolhas são decorrentes da necessidade de ter um emprego,

do interesse por melhores salários, da influência de parentes policiais e do desejo de ter uma atividade heroica. Ao entrar para a instituição, os policiais passam a ter contato com a realidade da atividade e com as frustrações decorrentes do excesso de expectativas, e começam a sofrer, concluem os mesmos autores. Como foi comentado por algumas das participantes (P11), uma das quais chorou bastante durante sua fala:

Acho assim, que eu não estou pensando mais em dinheiro ou status, tô pensando em fazer uma atividade que eu gosto, que eu curta mesmo, o que eu tenho já me garante alguma dignidade, tô de boa assim. Eu estou desistindo mesmo de fazer concurso da área jurídica, daí hoje eu chorei muito conversando com a psicóloga sobre isso, que não é fácil (P11).

Quando vim pra cá levei um choque. Chorava com dó das vítimas, com dó do autor e com dó de mim (*risos*) Aí, até que a ficha caiu: não, cada um tem seu lugar, a vítima não é tão vítima, o autor não é tão autor, e eu tô aqui ganhando, então vamos parar com isso, com essa tristeza toda (P5).

Eu sou paga pra fazer esse trabalho, e não recebo pouco. Então, nada de ficar me envolvendo com o problema dos outros (P2).

O policial homem, que trabalha há 10 anos na unidade, disse que “nunca gostou do trabalho de rua, nunca foi um policial de verdade” (P 7).

Essas falas mostram o desenvolvimento de defesas psíquicas contra o sofrimento. Ao considerar que ninguém é tão vítima assim, nem mesmo ela, a participante passa a desenvolver uma defesa para conseguir dar conta do seu trabalho, para conseguir lidar com a dor, com as dificuldades de ver o sofrimento dos outros, esteja esse outro onde estiver – no lugar de autor ou no lugar de vítima. Essa pode ser uma ideologia da virilidade, que

impede a expressão do sofrimento, por ser sinal de fraqueza (Dejours, 1992, 1999). O choro de algumas participantes demonstra que elas estão começando a entrar em contato com seu próprio sofrimento, o que pode significar que as defesas deverão ser percebidas por elas mesmas.

O participante homem comentou que, atualmente, “nem existe tanto trabalho no setor quanto existia há dois anos” (P7). Por que, então, mesmo assim, muitas policiais continuam adoecendo ou se queixando do aumento de trabalho?

Uma participante começou a chorar e pediu para “não falar nada, naquele momento” (P6). O grupo ouviu o pedido da colega e nada foi questionado. Dessa forma, inferiu-se que o que estava sendo discutido no grupo poderia estar provocando essas reações de choro, o que sugeria uma fragilidade das defesas de virilidade apresentadas no início da sessão, que se confirmaria com a declaração que se seguiu, feita por uma das participantes, a qual, na primeira sessão, insistiu em afirmar que o trabalho naquela unidade, com crianças vítimas de violência não seria capaz de causar adoecimento nos policiais.

Mas você chegar, trabalhar aqui 7 h com crimes contra criança, você sai daqui ou então vai fazer alguma atividade extra que não te remeta a isso aqui, aí você vai dançar, vai pintar (P8).

Eu vou pra comunhão espírita, às vezes. Tem dias que eu saio daqui e falo: gente, eu vou pra comunhão (P1).

Essa fala revela uma das estratégias de defesa individuais utilizada por alguns dos participantes: a religião. Em seguida, uma das participantes disse se sentir impotente diante das cobranças que são feitas para que os trabalhos sejam entregues no prazo, além de ter os

sonhos invadidos pelos casos que deveriam ser investigados e que ficam pendentes na sua seção, confirmando a perseverança do trabalho na vida privada desses profissionais.

Eu fico impotente diante de tantas cobranças. Tem dias que eu falo assim: meu Deus do céu! Eu tô com um relatório que há quatro dias que eu tô fazendo. Outro dia eu sonhei com um caso daqui. Isso não é comum não, mas eu cheguei a sonhar com um caso que estava apurando (P1).

Quando eu acordo, eu não durmo, eu acordo de manhã, eu fico pensando, o que é que eu vou fazer aqui? Aquele expediente, eu tenho que ligar pra fulana, eu tento esquecer (P8).

Eu já acordei no meio da noite pensando no que eu tinha que fazer (P10).

Essas constatações foram descritas em pesquisa de Dejours. Para o autor, trabalhar é mobilizar a subjetividade e não se restringe a um tempo ou jornada formais, estabelecidos. Assim, a jornada subjetiva se estende noite a dentro, manifestando-se na insônia, nos sonhos, nos pesadelos. Muitas vezes é durante o sonho que se encontra a solução para os problemas do trabalho. Por isso, não se pode medir o tempo do trabalho, mas se pode afirmar sua centralidade na vida, não só no plano socioeconômico, como também no plano psíquico (Dejours, 2004a; 2000b; Dejours, 2007).

Solicitou-se aos participantes que falassem um pouco sobre qual era, de fato, o trabalho realizado por eles, para que eles próprios pudessem ouvir e compreender a descrição. Contudo, só o homem do grupo fez a descrição, resumidamente, que foi ouvida atentamente pelas demais participantes.

A partir do balcão se encadeia uma série de procedimentos que são feitos e atinge a cada membro da unidade, cada parte da unidade. Por exemplo, se é uma criança a

ser ouvida, é ouvida na Seção S. Se tem que ser feita uma oitiva formal, procura-se o cartório, então o cartório também é chamado. Se há necessidade de fazer algum procedimento administrativo, a administração é chamada a fazer controle dos andamentos, das distribuições das ocorrências, e, por fim, a apuração da ocorrência na seção que é designada pra fazer o serviço de investigação. Então acaba cada seção tendo a sua função, e agora é o tipo da coisa, tem que trabalhar em harmonia, porque há um início, há um meio e há um fim.

Assim, foi feita uma descrição das tarefas, do que e de como deve ser realizado o trabalho, mas enfatizando-se que tudo deverá ser realizado com “harmonia”, termo utilizado para fazer referência aos processos de cooperação: “acho que ninguém aqui nunca se opôs a colaborar” (P5), é o que foi mencionado por uma das participantes para reafirmar o sentimento em relação ao entrosamento do grupo. As participantes, então, passaram a discutir sobre a forma desconfiada com que devem ouvir todas as pessoas envolvidas em ocorrências policiais, reafirmando não terem o preparo, a qualificação para lidar com vítimas desse tipo específico de crime.

Você tem que ter o cuidado pra não acreditar logo no que a pessoa vai dizer, tem que ser imparcial, né? Curioso (P3).

Não sei, eu nunca fiz curso específico pra isso (P5).

A conversa sobre os sonhos com o trabalho e a sensação de impotência foi interrompida pelo participante homem, que sugeriu a criação de um espaço dentro da unidade para que pudessem falar “daquelas dificuldades” expostas pelo grupo, e todas concordaram com a observação. Mesmo que a clínica do trabalho não tenha como objetivo final atingir o inconsciente, falar dos sonhos com o trabalho, da falta de prescrição das

tarefas, da multiplicidade de papéis, parece ter começado a despertar, nesse coletivo, o desejo falar um pouco mais sobre a experiência subjetiva do trabalho, um desejo de não “congelar” o processo de perlaboração⁸ (Molinier, 2008b, p. 9).

Mas aí, eu acho que a gente poderia começar a pensar o que nós podemos fazer com o que nós temos pra melhorar, a gente pode começar nas próximas reuniões. Com certeza a gente pode, quando a gente se reúne, a gente pode achar soluções, mas não é pra ficar lamentando: ah que falta isso, que falta computador, que falta... Não! É o que que nós temos, é o que a gente pode fazer com o que nós temos, é o que a gente pode melhorar (P7).

O tema discutido, em seguida, foram as características do “criminoso da unidade”, que será tratado em um campo específico, nesta análise.

Que criminoso é esse?

Quem é o “criminoso” dessa unidade da polícia que investiga crimes cometidos contra crianças e adolescentes? Durante as sessões, esse foi um tema recorrente. Na teia de relações do trabalho policial, o criminoso é o ator que dá significado a esse trabalho, é por causa dele que a identidade desse trabalhador se constitui como tal, daí a opção por fazer essa discussão neste tópico. Ao falar sobre o criminoso, uma das participantes refere-se à atuação de colegas de outros setores, considerados covardes, por ela, e enfatizando que o bandido daquela unidade é diferente.

⁸ Laplanche e Pontalis (1977) designa uma “espécie de trabalho psíquico que permite ao indivíduo aceitar certos elementos recalçados e libertar-se da influência dos mecanismos repetitivos” (pp. 429-431), atuando com mais intensidade em certas fases, quando o tratamento parece estagnar pela persistência de alguma resistência. Espécie de “elaboração interpretativa”, a perlaboração é “justamente uma repetição, mas modificada pela interpretação, e, por esse fato, suscetível de favorecer a libertação do indivíduo dos seus mecanismos repetitivos” (pp. 429-431).

Acho que cortesia é pra vítima, autor, é pra todo mundo, eu não vejo necessidade de ficar batendo no cara algemado, por exemplo. Acho isso horroroso, um absurdo, acho uma covardia, na verdade. Já vi muitos colegas fazendo isso. Aqui é mais difícil isso acontecer por causa do crime, que é muito familiar, né? Não é uma coisa que você chama de bandido, daquele que você tem ódio, na verdade os nossos a gente tem dó né, eu tenho dó. Eu morro de dó. Como o cara se enfiou numa dessa? (P3).

Minha reação diante daquele bandido foi de nojo (P6).

Só pode ser uma doença incurável (P3).

Eu não me envolvo muito, eu não tenho ódio de nada (P10).

O risco principal que correm essas policiais, no contato com esse criminoso, é de se tornarem agressivas, violentas. É o que esse tipo de trabalho pode produzir nessas mulheres, é um risco psíquico. A questão é como elas se defendem da sua própria violência, da violência que destrói. Ao dizer que “não sentem nada”, as participantes podem estar utilizando um recurso para “anestesiá-lo” o ódio sentido pelo agressor, pelo pedófilo.⁹

Ao afirmar que todos os agressores de crianças são doentes, as policiais utilizam-se da racionalização defensiva, pois não se pode odiar alguém que é doente, uma pessoa doente deve ser protegida. Então, procura-se desculpar a agressão, embora pareça paradoxal, mas isso protege a mulher policial que se torna conhecedora da violência e dos

⁹ De acordo com o Catálogo Internacional de Doenças 19 (CID-19), a pedofilia é considerada um transtorno de preferência sexual, classificada como *parafilia* (para = desvio; filia = aquilo para que a pessoa é atraída) e também como uma perversão sexual.

atos dos abusadores; é uma forma de ser tornar tolerante ao crime, como que para poder suportá-lo.

O destino do sentimento de horror ou ódio que se apodera das famílias nas quais acontece o incesto, ou de abusadores de crianças, é se transformar em nojo, através da sublimação, que é uma forma socializada, compartilhada de horror (Gainard, 2011).¹⁰ Esse nojo pode, para esses trabalhadores em contato com esse tipo de criminoso, transformar-se em sentimento de “impotência”, que poderá ser prejudicial à capacidade de trabalho ou ser transformado para que possam continuar a trabalhar.

Você descobre em você uma maldade que você antes não percebia, e é uma maldade perversa mesmo, que se você pudesse, seria aquela coisa do inferno mesmo, de você ver a pessoa sofrendo à míngua. Gente, não dá pra você ser tão imparcial. Tem hora que dá vontade de esganar mesmo, de dar tabefe e ainda acha que é pouco. O que a pessoa faz, o que ela fez! Mas a gente tenta controlar (P4).

Na tentativa de se defenderem da sensação de impotência, as policiais acabam por culpabilizar a vítima pela violência sofrida.

Eu ouvi uma menina e eu percebi assim que a menina já estava gostando do abuso, de ser abusada. Você não vê a criança pura mais... (P4).

Eu falei assim, gente! A menina tava achando normal. A menina ia, porque ela tava indo pra casa do pai, onde acontecia o problema (P6).

¹⁰ Seminário na cidade de Tours/França em janeiro/2011, durante o estágio de doutorado.

Às vezes, a gente trata a criança, a vítima, como autor, ou, às vezes, acha que a criança tá mentindo... Porque é um crime tão chocante que não adianta, lá no nosso inconsciente, a gente quer negar (P11).

Como considera Butler (1979), os adultos não podem acreditar nas crianças supostamente vítimas de violência, porque não querem acreditar nelas. Reconhecer a verdade daquilo que as vítimas tentam dizer obriga os pais, profissionais, professores e adultos em geral a reexaminar muitas convicções, por exemplo, sobre a proteção que os adultos da vida da criança devem lhe oferecer, e sobre uma sociedade na qual tais coisas não podem ocorrer. Parece ser mais fácil “varrer a sociedade para debaixo do tapete de nossos pressupostos tradicionais, porque enfrentar a verdade diretamente é demasiado arriscado e perigoso” (Butler, p. 130). Esse recurso parece ser utilizado por esse grupo de policiais como forma de proteção contra o enfrentamento dos referidos pressupostos tradicionais.

O contato com esse tipo de crime e criminoso pode fazer com que as policiais reelaborem sua visão de mundo, proporcionando mudanças nos relacionamentos, na questão da maternidade e no próprio trabalho.

Posso sair daqui, trabalhar em outro lugar, mas essa visão, essa coisa da sexualidade tá acentuada. Outro dia, entrou um rapaz na igreja, e o homem levanta, vai beber água, aí não sei o que, e eu quieta. Todo esquisito, sentou meio perto das crianças, daqui a pouco é hora das crianças irem. As crianças foram todas lá pra dentro. Aí lá vai ele no meio, atrás das crianças. Gente, e lá fui eu lá atrás olhar: o que esse homem quer atrás dessas crianças? (P6).

Você vai casar com um cara, ter um filho com ele, e vai desconfiar dele o tempo todo (P3).

Sou pessimista nas questões relacionadas à sexualidade, sou sim. A tendência é só piorar (P7).

A terceira sessão: “eu me peguei banalizando um passar a mão”.

Nessa sessão, uma das participantes retomou o tema do volume de trabalho, da quantidade de expedientes para investigar, sendo que alguns não são graves e têm que ser apurados com prioridade, por pressões da administração.

Então você é obrigada a passar à frente dos casos graves uma besteira. Tem casos aqui que são ridículos, que você não sabe nem o que vai fazer com aquele expediente (P1).

São queixas sobre a má utilização da unidade, muitas vezes para a resolução de conflitos domésticos que, para eles, deveriam ser tratados em instância de fora da polícia. Entretanto, de maneira geral, a agência policial tem especial importância para as classes trabalhadoras, que a reconhece e legitima como uma instância de resolução de conflitos, a despeito de sua dimensão repressiva (Almeida, Galinkin & Anchieta, não publicado; Brandão, 2006). Essa percepção não é uma prerrogativa dessa unidade, em especial.

Os comentários que se seguiram deram uma noção da rigidez da organização, no que diz respeito às punições e às ameaças de punições aos servidores.

Como eu adoro trabalhar nessa localização principalmente... E eu não quero ir trabalhar longe, em uma circunscricional... É melhor cumprir com as determinações (P8).

Eu moro aqui perto, a maioria do pessoal mora nas proximidades. Vai que você não dá prioridade a um caso que veio lá da direção! Você vai trabalhar longe, no dia seguinte (P1).

Isso acontece mesmo (P10).

É verdade (P7).

Uma das formas de punição ou ameaça de punição infligida aos policiais é sua transferência de um setor para outro, mas esse procedimento não é nomeado pelos superiores como punição. As ameaças acabam gerando medo de serem obrigados a trabalhar longe de casa, em uma delegacia circunscricional. Além disso, queixaram-se de que recebem determinações superiores para que investiguem alguns casos com prioridade, revelando a falta de autonomia dos policiais quanto à análise dos casos, o que se constitui em obstáculo para a dinâmica da mobilização subjetiva, podendo favorecer o adoecimento.

Aí vem um cara que alguém fez uma tatuagem na filha dele, e ele é bacana, aí vem a cobrança lá da direção, que esse expediente a gente tem que dar prioridade, porque o caso da filha dele é mais grave do que uma criança que está sendo abusada sexualmente, entendeu? Aí vem a cobrança de besteira (P8).

A discussão sobre as punições e a utilização da unidade para a resolução de pequenos conflitos domésticos gerou uma exaltação no grupo, todos falando ao mesmo tempo.

Mas as pessoas só se importam com esses crimes quando é com a filha delas. É impressionante, as pessoas não ligam mesmo pra esse tipo de crime contra a criança (P8).

Entretanto, logo voltaram a se queixar da falta de reconhecimento dos outros policiais acerca do trabalho por eles desenvolvido.

Aqui também eu já ouvi colega aqui no corredor dizer que a gente é babá de criança e que trabalha na Disneylândia. Aí eu falo assim mesmo: no dia que comerem sua filha, tu vai parar lá. Eu falo bem grosseiro mesmo (P1).

A falta de reconhecimento que incomoda realmente... (P3).

A dinâmica de prazer-sofrimento, incluindo a resignificação do sofrimento, relaciona-se com o olhar e o julgamento do outro sobre a obra do sujeito (Dejours, 2007). Quando a dinâmica do reconhecimento está paralisada, o sofrimento se instala, porque o sujeito não recebe o reconhecimento pelo investimento subjetivo empreendido no trabalho. A exposição continuada a situações de frustração e sofrimento tende a fragilizar o sujeito e conduzir a doenças (psíquicas e/ou somáticas). Até o momento, o tema “doença” não foi explorado discussões desse coletivo.

O que voltou a aparecer nas discussões foi o tema excesso de trabalho, mas dessa vez com a contradição da importância da matéria, do tipo de crime, para a vida das policiais, o que foi contestado por alguns, na primeira sessão. Tudo foi tratado com seriedade, sem os risos da primeira sessão.

Olha só, eu já trabalhei em circunscricional, você pega furto. É diferente você ficar guardando um furto, porque já aconteceu. Agora você pega... por exemplo, um caso que entrou agora aqui de uma menina... Eu fiquei dois meses pra intimidar essa fulaninha pra você ter uma ideia. Fulaninha grita de noite: para papai, para papai, e a fulaninha, mãe da fulaninha diz assim: tira o dedo de dentro da menina desgraçado. Entendeu? (P2)

E ele vai colocar outra coisa depois, com o tempo (P11).

Uma das participantes, então, pediu para falar sobre a percepção que teve certo dia sobre uma ocorrência que tinha que investigar e que ela havia considerado como uma “bobagem”.

Outro dia eu me peguei falando uma coisa que eu nunca pensei na minha vida que eu iria dizer. Eu trabalhei num caso, aí eu falei assim: ah não, mais isso aí? Ele só passou a mão nela? (P1).

Para, em seguida, dar-se conta do seu sistema defensivo:

Eu me peguei banalizando um passar a mão! Eu fiquei, assim, na bronca comigo, que eu me peguei falando isso: gente que é isso? Cheguei ao ponto de banalizar um abuso desses, porque aqui as coisas são tão graves que a gente acha que um passar a mão não é tão grave. Coisa triste isso. É como se fosse uma banalização (P1).

Como o evento ocorreu durante as sessões, pode-se considerar que os participantes começaram a se dar conta de seus próprios sistemas defensivos talvez em decorrência da possibilidade de falar e escutar os colegas falarem de suas vivências. A participante seguinte, que nas primeiras sessões afirmava “fazer um trabalho como outro qualquer” (P2) deu uma definição para o sistema defensivo do qual se utilizam, que evidencia o uso de estratégias de enfrentamento da realidade do trabalho:

Eu acho que você vai criando até uma couraça também, porque senão você sofre mais ainda e você não dá conta de fazer nada (P2).

O que é confirmado pelo comentário e pelo choro de outra participante:

Sinceramente, eu não esquento. Eu faço o meu trabalho, que é agora ouvir as crianças, da melhor forma possível. Tento fazer isso da melhor forma, relatar da melhor forma, pra mim acabou (P11).

Na tentativa de explicar a diferença entre as atividades desempenhadas pelas policiais da Seção S e as desempenhadas pelos demais policiais da unidade, outra participante completou a observação feita por P11. As policiais que ouvem as crianças menores de 12 anos são percebidas pelos seus colegas da unidade ora fazendo um trabalho mais simples, ora fazendo um trabalho difícil.

É assim, porque a P11 (participante), ela lida com a criança. Tem todo também um serviço de investigação, que é investigar a criança, tal, mas ela não fica, ela não tem expediente aguardando, ela não acumula (P8).

Para algumas participantes, trabalhar na Seção S traz a vantagem de “não acumular expedientes”, pois todo o trabalho tem que ser feito de imediato. Contudo, quem já trabalhou ou trabalha na Seção S referiu-se a uma frustração que as policiais sentem.

Aí ouve na SAT que a criança tá sendo abusada e não consegue resolver o problema, mas você tem que entrar de férias. Se você não entrar de férias, você vai ficar doente, né? Então você tem que sair daqui com a frustração (P6).

Dessa forma, parece não haver um consenso sobre a importância de cada trabalho, e alguns policiais acabam por eufemizar o trabalho feito na Seção S, da mesma maneira que seus colegas de outros setores fazem com a unidade estudada, de um modo geral. Um exemplo dessa eufemização foi relatado na pesquisa realizada por Molinier (2004) com mulheres crecheiras, em que a autora observou que o aspecto penoso do trabalho na creche

é extremamente eufemizado, e que se tende a considerar que, por ser uma atividade naturalmente feminina, trata-se de um trabalho fácil, agradável para as mulheres, já que proporciona o contato com crianças.

Outra participante, voltando ao tema, considerou que todo o trabalho ali, naquela unidade, é difícil e invade a vida privada, de alguma forma:

Você acaba levando pra casa uma desgraça. É difícil ver o que eu vejo aqui, lá fora, nunca vi tanta desgraça. A gente, querendo ou não, leva pra casa, é algo que você se envolve, mesmo que seja um caso em 100 (P5).

Eu acordo no meio da noite pra escrever o que eu tinha que fazer. Às vezes, de manhã, estudando, ficava toda hora olhando no relógio: ah, não dá meio-dia, preciso ir trabalhar (P11).

A questão de “levar pra casa e acordar no meio da noite” pode significar não poder ficar longe do trabalho. É a perseverança do trabalho, o que pode revelar sua centralidade na estruturação da vida psíquica dessas trabalhadoras. “Levar desgraça para casa” (P5) contém um risco que poderá levar ao adoecimento.

Eu não consigo sair e deixar as coisas aqui. Fica na minha cabeça o que a criança falou, o que o cara fez. Então pra mim aqui tá sendo ruim. Eu fiquei muito mais preocupada com meus filhos, fiquei achando que todo mundo quer pegar eles. Às vezes, até as coisas que eu faço na intimidade com o meu marido, eu falo: nossa, ele tá fazendo coisa de pedófilo (P3).

A conversa seguinte teve início com as queixas de que elas, as policiais, sentiam-se frustradas por não conseguirem resolver todos os casos e admitirem que têm que pôr uma

couraça a fim de “não sofrer com as impossibilidades, por saber que os crimes contras as crianças vão continuar”, apesar do trabalho da unidade.

A gente faz o básico e manda embora, porque você não vai dar conta (P3).

Agora tem uns casos que não têm nem jeito, se você não parar e der uma saída, começa a chorar junto com a pessoa. Chegar no nível de frieza total é complicado, é difícil (P3).

Logo em seguida, alguns participantes começaram a falar das doenças de que são acometidos, mesmo os que, até então, afirmavam nunca terem tirado um atestado médico sequer. Nos encontros iniciais, algumas participantes afirmavam que as pessoas que dizem terem ficado doentes na polícia é porque “já entraram doentes, ou têm problemas de estrutura familiar” (P2).

Depois que eu comecei a trabalhar aqui, depois de quatro, cinco anos, eu comecei a ter piques de pressão, e já comecei a tomar remédio. Faz cinco anos que eu tomo remédio pra pressão. É, não sei se é justamente essa couraça, aí você vai guardando, você vai disfarçando as coisas, você vai mascarando e a pressão não aguenta (P8).

No meu caso foi insônia, eu tive muita insônia quando eu ouvia crianças. Muita insônia, a ponto de ficar tomando remédio fitoterápico (P3).

Eu, por exemplo, eu tenho um problema grave na coluna e eu tenho dor nível oito, 24 h por dia. Eu durmo e acordo com ela 24 h por dia. Eu tenho restrição até pra pisar o pé fora da delegacia, mas eu não consigo ficar, eu amo isso aqui. O médico me deu 15 dias e disse pra voltar depois e eu não voltei lá... (P9).

Eu também tenho restrição, porque eu tirei a tireoide (P1).

Essas declarações de adoecimento revelam o fracasso ou esgotamento das defesas. Mas o que faz com que se mantenham em condições de trabalhar? As participantes falaram de um prazer em ser policial, em estar com o grupo de trabalho.

Aí eu já fui convidada pra ser secretária de um lá de cima pra ganhar uma chefia, né? Mas não quis. Não é isso que eu quero. Meu prazer de estar aqui, trabalhando como polícia, de estar investigando é muito, muito bom (P8).

Eu tenho restrição até pra pisar o pé fora da delegacia, mas eu não consigo ficar, eu amo isso aqui. Eu amo isso aqui, eu gosto disso aqui... (P9).

Polícia, eu amo, mas eu encontrei, nessa unidade, prazer, porque eu fazia o meu serviço por fazer... (P5).

A gente acaba se envolvendo, você fica com pena, você quer tirar a criança daquela situação... (P8).

O desejo de realizar uma atividade “heroica”, parece mobilizar, nesses policiais, a busca por uma valorização do seu próprio trabalho, em um processo de mobilização subjetiva, que pode conduzir à autorrealização e ao orgulho, resultando no fortalecimento da autoestima e consolidação da identidade e, conseqüentemente, na permanência na unidade.

O pessoal, aqui dentro é diferente, você vê que existe essa harmonia, essa união. Quando alguém tá com problema, alguém sempre se compadece, fica preocupado e é bom isso. As pessoas perguntam, é bom quando também falta um colega: como é que você tá? Você tá bem, né? Você sente falta, assim, da pessoa, e é gostoso. É um ambiente agradável de se trabalhar, é muito bom (P6).

Uma das dimensões do prazer-sofrimento no trabalho é a dimensão intersubjetiva, que diz respeito à relação com o coletivo de trabalho. As policiais falam do companheirismo e da cooperação como uma fonte de prazer em seu trabalho.

O discurso da preocupação com o sofrimento da criança não é o mesmo do homem.

Eu acho que é fácil trabalhar aqui em relação ao que o pessoal pega por aí, em outros setores (P7).

A percepção com relação ao tipo de trabalho da unidade é expressa de forma diferente pelo participante homem, que compara o trabalho ao de outros setores da polícia. Essa mesma expressão foi percebida, no primeiro encontro, por duas participantes mais antigas na unidade.

Agora, em relação aos nossos crimes aqui, na verdade, eu fiquei insensível. A pessoa pode me contar a história mais cabeluda do mundo, que eu fiquei insensível (P7).

Ele se referiu a um “trabalho como outro qualquer”. Contudo, percebeu-se que a forma de lidar com o tipo de crime é semelhante para homem e mulher: dizer que com o tempo vão ficando insensíveis com os casos apurados pela unidade.

A quarta sessão: “agora que saiu daqui, ela pode pensar em ter filhos”.

Ao iniciar a sessão, uma das pesquisadoras perguntou por uma das participantes que não estava presente, e outro participante informou-nos de que ela havia solicitado para sair da unidade “porque não tinha se adaptado”. Aquela participante havia chorado, algumas vezes, durante os encontros.

Apresentamos, em seguida, alguns temas considerados como recorrentes, que foram discutidos durante as sessões: as mudanças na vida pessoal após o ingresso na polícia e após o trabalho naquela unidade; a invasão do trabalho em suas vidas privadas; a frustração por não conseguirem dar conta de todas as ocorrências gerando, como defesa, a culpabilização da vítima; a utilização de couraças para suportar o contato com o sofrimento das crianças vítimas e de suas famílias; e as compensações por realizarem um trabalho socialmente importante, apesar da falta de reconhecimento dos outros policiais.

Todas ouviram com atenção, e uma das participantes afirmou que considera o seu trabalho bom, mas que, de fato, é um trabalho penoso, compensado pelos bons salários pagos pela polícia, comparados com outras categorias profissionais, como a dos médicos, por exemplo.

O trabalho é bom, é o pão nosso de cada dia. Você tem que trabalhar, você tem que se sustentar. Agora, se você pudesse fazer de uma maneira mais leve, de forma que não te agredisse física, nem mentalmente, nem psicologicamente, se não fosse uma agressão não tão forte assim, eu acho que seria o ideal (P1).

A análise das pesquisas acerca do reconhecimento, à luz do referencial da PDT (Dejours 1992, 1994, 2005), mostra que a ausência do reconhecimento simbólico, proveniente dos superiores e dos pares, é fundamental para a instalação do sofrimento no trabalho. A ausência do reconhecimento dos superiores e dos colegas de outros setores, e mesmo da própria unidade, foi mencionada durante as sessões. Entretanto, elas consideram que o salário recebido é condizente com o seu esforço, e a produção seria uma forma de tornar concreto o reconhecimento do valor do seu trabalho.

Nós precisamos ter uma estrutura financeira pra poder bancar certas coisas, que o pessoal lá da saúde tá com esse problema; o salário deles é menor que o nosso (P9).

Dessa forma, a remuneração e a estabilidade do serviço público parecem compensar a falta de reconhecimento simbólico, como se a retribuição financeira fosse recebida pelas policiais como expressão de reconhecimento simbólico.

Considerando que no serviço público não há distinção de salários por sexo, o reconhecimento simbólico, por meio de salários, acaba por igualar homens e mulheres, fazendo com que as policiais se sintam valorizadas, o que é saudável e mobiliza os ganhos subjetivos relacionados ao reconhecimento. Dessa forma, constata-se que o reconhecimento financeiro ou a equiparação salarial entre homens e mulheres pode estar situado como confirmação do reconhecimento simbólico, porém esse reconhecimento não é suficiente para evitar o adoecimento decorrente do fracasso nas estratégias de defesa.

O tema discutido em seguida girou em torno dos três suicídios ocorridos na polícia nos últimos seis anos, sendo que dois dos policiais mortos haviam trabalhado naquela unidade antes das suas lotações no momento das mortes.

Nós usamos uma arma de fogo. Você imagina uma situação de policiais com problemas psicológicos? Você vê a quantidade de policial que tá se suicidando! Os três últimos eu conhecia (P1).

O assunto foi tratado de forma superficial, com risos, e os suicídios foram atribuídos, por todos os participantes, sem contestação, aos “problemas pessoais dos policiais” e não a questões relacionadas ao trabalho.

Mas o problema do fulano¹¹ não foi profissional, acho que foi amoroso (P7).

Embora não fosse o objetivo do presente estudo investigar as causas de suicídio na polícia, há interesse em entender o impacto desse fenômeno para a saúde mental dos

¹¹ Alterado para evitar a identificação.

trabalhadoras. Dejours e Bègue, em seu livro *Suicídio e Trabalho* (2010) informam que não se sabe quanto são os suicídios que ocorrem na França, a cada ano, que poderiam estar relacionados ao trabalho. Contudo, esse número, para os autores, não tem importância, já que um único suicídio pode revelar a desestruturação profunda de ajuda mútua e da solidariedade do viver-junto, em coletividade.

No caso do grupo em estudo, foram citados, por eles mesmos, três casos de suicídio atribuídos a problemas pessoais, o que vem ao encontro das observações de Dejours e Bègue (2010) ao considerar que o gesto suicidário é costumeiramente atribuído, pela diretoria da empresa, a um temperamento depressivo próprio ao suicida ou a conflitos afetivos de sua esfera privada, sem qualquer relação com o trabalho. A fala das participantes parece refletir, então, o discurso de uma organização ainda considerada masculina. Essa ausência de reação coletiva, como um pacto de silêncio, em relação ao suicídio de um colega pode trazer consequências desastrosas para os trabalhadores, como agravar o sentimento de impotência, de resignação ou mesmo de desespero. Esse pacto entre os colegas sobreviventes pode aumentar os riscos para a saúde mental, nas considerações de Dejours e Bègue.

Dejours (2003) destaca que, se não houver intervenção após um fenômeno tão grave quanto um suicídio no local de trabalho, caracterizar-se-á a naturalização do fenômeno: ocorrerá a banalização do mal. Essa situação integra um quadro que o autor nomeou como banalização da injustiça social, relacionado ao uso indiscriminado de defesas. Nesse grupo, as estratégias de defesa utilizadas para lidar com os suicídios são o riso e a atribuição, unicamente, a “problemas pessoais”, caracterizando um quadro que o autor nomeou de “amnésia forçada” (p. 45).

As participantes revelaram sofrer preconceito na polícia por serem mulheres, o que, para elas, não ocorre naquela unidade, em que a maioria das policiais é mulher.

O povo já acha que você é a Barbie, a Penélope Chamosa... todos cheios de preconceitos. Então você tem que vestir a camisa, mesmo (P11).

O “vestir a camisa” significa exercer a função de policial a partir do referencial masculino, como na afirmação:

Eu acho que o fluxo de trabalho interfere muito nessa coisa de deixar a pessoa mais embrutecida. E até para você não se envolver, mesmo. Porque, de repente, você fica com a criança, a criança chora, daqui a pouco você tá chorando com ela. Aí você tem que criar aquele distanciamento, senão você sai chorando (P8).

Como já foi mencionado, a ideologia da virilidade impede a expressão do sofrimento, pois é sinal de fraqueza (Dejours, 1992, 1999). Como na pesquisa de Joan Cassell citada por Molinier (2002), as estratégias coletivas das cirurgiãs (mulheres) são apoiadas em uma ideologia viril, o que significa que uma cirurgiã “mole”, que não conseguisse ser sádica e agressiva, não conseguiria operar; o mesmo se passa com esse grupo de policiais: sem a devida agressividade e até nas pseudodemonstrações de sadismo, como os risos, por exemplo, não seria possível serem reconhecidas como policiais. Dessa forma, as mulheres se virilizam ao aderir às estratégias coletivas de defesa dos homens. Isso ocorre em razão da estrutura de suas personalidades ou o trabalho é o único responsável por esse fenômeno?

Pelo que eu já percebi aqui, geralmente, o bom cana trabalha com mulher, sem medo. Agora o cara, quando é frouxo... eu já vi uma colega tirar o sapato, um tamancão e obrigou o preso a entrar no cubículo: entra desgraçado (P9).

Apesar de fazerem referência a uma forma nova de fazer o trabalho policial, sendo mais investigativo, o discurso se mantém como a necessidade do uso da força física, portanto de competência do homem.

Eu sou a favor de limitar a quantidade de mulher na polícia. Não é por discriminação. Eu sei que eu posso ir pra rua, mas eu sei que eu não posso com um cara. Então, eu sou a parte fraca, mas a Polícia Civil, hoje, é, na cabeça, serviço investigativo, mas, realmente, tem que ter uma quantidade limitada de mulher (P9).

A força física no trabalho policial, contudo, conforme apresentado por Weber (Pruvost, 2007) somente deve ser empregada como último recurso, pois a maior parte do trabalho não exige força física. Foi com essa justificativa que as mulheres puderam começar a ser admitidas na polícia francesa.

Como esta era a última sessão, as participantes pareciam querer aproveitar o momento para fazer o que tinham evitado durante os primeiros encontros – tecer críticas aos colegas de trabalho da própria unidade, revelando algumas dificuldades na comunicação e nas inter-relações, que estavam sendo encobertas até então, em uma tentativa de utilizar-se de um recurso denominado por Sadock (2003, citada por Molinier, 2004a, p. 236) de “embelezamento da realidade”, no calar o negativo. As discussões no grupo abriram uma espécie de brecha no silêncio que recobria as dificuldades entre as colegas e o contato com as crianças.

Existe muita crítica, a Seção S critica as pessoas da investigação com o agendamento... (P1).

Eu acho que tem que haver uma conscientização, aqui dentro, do papel de cada um como agente de polícia, porque tem gente aqui que acha que é administrativo (P2).

Trabalhar com criança é considerado um trabalho, naturalmente, para mulheres, independentemente da formação acadêmica e mesmo da escolha de cada uma. Apesar de ser uma unidade especializada dentro da polícia, não existe nenhum tipo de formação especializada para que essas policiais possam lidar com crianças e adolescentes. Um dos requisitos “é ser mulher, ser mãe”.

Quando nós fomos pra Seção S, eu e a colega, nós fomos escolhidas porque disseram que a gente tinha jeito (P6).

O nosso problema já tá lá na Academia, lá na formação. Lá na Academia eles te mostram uma coisa que não tem nada a ver e depois te jogam numa delegacia. Você não sabe pra onde vai e nem pra onde vem (P2).

Falar dos problemas de relacionamento dentro da unidade, que estavam sendo encobertos, deve ter “liberado” as participantes a revelarem outro tema mais escondido ainda, a irritabilidade para com as crianças com as quais têm que lidar. Todas queriam falar a respeito, confirmando a “função catártica” que o grupo exerce sobre as pessoas. Segundo Molinier (2004b) “O embelezamento da realidade nutre-se da ideologia da ternura feminina (uma mulher que não gosta de crianças não é mulher) e contribui para reforçá-la. Trata-se de uma identidade defensiva de sexo denominada de „mulheridade”, que permite analisar, em termos de defesas contra o sofrimento no trabalho, um conjunto aparentemente disparatado de condutas femininas que conduzem a um tipo de alienação” (p. 237). No caso deste grupo em estudo, pôde-se observar que o discurso do amor e da preocupação com as crianças foi se enfraquecendo durante os encontros, até chegar ao ponto de admitirem que “falta um pouco de paciência”.

Eu tenho pavor de criança. Credo! (P11).

Vou pegar logo um menino lá, todo catarrento... vou olhar pro moleque e falar assim: anda menino, conta logo, que eu tenho mais o que fazer (P1).

E quando você tá com TPM, dá vontade mesmo de falar isso (P8).

Partindo-se do pressuposto de que quanto mais dificuldades houver na organização do trabalho mais corre-se o risco de exagero no discurso sobre o amor às crianças, pôde-se perceber que esse discurso foi se enfraquecendo nesse grupo, quando os conflitos e as estratégias de defesa utilizadas para dar conta dessas situações foram sendo desvelados. O discurso do amor natural (da mulher por uma criança) parece eufemizar as dificuldades do trabalho dessas policiais e tira de cena o debate a respeito das consequências desse trabalho para as vítimas, para seus familiares e mesmo para essas trabalhadoras.

A influência do trabalho na forma de ver o mundo, tanto pelas mulheres quanto pelo homem, no tocante ao pessimismo em relação ao futuro, pode ser confirmada na observação feita a respeito de uma policial que já saiu da unidade:

Vamos abrir o jogo: quem não tem estrutura, como a fulana, que não se adaptou... se você não vai se adaptar, não fica, vai embora, porque se você ficar insistindo aqui, você vai ficar mal. É melhor fazer como ela fez, saiu da unidade, porque não conseguiu absorver essas situações (P5).

Ela também (outra policial) disse que, hoje, fora da unidade, ela pode pensar em ter filho (P6).

O trabalho desempenha um papel fundamental na estruturação da identidade. Apoiando-se no fato de que toda descompensação psicopatológica supõe uma crise de identidade, conclui-se que o trabalho tem o poder de desestabilizar a identidade e conduzir

à doença quando ocorre em condições adversas ao psiquismo, mas pode também se constituir em um mediador para a saúde quando possibilita o fortalecimento da identidade (Dejours, 2004a).

Aqui nós não trabalhamos com bandidão, nós trabalhamos com pessoas extremamente covardes. Então, aqui, eu tenho coragem de ir pra rua porque... o médico disse que eu sou uma boneca de porcelana, se me empurrarem e eu cair de mau jeito, eu só vou mexer o olho (P9).

Mas aqui eu consigo ir pra rua, porque eu sei que as pessoas que a gente mexe aqui, eles são covardes. Até mesmo eu, mulher, ele não vai me encarar. É diferente de um ladrão, de um homicida, ele vai me encarar (P5).

Não é uma coisa que você chama de bandido, daquele que você tem ódio. Na verdade, eu tenho dó (P3).

No caso das policiais que trabalham nessa unidade, se o criminoso é considerado um covarde, de certa forma, favorece que as policiais, a despeito de seus problemas de saúde, consigam enfrentá-los. E o fato de serem pessoas covardes pressupõe que eles não utilizam a força física para cometerem os seus crimes, o que coloca as mulheres policiais em igualdade de condições com eles, do ponto de vista da força, conferindo a elas uma possibilidade de enfrentamento e reafirmando sua identidade de policial.

Grupo 2¹²

Os policiais desse grupo, com idade variando entre 30 e 45 anos, começaram a trabalhar na unidade há cerca de dois anos e meio, e foram todos convidados pela chefia

¹² Os participantes deste grupo serão identificados com a letra H, seguida de um número ordinal, para evitar sua identificação.

para ocupar a função de chefes de seção. O tempo de serviço na polícia varia de 12 a 20 anos, e todos têm nível superior, com cursos de Direito, Informática, Economia e Letras. São duas mulheres casadas e com filhos e sete homens também casados e com filhos.

A primeira sessão: “os caras falam que quem tá lotado aqui tá descansando”.

Essa sessão teve a participação de sete policiais homens e uma policial mulher, chefe da unidade. Ao contrário do grupo de mulheres, os participantes entraram na sala sérios, sem os risos do Grupo 1. A proposta inicial foi que cada um se apresentasse, dissesse em que seção trabalhava e como era realizado o trabalho.

Eu trabalho na seção de investigação, praticamente todo o meu tempo de polícia e é isso aí, estamos na luta (H1).

Tô aqui há dois anos, dois anos e meio. Minha seção, como todas as outras, faz o trabalho de investigação (H4).

Estou aqui há dois anos, trabalho com investigação de desaparecimento de crianças e adolescentes (H5).

Como o colega já disse, a gente trabalha com investigação, também. Trabalho aqui há dois anos e meio (H3).

Os participantes fizeram referência às suas atividades como sendo investigativas, ou seja, a atividade-fim da Polícia Civil. Na descrição do trabalho prescrito, disseram: “no trabalho de investigação, basicamente, a gente pega uma denúncia, uma ocorrência, e vai intimar os envolvidos” (H1), houve uma citação à Seção S: “em geral, é a Seção S que ouve as crianças” (H1). Um dos participantes informou que se tiver uma vítima com mais de 12 anos para ser ouvida, a tarefa é passada para uma policial mulher.

No nosso caso, aqui, muitas vítimas são mulheres, meninas. Aí, cada seção, no geral, tem sempre as agentes femininas, que fazem esse papel, pra gente não lidar diretamente (H1).

Até então, foram feitas apenas descrições das tarefas, porém, já houve uma demarcação da divisão sexual de trabalho: ouvir vítimas mulheres é tarefa para mulheres. A divisão sexual do trabalho pode ser considerada como a forma de divisão do trabalho decorrente das relações sociais de sexo e sustentada por dois princípios, o princípio da separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres), e o princípio da hierarquização (o trabalho de homem tem mais valor que o trabalho da mulher (Hirata, 2002; Hirata & Kergoat, 2007)). Essa demarcação suscitou uma questão pelo grupo de pesquisadoras ao final na sessão: haveria uma percepção dessa divisão, e que consequências trariam para os participantes desse grupo esse tipo de divisão? Esse questionamento foi apresentado no encontro seguinte.

Alguns participantes pareciam querer demonstrar imparcialidade em relação àquela unidade como uma forma de classificar as atividades desempenhadas como “policiais”, que um homem pode fazer, sem sofrimento.

O tipo de trabalho da investigação, basicamente, a gente pega um investigação, uma denúncia, uma ocorrência e vai intimar os envolvidos (H1).

A gente, às vezes, se doa demais aqui pra tentar cumprir o nosso papel, e acaba que desgasta um pouco, sim. Mas não dá pra gente reclamar demais da falta de pessoal, porque tem em outros cantos, também (H1).

Para demonstrar imparcialidade, não envolvimento, um recurso utilizado pelos participantes foi falar do trabalho policial de uma forma geral, sem tratar das

especificidades da unidade, falar da organização e das dificuldades em desempenhar as atribuições de chefes. Um participante comentou que os policiais “de fora do setor” costumam dizer, de maneira pejorativa, que eles (os participantes), em vez de fazer o trabalho policial, estão sendo “babás de crianças”, desqualificando o trabalho realizado.

A gente vê muitos comentários de colegas que dizem: “agora você tá lá descansando, tá sendo babá de criança” (H4).

Outro participante interferiu com uma fala compensatória para dizer que aquela também era a visão dele antes de trabalhar ali, mas que agora entende a importância social daquela atividade e percebe a sobrecarga de trabalho.

Porque aqui todo mundo tá trabalhando, não tem esse negócio de ficar em banho-maria, eu sempre trabalhei. Essas críticas sempre têm, os caras falam que quem tá na unidade tá descansando, mas o camarada não tem consciência da relevância que tem esse trabalho (H4).

Antes eu passava aqui, na frente dessa unidade, e via crianças, aqui, mas não me chamava a atenção (H6).

Além da importância social da unidade, esse é um grupo de chefes que se conhece há bastante tempo e se considera uma equipe coesa, que afirma trabalhar com a cooperação uns dos outros. Segundo Dejours (2004) e Clot (2008), o que define a construção do coletivo de trabalho é a construção comum de regras, porém, para o coletivo de trabalho tornar-se possível é necessário que os trabalhadores possam lidar com as divergências e, assim, construir uma dinâmica comum. Tal dinâmica é constituída pela coordenação (trabalho prescrito), exercida pela chefia, e pela cooperação (trabalho real). Para que exista

cooperação, é necessário que exista confiança entre aqueles que compõem a organização do trabalho. A confiança, por sua vez, está diretamente relacionada às normas, às regras de trabalho, ou seja, a organização do trabalho passa pelo cumprimento das dimensões éticas de cada atividade (Dejours, 2005). O fato de trabalharem juntos há tempo e afirmarem a coesão sugere a cooperação necessária para o desenvolvimento do trabalho.

Os chefes que tão aqui, hoje, todos já trabalhamos juntos. Então, não tem nenhum problema, muito pelo contrário, a equipe é coesa, um ajuda o outro (H4).

Coloca um de nós aqui pra pegar um bandido ali, em qualquer lugar, pode contar, a gente vai lá (H6).

Essa relação de confiança, que pode trazer consequências para a percepção do reconhecimento, foi comentada como existindo entre eles, chefes. Nada foi comentado em relação aos demais servidores da unidade, o que pode ser inferido como uma relação que, de fato, só existe entre esse grupo.

Após discorrerem sobre os problemas com as críticas de outros policiais, do desgaste com a função de chefia, um dos participantes começou a falar sobre os tipos de crimes investigados por eles, mas esse comentário não teve continuidade no grupo.

Às vezes a pessoa sabe que tem um abusador na família, mas fica com medo porque vai colocar um pai na cadeia, vai colocar uma irmã. E pra sociedade, isso é um tabu. Pra Polícia Civil também é um tabu, porque, antes de ser policial, aquele servidor é um pai (H6).

Hoje eu vejo o tanto que nós erramos como pais e educadores. Antigamente, eu poderia até deixar um filho meu com um vizinho, hoje, eu já vejo com desconfiança. Então você desconfia de todo mundo (H6).

O contato com os crimes parece fazer com que os participantes desconfiem de que todas as pessoas possam ser pedófilas e que eles, os policiais, erraram em relação aos cuidados com os filhos, visto que não haviam, ainda, trabalhado na unidade, podendo, então, ter exposto os próprios filhos ao contato com pedófilos e com uma possível situação de abuso.

Após a introdução desse tema no grupo, os participantes voltaram a fazer críticas à organização do trabalho, a horários incompatíveis e a salas de entrevistas inadequadas, como se a evitassem discutir, em profundidade, a questão da violência sexual, do abusador e do abusado, afinal, ainda era a primeira sessão. Sair de um tema difícil de ser discutido e voltar-se para as queixas com as rotinas do trabalho pode ser considerada uma estratégia de defesa.

Em relação à entrevista, eu acho de extrema importância uma sala de entrevista, porque o policial tem que ter um ambiente (H6).

Em relação à carga horária, quero falar, ela é muito boa pra quem não trabalha na investigação. Na investigação você não tem horário, você pode estar de manhã, ou tem que fazer diligência de madrugada ou, às vezes, à noite, mesmo (H1).

A perseverança do trabalho começou a aparecer a partir desse momento, seguida de observações acerca do compromisso que o policial deve ter com o seu serviço.

Então você abraça o serviço e você vai nele até o fim. Às vezes você tá em casa, e a gente fala que não leva serviço pra casa... mas não leva no bolso, mas leva na mente. Eu fico pensando: como é que eu vou pegar aquele cara? (H6).

O trabalho na unidade, especificamente, ainda foi pouco comentado pelos participantes, ou seja, as defesas persistem. As referências, até então, foram feitas à polícia, de uma forma geral. As discussões giraram em torno dos horários, das avaliações de desempenho e do desgaste físico por causa do trabalho. É um discurso dos chefes, homens ou mulheres, em que as preocupações estão voltadas para o controle e a fiscalização das atividades dos subordinados.

Eu tô falando que a polícia é o conjunto, mas a atividade-fim da polícia é a investigação, todo mundo trabalha em prol da investigação (H1).

Se eu pedir pra uma pessoa e ela não fizer, eu, simplesmente, vou e faço (H6).

Também não falo nada, eu acho que a pessoa percebe, com a sua atitude. Eu não vou ficar chamando a atenção de marmanjo. O relógio fica bem na minha frente, eu nem falo nada, eu só olho pro relógio, não é possível que ela não veja (H6).

A gente se desgasta mais como chefe, pensando nessas coisas, em ter uma estrutura melhor de funcionamento. Você se desgasta com isso, pra seção desenvolver bem, não ter uma inimizade entre um e outro, isso tudo desgasta a gente (H3).

O desgaste, no caso desse grupo, tem sido apresentado também como uma consequência não só da sobrecarga ou tipo de tarefa, mas também da necessidade de manter a ordem no trabalho.

A participante mulher, em seguida, falou sobre os recursos psíquicos dos quais ela se utiliza para poder trabalhar no setor “sem sofrer tanto” (H8).

É difícil entender como uma pessoa não consegue se compadecer de uma história que chega aqui. A gente endurece pra tentar não sofrer tanto, mas eu não tenho

como ver o caso de uma criança ali e não querer ajudá-la. Aquilo me faz mover (H8).

Foi o primeiro comentário voltado para a questão do sofrimento decorrente do trabalho específico da unidade, mas, logo em seguida, alguns participantes voltaram a reclamar dos comentários de policiais de outras unidades que dizem que “não conseguiriam trabalhar na unidade porque iam logo bater no cara” (no agressor). O participante criticou o policial que faz esse tipo de comentário dizendo:

Se a pessoa não tiver impulso pra lidar com uma situação dessa, com uma criança, onde é que ela vai encontrar impulso? (H4).

Essa parece ser uma forma de eufemizar as dificuldades do trabalho nessa unidade. Como uma intenção de considerar fácil um trabalho feito com crianças e adolescentes, já que o contato com essas vítimas é feito, em sua maioria, por mulheres. Eufemização semelhante à apresentada por estudo realizado por Jean-Luc e Virginie Sadock (citados por Molinier, 2004b), em que os autores constataram que o aspecto penoso do trabalho em uma creche é extremamente eufemizado. No estudo citado, considera-se que as mulheres que trabalham na creche têm funções amenas, por ser tido como um trabalho fácil, que não requer competências particulares, já que proporciona contato com crianças pequenas e saudáveis.

A sessão foi encerrada com a conclusão de que, apesar das dificuldades, o próprio grupo reconhece e elogia o trabalho daqueles que são chefes, e eles se sentem valorizados uns pelos outros e pela sua chefia.

Em relação aos chefes, não tem dificuldades, nós podemos contar com eles a qualquer momento. Se precisa ficar aqui, são sempre os mesmos. Esse time, aqui, é bom, mas os outros são muito fracos (H8).

Como considera Dejours (2004), a retribuição simbólica proveniente do reconhecimento é decorrente da produção de sentido que ela confere à vivência no trabalho, podendo, então, transformar o sofrimento em prazer. Quando a qualidade de um trabalho é reconhecida pelos outros, é possível destinar-se o reconhecimento do registro do fazer para o registro do ser. Ainda segundo o autor, o reconhecimento, então, confere àquele que trabalha um pertencimento a um grupo, a uma profissão, ou seja, o reconhecimento permite transformar o sofrimento em desenvolvimento da identidade. Nesse sentido, para esse grupo, o reconhecimento que confere pertencimento a um grupo parece, até o momento, sobrepor-se ao deslocamento de atribuições, ou seja, ser valorizado como policial pela chefia tem mais importância do que fazer um trabalho não reconhecido na instituição. Parece se tratar de um reconhecimento interno entre os membros dessa equipe, que confirma a coesão.

A segunda sessão: “você passa a enxergar o mundo de outra forma”.

Nessa sessão, foi sugerido pelas pesquisadoras que se falasse sobre as atividades que os policiais desenvolvem na unidade e dos sentimentos em relação ao tipo de trabalho. O primeiro participante referiu-se a um sentimento de impotência.

Em relação a esse trabalho aqui, eu acho que a gente se sente impotente diante dos problemas, às vezes a gente acha que vai resolver e não consegue... como aqui a gente trata de coisas que acontecem no seio de uma família... (H5).

Se você tiver um abusador dentro da família, ele vai continuar sendo o pai ou o tio, vai continuar sendo familiar, então eu acho que a gente consegue levar a pessoa pra justiça, processar e tudo, mas, no fundo, a gente sabe que aquele problema não foi resolvido, e a própria criança que foi abusada, também, ela não vai esquecer aquilo, aquilo ela vai carregar pro resto da vida (H5).

Nas outras delegacias, a gente resolve um crime, um roubo, um homicídio e pronto, acabou, aqui não... parece que é mais sério. Então, parece que a gente fica enxugando gelo, às vezes (H4).

Esse sentimento foi comparado ao experimentado em outras delegacias pela quais já passaram, em que a atividade policial encerra-se com o final da investigação. Nessa unidade, segundo os participantes, o problema não se resolve, causando a sensação de “enxugar gelo”.

Ao falar da sensação de impotência diante da impossibilidade de resolver os casos ou atender à demanda, um dos participantes referiu-se à percepção de que o trabalho nessa unidade contribui para que se “cresça como pessoa”. Perguntado sobre “esse crescer”, o participante respondeu:

Eu acho que você faz é crescer, não só como policial, mas como pessoa, trabalhando pra proteger essas crianças que são totalmente indefesas (H4).

Nesse momento, o participante parece transparecer o desejo ou expectativa de realizar uma atividade heroica. “Proteger crianças indefesas” relaciona-se com essa expectativa. Aliás, esse é um dos lemas do herói das histórias infantis: proteger os fracos e os oprimidos.

Quais seriam, então, as mudanças que essa atividade causa na vida desses trabalhadores? É o que eles mesmos denominaram de “enxergar o mundo de outra forma”. Para esses policiais, existe “um universo de pessoas que podem abusar de uma criança ou adolescente” (H4). O tema “abusador” será discutido em um campo próprio.

Você fica mais sensível com essas questões, você passa a enxergar mais até o mundo de outra forma, coisa que você não tinha antes de trabalhar aqui, principalmente quem tem filhos. Você fica mais atento a essas questões do dia a dia, com lidar na escola, tudo (H4).

Após a afirmação de que existem abusadores por toda a parte, uma das pesquisadoras questionou sobre as impressões que eles têm sobre si e sobre os próprios colegas que são homens e relacionam-se diretamente, em função do trabalho, com crianças e adolescentes. A resposta de um dos participantes foi acompanhada de um longo silêncio no grupo e da indagação: “não sei se entendi bem a pergunta”.

Tem até umas questões, aqui, de sexualidade bem a florada, bem precoce da criança. Então, é uma coisa nova e, até certo ponto, diferente do que se fazia enquanto policial, mas, com o tempo, você vai aprendendo a lidar com essa situação. No

início, você sente um pouco a diferença, mas depois vai vivenciando de forma a saber conviver com isso (H4).

Ao que a pesquisadora insistiu com a seguinte pergunta: como vocês lidam com esse contato com a sexualidade da criança e adolescente, já que são homens?”

Você tem a denúncia, mas você fica torcendo pr aquilo não ser verdade e, quase sempre, acaba sendo. Quando você apura um homicídio, você tem um suspeito, você quer fazer tudo pra culpar o cara. O pedófilo, não. Parece que você fica querendo que aquilo seja mentira (H5).

Esse comentário pode levar à interpretação de que há empatia do policial homem lotado neste setor com o criminoso, porém não foi possível ter efetiva compreensão do processo, pois o tema não pôde ser tratado em profundidade.

Em uma pesquisa com uma equipe de animadores e animadoras de um centro de lazer,¹³ na França, a socióloga Herman (2007) constatou que as suspeitas de pedofilia pesam mais sobre os homens, por isso as mulheres são designadas para o trabalho de *care*. Para analisar o trabalho do grupo de animadores e animadoras, Herman partiu do conceito de “pânico moral”, que designa a intensificação das mídias em torno de um problema social e uma desproporção entre a angústia coletiva e a ameaça presente. Segundo a pesquisadora, o pânico moral pode, decerto, em função das normas estabelecidas, afastar as suspeitas que podem pesar, principalmente sobre os homens que se ocupam de crianças.

Essa noção parece interessante por causa das expressões “risco e precaução”, pois, quando existe pânico moral, o homem que tem contato próximo com crianças e adolescente no trabalho passa a ter medo de ser mal julgado pelos outros em função de seu

¹³ Os centros de lazer são instituições onde jovens adultos, munidos de diploma específico (BAFA), normalmente estudantes, cuidam de crianças de dois a 11 anos durante as férias escolares ou às quartas-feiras (folga semanal nas escolas de Paris).

comportamento. Para compreender a forma com que mulheres e homens se organizam nas equipes estudadas, a pesquisadora condensou duas expressões: a complementaridade sexuada e o intercâmbio de atividades. Herman (2007) observou uma legitimação da ideologia da complementaridade, enquanto que o intercâmbio de tarefas torna-se menos provável: as tarefas são divididas entre as de mulheres, que são levar as crianças ao banheiro, cuidar de sua higiene, levar à enfermaria, ou seja, tarefas maternas; e as tarefas de homens, as atividades de lazer, propriamente ditas.

Fenômeno semelhante pode estar ocorrendo nesse grupo de policiais que, por causa da preocupação com o julgamento de outros, procuram proteger-se, evitando o contato com crianças e adolescentes.

Dessa forma, ouvir uma denúncia ou os relatos dos envolvidos nas ocorrências parece causar menos impacto nos policiais do que ver a imagens, como nos casos que são filmados.

A gente ouve a criança dando o depoimento dela é uma coisa, mas uma vez eu vi uma filmagem... até hoje, parece que eu não tava acreditando naquilo que eu tava vendo, o cara abusando de uma criança. Você fica vendo aquilo, querendo que não seja verdade (H5).

A dificuldade em entrar em contato com o suspeito, ou mesmo com a vítima, provoca a utilização de defesas de proteção para evitar o sofrimento, o que pode trazer, como consequências, prejuízos à investigação e dificultar a constatação de crimes, ou seja, o empobrecimento da investigação.

Tanto é difícil pro cara que fez falar, quanto pra pessoa que foi vítima (H6).

Então eu comecei a analisar que, como ser humano, eu nunca ia aguentar a trabalhar com esse tipo de problema. Não que você deva ignorar e não ter sentimento, mas, na medida do possível, eu procurei abstrair esse tipo de coisa, sabendo que vão aparecer milhares de outros problemas, e dessa mesma forma (H2).

Então, eu ouço aquilo, mas eu tento me desligar, nem escutar, é tipo um escape. Nem sempre você consegue, às vezes, você vai pra casa e fica com aquilo na cabeça, com aquela história, com aquela cena na sua cabeça, mas eu tento ir convencendo a mim mesmo de que aquilo faz parte do trabalho (H2).

O empobrecimento da investigação pode gerar a sensação de impotência: se não há constatação de crime, nada poderá ser feito pela vítima, mas permanece a sensação de que aquela criança está sendo abusada ou agredida.

Um participante falou do medo de “ficar doido” devido à sensação de impotência. Falando em voz alta, demonstrando-se irritado, o participante disse que não sente pena da criança, e criticou a suposta rede de proteção da criança e adolescente da qual a unidade faz parte. Ao falar da rede de proteção, que deveria proteger a criança e o adolescente, o participante revelou sua insatisfação, porque acredita que as vítimas continuarão desprotegidas, apesar da existência da rede. Nesse momento, voltou sua raiva para com a própria vítima.

E outro sentimento é de frustração, porque você não consegue fazer um monte de coisa. Eu, simplesmente, faço o que tem que ser feito, mas eu sei que eu não vou conseguir... então, só tento fazer o que tem que ser feito, tentar ser mais ágil, tentar coordenar melhor o serviço, mas, por mais que você corra, às vezes você pensa até que vai ficar doido, você vê que você não consegue, por mais que você tente (H2).

Então, a minha frustração fica com relação a isso. Mas eu sou muito indiferente, eu não tenho dó da criança, não tenho esse sentimento assim (H2).

Você faz uma investigação aqui, vai pro judiciário, Conselho Tutelar... o Conselho Tutelar, agora, fala que ele não tem poder pra afastar o abusador, outros falam que tem. Hoje eu nem sei mais se tem ou se não tem. Aí você encaminha um caso pra Vara, a Vara fala que tem que ser situação de risco. O que é situação de risco? A criança apanha pra caramba! É uma situação de risco,¹⁴ mas eles não consideram situação de risco, eles não têm recebido muitos casos nossos (H3).

Segundo Dejours (2005), o trabalho é um meio de reconquistar relações verdadeiras com os outros. Não são relações de amor, são relações de pertencimento, de coletivo, de cooperação, mas que contribuem para manter a identidade. Ter uma identidade significa não enlouquecer, afinal a identidade é o arcabouço da saúde mental. Nesse grupo talvez exista o medo de enlouquecer pela dificuldade de encontrar essa identidade pelo desconhecimento do sentido e da importância do trabalho que fazem.

Ao ser alertado por uma das pesquisadoras de que sua forma de se expressar não parecia ser de indiferença e, sim, de indignação, outro participante respondeu:

Eu acho que é uma negação. Quando você falou que não tem dó, eu entendi que você quis dizer que você não se envolve... (H5).

¹⁴ Uma criança ou adolescente está sob situação de risco quando e sempre que qualquer um de seus direitos fundamentais esteja sendo violado, ameaçado, ou esteja sem acesso a eles (Art. 98 do ECA). Direitos fundamentais: vida; saúde; alimentação; educação; lazer; profissionalização; cultura; dignidade; respeito; liberdade; convivência familiar e comunitária; ser mantido a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (Art. 227 da CF).

Como alguns participantes se envolveram na discussão sobre a questão da negação do sofrimento, infere-se que eles começaram a perceber a utilização de defesas para lidar com o sofrimento sentido diante das situações de trabalho para poder dar conta desse mesmo trabalho. Contudo, um participante retomou as queixas sobre as limitações impostas à atividade policial.

A conselheira tutelar, hoje, já me passou outro caso, que o pai tá lá dormindo com a menina, na casa. E aí, vai fazer o quê, vai mandar o cara sair de casa? Tem coisa que não depende só da gente (H3).

Essas limitações são usadas como justificativas para que a investigação não aconteça, em sua totalidade. Uma das pesquisadoras questionou se eles (policiais) ouviam também as crianças vítimas:

Em alguns casos, na sessão, as mulheres de 12 a 16, 17 anos eu ouço com uma policial feminina, porque elas não se abrem com a gente. Menino é pior ainda. Homem é que não fala mesmo. Com 16, 17 anos, não fala mesmo. A gente nota que aconteceu alguma coisa, mas ele trava e não fala mesmo (H3).

Notou-se uma forma diferente de referir-se à vítima com idade igual ou superior a 12 anos. Ela passou a ser tratada como “mulher”, não mais como criança ou adolescente.

Uma das pesquisadoras quis saber dos participantes como eles se sentem em um universo de mulheres, em que a maioria das vítimas é mulher. As respostas foram no sentido de que, inicialmente, estranharam, mas, com o tempo, passaram a perceber o tema como algo comum.

No começo eu achava meio estranho, mas depois a gente fica à vontade, a gente já não se surpreende tanto, não pensa mais nada demais. Eu não me sinto

constrangido, já me senti, mas não me sinto mais. A gente procura deixar uma policial feminina do lado (H5).

Uma das pesquisadoras perguntou: e como vocês se sentem tendo vindo de outras delegacias que têm muito mais policiais homens do que mulheres, como vocês têm lidado com isso? A discussão girou em torno não só do trabalho com policiais mulheres, mas também o tema da vítima mulher voltou à discussão: a mulher passa a ser vista como alguém “sem sexo” ou sem um sexo diferenciado do homem, em um processo de masculinização da mulher. No estudo de Calazans (2003) sobre a constituição de mulheres em policiais, a autora afirma que a feminilidade é associada como característica inerente à mulher, e conclui que há três categorias de mulheres na polícia, segundo os policiais pesquisados: a mulher séria, de família; a prostituta; e a que se masculinizou, ou seja, não parece existir o reconhecimento da mulher como profissional. Nesse grupo estudado, ainda parece existir certa perplexidade com a presença de tantas mulheres policiais.

Eu vim de uma delegacia que a minha seção não tinha uma mulher. Cheguei aqui, o universo era feminino. Em mim teve um certo impacto: tanta mulher, que estranho, né? Com o tempo, a gente vai acostumando com isso, e a gente enxerga só o policial, sem sexo (H4).

Durante essa discussão também se falou sobre a culpa que a adolescente tem sobre o crime do qual é vítima: é a culpabilização da vítima. Talvez um recurso utilizado por esse grupo de policiais para se proteger dos riscos de serem, também, “seduzidos” por essas adolescentes.

Tem vários casos em que a adolescente não é tão vítima assim, e é necessário que você ouça essa adolescente com outra pessoa, eu já passo pra uma mulher. Ela pode jogar muito (a adolescente), às vezes dar em cima do policial, tem casos que seduz... (H4).

E tem aquelas meninas que já são complexadas, que veem abusador em todo homem. Quando elas começam a falar: “vocês homens...” aí você já sente que ela tá te vendo como um abusador, também (H5).

Após esse comentário, fez-se um longo silêncio na sala e uma das pesquisadoras fez a seguinte observação:

Então isso deve ter implicações, porque é uma delegacia em que a maioria das vítimas são mulheres, e que os homens têm que se proteger da sedução ou de coisas que podem ser pensadas em relação a eles.

Houve outro silêncio na sala e dois participantes responderam que precisam “se policial” para não acreditar em “falsas histórias”, ou para não serem acusados de assediar as vítimas, demonstrando que as defesas são fortes e elas precisam existir enquanto esses trabalhadores estiverem atuando nessa unidade. Para garantir que as defesas se mantenham, os policiais insistiram na afirmação de que o trabalho da unidade tem um foco principalmente investigativo, ou seja, o foco não deve ser o social, pois é a investigação que dá ao policial o registro de sua identidade, a sua marca profissional.

Além dos problemas que nós já temos, você tem que se policial mais ainda.

A única coisa boa em trabalhar aqui é a união do grupo (H5).

Eu tô aqui só por causa desse grupo. Se esse crime fosse furto de veículo ou roubo, eu ia trabalhar do mesmo jeito (H6).

O que a gente tem que ver aqui é o lado criminal. O foco social agora foi mudado, nós temos é que apurar a ocorrência e ter a condenação. A rede de proteção é que tem que dar conta do seu papel (H3).

As estratégias coletivas de defesa contribuem para a coesão do coletivo no enfrentamento do sofrimento decorrente das pressões da organização, e possibilitam a estabilização psíquica do trabalhador. Como considera Dejours (1992), elas são específicas para cada profissão. Para lidar com o “medo de enlouquecer”, de falhar, de serem impotentes diante das dificuldades, esses trabalhadores adotam algumas estratégias como a negação do sofrimento diante dos casos que investigam. O “sorrir” ou “brincar” ao referir-se às dificuldades encontradas no trabalho pode ser considerado, também, uma estratégia coletiva de defesa adotada por esse grupo.

A terceira sessão: “eu não me identifico com nenhum autor não”.

No início da sessão, foi sugerido que os participantes falassem sobre o trabalho desenvolvido na unidade. A primeira participante falou:

O que eu percebo é que, apesar de ser dolorido, hoje ele é menos dolorido do que quando eu cheguei, porque, quando eu cheguei, eu criei algumas barreiras pra não sofrer tanto. Por exemplo, se eu não precisar, eu não olho o laudo, não vejo as fotos, não tenho contato com a vítima (H8).

Não ter contato com a vítima é um recurso utilizado por esse grupo de chefes, sejam homens, sejam mulheres. Para a investigação, o contato é com o suspeito e com as testemunhas. A mesma participante fez elogios aos chefes da unidade, e o participante

seguinte falou do reconhecimento que a população tem sobre o trabalho dos policiais da unidade:

Eles são diferentes do restante da equipe, não por serem chefes, mas porque a forma de trabalhar é diferente. Eu queria ter vários outros deles, aqui (H8).

A gente tem recebido uns elogios, também a gente tem recebido “obrigado” de algumas famílias, e isso tem sido importante, porque a gente vê que a gente ajudou, de alguma forma (H1).

Por esses comentários, percebem-se as dinâmicas do reconhecimento, por meio do julgamento de beleza e de utilidade. Segundo Dejours (2005), ao contribuir para o desenvolvimento de um trabalho, o sujeito espera uma retribuição, pois, para cada ação, existe uma reação. Esse reconhecimento passa pelo julgamento dos superiores hierárquicos ou subordinados e, às vezes, pelos clientes, assim como pelos pares, colegas ou membros da equipe. No primeiro caso, ele é chamado de julgamento de utilidade e, no segundo caso, julgamento de estética ou de beleza.

Nesse grupo, percebe-se que os participantes sentem-se, apesar das críticas de outros policiais, valorizados pela chefia e pelos usuários, mas será que essa valorização é suficiente para mantê-los na unidade? Será que eles mesmos valorizam o seu trabalho? O reconhecimento que vem dos usuários da unidade pode manter a expectativa de realizar um trabalho heroico nesse grupo. Possivelmente, essa expectativa tenha suficiente poder de manter os policiais nessa unidade, a despeito de todas as adversidades, dando-lhes a possibilidade de ressignificar o sofrimento.

Questionou-se, também, sobre a capacitação para o trabalho na unidade e as respostas foram de que não houve qualquer tipo de capacitação, algumas coisas foram aprendidas com os policiais mais antigos na unidade, ou seja, aprenderam, na prática,

demonstrando a inexistência de um trabalho prescrito, específico para essa unidade, cujo trabalho é especializado. O trabalho prescrito, então, é considerado aquele para todo policial: registrar ocorrências, investigar, solicitar e cumprir mandados de prisão.

Eu fui muito ajudado pelos colegas que ficaram na seção. Eles que mostravam pra gente como é que funcionava, e aí nos fomos juntando com a nossa forma de trabalhar (H1).

Eu falei: vocês vão ter que produzir, esse negócio de ouvir duas, três crianças só, por dia, nem pensar! Que gente preguiçosa! E o policial falava: mas é porque eu preciso desse detalhe, a criança não tá falando. E eu respondia: é porque você não tá perguntando (H8).

Ao falar da capacitação, uma das participantes criticou a administração anterior, afirmando que aquela não exigia um número elevado na escuta de crianças, afirmando que a nova administração faz essa exigência. Dessa forma, observa-se que esse tipo de exigência, por produtividade, criticado no Grupo 1, que não teve chefes como participantes, é confirmado nesse grupo de chefes, por uma participante mulher. A função de poder parece se sobrepor ao desconhecimento do trabalho que deve ser desenvolvido com crianças e adolescentes. O que importa, nesse caso, é a produção, o número de crianças ouvidas, e não a qualidade dessa escuta. Assim, revela-se o desconhecimento desses profissionais, que não têm a qualificação devida para o atendimento à criança e ao adolescente, prevalecendo, então, a atividade investigativa, essa sim, sua área de competência. Dejours (1995) afirma que profissionais de diferentes disciplinas, ao encontrarem-se no papel de gestores de organizações diversas, sentem-se obrigados a lançar mão de alguma noção sobre o que é o “fator humano” para conseguirem lidar com

as pessoas, sem levar em conta que o humano não é um fator que pode ser tratado a partir de controle de variáveis.

Diferentemente do Grupo 1, os policiais desse grupo falaram com mais frequência dos casos apurados na delegacia, contando histórias a respeito da investigação, com detalhes sobre as reações do abusador, considerado, como pelo primeiro grupo, um doente.

Tem até um caso aqui de um cara que foi condenado por abusar da filha. Ele noticiou o desaparecimento dela e a gente já sabia, por denúncia, que ele abusava dela (H1).

Sobre o fato de investigarem casos envolvendo crianças, os participantes consideraram que o maior impacto em suas vidas foram as mudanças na percepção dos relacionamentos com crianças e adolescentes, tanto de sua parte quanto de outros adultos. Houve um silêncio na sala até que um dos participantes falou que eles deveriam ficar atentos para não se identificarem com o abusador.

Hoje em dia eu comecei a olhar com outros olhos quem gosta muito de criança... Eu já sei até o meu comportamento... Talvez a gente tenha até medo de ser muito carinhoso com a criança e achar que alguém pode tá pensando isso da gente... Eu não me identifico com nenhum autor não. Se a pessoa se identificar, eu acho que ela não fica aqui, não (H5).

Com o conhecimento do tipo de crime, o policial tem posição de vantagem em relação à população, em geral, conforme foi observado no estudo de Anchieta (2003) sobre a construção da identidade de policiais civis. Conclui a autora, em seu estudo que:

o policial é o agente do Estado que tem mais contato com a população para assuntos relacionados à violência, com a violência que é praticada por e contra ela, uma vez que uma de suas principais funções é prevenir e conter transgressões das leis e da ordem e impedir atos violentos de forma geral. Dessa forma, sente-se possuidor de um conhecimento acerca da violência como ninguém mais. Um saber construído, cuja origem está em sua prática e que, além de acumulado, é transmitido nas experiências e convivências cotidianas de cada policial, com seus pares. Para ele, pelo fato de ter contato permanente e direto com a violência, é a pessoa indicada para teorizar a respeito dela (p.66).

Em outras delegacias também é assim. Eu trabalhei na delegacia do consumidor e descobri que tem tanta barbaridade pra enganar o consumidor que você fica mais atenta a muita coisa. Aqui é mais aterrorizante (H7).

A gente vê na televisão, mas não é nada em relação à realidade que a gente conhece, por isso as pessoas são descuidadas. Muitas pessoas não têm os cuidados com o filho, como o colega falou, porque não têm noção do perigo que os filhos estão correndo (H8).

Apesar das limitações para o trabalho, o policial considera-se conhecedor da realidade, portanto capaz de identificar e lidar com a situação de violência contra crianças e adolescentes. Contudo, esse conhecer pode trazer consequências para a saúde desse trabalhador, na medida em que, apesar da insistência em afirmar que esse é um trabalho investigativo, trata-se de um investigado “covarde, doente” que não reafirma a identidade viril do policial, o “ethos guerreiro”.

Que criminoso é esse?

Os policiais do Grupo 2 que trabalham na unidade estudada, segundo seus participantes, passa a conhecer o abusador, que “pode estar em todos os lugares”. Esse conhecimento faz com que essas pessoas mudem a sua visão de mundo, o que transforma as suas próprias defesas em relação ao contato com as crianças e adolescentes.

Tem um mundo de suspeitos aí, uma cadeia muito grande, um universo que pode abusar da criança, do adolescente. Então você fica mais alerta pra isso. E todo mundo é um pedófilo em potencial, o professor, o médico, o professor de educação física, de canto, violão, todo mundo (H4).

Em se tratando de crime sexual, o abusador é reconhecido como uma pessoa comum, ao mesmo tempo assustadora, que faz com que o policial tenha que entrar em contato com um lado obscuro do ser humano e, conseqüentemente, com a sua própria sexualidade.

Se a pessoa não estiver preparada, pode ter um efeito devastador, porque é chocante. Você lida com aquele lado obscuro da pessoa, aquele lado que está escondido, que ela não mostra pra ninguém. Não é o ladrão, um vagabundo, é diferente, é aquela pessoa que pode estar do seu lado e pode fazer o mal pra pessoa que você mais ama, ou então, aquela pessoa que é um monstro, que pode fazer mal pra uma criança (H9).

Esses policiais parecem se sentir inseguros, ameaçados, pela possibilidade de identificação, ou com o abusador ou mesmo com o abusado.

A quarta sessão: “se nada for feito, esse pessoal vai adoecer”.

Na última sessão com esse grupo, fez-se uma síntese do que havia sido discutido nos encontros anteriores, ressaltando-se as discussões sobre o criminoso, sobre a visão que adquiriram em relação ao abusador, “que está por toda parte” e sobre a queixa inicial, sobre o adoecimento dos servidores da unidade, partindo-se do princípio de que o trabalhador busca ser reconhecido por trabalhar segundo os próprios critérios e valores.

Uma das participantes iniciou falando sobre o adoecimento. Segundo ela, a maioria dos chefes, inclusive ela, não tem restrição para o trabalho. Essa mesma participante declarou que é forte, mas já chegou a ficar triste por causa de situações que presenciou no trabalho.

Tem muita gente com restrição, e a maioria dos chefes não tem restrição, não tem nenhum tipo de problema (H7).

Eu não sou muito frágil, então, eu consigo absorver. Mas eu já tive momentos que eu fiquei triste (H7).

Após essa declaração, a participante assumiu uma postura semelhante à dos participantes homens: a negação do sofrimento.

Eu comecei a me policiar, comecei a ver que o trabalho tava me afetando, mas eu consegui lidar bem com isso, não foi incapacitante... (H8).

Um dos participantes referiu-se ao adoecimento já trazido pelos policiais, ou seja, anterior ao trabalho na unidade, citando o exemplo de uma policial que se suicidou dentro de uma delegacia, e um dos participantes falou de sua preocupação com os colegas da unidade que demonstram estar “deprimidos”. Outros participantes questionaram sobre os

sinais de riscos de suicídio, negando que as dificuldades com o trabalho possam ser causa de suicídio, mas a culpa é atribuída a problemas pessoais.

Eu acho que essas pessoas já são um pouco perturbadas pelos problemas anteriores que tem, aí, quando elas se deparam com essas situações e elas veem que não podem resolver nada, não podem fazer nada, ficam mais perturbadas, ainda (H7).

Eu falei com a colega: sua arma você vai guardar na minha sala, porque a gente não sabe o que tá passando pela cabeça da criatura... (H7).

E a pessoa manifesta a vontade de se matar, ela fala ou é só com atitudes? (H6).

Essa verbalização com os problemas dos “colegas” sugere as preocupações que os participantes têm com a própria saúde física e mental. A atividade policial é considerada de risco e admitir o sofrimento pode ser admitir o fracasso. Dessa forma, talvez essa tenha sido uma via encontrada para falar do seu sofrimento, e até de pedir ajuda: falar da percepção com o sofrimento do colega. Esse não é um grupo terapêutico, portanto parece natural que os participantes refiram-se aos problemas, mesmo que sejam seus, como sendo o “problema do outro”, como uma forma de resguardarem-se da exposição de suas fragilidades diante dos colegas. Entretanto, o discurso inicial de que os chefes não adoecem foi questionado ao final do encontro, pois eles puderam perceber que o sofrimento existe, mas o homem não deve falar a respeito, sob pena de ser excluído do grupo.

Minha expectativa é de que essas pessoas que sentem esse desconforto em relação ao que vivem aqui, que tenham algum problema, que tenham algum canal pra resolver (H7).

Observou-se, pelo comentário de um participante que foi apoiado verbalmente por outros, que os policiais sentem a necessidade de terem um espaço para poder falar de suas dificuldades com o trabalho: “minha expectativa é que tenham um canal para resolver” (H7). Esse tema deu pistas de que, com o decorrer das sessões, os participantes puderam ir admitindo a presença de algum sofrimento psíquico, decorrente do tipo de atividade que desempenham.

A diferença de gênero pode ser percebida nas declarações de alguns. A fala destacada mostra como os estereótipos de masculino e feminino, do que é ser homem e ser mulher, orientam a percepção dos participantes sobre seu trabalho e a expressão dos seus sentimentos. Referem-se ao ser homem e ao ser mulher de forma essencialista, onde diferenças biológicas se sobrepõem às construções socioculturais, políticas e religiosas. Como considera Gosdal (2007), a resistência às alterações socioculturais e jurídicas nos papéis de gênero manifesta-se em práticas de discriminação da mulher no trabalho. Nesse mesmo sentido, Molinier (2002) afirma que as provas de coragem e de bravura são indexadas à construção da identidade masculina: um homem deve dominar a dor.

Se nada for feito, esse pessoal vai adoecer. E também os homens, eu acho que eles não falam do que estão sentindo, quando o homem fala, fica parecendo frescura. A mulher é mais sensível, expressa mais, entra de licença, fica deprimida (H8).

Alguns participantes falaram de sua percepção quanto à utilização de defesas psíquicas para a realização do trabalho, como a banalização dos crimes cometidos contra a criança e o adolescente e as estratégias utilizadas para evitar o sofrimento, além da importância de terem falado e ouvido os colegas da unidade.

Acho que a unidade tem que ter um tempo pra trabalhar, não dá ficar muito tempo, porque desgasta, se você fica muito tempo, você começa a banalizar, como eu já vi colegas falando “ah foi só uma surrinha”. Você começa a banalizar aquela situação porque o seu parâmetro deixa de ser o seu, como pessoa, e passa ser o daqui. “Ah, três marcas é muito pouco pra um estupro” (H7).

Eu queria falar sobre o dia que eu vi umas fotos no computador do abusador, aquilo me deu até ânsia de vômito tão grande, eu não me senti bem. Então, a partir daquele dia, eu disse pra mim mesma: se eu não precisar olhar, eu não vou olhar, pra que eu não sentisse aquele negócio ruim de novo. É uma forma que eu tô me protegendo (H8).

Às vezes você esquece de perceber a situação do colega, eu acho que essa vai ser a grande mudança depois desse grupo, isso vai ajudar a gente a refletir em cima disso aí (H4).

Ao final do encontro, a discussão voltou-se para as mudanças em relação ao seu olhar sobre as pessoas. A percepção dos homens acerca dessas mudanças, a partir do trabalho na unidade, dizem respeito não só à conduta de outros homens, mas, também, à sua conduta em relação às crianças e adolescentes do seu convívio: o discurso é de que ficaram mais atentos ao que os outros podem pensar quando eles estão próximos de uma criança ou adolescente. Já, as mulheres observaram que ficaram mais atentas ao comportamento, inclusive de seus companheiros quando se aproximam das crianças e adolescentes de seu convívio, o que gerou mudanças em seus relacionamentos conjugais.

O que levou mais pra mim é eu passar a olhar pro meu marido como uma pessoa que poderia fazer, nunca desconfiei, mas pode fazer, também (H8).

Eu acho que a consequência que eu levei foi justamente essa, de policiar mais as condutas dos suspeitos, por causa dos nossos filhos, sobrinhos, pessoas mais próximas (H2).

Uma participante chamou atenção para o comportamento de banalização que os policiais passam a ter em relação aos crimes da unidade, após algum tempo de trabalho.

Não dá ficar muito tempo aqui, porque desgasta, se você fica muito tempo você começa a banalizar, como eu já vi colegas falando “ah, foi só uma surrinha”. Você começa a banalizar aquela situação, porque o seu parâmetro deixa de ser o seu, como pessoa, e passa ser o do setor (H7).

Ao dizer que, com o decorrer do tempo trabalhando com esse tipo de crime, “as pessoas” começam a banalizar a violência contra crianças e adolescentes, o policial parece admitir que não seja, de fato, “imune” a esse contato. Além disso, começaram a admitir que se utilizam de estratégias para se protegerem das consequências com o trabalho a fim de evitar o sofrimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa, um estudo de caso, teve como objetivo verificar que estratégias de defesa estariam sendo utilizadas por um grupo de policiais civis para evitar o adoecimento e continuarem a exercer suas funções. Os policiais do estudo investigam crimes cujas vítimas são crianças e adolescentes. Partiu-se da consideração do pesquisador francês Christophe Dejours, que desde 1993 mudou o seu objeto de análise, ao estudar a Psicodinâmica do Trabalho das descompensações que fazem adoecer para o estudo da normalidade, definida como um constante equilíbrio entre o sofrimento e as defesas contra o sofrimento. A mudança epistemológica baseou-se no seguinte pressuposto: “o sofrimento é primeiro, não é o trabalho que causa o sofrimento, ele é antecedente ao trabalho, na experiência humana” (Molinier, 2008a, p. 64). O sofrimento é a experiência originária, por meio da qual o ser humano sente a vida em si.

As noções de sofrimento criador e sofrimento patogênico designam os destinos diferenciados do sofrimento e, no campo do trabalho, é o real do trabalho, o que resiste, que gera o sofrimento, não deixando o sujeito ileso. Talvez seja a razão de Molinier afirmar que a Psicodinâmica do Trabalho repousa sobre o postulado da centralidade do trabalho, entendido como “o processo que sustenta os três poderes do trabalhar: transformar o mundo, objetivar a inteligência, transformar o sujeito” (Molinier, 2008a, p. 88).

Dejours (2003) e Molinier (2008a) concordam que o prazer e a saúde mental são dependentes da qualidade dos investimentos afetivos e simbólicos da tarefa e da atividade, ou seja, do sentido do trabalho, das modalidades do reconhecimento. A interpretação das defesas como resposta ao sofrimento negado está no centro da ação, como ponto de partida do trabalho psíquico. Foi nessa perspectiva que a Psicodinâmica do Trabalho desenvolveu seus métodos de intervenção com o objetivo de analisar essas defesas, com as partes

interessadas, para garantir que elas se desloquem e os sujeitos sejam, eles mesmos, capazes de reavivar a discussão sobre o que os faz sofrer no trabalho.

A partir da proposta metodológica que deu embasamento a esta pesquisa qualitativa, foram realizadas sessões de clínica do trabalho com dois grupos de 10 policiais civis cada, que investigam crimes nos quais crianças e adolescentes foram vítimas de violência; em cada grupo, foram realizadas quatro sessões.

Nessa perspectiva, fundamentada nas abordagens da Psicodinâmica do Trabalho e da Divisão Sexual do Trabalho, esta pesquisa possibilitou, ao longo das sessões, o acesso a algumas estratégias de defesa utilizadas por esses policiais para se manterem em atividade, pois, como consideram Dejours (2007) e Cruz (2005), os trabalhadores são sujeitos ativos, que constroem estratégias em face do sofrimento para tentar ressignificá-lo, transformá-lo, usufruir o prazer e manter a saúde. Além disso, pôde-se interpretar como se dá a hierarquia entre os sexos, bem como se revelam as diferenças entre as estratégias utilizadas por homens e mulheres policiais, nesse grupo.

Uma conclusão importante do estudo diz respeito à questão de gênero, que pôde ser analisada mais claramente com a comparação entre os dois grupos de participantes e também entre os mesmos grupos. De acordo com Scott (2005), gênero é entendido como um conceito construído historicamente e socialmente para se compreender as relações entre homens e mulheres e seus papéis na sociedade e nas relações de poder. É uma forma de se referir à organização social da relação entre os sexos (Scott, 1995), rejeitando-se o paradigma determinista da condição social pelo sexo biológico. Entretanto, ainda segundo Scott (1995), é impossível estudar uma determinada configuração social sem reconhecer as fortes amarras que as relações entre os sexos impõem. Com relação à influência dos estudos sobre gênero, Hirata e Kergoat (1994) defendem o paradigma da divisão sexual do trabalho, segundo o qual, em poucas palavras, toda força de trabalho é sexuada.

Nesta tese, adota-se esse pressuposto: todo trabalho é sexuado, e o trabalho do homem tem mais valor do que o da mulher. Segundo Hirata e Kergoat (1988):

o valor do trabalho – termo empregado aqui no sentido antropológico e ético, não no sentido econômico – atravessa toda a reflexão: ele induz a uma hierarquia social. Valor e princípio de hierarquia, sob aparências múltiplas, permanecem imutáveis: o trabalho de um homem pesa mais que trabalho de mulher (p.113).

Nessa perspectiva, parece que o trabalho nessa unidade faz mal, particularmente, às defesas viris dos policiais e mais significativamente aos posicionamentos dos homens na sociedade.

O fato de que eles trabalham com crianças e que são “gozados” como *baby sitter*, já que essa atividade é própria das mulheres, pode ser uma forma de considerar que os policiais dessa unidade são como mulheres, ou que são pouco viris. Quando policiais de outros setores desqualificam o trabalho deste setor como sendo uma “creche”, podem estar utilizando uma estratégia defensiva coletiva, uma ideologia que valoriza o grupo pelas dificuldades que enfrentam no “verdadeiro trabalho policial”, que exige atributos de força, virilidade, ou “ethos guerreiro”. Pode ser ainda uma forma que outros policiais encontram de se protegerem do contato com vítimas e autores desse tipo específico de crime.

Em pesquisa com guardas municipais, Pinto e Silva, Fabbro e Heloani (2009) argumentam que atividades profissionais que envolvem situações de ansiedade, tensão e risco favorecem a constituição de ideologias defensivas de tensão e medo, além de mobilizarem o ideal de salvar vidas e atitudes heróicas. Concluíram os autores que as questões de gênero e de poder na instituição policial acarretam uma divisão sexual do trabalho, já que os trabalhadores que não aderem a essa ideologia defensiva passam a fazer

um trabalho assistencial, próximo à condição estereotipada de trabalho feminino e, portanto, desvalorizado social e institucionalmente.

Os policiais homens, participantes deste estudo, parecem utilizar uma lógica viril para lidar com o medo gerado pelo trabalho. Nesse caso, o medo é de não serem reconhecidos, verdadeiramente, como policiais, fortes. A estratégia de defesa coletiva da qual fazem uso para lidar com esse medo é afirmar que a atividade executada por eles é, meramente, investigar. Além disso, a intenção desses policiais parece ser, também, de anestesiar a percepção que têm da realidade que os faz sofrer diante da “incapacidade” de proteger todas as “vítimas indefesas” dos abusadores que estão por toda a parte: “porque o adulto grita, corre e esperneia, mas a criança, não. É um crime continuado, permanente e contra um inocente”, disse um dos participantes.

As mulheres policiais dessa unidade parecem seguir a mesma lógica viril utilizada pelos participantes, para se defenderem do sofrimento decorrente das situações de trabalho, cujo referencial é o masculino. Entretanto, para lidarem com as crianças e adolescentes, essas trabalhadoras precisam se mostrar doces e meigas. Como considera Molinier (2002), é a construção de uma feminilidade artificial, pela maneira com que têm que lidar com as vítimas. As participantes precisam se mostrar femininas, maternais e, ao mesmo tempo, precisam se mostrar fortes, viris, para serem reconhecidas como policiais e confirmarem a sua identidade no grupo. Nesse sentido, em estudo sobre a demarcação dos postos de comando e funções ocupadas pelas mulheres policiais na Polícia Civil do Ceará, Lopes e Brasil (2010) concluíram que há cargos na Polícia Civil tidos como “cadeiras cativas” das delegadas, dada a sua identificação quase “natural” com o feminino, como os cargos dos titulares das delegacias de mulheres, delegacias de crianças e adolescentes e delegacias de combate à exploração sexual de crianças e adolescentes. Também existem postos de

comando reconhecidos como “searas” masculinas, caracterizando a desigualdade de atividades entre homens e mulheres por meio de estereótipos de gênero.

Um dos atores que fazem parte do trabalho do policial é o criminoso. No caso dessa unidade, em particular, é a pessoa que comete crimes contra crianças e adolescentes. Infere-se pelas discussões nos grupos que, no contato com esse criminoso, um dos riscos que correm essas policiais é o de se tornarem agressivas, violentas. Na discussão desta tese, no tópico “que criminoso é esse?”, a expressão de uma das participantes: “você desenvolve uma maldade que antes não percebia, e é uma maldade perversa mesmo, que se você pudesse, seria aquela coisa do inferno mesmo, de você ver a pessoa sofrendo à míngua, assim bem de pouquinho...” (P4) sugere que é o que esse tipo de trabalho pode produzir nessas mulheres, um risco psíquico, pois as defesas não transformam os riscos, são proteções psicológicas, mas podem fracassar. A questão é como elas se defendem da sua própria violência, da violência que destrói, pois, ao mesmo tempo, elas dizem que “não sentem nada”, o que pode significar a possibilidade de as participantes estarem utilizando um recurso para “anestesiá-lo” o ódio sentido pelo agressor, pelo pedófilo.¹⁵ Ao afirmar que todos os agressores de crianças são doentes, as policiais utilizam-se da racionalização defensiva, pois não se pode odiar alguém que é doente, uma pessoa doente deve ser protegida. Procura-se, então, desculpar a agressão, embora pareça paradoxal, mas isso protege esse policial e essa policial que se tornam conhecedores da violência e dos atos dos abusadores; poderá ser uma forma de se tornarem tolerantes ao crime, a fim de suportá-lo.

No caso das policiais que trabalham nessa unidade, se o criminoso é considerado um covarde, de certa forma, faz com que as policiais, a despeito de suas fragilidades físicas decorrentes, segundo elas, de problemas de saúde, consigam enfrentá-los. E o fato de os

¹⁵ De acordo com o Catálogo Internacional de Doenças (CID)19, a pedofilia é considerada um transtorno de preferência sexual, classificada como parafilia (para = desvio; filia = aquilo para que a pessoa é atraída) e também como uma perversão sexual.

criminosos serem pessoas covardes pressupõe que eles não utilizem a força física para cometerem os seus crimes, o que coloca as mulheres policiais em igualdade de condições com eles, do ponto de vista da força, dando a elas uma possibilidade de enfrentamento, o que poderia reafirmar sua identidade de policial. Contudo, o trabalho policial é um trabalho viril, baseado na força, na agressividade, logo, todos os profissionais de polícia devem ter essas características para terem o seu trabalho reconhecido e para se sentirem inseridos no grupo de policial, com uma identidade de policial. Dessa forma, mesmo as mulheres que participaram do estudo, revelaram que se sentem desvalorizadas por fazerem um trabalho feminizado.

Em relação à prescrição do trabalho, de acordo com o texto sobre a história da polícia, no primeiro capítulo desta tese, pôde-se perceber que os trabalhadores policiais, ao longo do processo de criação e legitimação da instituição, foram adaptando-se às exigências acerca de sua atuação. No Brasil, no início do estabelecimento da democracia, pós-Constituição de 1988, a atividade policial voltou-se para a segurança pública, segurança dos cidadãos, e não mais para a segurança nacional, predominante no período anterior. Como reflexo dessa recenticidade, as atribuições desses profissionais estão, ainda, em processo de construção e de conhecimento por parte desses policiais. Se, de forma geral, essas atribuições ou limitações ainda não estão totalmente conhecidas, em um grupo de policiais que trabalha com um tipo específico de crime não é muito diferente. Essa, também, é uma das principais queixas dos participantes desta pesquisa: sentem-se fazendo uma atividade distante daquela que esperavam, enquanto policiais – uma atividade heroica, que exige bravura e virilidade (Anchieta, 2003; Anchieta e Galinkin, 2005). Como citado na pesquisa de Fernandes (2005), o trabalho policial está baseado na cultura do macho, do poder, associado ao “ethos guerreiro” e reforça essa ideia o texto da Anistia Internacional, que afirma “o policiamento no Brasil é uma tarefa de alto risco...” (2005, p. 18). Com o

trabalho com crianças e adolescentes, ao contrário, acabam por atuar como “psicólogos” ou “assistentes sociais”, o que os distancia simbolicamente dos outros policiais da instituição, desvalorizando-os, pois os afasta do “ethos guerreiro”.

Desde o ingresso da mulher na polícia, sua imagem estava ligada às atividades tidas como femininas, ou seja, houve uma espécie de maternalização do papel da mulher na instituição. Por essa razão, as policiais são colocadas, em sua maioria, para exercer trabalhos administrativos ou, até mesmo, para apresentarem uma imagem menos truculenta da instituição à sociedade, fator que impede sua inserção plena na corporação para além dos espaços tipicamente femininos. De certa forma, como considera Souza (2009), as mulheres continuam a ocupar um lugar marginal na polícia, já que o confronto com as situações de risco permanecem como critérios balizadores da função policial, que ainda é um espaço reservado aos homens. As mulheres policiais estariam, então, introduzindo novos tipos de conflitos em um campo socialmente legitimado pela dominação masculina.

Como demonstra o estudo dos pesquisadores franceses Caroly, Lorient & Boussard (2006), várias policiais, durante a carreira, acabaram por ser lotadas em funções administrativas, o que vem ao encontro da percepção de Bourdieu, Chamboredon e Passeron (1999), de que os que adentram em um espaço socialmente demarcado podem se sentir deslocados, e, para que isso não ocorra, devem cumprir as condições que lhe são exigidas.

Além disso, o trabalho neste setor parece confrontar os homens com uma empatia perturbadora com os criminosos: violadores, abusadores. Dessa forma, eles expõem uma série de práticas para tentar não se preocupar com o que se passa sob os seus olhos, como uma escuta superficial dos envolvidos e a banalização da gravidade dos crimes. O pânico moral, expressão utilizada pela socióloga francesa Herman (2007), ou a preocupação com o julgamento de outros pode ser, também, uma das explicações para que esse grupo de policiais homens tenha contato mais próximo com suspeitos e testemunhas envolvidos em

ocorrências do que com as vítimas, sejam elas homens sejam mulheres, pois, em face desse fenômeno ou diante da possibilidade de se sentirem como “suspeitos” de abuso, os policiais podem evitar certas práticas quem exijam a proximidade com crianças e adolescentes.

O destino do sentimento de horror ou ódio que se apodera das famílias nas quais acontece o incesto ou de abusadores de crianças é se transformar em nojo (sublimação), que é uma forma socializada, compartilhada de horror, (Gainard, 2011)¹⁶. Esse nojo pode, para os trabalhadores em contato com esse tipo de criminoso, transformar-se em sentimento de *impotência*, que poderá ser prejudicial à capacidade de trabalho, ou ser transformado para que possam continuar a trabalhar. Além disso, na tentativa de se defenderem da sensação de impotência, os policiais e as policiais acabam por culpabilizar a vítima pela violência sofrida. O contato que esses e essas policiais têm com esse tipo de crime e criminoso pode fazer com que eles e elas reelaborem sua visão de mundo, proporcionando mudanças nos relacionamentos interpessoais, na questão da maternidade e paternidade e no próprio trabalho.

Durante as discussões nos grupos, uma das frequentes reações dos participantes e das participantes foram os risos, mesmo diante do que não nos parecia a nós, pesquisadoras, engraçado. O riso diante de algumas situações de trabalho foi descrito por Molinier e Flottes (1999), em pesquisa com trabalhadores de uma indústria farmacêutica. Pela análise das autoras, depreendeu-se que “a capacidade coletiva de brincar, de encontrar motivo para rir de tudo e de brincar com os contratemplos tem um papel importante nas defesas para que o trabalhador possa se manter em situação de trabalho” (p. 44). De forma semelhante, os policiais homens “brincam” ao relatar que consideram que podem ser suspeitos de pedofilia, mesmo no contato com filhos e outros familiares, razão pela qual

¹⁶ Seminário na cidade de Tours/França, em janeiro/2011, durante o estágio de doutorado.

passaram a evitar a aproximação física com crianças e adolescentes, modificando suas vidas pessoais.

As policiais mulheres, por sua vez, “brincam” ao relatar que desconfiam de todos os homens que se aproximam de seus filhos ou crianças e adolescentes do seu convívio, mesmos que esses homens sejam os próprios maridos. Essa desconfiança tornou-as extremamente atentas, até “paranoicas” com o medo dos riscos a que estão expostos os próprios filhos, modificando, inclusive, suas relações conjugais e familiares. Estratégia de defesa coletiva semelhante é utilizada pelo grupo de cirurgiãs estudado por Cassel (2000) e comentada por Molinier (2002).

De acordo com o estudo de Cassel (2000), as estratégias coletivas das cirurgiãs (mulheres) são apoiadas em uma ideologia viril, o que significa que uma cirurgiã “mole”, que não consegue ser sádica e agressiva, não consegue operar. O mesmo se passa com esse grupo de policiais: sem a devida agressividade e até nas pseudodemonstrações de sadismo, como os risos, por exemplo, não seria possível serem reconhecidas como policiais. Segundo Molinier (2010), algumas ideologias defensivas contra o sofrimento no trabalho alimentam e retroalimentam o imaginário sexista e racista em nossa sociedade.

Assim, diante do que foi observado e discutido nos grupos de policiais, pode-se perceber que esses e essas policiais têm desenvolvido estratégias de defesas coletivas, algumas semelhantes para homens e mulheres, como formação reativa, negação do sofrimento e sublimação. Mesmo nessa unidade em que a maioria do grupo é de mulheres, elas têm desenvolvido suas estratégias a partir de um referencial masculino, pois a polícia é uma instituição predominantemente masculina. Dessa forma, as mulheres precisam se mostrar fortes, mas não podem abrir mão do lado “maternal”, pois terão que, de forma naturalizada, exercer funções que exijam contato próximo com crianças e adolescentes, com a sublimação das pulsões agressivas. Para tanto, poderão lançar mão do que Molinier

(2002) denomina de feminilidade artificial, estratégia que é utilizada como uma exigência para fazerem parte de um grupo e, ao mesmo tempo, serem aceitas por outro.

A abordagem teórica e metodológica da Psicodinâmica do Trabalho permitiu que se tivesse acesso a algumas estratégias de defesa utilizadas por policiais que investigam ocorrências nas quais crianças e adolescentes são vítimas de violência. Essas estratégias têm como base a ideologia defensiva da virilidade. Ter acesso a essas estratégias coletivas – negação, sublimação e formação reativa (banalização e eufemização) – possibilitou a interpretação do sofrimento vivenciado por esses e essas profissionais que desempenham uma atividade não valorizada socialmente por ser um trabalho feminizado e pela sensação de impotência, ao sentirem-se incapazes de proteger todas as crianças e adolescentes dos abusadores.

A valorização do trabalho desses policiais é feita pelos colegas da própria unidade, o que dá coesão ao grupo, descrito por todos e todas como uma das únicas satisfações com a função desempenhada. Entretanto, esses profissionais parecem ser mobilizados por um ideal heroico, de salvar vidas, o que parece ser uma das explicações para um investimento psíquico desses profissionais, ou seja, o “verdadeiro” reconhecimento do trabalho (Molinier, 2010), pois “o valor do trabalho, no sentido ético do termo, e não utilitarista, depende do que é importante para nós” (Molinier, p.107).

Em função da intervenção em Psicodinâmica do Trabalho, os participantes tiveram a possibilidade de pensar em sua situação, em sua relação com o trabalho e nas consequências dessa relação em sua vida fora do trabalho. Pôde-se perceber que os participantes, por meio da escuta do outro e de sua própria escuta, puderam identificar algumas de suas defesas, entrar em contato com sua subjetividade e ressignificar seu sofrimento. Uma consequência imediata dessa intervenção foi a saída de uma das

participantes da unidade, a pedido. Essa participante queixava-se de “falta de identificação” com as funções desempenhadas.

Durante a intervenção, foi sugerida, pelos próprios participantes, a criação de um espaço de discussão permanente na unidade para que eles pudessem alavancar mudanças no trabalho ou em suas relações laborais (Dejours, 1995). Todavia, confirmou-se, posteriormente, que não foi possível a criação desse espaço, pois, com as mudanças políticas ocorridas na cidade a partir de janeiro de 2011, vários servidores da Polícia Civil foram relatados, dentre eles, os participantes dessa pesquisa, e poucos servidores permaneceram na unidade.

Como consideram Patten e Burke (2001, citando Henry, 1995), o policial é um sobrevivente psicológico e, apesar do sofrimento desses e dessas profissionais, pode ser considerado como “sofrimento criador”. Contudo, algumas estratégias de defesas parecem já estar fracassando, gerando um sofrimento patogênico no grupo e desencadeando algumas doenças que poderão, dentro de algum tempo, impossibilitar vários desses policiais no desempenho do seu trabalho.

Como limitação de pesquisa, ressalta-se a impossibilidade de se generalizar esse estudo, visto que se trata de um grupo único, com características e experiências únicas. Sugerem-se outras intervenções em unidades da Polícia Civil para que se possa, além de beneficiar os policiais com o “espaço de fala”, comparar as estratégias utilizadas por servidores de outras unidades.

Espera-se que a pesquisa possa orientar políticas para o desenvolvimento dessa unidade policial e provocar discussões sobre o papel do policial nessa instituição e na sociedade.

REFERÊNCIAS

- Academia de Polícia Civil, [APC]. (1998). *História da Polícia Civil de Brasília: aspectos estruturais*. Brasília: Polícia Civil do DF.
- Adorno, S. (1995). A violência na sociedade brasileira: um painel inconcluso em uma democracia não consolidada. *Revista Sociedade e Estado*, 10(2), 299-342.
- Agostini, N. (1993). *Ética e evangelização*. Rio de Janeiro: Vozes.
- Albornoz, S. (1997). *O que é trabalho*. São Paulo: Brasiliense.
- Alves, M. G. de M. (2004). *Pressão no trabalho: estresse no trabalho e hipertensão arterial em mulheres no Estudo Pró-Saúde*. Tese de doutorado, Departamento de Epidemiologia e Métodos Quantitativos Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública, Rio de Janeiro, Brasil.
- Amaral, L. O. O. (2003). *Direito e segurança pública: a juridicidade operacional da polícia*. Brasília: Consulex.
- Anchieta, V. C. C. (2003). *Policia 24 horas: um estudo sobre representação social da violência e identidade entre policiais civis do Distrito Federal*. Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília, Brasília.
- Anchieta, V. C. C., & Galinkin, A. L. (2005). Policiais civis: representando a violência. *Psicologia & Sociedade*, 17(1), 29-37.
- Anchieta, V. C. C, Galinkin, A. L., Mendes, A. M. M, & Neiva, E. R. (2011). Trabalho e riscos de adoecimento: um estudo entre policiais civis. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 27(2), 199-208.
- Anistia Internacional. (2005). *Eles entram atirando: policiamento de comunidades socialmente excluídas no Brasil*. Porto alegre: Nova Prova.

- Araribá *História* (2010). São Paulo: Moderna.
- Andrade, E. R., Sousa, E. R. de, & Minayo, M. C. de S. (2009). Intervenção visando a auto-estima e qualidade de vida dos policiais civis do Rio de Janeiro. *Ciência & saúde coletiva*, 14(1), 275-285.
- Antunes, R. (2003). O caráter polissêmico e multifacetado do mundo do trabalho. *Revista Educação, Saúde e Trabalho*, 1(2), 55-61.
- Araújo, M. F. (2005). Diferença e igualdade nas relações de gênero. *Revista Psicologia Clínica*, 17(2), 41-52.
- Arendt, H. (1989). *A Condição humana*. Rio de Janeiro: Forense.
- Arendt, H. (2009). *Eichmann em Jerusalém. Um Relato sobre a banalidade do mal*. São Paulo: Cia. das Letras.
- Assis, M. P F. (2006). Uma apreciação feminista da teoria arendtiana. *Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC*, 3(1), 1-17.
- Azevedo, M. A. & Guerra, V. N. (Orgs.). (1989). *Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder*. São Paulo: Iglu.
- Balloni, G. J. (2002). Estresse. *Psiquiatria Geral*. Recuperado em abril de 2011 em www.psiqweb.med.br/cursos/stress1
- Bandeira, L., & Costa, A. (2007). A deontologia e o controle da atividade policial. In A. Costa, & L. Bandeira (Orgs.), *A segurança pública do Distrito Federal: práticas institucionais e dilemas culturais* (pp. 37-59). Brasília: LGE.
- Beauvoir, S. (1949/1990). *Le deuxième sexe*. Paris: Éditions Gallimard.
- Berges, Michel (1988). Michel Foucault et la Police. In J. L. Loubet des Bayle (Ed.), *Police et société*. Toulouse, France: Presses de l'Institut d'Études Politiques de Toulouse.

- Bobbio, N., Matteucci, N., & Pasquino, Gianfranco. (1998). *Dicionário de política* (Vol. 1, 11a ed.). Brasília: UnB.
- Bourdieu, P. (1989). *O poder simbólico*. Lisboa: Difel.
- Bourdieu, P. (1994). *Raisons pratiques (sur la théorie de l'action)*. Paris: Seuil.
- Bourdieu, P., Camboredon, J. C., & Passeron, J. C. (1999). *A profissão de sociólogo: preliminares epistemológicas*. Rio de Janeiro: Vozes.
- Brandão, E. R. (2006). Renunciante de direitos: a problemática do enfrentamento público da violência contra a mulher: o caso da delegacia da mulher. *Revista de Saúde Coletiva*, 16(2), 207-231.
- Bridges, W. (1995). *Um mundo sem empregos*. São Paulo: Makron Books do Brasil.
- Brito, A. S. de, & Souza, L. (2004). Representações sociais de policiais civis sobre profissionalização. *Revista Sociologias*, 6(12), 304-327.
- Butler, S. (1979). *A conspiração do silêncio: o trauma do incesto*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Calazans, M. E. de (2003). *A constituição de mulheres em policiais: um estudo sobre policiais femininas na Brigada Militar do Rio Grande do Sul*. Dissertação de mestrado em Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Calazans, M. E. de. (2004). Mulheres no policiamento ostensivo e a perspectiva de uma segurança cidadã. *Revista São Paulo em perspectiva*, 18(1), 142-150.
- Camelo, S. H. H., & Angerami, E. L. S. (2004) Sintomas de estresse nos trabalhadores atuantes em cinco núcleos de saúde da família. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 12(1), 14-21.
- Cancelli, E. (1998). *O mundo da violência: a política da Era Vargas* (2a ed.) Brasília: Universidade de Brasília.

- Cappelle, M. C. A., & Melo, M. C. de O. L. (2010). Mulheres policiais, relações de poder e de gênero na Polícia Militar de Minas Gerais. *Revista de Administração Mackenzie*, 11(3), 71-99.
- Cardia, N. (1997). O medo da polícia e as graves violações dos direitos humanos. *Tempo Social*, 9(1), 249-266.
- Carmo, P. S. (1992). *A ideologia do trabalho*. São Paulo: Moderna.
- Caroly, S., Lorient, M., & Boussard, V. (2006). O colectivo de trabalho e as regras do ofício. Cooperação entre jovens e velhos, homens e mulheres nas brigadas de Polícia. *Revista Laboréal*, 2(2), 6-13.
- Castro-Silva, L. M. (2006). *Casos de afastamento por LER/DORT e retorno ao trabalho bancário: uma análise psicodinâmica*. Dissertação de mestrado, Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília.
- Cavassani, S. M. C. (1998). *A utilização de violência na atividade policial: da insanidade coletiva à loucura solitária*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, Espírito Santo, Brasil.
- Clot, Y. (1996). Psychologie du travail: une histoire possible In: *Les histoires de la psychologie du travail: approche pluridisciplinaire* (pp. 17-26). Toulouse: Octarès.
- Clot, Y. (1999). Psychologies du travail: une histoire possible. In Y. Clot (Org.), *Les histoires de la psychologie du travail; approche pluri-disciplinaire* (2a ed., pp.19-27). Paris: Octares Editions.
- Clot, Y. (2008). Entrevista. *Mosaico: estudos em psicologia*, 2(1), 65-70.
- Clot, Y., & Lhuillier, D. (2010). Introduction. In Y. Clot, & D. Lhuillier. *Agir et clinique du travail* (pp. 7-10). Toulouse, FR: Éditions Érès.

- Codo, W. (2006). Ação dos psicólogos nos sindicatos: trabalho, alienação e transformação social. In W. Codo (Org.), *Por uma psicologia do trabalho*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. (1988). Brasília.
- Costa, A. T. (2004). *Entre a lei e a ordem: violência e reforma nas polícias do Rio de Janeiro e Nova York*. Rio de Janeiro: FGV.
- Cru, D; Guicho-Bailly, M.-P. & Molinier, P. (2009). Présentation. In: D. Dessors; M.-P. Guicho-Bailly & P. Molinier (Dir.), *De l'ergonomie à la psychodynamique du travail : méthodologie de l'action*, (pp. 8-36). Toulouse: Éditions Érès.
- Cruz, R. M. Saúde, trabalho e psicopatologias. (2005). In B. W. Aued (Org.), *Traços do trabalho coletivo*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Cruz, S. G. F. P. (1989). *Herói ou bandido? Estudo sobre a produção de identidade em policiais militares*. Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.
- Cunha, A. G. da (1997). *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova fronteira.
- Daniellou, F., Laville, A. & Teiger, C. (1989). Ficção e realidade do trabalho operário. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, 17(68), 7-13.
- Davezies, P. (1993). Elements de psychodynamique du travail. *Éducation permanente*, 116, 33-46.
- Dejours, C. (1980) *Travail: usure mental – essai de psychopathologie du travail*. Paris: Du Centurion.
- Dejours, C. (1988). Adolescence: le masculin entre sexualité et société. *Adolescence*, 6(1), 89-116.

- Dejours, C. (1992). *A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho* (5a ed. ampliada). São Paulo: Cortez Editora.
- Dejours, C. (1993). Pour une clinique de la médiation entre psychanalyse et politique: la psychodynamique du travail. *Revue Trans Montreal*, 3, 131-156.
- Dejours, C. (1994). A carga psíquica do trabalho. In C. Dejours, E. Abdoucheli, & C. Jayet. (Orgs.), *Psicodinâmica do trabalho: contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho*. São Paulo: Editora Atlas.
- Dejours, C. (1995). Évaluation ou validation en psychologie du travail? Pratiques Psychologiques, de l'intuition à l'évaluation. *L'esprit du temp*, (1), 51-61.
- Dejours, C. (1998). Travailler n'est pas déroger. *Revue Travailler*, 1, 5-12.
- Dejours, C. (1999). *Conferências Brasileiras*. São Paulo: Fundap.
- Dejours, C. (2001). *Le corp d'Abord*. Paris: Payot.
- Dejours, C. (2003). *A banalização da injustiça social* (5a ed.). Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Dejours, C. (2004a). Addendum. In S. Lancman, & L. I. Sznalwar (Orgs.), *Christophe Dejours: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho* (pp. 47-104). Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz.
- Dejours, C. (2004b). Subjetividade, trabalho e ação. *Revista Produção*, 14(3), 27-34.
- Dejours, C. (2005). *O fator humano*. Rio de Janeiro: FGV.
- Dejours, C. (2007). Psicodinâmica do trabalho na pós-modernidade. In A. M. Mendes, S. C. C. Lima, & E. P. Facas (Orgs.), *Diálogos em psicodinâmica do trabalho*. Brasília: Paralelo 15.
- Dejours, C. (2008). A avaliação do trabalho submetida à prova do real. In L. I. Sznalwar, & F. L. Mascia (Orgs.), *Trabalho, tecnologia e organização*. São Paulo: Blucher.
- Dejours, C., & Bégue, F. (2010). *Suicídio e trabalho: o que fazer?* Brasília: Paralelo 15.

- Delgado, F. D. P. (2004). *Do livro à TV: personagens femininas em “Os Maias de Eça de Queiroz”*. Dissertação de mestrado, Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, SP.
- Donnici, V. L. (1990). *Polícia: guardiã da sociedade ou parceira do crime? Um estudo de criminologia*. Rio de Janeiro: Forense.
- Doray, B. (1987). De la production à la subjectivité. In M. M. Bertrand (Org.), *Je: sur l'individualité* (pp. 115-153). Paris: Messedorp.
- Dussel, E. D. (S. d.). *Para uma ética da libertação latino-americana*. São Paulo: Loyola/Unimer.
- Elias, N. (1990). *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Elias, N. (1997). *Os alemães, a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Fernandes, H. R. (1974). *Polícia e segurança: força pública do estado de São Paulo: Fundamentos históricos-sociais*. São Paulo: Alfa Omega.
- Fernandes, J. D., Melo, C. M. M., Gusmão, M. C, C. M, Fernandes, J. & Guimarães, A. (2006). Saúde mental e trabalho: significados e limites de modelos teóricos. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 4(5), 803-811.
- Fernandes, R. C. (2005). As armas de fogo de uso criminal na cidade do Rio de Janeiro (p. 233). In R. C. (Coord.), *As armas e as vítimas*. Rio de Janeiro: 7 Letras.
- Ferreira, K. M. M. (2002). Violência doméstica/intrafamiliar contra crianças e adolescentes – nossa realidade. In L. M. P. Silva (Org.), *Violência doméstica contra crianças e adolescentes* (pp. 17-44). Recife: EDUPE.
- Flottes, A. (2004). Conflits de personnes, «guerre des clans»: deux enquetes dans les services. *RevueTravailler*, 11, 147-168.

- Freitas, L. G. de (2006). *Saúde e processo de adoecimento no trabalho dos professores em ambiente virtual*. Tese de doutorado, Universidade de Brasília, Brasília.
- Freud, S. (1987/1930). *O mal-estar na civilização* (Vol. XXI, 2a ed.). (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud). Rio de Janeiro: Imago.
- Gainard, L. (2009). Les coulisses de l'exploit: la secrétaire contorsionniste. In O. Douville, & J. Benjamin (Dir.), *Psycho Sup.: 10 entretiens en psychologie clinique de l'adult* (pp. 215-231). Paris: Dunod.
- Galinkin, A. L. (2006). (Des)Construção da pessoa e violência. In A. M. O. Almeida, M. F. S. Santos, G. R. S. Diniz; & Z. A. Trindade (Orgs.), *Violência, exclusão social e desenvolvimento humano. Estudos em representações sociais* (pp. 55-74). Brasília: UnB.
- Galinkin, A. L., & Ismael, E. (2011). Gênero. In L. Camino, A. R. R. Torres, M. E. O. Lima, & M. E. Pereira (Orgs.), *Psicologia social: temas e teorias* (pp. 503-557). Brasília: Technopolitik.
- Godoy, T. C. M. (1991). *Perdas auditivas induzidas pelo ruído em militares: um enfoque preventivo*. Dissertação de mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- Gonçalves, H. S. (2005). Violência contra a criança e o adolescente. In E. P. Brandão & H. S. Gonçalves, H. *Psicologia jurídica no Brasil* (2a ed., pp. 277-307.). Rio de Janeiro: Nau.
- Gosdal, T. C. (2007). Direito do trabalho e relações de gênero: avanços e permanências. In A. R. de Araújo, & T. Fontenele-Mourão. *Trabalho de mulher: riscos, mitos e transformações*. São Paulo: LTR.
- Graça, L. (1996). *Evolução do sistema hospitalar: uma perspectiva sociológica*. Lisboa: Escola Nacional de Saúde Pública.

- Graça, L. (1999). Promoção da saúde no trabalho: a nova saúde ocupacional? (Cadernos Avulsos 1). Lisboa: Sociedade Portuguesa de Medicina do Trabalho.
- Guerra, V. N de A. (1998). *Violência de pais contra filhos: a tragédia revisitada* (3a ed.). São Paulo: Cortez.
- Habermas, J. (1997). Técnica e ciência como ideologia (A. Mourão, trad.). Lisboa: Edições 70.
- Harding, S. (1991). *Whose Science Whose Knowledge? Thinking from women's lives*. Ithaca, NY: Cornell University Press.
- Heloani, J. R. (2008). Saúde mental no trabalho: algumas reflexões. In A. M. Mendes (Org.), *Trabalho e saúde: o sujeito entre emancipação e servidão*. Curitiba: Juruá.
- Heloani, R., & Lancman, S. (2003). Psicodinâmica do Trabalho: o método clínico de intervenção e investigação. *Revista Produção*, 14(3), 77-86.
- Herman, E. (2007). La bonne distance. L'ideologie de la complémentarité légitimée en centres de loisirs. In Y. Guichard-Claudic, & D. Kergoat (Coord.), *Inversion du genre: corps au travail et travail des corps* (pp. 121-139). Paris: L'Harmattan.
- Hirata, H. (2002). *Nova divisão sexual do trabalho: um olhar voltado para a empresa e a sociedade*. São Paulo: Ed. Boitempo.
- Hirata, H., & Kergoat, D. (1988). Rapports sociaux de sexe et psychopathologie du travail. In C. Dejours (Dir.), *Plaisir et souffrance dans le travail* (Vol. 2, pp. 131-176). Paris: Éditions de l'AOCIP.
- Hirata, H., & Kergoat, D. (1994). A classe operária tem dois sexos. *Estudos Feministas*, 2(1), 93-100.
- Hirata, H., & Kergoat, D. (2007, setembro/dezembro). Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, 37(132), 595-609.

- Iarozinski, M. H. (2000). *Contribuições da teoria da ação comunicativa de Jurgen Habermas para a educação tecnológica*. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Tecnologia, Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná, Curitiba.
- Jacques, M. da G. C. (2003). Abordagens teórico-metodológicas em saúde/doença mental e trabalho. *Revista Psicologia e Sociedade*, 15(1), 97-116.
- Khansari, D. N. (1990). Effects of stress on the immune system. *Immunology Today*, 11(5), 170.
- Karam, H. (2003). Da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho: breve história de um percurso e questões teórico-metodológicas. *Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul*, 25(1), 182-191.
- Kergoat, D. (1978). Ouvriers=ouvrières? Propositions pour une articulation théorique de deux variables: sexe et classe sociale. *Critiques de l'Economie politique: nouvelle série*, 5, 65-97.
- Kergoat, D. (1982). *Les ouvrières*. Paris: Le Sycomore.
- Kergoat, D. (1984). Plaidoyer pour une sociologie des rapports sociaux. De l'analyse critique des catégories dominantes à la mise en place d'une nouvelle conceptualisation. In *Le sexe du travail. Structures familiales et système productif*. Grenoble: Presses universitaires de Grenoble.
- Kergoat, D. (1988). Le syllogisme de la constitution du sujet sexué féminin. Le cas des ouvrières spécialisées. In *Les rapports sociaux de sexe: problématiques, méthodologies, champs d'analyses*. *Cahiers de l'APRE*, 3(7), 105-114.
- Kergoat, D. (1998/2003). A divisão sexual do trabalho revisitada. In H. Hirata, & M. Maruani (Orgs.), *Novas fronteiras da desigualdade. Homens e mulheres no mercado de trabalho*. São Paulo: Editora do SENAC.

- Kergoat, D. (1996). Relações sociais de sexo e divisão sexual de trabalho. In M. J. M. Lopes, & D. E. Meyer. *Gênero e Saúde*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Kergoat, D. (2001). Le rapport social de sexe. De la reproduction des rapports sociaux à leur subversion. *Actuel Marx*, 30, 85-100.
- Kindermann, T., & Valsiner, J. (1989). Research strategies in culture-inclusive developmental psychology. In J. Valsiner (Ed.), *Child development in cultural context* (pp. 13-50). Toronto, CA: Hogrefe & Huber.
- Kuriyama, G. S. (1995) *Avaliação dos níveis de exposição pessoal ao dióxido de nitrogênio (NO₂) de policiais de trânsito na cidade do Rio de Janeiro: um estudo preliminar*. Dissertação de mestrado, Escola Nacional de Saúde Pública da FIOCRUZ, Rio de Janeiro.
- Lamarão, M. L, & Britto, R. C. de C. (1994). *Criança, violência e cidadania*. Belém: UNAMA.
- Laplanche, J., & Pontalis, J.-B. (1977). *Vocabulário da psicanálise* (3a ed.). Santos: Martins Fontes.
- Laurell, A. C.; & Noriêga, M. (1989). *Processo de produção e saúde: trabalho e desgaste operário*. São Paulo: Hucitec.
- Lazarus, R. S., & Folkman, S. (1984). *Stress, appraisal and coping*. New York: Springer.
- Le Guillant L., Roelens, R., Bégoïn, J., Béquart, P., Hamsen, M. & Lebreton, F. (1984). A neurose das telefonistas. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, 12(47), 7-11.
- Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990*. (1990). Estatuto da Criança e do Adolescente. Recuperado em 7 julho 2011, de <http://www.eca.org.br/eca.htm#texto>.
- Leopardi, M. T. (1999). *Processo de trabalho em saúde: organização e subjetividade*. Florianópolis: Papa-livros.

- Lessa, M. de L. (2011). A história da mulher na polícia bandeirante. Recuperado em 16 de maio de 2011, de www.comseguranca.com.br/novo/mulherpolicia
- Lhuilier, D. (2005). Le «sale boulot». *Travailler*, 14, 73-98.
- Lhuilier, D. (2006). *Cliniques du travail*. Paris: Érès Éditions.
- Lhuilier, D. (2010). Développement de la clinique du travail. In Y. Clot, & D. Lhuilier. *Agir en clinique du travail*. Toulouse: Éditions Érès.
- Lipp, M. E. (1984). Estresse e suas implicações. *Estudos de Psicologia*, 1(3/4), 5-19.
- Litim, M. (2006). *Les histoires de travail: un instrument du développement du métier et de l'activité professionnelle: Une analyse de l'activité soignante en gérontologie*. Thèse de doctorat en Psychologie, Conservatoire National des Arts et Métiers, Laboratoire de Psychologie du Travail, École Doctorale ETE, Paris.
- Lobo, L. (1990). Nossas crianças maltratadas e tão espancadas. In J. R. da Lippi (Org.), *Abuso e negligência na infância: prevenção e direito*. Rio de Janeiro: Ed. Científica Nacional.
- Lopes, B. E., & Brasil, G. M. (2010). Mulheres na polícia: demarcação dos espaços de comando e relações assimétricas de poder. *Fazendo Gênero – Diásporas, Diversidades, Deslocamentos*, 9, 1-9.
- Lukács, G. (1978). *As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem*. (Série Temas de Ciências Humanas, nº 4). São Paulo: Ciências Humanas.
- Manuel, G., & Soeiro, C. (2010 janeiro). Incidentes críticos na Polícia Judiciária. *Revista Análise Psicológica*, 28(1), 149-163.
- Marcineiro, N., & Pacheco, G. C. (2005). *Polícia comunitária: evoluindo para a polícia do século XXI*. Florianópolis: Insular.
- Martins, S. R. (2009). *Clínica do trabalho: clínica psicanalítica*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

- Marx, K. (1995). Ebauche d'une critique de l'économie politique. In: D. Méda. *Le travail: une valeur en voie de disparition* (p. 100). Paris: Aubier.
- Marx, K. (1998). *O capital: crítica da economia política* (3a ed.). São Paulo: LTR.
- Mendes, A. M. (2007). Da psicodinâmica à psicopatologia do Trabalho. In A. M. Mendes (Org.), *Psicodinâmica do trabalho: teoria, método e pesquisas*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Mendes, R. (1995). *Patologia do trabalho*. São Paulo: Atheneu.
- Mendes, R. (2003). Produção científica brasileira sobre saúde e trabalho, publicada na forma de dissertações de mestrado e teses de doutorado, 1950-2002. *Revista Brasileira de Medicina do Trabalho*, 1(2), 87-118.
- Minayo, M. C. (1994). Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In M. C. Minayo (Org.), *Pesquisa social: teoria, método e criatividade* (pp. 9-29). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Minayo, M. C., Souza, E. R., & Constantino, P. (2007). Riscos percebidos e vitimização de policiais civis e militares na (in)segurança pública. *Cadernos de Saúde Pública*, 23(11), 2767-2779.
- Molinier, P. (1995). *Psycodinamic du Travail e identité sexuelle*. Thèse de Psychologie, Conservatoire National des Arts et Métiers (CNAM), Paris.
- Molinier, P. (2002). Féminité sociale et construction de l'identité sexuelle: perspectives théoriques et cliniques en psychodynamique du travail. *L'orientation Scolaire et Professionnelle*, 31(4), 565-580.
- Molinier, P. (2003). Sujeito e subjetividade: questões metodológicas em psicodinâmica do trabalho. *Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo*, 14(1), 43-47.

- Molinier, P. (2004a). Psicodinâmica do trabalho e relações sociais de sexo. Um itinerário interdisciplinar. 1988-2002. *Revista Produção*, 14(3), 14-26.
- Molinier, P. (2004b). O ódio e o amor, caixa preta do feminismo? Uma crítica da ética do devotamento. *Psicologia em Revista*, 10(16), 227-242.
- Molinier, P. (2007). Une souffrance qui ne passe pas: mutations du corps féminin et création d'imaginaire dans une industrie pharmaceutique. *Corps Dominés, Corps en Rupture*, (41), 40-54.
- Molinier, P. (2008a). *Les enjeux psychiques du travail: introduction à la psychodynamique du travail*. Paris: Éditions Payot & Rivages.
- Molinier, P. (2008b). A dimensão do cuidar no trabalho hospitalar: abordagem psicodinâmica do trabalho de enfermagem e dos serviços de manutenção. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, 33(118), 6-16.
- Molinier, P. (2010). Souffrance, défenses, reconnaissance: le point de vue du travail. In D. Lhuillier, F. Giust-Desprairies, & M. Litim. "Risques psychosociaux", une nouvelle catégorie sociale? *Nouvelle de Revue de Psychologie*, 10, 99-110.
- Molinier, P. (2011, à paraître). *Corps, fantasmes et trouble de l'empathie. Une expérience de recherche sur la souffrance dans l'élevage industriel de porcs*.
- Molinier, P., & Flottes, A. (1999). Primauté de l'argent, dévalorisation du travail: un sentiment d'incompétence anxiogène. *Revue Travailler*, 2, 113-129.
- Monet, J. (2002). *Polícias e sociedade na Europa* (2a ed.). (M. A. L. Barros, trad.). São Paulo: USP.
- Moraes, B. B. (2000). *Segurança pública e direitos individuais*. São Paulo: Juarez de Oliveira.

- Moreira, A. C. S. (2003). *Características da atuação profissional do engenheiro de segurança do trabalho: uma pesquisa quantitativa com engenheiros catarinenses*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis.
- Moreira, R. (2010). O discurso maternalista e a construção da “polícia feminina”: dominação simbólica, negociação ou ressignificação? *Fazendo Gênero 9 Diásporas, Diversidades, Deslocamentos*.
- Murphy, J. N., Oliver, D. C., Monson, R. R., Sobol, A. M., Federman, E. B., & Leighton, A. H. (1991). Depression and anxiety in relation to social status. *Archives of General Psychiatry*, 48, 223-228.
- Nascimento, N. C. do (1999). *Uma delegacia de polícia no Distrito Federal: da estrutura à comunidade*. Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília, Brasília, Distrito Federal, Brasil.
- Nobre, M. T., & Barreira, C. (2008). Controle social e mediação de conflitos: as delegacias da mulher e a violência doméstica. *Revista Sociologias*, 10(20), 138-163.
- Patten, I., & Burke, T. (2001). Critical incident stress and the child homicide investigator. *Homicide Studies*, 5(2), 131-152.
- Perrot, M. (2001). *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. São Paulo: Paz e Terra.
- Pinheiro, P. S.; Izumino, E. A.; & Fernandes, M. C. J. (1991). Violência fatal: conflitos policiais em São Paulo. *Revista da USP*, 9, 95-112.
- Pinto e Silva, E.; Fabbro, M. R. C.; & Heloani, R. (2009). O trabalho de enfermeiras e guardas municipais: identidade, gênero e poder. *Revista Interface*, 13(31), 395-407.
- Prehn, D. R., & Hüning, S. M. (2005, julho/setembro). O movimento feminista e a psicologia. *Revista Psicologia Argumento*, 23(42), 65-71.

- Pruvost, G. (2007). Anatomie politique, professionnelle et médiatique des femmes dans la police. In Y. Guichard-Claudic, & D. Kergoat (Coord.), *Inversion du genre: corps au travail et travail des corps*. Paris: L Harmattan.
- Rago, M (1998). Descobrimo historicamente o gênero. *Cadernos Pagu*, (11), 89-98.
- Ramazzini, B. (1971). *As doenças dos trabalhadores*. Rio de Janeiro: Ed. Liga Brasileira Contra os Acidentes de Trabalho.
- Rodrigues G. D. (2000). *As representações sociais do trabalhador policial militar sobre a sua instituição: uma contribuição da enfermagem para a saúde mental no trabalho*. Dissertação de mestrado, Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Rodrigues, M. T. (2003). *Polícia e prostituição feminina em Brasília: um estudo de caso*. Tese de doutorado, Departamento de Sociologia, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília.
- Sacramento, J. S. (2007). *Polícia e gênero: percepções de delegados e delegadas da Polícia Civil do Rio Grande do Sul acerca da mulher policial*. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Santana, V. S. (2006). Saúde do trabalhador no Brasil: pesquisa na pós-graduação. *Revista de Saúde Pública*, 40(n.espec.), 101-111.
- Santos, J. V. T dos. (1997, maio). A arma e a flor: formação da organização policial, consenso e violência. *Revista de Sociologia da USP*, 9(1), 155-167.
- Scavone, L. (2008, janeiro/abril). Estudos de gênero: uma sociologia feminista? *Revista Estudos Feministas*, 16(1), 288.
- Scott, J. (1995). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, 20(2), 71-99.
- Scott, J. (2005). O enigma da igualdade. *Revista Estudos Feministas*, 13(1), 11-30.

- Segato, R. L. (1997). Os percursos do gênero na Antropologia e para além dela. *Revista Sociedade e Estado*, 12(2), 235-263.
- Selligmann-Silva, E. (1994). *Desgaste mental no trabalho dominado*. Rio de Janeiro/São Paulo: Cortez.
- Selligmann-Silva, E. (1995). Psicopatologia e psicodinâmica no trabalho. In R. Mendes (Org.), *Patologia do trabalho* (pp. 287-310). Rio de Janeiro: Ateneu.
- Silva, M. (1998). *Mortalidade por câncer em militares da Marinha do Brasil*. Dissertação de mestrado, Instituto de Saúde Coletiva, Universidade Federal da Bahia Salvador.
- Silva, M. B. da, & Vieira, S. B. (2008). O processo de trabalho do militar e a saúde mental. *Saúde e Sociedade*, 7(4), 161-170.
- Silveira, N. de M., Vasconcellos, S. J. L., Cruz, L. P., Kiles, R. F., Silva, T. P., Castilhos, D. G., & Gauer, G. J. C. (2005). Avaliação de burnout em uma amostra de policiais civis. *Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul*, 27(2), 159-163.
- Simões, M. C. (1998). *Composição corporal das policiais femininas de Florianópolis, SC*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- Soares, B. M., & Musumeci, L. (2005). *Mulheres policiais: presença feminina na Polícia Militar do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Souza, E. R. de, & Minayo, M. C. (2005). Policial, risco como profissão: morbimortalidade vinculada ao trabalho. *Ciência & Saúde Coletiva*, 10(4), 207-226.
- Souza, E. R. de, Franco, L. G., Meireles, C. de C., Ferreira, V. T., & Santos, N. C. (2007). Sofrimento psíquico entre policiais civil: uma análise sob a ótica de gênero. *Cadernos de Saúde Pública*, 23(1), 105-114.
- Souza, F. (2008). *Como funciona a Polícia Militar*. Recuperado em 17 de maio de 2011, de <http://www.pessoas.hsw.uol.com.br>

- Souza, M. S. de (2009). *Elas não servem pra guerra: presença feminina e representações sociais de gênero na Polícia Militar de Sergipe*. Monografia. Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, Sergipe, Brasil.
- Souza, P. C. Z., & Athayde, M. (2006). A contribuição da abordagem clínica de Louis Le Guillant para o desenvolvimento da Psicologia do Trabalho. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 6(1).
- Spode, C. B., & Merlo, A. R. C. (2006). Trabalho policial e saúde mental: uma pesquisa junto aos capitães da Polícia Militar. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 19(3), 362-370.
- Tamayo, M. R. (2002). *Bornout: relações com a afetividade negativa, o coping no trabalho e a percepção de suporte organizacional*. Tese de doutorado, Universidade de Brasília, Brasília, Distrito Federal, Brasil.
- Tamayo, M. R., Pinheiro, F., & Trócoli, B. (2002) Exaustão emocional: relações com a percepção de suporte organizacional e com as estratégias de coping no trabalho. *Estudos de Psicologia*, 7(1), 37-46.
- Teiger, C. (1993). L approche ergonomique: du travail humain à l'activité des hommes et des femmes au travail. *Éducation permanente*, 116, 71-96.
- Thiollent, M. (1997) *Pesquisa-ação nas organizações* (p. 34). São Paulo: Atlas.
- Toledo, C. (2003). *Mulheres: o gênero no une, a classe nos divide*. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Suderman.
- Uchida, S. (1998). Trabalho informatizado e sofrimento psíquico. *Psicol. USP*, 9(2), 179-204.
- Uchida, S. (2007). *Sofrimento psíquico do soldado da Polícia Militar*. São Paulo: FGV.
- Velho, G. (1996). Violência, reciprocidade e desigualdade: uma perspectiva antropológica. In G. Velho, & M. Alvito (Orgs.), *Cidadania e violência*. Rio de Janeiro: UFRJ.

Vygotski, L. S. (1999). *La signification historique de la crise en psychologie* (C. Barras & K. Barberies, trad.). Lausanne, Switzerland: Delachaux et Niestlé.

Wagner, E. S. (2002). *Hannah Arendt e Karl Marx: o mundo do trabalho*. São Paulo: Ateliê Editorial.

Weber, M. (1966). Os fundamentos da organização burocrática: uma construção de um tipo ideal. In E. Campos (Org.), *Sociologia da Burocracia*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

Wiervioka, A. M. (1997). O novo paradigma da violência. *Tempo Social*, 9(1), 5-45.

Zaluar, A. (1999). Violência e crime. In *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*. São Paulo : Sumaré.

Zaluar, A., Leal, M. C. (2001) Violência extra e intramuros. *RBCS*, 16(45), 145-164.

Zamakona, E. B. (1999). El personal policial feminine en la Ertzaintza. *Revista Técnica del Ertzaintza*, 2, 47-97.

ANEXO 1

ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS DA POLÍCIA CIVIL

O médico legista é responsável pela necropsia e pelos exames clínicos, de laboratórios, radiológicos e em instrumentos utilizados na prática de infrações. O perito criminal é responsável pela perícia criminal em locais de crimes ou desastres, objetos, veículos, documentos, moedas, mercadorias, produtos químicos, tóxicos, exames balísticos, instrumentos utilizados na prática de infrações, exames de DNA, bem como a realização de todas as investigações necessárias à complementação dessas perícias, para fins jurídico-legais.

O perito criminal realiza perícia criminal em locais de crimes ou desastres, objetos, veículos, documentos, moedas, mercadorias, produtos químicos, tóxicos, exames balísticos, instrumentos utilizados na prática de infrações, exames de DNA, bem como a realização de todas as investigações necessárias à complementação dessas perícias, para fins jurídico-legais.

O perito papiloscopista executa trabalhos periciais papiloscópicos, relativos ao levantamento, coleta e análise, codificação, decodificação e pesquisa de padrões e vestígios papilares. Faz trabalhos de prosopografia, envelhecimento, rejuvenescimento, representação e reconstrução facial humana, bem como a realização de estudos e pesquisas técnico-científicas, visando à identificação civil e criminal.



Universidade de Brasília
Instituto de Psicologia
Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações

POLICIAIS CIVIS DO DF: RELAÇÃO ENTRE TRABALHO E ADOECIMENTO

Responsáveis: Vânia Cristine Cavalcante Anchieta, PSTO/IP/UnB
Ana Lúcia Galinkin, PST/IP/UnB

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Este documento visa solicitar sua participação na pesquisa “Policiais civis do DF: relação entre trabalho e adoecimento”, que tem como objetivo observar a psicodinâmica do trabalho, focalizando o bem estar dos sujeitos no contexto das atividades dos policiais.

Por intermédio deste Termo são-lhe garantidos os seguintes direitos:

- 1) Solicitar, a qualquer tempo, maiores esclarecimentos sobre esta Pesquisa;
- 2) Sigilo absoluto sobre nomes, apelidos, datas de nascimento, local de trabalho, bem como quaisquer outras informações que possam levar à identificação pessoal;
- 3) Ampla possibilidade de negar-se a responder quaisquer questões ou a fornecer informações que julgue prejudiciais à sua integridade física, moral e social;
- 4) Opção de solicitar que determinadas falas e/ou declarações não sejam incluídas em nenhum documento oficial, o que será prontamente atendido;
- 5) Desistir, a qualquer tempo, de participar da Pesquisa.

“Declaro estar ciente das informações constantes neste ‘**Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**’ e fico ciente, também, de que uma cópia deste termo permanecerá arquivada com a Pesquisadora”.

Brasília, ___ de _____ de _____.

Participante: _____

Endereço: _____

Declaro o meu consentimento para a participação nesta Pesquisa: _____

Assinatura do Pesquisador: _____

Telefone do pesquisador para contato: _____